

MARCOS SÁ CORRÊA

Olhar
perto,
enxergar
longe

*Crônicas
ambientais
atemporais*

((o))eco

Autor

Marcos Sá Corrêa

Curador/Organizador

Lorenzo Aldé

Coordenador Geral

Paulo André Vieira

Coordenador

Marcio Isensee e Sá

Pesquisador

Bernardo Camara

Revisora

Eliane Hatherly Paz

Projeto Gráfico e Diagramação

Julia Lima e Laura Levín

Capa

Carla Dutra e Julia Lima

Fotógrafo

Marcos Sá Corrêa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Corrêa, Marcos Sá
Olhar perto enxergar longe [livro eletrônico] :
memoráveis colunas de um jornalista ambiental /
Marcos Sá Corrêa. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro :
Associação O Eco, 2022.
PDF.

ISBN 978-65-991626-5-7

1. Ecologia 2. Educação ambiental 3. Jornalismo -
Aspectos ambientais I. Título.

22-116713

CDD-070

Índices para catálogo sistemático:

1. Jornalismo 070

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Olhar
perto,
enxergar
longe



Realização



Apoio





Sumário



Apresentação Fundação Grupo Boticário 8

Prefácio 10

Tempos de Marcos 17



Naturalistas e outras feras 21

Mirantes para o futuro 55

A arte de andar no mato 93

Desenhando arcas 110

Ecos de uma cidade 155

Notícias do fim do mundo 167

Jornalismo com causa 190

Quem barra Barra Grande? 205

Foco na última chance 223

Moradas do Iguaçu 248



Referências bibliográficas 274

Agradecimentos

Adalberto Eberhard
Angela Corrêa
André Guimarães
Beto Mesquita
Carlos Dário
Carlos Secchin
Cláudio Nicoletti de Fraga
Dorrit Harazim
Geraldo Pilz
Germano Woehl Jr.
Joana Ferraz de Abreu
Karina dos Anjos de Aguiar
Marc Dourojeanni
Marcelo Ramos
Maria Luisa Junqueira Wichrowski
Miriam Prochnow
Rafael Ferreira Filippin
Reuber Brandão
Vânia Santos

Associados e conselheiros do ((o))eco:

Beto Mesquita
Clóvis Borges
Eduardo Pegurier
Luís Octávio Carvalho da Motta Veiga
Marc Dourojeanni
Malu Nunes
Maria Tereza Jorge Pádua
Miguel Milano
Pedro da Cunha e Menezes

Equipe ((o))eco:

Cristiane Prizibiszki
Daniele Bragança
Duda Menegassi
Marcio Isensee e Sá
Milena Giacomini
Nádia Santos
Paulo André Vieira
Rafael Ferreira

*Sob as borbulhas superficiais que chamamos política,
jaz o leito duro do trabalho cotidiano e das obras
anônimas. Aquilo que o historiador Fernand Braudel,
matutando num campo de prisioneiros da 2ª Guerra,
batizou de “história imóvel”. A que não dá notícia,
mas também molda o futuro.*

Apresentação

Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza

Há mais de 30 anos a missão da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza é conservar a biodiversidade brasileira. Missão que vai além da proteção das espécies e dos ecossistemas, mas que busca ser uma forma de gerar bem-estar social, saúde, economia forte e desenvolvimento regional.

Fruto da inspiração de Miguel Krigsner, fundador de O Boticário e atual presidente do Conselho de Administração do Grupo Boticário, a fundação incentiva, desde 1990, a pesquisa científica em todo o Brasil. Hoje, é reconhecida como uma das principais fundações empresariais do país que atuam para proteger a natureza brasileira.

A Fundação Grupo Boticário já apoiou cerca de 1.600 iniciativas em todos os biomas no país, ajudando a identificar 177 novas espécies de animais e plantas. Protege duas áreas de Mata Atlântica e Cerrado – os biomas mais ameaçados do Brasil –, somando 11 mil hectares, o equivalente a 70 Parques do Ibirapuera. Preserva 5 mil hectares de nascentes e influenciou na ampliação de 11 milhões de hectares nas áreas de proteção integral marinha. Com mais de 1,2 milhão de seguidores nas redes sociais, busca aproximar a natureza do cotidiano das pessoas.

Para alcançar os melhores resultados, a Fundação sempre contou com a participação transformadora de personalidades inspiradoras, como a do jornalista brasileiro Marcos Sá Corrêa. Ele fez parte do conselho curador e ajudou a construir muito mais do que uma história de conservação da natureza: conquistou, a cada novo capítulo, a maturidade e um olhar transformador frente às oportunidades e aos desafios, levando informações relevantes e inspirando tantas outras pessoas para a causa da conservação.

Em 2005, quando a Fundação completou 15 anos de atuação, Corrêa conduziu um livro em que relatou 15 histórias de amor à natureza, com resultados efetivos para a proteção da biodiversidade. Junto com outro nome extremamente importante na trajetória da Fundação, o fotógrafo Haroldo Palo Jr., e uma equipe de repórteres, ele comandou uma viagem

por todas as regiões do Brasil, a fim de registrar histórias de gente que escolheu como missão cuidar do nosso patrimônio natural. Ao final, produziu uma verdadeira obra-prima: *Sinais da vida: algumas histórias de quem cuida da natureza no Brasil*.

Marcos Sá Corrêa, visionário incansável, é, assim, parte da história da conservação da natureza brasileira e do legado da Fundação Grupo Boticário. Para acompanhar mais sobre a trajetória que construímos com este e outros parceiros, acesse o site e as redes sociais da Fundação.

fundacaogrupoboticario.org.br

   /fundacaogrupoboticario

 @fund_boticario



Prefácio

Miguel Milano

O tempo frio e úmido, de chuva fina, mais uma garoa, que se confunde com a neblina rala ao fundo e embaça a visão da paisagem, atrapalha meus planos de campo na Serra Catarinense. Não pelo frio em si, que eu aprecio, mas pela umidade que infiltra na gente fazendo o frio ir aos ossos se ao ar livre. Fico dentro de casa, próximo do fogão, continuamente abastecendo de lenha o fogo, cujo calor afaga. Do lado de fora, vez ou outra corais de bandos de papagaios charões, um alerta das curucacas ou algazaras de gralhas chamam a atenção. Destas últimas, barulhentas, nem a garoa apaga o brilho iridescente das plumas azuis.

A situação, no final das contas inspiradora, me faz sair da inércia para resolver importante pendência: escrever o prefácio deste livro que homenageia Marcos Sá Corrêa a partir da republicação de uma coletânea de artigos seus publicados n’O Eco.

Convidado para a empreitada, mas inseguro quanto à capacidade de entregar um prefácio compatível com o homenageado, demorei para aceitar. Tarefa naturalmente difícil, escrever um prefácio torna-se mais desafiador quando se trata de homenagear alguém como Marcos, não apenas um jornalista e escritor de rara sensibilidade e habilidade no uso das palavras, mas um pensador, um mestre, um personagem de qualidade como poucos deste país. Ao final só aceitei o desafio pelos mais de vinte anos de caminhada conjunta com Marcos pela conservação da natureza, tempo que nos fez amigos, meio irmãos. E, ao fazê-lo, ousei trilhar uma rota biográfica, campo no qual Marcos sempre foi mestre. Riscos e críticas à parte, foi a maneira que achei de dividir com o leitor um pouquinho do que conheci de Marcos em duas décadas de convívio, e que podem ajudar a “explicá-lo”, se isso for possível. Para além da honra que tenho desta amizade, deixo ao leitor, pelo registro feito a seguir, a possibilidade de imaginar o quão prazeroso me é desfrutar do convívio com Marcos e o quanto aprendi com ele.

Conheci Marcos no ano 2000, na organização do segundo Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, que eu coordenei. Recém-regressado de um período sabático como professor visitante na Colorado State University, Estados Unidos, li na coluna de Marcos na revista *Veja*, um hábito de leitura à época, um artigo sobre a complicada relação entre os indígenas Pataxó e a conservação da natureza no Parque Nacional Monte Pascoal, onde

terra indígena e parque se sobrepõem. Não era o primeiro texto dele que eu lia tratando das complicadas relações homem–natureza, mas aquela visão do problema em particular, jornalística e filosófica, pensei, seria ótima na programação do evento. Era só uma ideia, uma tentativa, pois eu nem acreditava muito que ele, jornalista famoso, aceitasse o convite para evento de caráter tão técnico. Mas foi muito diferente. Ligação feita, conversa fluida, convite realizado e Marcos estava escalado para o evento junto com nomes importantíssimos na temática, como Antônio Herman Benjamim, atual ministro do STJ, à época procurador em São Paulo; Michael Soulé, professor da Universidade de Stanford, um dos pais da biologia da conservação; Holmes Rolston II, professor de filosofia na Colorado State University dedicado aos estudos sobre ética ambiental; entre tantos outros.

Encontrei-o em Campo Grande (MS), sede do evento. Simpaticíssimo, gerou imediata conexão. Como bom jornalista, não estava ali apenas para palestrar, ou aproveitar a oportunidade para uma escapada a Bonito ou ao Pantanal: assistiu integralmente ao congresso, que considerou uma ótima “pauta”. Ainda durante o evento, publicou um artigo sobre a arborização da cidade. Depois vieram outros, frutos das entrevistas com palestrantes e profissionais que conheceu naqueles dias.

Juntando uma coisa com outra, da simpatia à acessibilidade e disponibilidade em ajudar na defesa da natureza, foi um passo para que eu, abusado, o envolvesse em outros projetos e logo nos tornássemos amigos. Primeiro um evento sobre responsabilidade social empresarial e meio ambiente em Curitiba, depois o conselho da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza (hoje Fundação Grupo O Boticário), que eu dirigia, mais tarde a inclusão de Marcos como liderança social parceira da Fundação Avina. Foi a partir dos nossos vínculos via Avina – eu na condição de dirigente regional para o Sul e o Pantanal após deixar a Fundação O Boticário, e Marcos como “liderança” associada – que aprofundamos o relacionamento e a parceria, já então desdobrada em amizade sincera, envolvendo nossas famílias, o que se mantém até hoje.

Marcos nasceu em 21 de dezembro de 1946, na Tijuca, Rio de Janeiro, filho de Regina Maria de Sá Corrêa e do ilustre jornalista político Villas-Bôas Corrêa. Passou a infância na cidade, vivendo com os pais e os avós em um grande apartamento em Laranjeiras. Estudou em escola pública até o segundo grau (atual ensino médio) contando com amigos tanto da classe média do bairro como das favelas vizinhas, que, como me disse, naquela época eram “apenas locais de gente pobre”. Marcos andava de bicicleta na rua, jogava futebol na favela e passava de dois a três meses do ano na fazenda da madrastra de seu pai, em Cataguases (MG), tempo que o marcou para o resto da vida, vinculando-o ao mundo natural e ao que me definiu como “Brasil rural” – visitas que rarearam a partir dos seus 14 anos.

Foi quando conheceu o Parque Nacional do Itatiaia, que virou sua paixão de vida toda. “Eu era guia, voluntário, fazia qualquer coisa para estar lá”, me contou certa vez. Inclusive se casou no parque, porque foi onde conheceu Angela, sua mulher, primeiro e único amor, italiana de nascimento. Também em Itatiaia conheceu Robert Donati, pianista alemão (apesar do nome), que nos anos 30 – antes da criação do Parque portanto – se apaixonou pela região e comprou terreno em uma das melhores áreas dali, onde construiu um hotel e passou a viver. Donati foi um grande influenciador de Marcos. Entre outras coisas, em suas palavras, “organizou meu gosto musical”. Suas estadas no hotel o fizeram viver de perto a rotina do Parque. Depois disso, nunca mais, ao visitar outros países, deixaria de buscar conhecer a natureza e os parques do lugar. Conjuntos de lembranças e recordações do hotel também o inspiraram, inclusive um poema escrito por Vinícius de Moraes e mais de vinte óleos pintados por Guignard, que lá morou.

Por sinal, quando tinha 17 anos Marcos fez uma longa reportagem sobre a passagem de Guignard pelo hotel e a vendeu à revista *Manchete*, o mais importante semanário da época. Apesar de iniciativa isolada, aquela reportagem fez Marcos tomar a decisão de ser fotógrafo, tendo decidido desde logo que seria “fotógrafo de natureza”. Iniciou então um estágio de fotografia no *Jornal do Brasil*. No primeiro dia, foi escalado para registrar um evento com um senador que não apareceu. Na volta para a redação, flagrou a ação de um vendaval sobre uma feira de livros. A fotografia ganhou a primeira página do *JB*.

Marcos estava finalizando o curso de História na Universidade Santa Úrsula, continuava fotografando e estagiando, quando, em 1968, ano crítico do período da ditadura militar, a Editora Abril realizou seleção para novatos. Aprovado, começou a trabalhar em um projeto secreto, que viria a ser a revista *Veja*. Foi desanimador para ele descobrir que a revista praticamente não teria fotos, mas, ao considerar o salário oferecido, cerca de oito vezes mais do que jamais ganhara até então, resolveu ficar “por uns tempos”. Trabalhando na sucursal do Rio, num momento tenso da vida nacional, com sequestros, atentados e escalada da repressão, foi fisgado pela eletrizante carreira jornalística.

Sua primeira fase na *Veja* durou entre seis e sete anos, chegando a chefe da sucursal de Brasília e depois editor de assuntos nacionais da revista, apesar de continuar morando no Rio. Exausto, pediu demissão para trabalhar no *JB* como repórter geral, onde logo começou a escrever, como substituto, a “Coluna do Castelo”. Ali, num contato com o filho do ex-presidente Castelo Branco, soube que a Biblioteca Lyndon Johnson, em Austin, Texas, havia liberado importantes documentos diplomáticos norte-americanos sobre o golpe de 1964 no Brasil. Foi para lá e, com o auxílio de sua formação em história e a habilidade para trabalhar com documentos, soube encontrar um “tesouro”: documentos antes sigilosos que comprovavam a intervenção americana no processo do golpe militar que levou à ditadura

brasileira de mais de vinte anos. Fotocopiou o que pode e, temeroso que estava de perder tudo para o SNI (Serviço Nacional de Informação), além de ser preso, rumou para Nova Iorque, fez outra cópia dos documentos e os enviou por partes para diversos colegas no Brasil, na esperança de recuperar pelo menos uma cópia completa. Regressado, conseguiu recuperar o material e após cerca de 70 horas de trabalho praticamente sem descanso produziu uma grande reportagem, publicada no *JB*, que na sequência virou matéria de primeira página no *The New York Times* e livro (*1964 visto e comentado pela Casa Branca*, L&PM, 1977). Além de lhe consolidar a credibilidade, esse furo de reportagem permitiu a Marcos ser o que queria, por muito tempo: um repórter pago como editor.

No *JB* ficou uns três anos. Voltou para a *Veja* numa posição equivalente, trabalhando na revista por mais quatro anos e retornando novamente ao *JB* para ser diretor de redação, onde ficou por mais seis ou sete anos, época em que o jornal era grande e cresceu ainda mais. Saiu do *JB* quando o jornal entrou em crise financeira, voltando novamente para a *Veja* como colunista, época em que também foi diretor de redação de *O Dia* por cerca de um ano e meio.

Nesse tempo todo, Marcos manteve um forte vínculo com a natureza, tanto no Brasil como na Itália, para onde viajava com frequência com Angela, assim como em qualquer canto por onde passasse, sempre caminhando e usufruindo de trilhas, disposto a longas travessias. Mas apenas ocasionalmente tratava de questões de meio ambiente e natureza na sua produção jornalística.

O início da completa conversão ao conservacionismo e às questões ambientais se deu com a leitura do livro *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*, de Warren Dean. A partir dele, buscou por mais e mais informações sobre a natureza e a geografia do Brasil, o que fez emergir a “saudades” do meio natural e rural que conheceu na infância e juventude. Passou então a se aproximar de pessoas que cuidavam do patrimônio natural nos parques e reservas do país. Disse-me certa vez que, depois de iniciado, o processo de envolvimento nessa área é sem fim: como todos que vão a fundo na questão ambiental, sentia-se cada vez mais exigente na apuração das informações e preciosista no tratamento em nível jornalístico apropriado. Neste processo, percebeu que não era fácil abordar o tema de forma séria e profunda em veículos tradicionais como a *Veja* e o *JB*, uma vez que isso exigia uma verdadeira “catequese” nas redações e editorias para sensibilizar os profissionais sobre o assunto.

Marcos compreendeu que havia um desvio no destino do país como reservatório natural. A questão da natureza no Brasil não é periférica, mas central, o cerne de tudo – “Precisamos fazer as pazes e nos reconciliar com nosso território”. Então, mudou sua cabeça e forma de agir, o que acabou impedindo que continuasse na *Veja*, por exemplo. Durante um almoço em que negociava diretamente com Víctor Civita os detalhes para assumir a direção geral

da revista, espantado com sua própria reação, descobriu que não queria tocar um projeto que não atendia mais seus ideais. Disse não e resolveu buscar espaços alternativos.

Em tom de brincadeira, mas falando sério, me disse: “Agora que sou maduro e velho eu quero fazer algo que não está sendo feito, que é tratar a questão ambiental numa abordagem cotidiana, e não catastrófica ou accidental. Afinal, como só se fala da Baía de Guanabara quando tem acidente, cria-se a impressão de que no resto do tempo tudo está bem”. E assim começou a interessar-se por documentários para a televisão, depois criou e operou o *No*. (lê-se “No ponto”), site reunindo jornalistas que, como ele, estavam descontentes com os rumos da imprensa, para um projeto sem os limites de “preço” e “custo” dos veículos normais. No site, meio ambiente e natureza foram assuntos de alta relevância e a forma de abordagem crítica, consistente e contínua. O projeto deu certo e influenciou bastante a mídia, tendo sido reproduzido regularmente por nove jornais e não regularmente por dezenas de outros, no que se pode conceituar como “um formador de opinião em redações”, confirmando a capacidade de influência de Marcos.

Percebendo que o Brasil era o único país do mundo com tal tamanho, importância e diversidade que não tinha uma agência de notícias de fato, porque por aqui as agências se baseiam nas “sobras”, Marcos acreditava que, via cooperação, poderia montar uma pequena agência com alta influência, usando a internet para captar uma ampla rede de jornalistas distribuídos pelo país com qualidade e eficácia, se bem formada.

Até então, ele sempre atuara nas questões em que acreditava sem vínculos com organizações ou partidos, por achá-los incompatíveis com o que queria tratar como jornalista. Mas, devido ao aprofundamento do seu entendimento sobre natureza e meio ambiente, rompeu com esse paradigma e aceitou ser conselheiro de organizações como o IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas e a Fundação O Boticário. E foi a partir desse momento que, de certa forma, **O Eco**, sem nem mesmo existir como projeto, começou a nascer, ganhando conceito e forma.

Fluente em vários idiomas, leitor voraz, fotógrafo de natureza de raro talento, Marcos é das pessoas mais cultas e inteligentes que eu já conheci. Sua formação acadêmica, sua disciplina jornalística e a leitura sistemática e intensiva lhe propiciaram sólido embasamento em geografia e história, aos quais adicionou conhecimentos em biologia e ecologia como poucos são capazes. De pensamento rápido e capacidade para articular o variado conhecimento em novas ideias, tinha “sacadas” impressionantes. Eu sempre aprendi muito com ele a cada interação, no mínimo porque me provocava a estudar e conhecer mais, me inspirava para agir.

Vendo suas contribuições escritas, a cada dia mais profundas e críticas no campo ambiental, não tive dúvidas de que elas precisavam servir mais à conservação e não apenas ao

mundo político, sua ênfase principal até então. Foi quando me conscientizei de que Marcos, como uma liderança conservacionista, precisava colocar seu jornalismo de primeira linha a serviço da causa. Todavia, o caminho não foi curto e nem rápido até isso acontecer.

Inicialmente ele se integrou à rede de lideranças associadas à Avina, junto às quais encontrava pautas interessantes que transformava em reportagens, alavancando as causas ambientalistas de muita gente boa. Mas por vários motivos mantinha-se refratário a criar uma organização para dar vazão às notícias importantes de meio ambiente e conservação, como ele mesmo achava que deveria ser. Em dado momento, Marcos notou o esvaziamento acelerado das editorias de meio ambiente nos grandes veículos da imprensa nacional e entendeu que pela causa precisava aceitar o desafio que se apresentava: o risco de conceber uma organização jornalística para tratar meio ambiente e natureza como ele achava necessário e adequado. Com um apoio financeiro entre 250 e 300 mil dólares para garantir os custos essenciais dos três anos iniciais de operação, vinculados ao compromisso de captar o dobro desse montante como contrapartida no mesmo período, Marcos fez nascer **O Eco**, em 2004. E foram surpreendentes os resultados iniciais em todos os sentidos.

Marcos trouxe para o projeto contatos relevantes e próximos, como Manoel Francisco (Kiko) Brito e Sérgio Abranches, e juntos estabeleceram a organização que rapidamente se tornou uma referência no jornalismo ambiental brasileiro, não à toa seguindo firme já por quase duas décadas. Com **O Eco** vieram projetos de formação e inserção de novos jornalistas na temática ambiental, a cobertura intensiva das políticas públicas da área e a criação de colunas assinadas por conservacionistas, cientistas e juristas de renome nacional e internacional. Foi uma avalanche de novidades e bons resultados. **O Eco** passou a ser lido por apoiadores, observadores e também adversários da conservação. Interessante e risível, visto da atualidade, foi o “vazamento” sobre o apelido que **O Eco** recebeu de algumas pessoas do Ministério do Meio Ambiente no governo Lula, devido às matérias críticas sobre desmatamento na Amazônia, entre outras: “diário oficial da oposição”. Não tenho dúvidas de que, no seu posicionamento crítico, sob a liderança de Marcos, **O Eco** cumpriu importante papel de ajudar a área ambiental do governo, sob a liderança de Marina Silva, a construir políticas ambientais melhores e mais efetivas.

Seguiram-se eventos no Itatiaia e no Pantanal para qualificar os conservacionistas no trato com jornalistas. Estivemos juntos na Suécia, assistindo ao Talberg Forum, em um verão do hemisfério Norte, quando o dia não termina naquelas paragens. Numa trilha, contornando um belo lago, Marcos me ensinou a fotografar flores silvestres: “Não Miguel, não a favor do sol, contigo fazendo sombra; mas contra a incidência para pegar toda a cor, toda luminosidade”, lembro ainda hoje a cada flor silvestre que vou fotografar na natureza.

O tempo foi passando, **O Eco** se tornando maduro e independente, e Marcos sentindo o momento para outra guinada na vida. Vivendo um ano sabático no Parque Nacional do Iguaçu, iniciou sua transição de saída como liderança da organização, mas sem abandoná-la. O plano era se dedicar mais à fotografia de natureza e escrever livros, em particular para publicação digital — queria produzir ainda mais conteúdo e no formato acessível que já antevia naquele momento, os idos de 2012-13. Viajei de carro de Bonito, onde vivia na época, a Foz do Iguaçu para visitá-lo. Fizemos boas caminhadas juntos, quando me guiou por trilhas e áreas não acessíveis ao visitante comum e público geral; observei as cataratas a partir de vistas inéditas e ele fotografando enquanto filosofávamos. Estávamos juntos, por acaso, quando fotografou um grupo de macacos-prego em situação particularmente bucólica, com as cataratas em boa vazão, *fumegantes*, ao fundo, foto que já compôs exposição no parque em sua homenagem.

Este livro com resgate de textos selecionados é apenas uma pequena homenagem ao grande personagem que é Marcos. Homenagem importante, umas das muitas que ainda virão, e tudo certamente aquém do que ele merece pelo muito que já legou a este país — como a revelação de uma verdade histórica escondida pela ditadura e o desenvolvimento pioneiro do melhor jornalismo ambiental que hoje aqui se pratica.

Tempos de Marcos

Lorenzo Aldé

A terra. O homem. A luta. As três partes que compõem o livro *Os sertões*, “a maior reportagem já escrita no Brasil”, servem como um código para Marcos Sá Corrêa traduzir a trágica saga ambiental que nos define como nação: “a história da luta sem fim de um povo com seu território”. Ao publicar sua monumental obra, em 1902, Euclides da Cunha tornou-se, para Marcos, um pioneiro da reportagem ambiental no país. Um século depois, o próprio Marcos se consolidava como pioneiro em outro gênero: o da crônica ambiental.

Entre 2004 e 2010, foram cerca de 300 textos publicados no espaço de uma coluna que, sendo digital, não lhe impunha limite de caracteres, embora seu compromisso com o formato breve o tenha mantido quase sempre circunscrito ao equivalente a uma, duas, três páginas impressas, e ponto final. Para chegar a esse volume de produção, à capacidade de síntese combinou-se uma torrente ininterrupta de inspiração e ímpeto de escrever. Faça as contas: 300 textos em seis anos. Dá um texto por semana. Férias descontadas, viagens incluídas, em diversos períodos chegou a publicar duas ou até três colunas por semana – e isso nas horas vagas, enquanto não estava fotografando, gastando solas em trilhas, pautando as reportagens e os demais colunistas de **O Eco**, coordenando as entrevistas, escrevendo para o site *No.*, aconselhando a *Revista de História da Biblioteca Nacional* e começando a conceber outro de seus projetos originais, a *Piauí*. Em 2011, esse percurso foi interrompido por um acidente. E sua produção cotidiana de crônicas ambientais poderia ter ficado res-trita à memória de quem leu e acessível apenas via ferramenta de busca no site.

Passada uma década, veio de Marc Dourojeanni a sugestão, ao Conselho de **O Eco**, de publicar parte daquelas colunas em livro. Também ele integrante da constelação de colunistas do site, não satisfeito em lançar a proposta, resolveu pôr mãos à massa: leu todos os textos e os organizou em uma planilha com comentários e divididos em uma primeira ideia de categorização. Dali pra frente, foram novas leituras e releituras, na difícil tarefa de seleção que chegou às 98 colunas aqui publicadas, e tomadas de decisão quanto à forma de apresentar e à cronologia.

O resultado é este conjunto de textos que, ao fim, nos calhou classificar como “crônicas ambientais atemporais” – o que certamente requer um adendo, pela contradição intrínseca envolvida: a crônica (do grego *chronos*, tempo) é um gênero que tem por base justamente o diálogo com o contexto imediato em que se dá sua produção. No entanto, como poderia um cronista ambiental ignorar que o fator *tempo* nem sempre joga a favor da lógica nessa área? A “viagem no tempo” – universo imaginário no qual antes, depois, para frente e para trás se embaralham e deixam de se associar a sentidos únicos – é território confortável para tratar do ambientalismo, e não apenas porque as escalas dos relógios humano e natural (que dirá o geológico) são tantas vezes irredutíveis e inconciliáveis. As tentativas de definir esta ciência – ou postura, ou modo de ver o mundo – encontram boa acolhida na nossa mais nobre tradição literária de navegar na contramão do tempo cronológico. “Aqui tudo parece que era ainda construção e já é ruína”, cantou Caetano Veloso; “O Brasil tem um enorme passado pela frente”, esculpiu Millôr Fernandes; e assim diagnosticou Marcos, sobre Itatiaia: “O parque nasceu velho. Ficou novo com o passar dos anos, porque a mata remoçou-o”.

O vislumbre desse deslocamento cronológico – de um futuro que nos atrasa ou um passado que se impõe para nos salvar no presente – é uma constante nas crônicas de Marcos. Esta é uma das chaves para decifrar sua verve única: a capacidade de desancorar-se do momento em que escreve, buscando em seus vastos conhecimentos e interesses históricos, geográficos, biológicos e culturais conexões outras, que permitam ao leitor compartilhar com ele o prazer do livre pensar e da livre associação, mas nem por isso largando de mão a necessidade de voltar para o porto a fim de arrematar a crônica redonda, logo ali, na próxima página.

Após décadas dedicadas à cobertura política, saturado do clima humanamente inóspito de Brasília e círculos polares assemelhados, Marcos descobriu no universo do ambientalismo um maná daqueles ingredientes que refrescam a cada dia a cartilha ancestral do jornalismo: pessoas com vidas não banais, dispostas a contar histórias surpreendentes. Ora, se o destino do Brasil é servir de palco para a luta do ser humano contra a natureza, a pauta do bom jornalismo deveria ser o contrário desse lugar comum, e foi o que ele decidiu: escreveria sobre aqueles que lutam a favor. E sem qualquer risco de militância, pelo simples prazer de revelar perfis anônimos e narrar aventuras inéditas.

Assim realiza talvez o maior de seus feitos: numa seara em que é quase inevitável se unir ao lamento de derrotas e violências em sequência, e mesmo ao justo catastrofismo de quem enxerga indo pelo ralo patrimônios inestimáveis do planeta por pura ganância e ignorância, ele se sai com crônicas leves, curiosas e bem-humoradas. E olhe que as mudanças climáticas já eram então reconhecidamente um cataclisma em andamento, a exigir medidas radicais e imediatas. Que, sabemos hoje, não sairiam do discurso.

Adicione-se então mais esta camada à viagem no tempo que já nos propicia, em si, cada crônica: a sensação de ler esses textos doze, quinze, dezoito anos depois de escritos. Que urgências permanecem ou se agravaram? Que crítica mudou de dimensão diante do panorama atual? A que distância reside hoje o passado ou o futuro descritos nesta ou naquela crônica? Por onde anda tal personagem, que fim levou tal projeto? No processo de edição, foi-nos jornalisticamente irresistível procurar responder a algumas dessas curiosidades, de modo que várias crônicas são acompanhadas por atualizações, apuradas especialmente para o livro.

A divisão em dez capítulos só poderia ser arbitrária, uma vez que de cara assumimos como arbitrária a decisão de suprimir cerca de dois terços de tudo o que Marcos escreveu para *O Eco* – não sem incertezas no caminho e por critérios muitas vezes políticos, dado que em alguns escritos o autor ancorou sua pauta no noticiário de momento, produzindo crônicas quentes, mas com data de validade para os viajantes do futuro.

O livro inicia-se com personagens e histórias internacionais, por vezes originados das múltiplas leituras de Marcos, em seu permanente inconformismo de que livros antológicos não são traduzidos para o português. Seguem-se os “mirantes” brasileiros, perfis de gente cuja vida e trabalho, vistos de perto, nos permitem enxergar longe, “olhar o futuro com a velha fórmula da esperança”. Para os temas do montanhismo e do ecoturismo, reserva-se breve capítulo específico, incluindo duas sagas de empresários que ousaram ganhar dinheiro sem sacrificar seus rígidos compromissos ambientais. A arte de desenhar e gerir as “arcas” por meio das quais a humanidade protege o planeta de si mesma – parques, reservas, legislações e outros arranjos – inspira outro grande bloco de crônicas.

O Rio de Janeiro, por óbvio, merece de Marcos olhar ainda mais próximo. As quatro crônicas cariocas selecionadas são complementares em seu enfoque histórico e ambiental quanto ao paraíso que se esvai diante dos olhos inebriados e distraídos de seus moradores.

Em 2006, Leonardo DiCaprio já ocupava holofotes na cruzada da humanidade contra o aquecimento global, um símbolo de como quase todo o capítulo das notícias do fim do mundo parece ter sido escrito agora mesmo. Em outro grupo de crônicas, Marcos compartilha suas reflexões sobre o jornalismo ambiental em si, sob as bênçãos de Euclides (com y, como ele prefere grafar) e atento ao senso apurado da nova geração para o tema. Para completar a aula de jornalismo, consideramos instrutivo compilar a série de colunas que escreveu à medida que se desenrolava o caso Barra Grande – a luta de Miriam Prochnow e sua pequena ONG Apremavi contra a construção de uma hidrelétrica que devastaria florestas primárias em Santa Catarina com base em um estudo fraudado –, um furo de reportagem de *O Eco* praticamente ignorado pela grande imprensa.

No auge de sua produção como cronista, Marcos dedicava-se cada vez mais à fotografia. Algumas de suas colunas mais imagéticas estão reunidas no penúltimo capítulo, sob o atrativo de, nesta edição, não estarem acompanhadas por imagem alguma – bastam as palavras.

Encerra o livro uma coleção de relatos produzida durante a temporada que vinha passando em Foz de Iguaçu, ao longo de 2010. Embrenhado nas matas com a câmera, passava horas dedicado à paciente captura de flagrantes de micropersonagens de fauna e flora, enquanto da rotina do parque nacional extraía material para as crônicas, em período marcado pela crescente aparição de onças. A luta do homem, naquela terra e naquele tempo, era preservá-las a todo custo.

E mais não há para dizer, que não diga melhor a prosa a seguir.



Naturalistas e outras feras

*Não será só com notícia ligeira que se pisará
em terra incógnita.*

O ambientalista multimídia

20.08.2004

Esta coluna foi escrita para os vegetarianos. Mas os carnívoros podem lê-la antes de ir à churrascaria. Não é preciso ser vegetariano para se sentir em boa companhia, visitando as páginas do astrofísico canadense [Hubert Reeves](#). Para começo de conversa, trata-se de um dos sites mais bonitos da internet, onde se pode dar uma olhada nas palestras que, por falta de tempo para falar pessoalmente com cada plateia, ele converteu em suntuosos espetáculos audiovisuais. Neste verão do Hemisfério Norte, seus “Diálogos do céu e da terra” estão em cartaz nos parques nacionais da França e do Canadá.

Reeves garante que, mais cedo ou mais tarde, os vegetarianos tomarão conta não só dos restaurantes onde hoje os garçons lhes torcem o nariz, como do planeta inteiro. E banca a aposta com dois argumentos difíceis de empurrar para debaixo da mesa. O primeiro é de pura racionalidade econômica. O homem é onívoro, sim. Desde a noite dos tempos mistura em sua dieta a carne com os vegetais. Mas, se fizer bem as contas, comerá cada vez menos carne irremediavelmente, porque o rendimento calórico dos vegetais é muito maior.

A cadeia alimentar, em cujo topo nos sentamos, pois ela vai das plantas aos carnívoros, passando pelos herbívoros, é um processo dispendioso e perdulário. “Para extrair um grama de proteínas, o carneiro tira em média dez gramas das plantas e o leão tira dez do carneiro”, diz o texto. Logo, um grama de cereais é muito mais eficaz do que um grama de bife. E daí? Daí que o cálculo dessas perdas tem implicações práticas para uma população que cresce sem parar, como a nossa. Ou passará a ter, à medida que os bilhões de homens se multiplicam. Atualmente, ele afirma, nós já “utilizamos, direta ou indiretamente, quase a metade da matéria orgânica planetária produzida”. Mas, como acontece com quase tudo na Terra, a produção de filés ainda é muito mal distribuída.

Sorte nossa. Se, de uma hora para outra, a humanidade inteira passasse a pôr carne no prato com a mesma prodigalidade dos países ricos, todo o cereal do mundo, engordando no meio do caminho os bois, os carneiros, os frangos e outros bichos, não daria para nutrir um terço dos habitantes do planeta. Ao contrário, sendo todos vegetarianos, sobriariam dois terços dos grãos.

Tudo bem, você não vai se deixar convencer por isso. Mas talvez se toque com o argumento seguinte. Reeves acredita que o ser humano esteja melhorando ao longo dos milênios. Devagar e sempre, com altos e baixos, muitos baixos, mas melhorando. “Pode-se dizer que a hominização de nossos ancestrais macacos, nossos primos, tenha correspondido a um fenômeno de humanização?” – ele pergunta. E responde: “Os elementos sugerem que sim”.

Ele comanda uma campanha internacional contra a caça esportiva. E várias ONGs ambientalistas. Dirige espetáculos musicais. Criou textos ecológicos para serem declamados ao som de músicas como *Pedro e o lobo*, de Serge Prokofiev, *O carnaval dos animais*, de Camille Saint-Saens, ou *A mãe ganso*, de Maurice Ravel. Tem trabalhos publicados sobre as reações term nucleares dos núcleos estelares, o espectro dos neutrinos solares, a origem de elementos leves, como o bório, o lítio e o berílio, a densidade do universo e coisas do gênero. E também escreveu quase 20 livros, com títulos como *Um grito do coração*, *A mais bela história do mundo* e *Pássaros, maravilhosos pássaros*. Bem, você pegou o espírito da coisa.

Reeves se considera um cientista multimídia. É o protagonista e o principal ator de um filme intitulado *O contador de estrelas*. Escreve poemas. E apresenta um programa de divulgação científica na rádio francesa. Do alto de todo esse formidável currículo, ele afirma que a Declaração Universal dos Direitos dos Animais está, aos poucos, pegando junto à opinião pública. Há cada vez menos jovens que caçam, por exemplo. E, depois de atingir esse ponto, chegar à interdição dos matadouros é um pulo.

Um pulo e tanto, como ele mesmo deixa entrever no próprio site, onde recolheu, num “floreliário”, vinte e cinco séculos de citações contra a matança dos bichos. A lista começa com Pitágoras, no quinto século antes de Cristo: “Enquanto os homens matarem os animais, eles se matarão uns aos outros”. Passa por Leonardo da Vinci, no Renascimento: “Virá o dia em que o assassinio de um animal será condenado às mesmas penas que o assassinio de um homem”. Por Voltaire, no *Dicionário Filosófico*: “Que pobreza de espírito dizer que os animais são máquinas desprovidas de consciência e sentimento”. Por Bernard Shaw: “Quando o homem quer matar um tigre, ele chama isso de esporte. Quando o tigre mata o homem, ele chama de ferocidade”. Por Mahatma Gandhi: “A grandeza de um país e seu progresso moral podem ser medidos pela maneira como trata os animais”. A lista não para por aí. Nada, com Reeves, para por aí.

A história do lobo bom

28.10.2005

Da estreia polêmica ao trágico último ato, a carreira de Big Guy mal durou um mês. Mas, dez anos depois que saiu de cena, começa a ser contada como uma história do tempo em que os bichos falavam. Apareceu em livro meses atrás e virou uma nova saga do ambientalismo americano. Do livro, que se chama *Decade of the Wolf* – ou seja, “década do lobo” –, veio parar este mês na revista *Backpacker*, que está fechando 2005 com uma edição dedicada aos parques nacionais nos Estados Unidos.

Big Guy era um lobo. Lobo mesmo, *Canis lupus irremotus*, de pelos beges e lombo escuro. Vinha do Canadá. E foi solto na neve de Yellowstone, o primeiro parque nacional do planeta, encravado entre os estados do Idaho, Montana e Wyoming, em janeiro de 1995. Naquele mês, quando 14 lobos foram trazidos do Canadá para repovoar Yellowstone, havia quase 70 anos que a espécie, inscrita na lista de animais em vias de extinção, não aparecia por lá.

Quatro semanas depois do desembarque, Big Guy foi morto e esfolado por um caçador. Trinta lobos levariam o mesmo fim nos anos seguintes, vítimas de uma guerra local contra sua presença. Ou, como disse na ocasião o ecologista Mike Phillips, chefe do Projeto de Restauração do Lobo em Yellowstone, de uma “controvérsia” sobre os lobos. Mas controvérsia é pouco, para uma briga feroz de 20 anos que deixou até hoje processos pendurados na justiça americana, tentando impedir que as autoridades pusessem em prática a teoria de que grandes predadores são instrumentos vitais para a conservação da natureza.

Onde eles faltam, o que fica em seu lugar é um cenário que pode ter uma aparência muito saudável nas fotografias, mas está morrendo lentamente, envenenado por desequilíbrios que aos poucos minam a cumplicidade entre sua fauna e sua flora. É em nome dessa ideia que o biólogo Michael Soulé quer entregar às feras a administração das reservas de vida selvagem nos Estados Unidos.

Mas esse era só o argumento científico em favor do lobo. Contra ele havia alegações bem mais fortes, como cartazes chamando-o de “Saddam Hussein do mundo animal”. E os fazendeiros temiam que ele devoraria rebanhos inteiros, como fez com a avó de Chapeuzinho Vermelho. Dez anos atrás, empurrados por sentenças judiciais em sessões que exigi-

ram a presença de guardas armados, os biólogos venceram. E o resultado é que, atualmente, nada menos do que 170 lobos passeiam por Yellowstone.

E antes que se pergunte o que o parque ganhou com isso, Douglas Smith e Gary Ferguson definem a “década do lobo” pelo tempo que a vegetação original ressurgiu nos vales de Yellowstone, onde os alces já não pastam com a voracidade de quando não havia alcateias de olho neles. Rebrotando, os salgueiros e choupos trouxeram de volta os castores. As represas feitas por esses roedores criaram lagoas temporárias que atraem aves e répteis. Há menos coiotes e mais antílopes. As raposas se multiplicaram. E ultimamente deu para aparecer por lá um novo tipo de turista, o que vai só para ver lobos. Ele deixa no comércio local a bagatela de US\$ 23 milhões.

Parece que o parque tem tirado proveito até dos uivos. Eles compõem, pela sonoplastia, a sensação de estar em contato com um ambiente genuinamente primitivo, o que impressiona – bem – os visitantes. E os fazendeiros, o que perderam? Pelo visto, nada que o livro se dê ao trabalho de pôr na balança. Por razões que nem os cientistas explicam, os lobos de Yellowstone ainda não se interessaram pelos carneiros da vizinhança. Têm preferido carne de caça.

O caçador de lobos vivos

17.08.2006

Carter Niemeyer é um ecochato de carteirinha. Mas não convém dizer isso a ele, porque os colegas o descrevem como “um grandalhão, capaz de nadar contra a corrente em rios encachoeirados”. Doze anos atrás, Niemeyer estava na linha de frente de uma batalha literalmente feroz. Tratava de devolver aos lobos o pedaço que lhes cabia no Parque Nacional de Yellowstone, antes que os programas oficiais de extermínio, para franquear o terreno aos turistas na primeira metade do século XX, terminassem de uma vez por todas a faxina biológica que os caçadores de peles haviam iniciado na segunda metade do século XIX.

A reintrodução do *Canis lupus* é uma história e tanto para quem gosta de aventuras. Está contada como uma bela saga de bichos e homens pelo zoólogo Douglas Smith e o jornalista Gary Ferguson no livro *Decade of the Wolf*. Com um final tão feliz que a tal “década do lobo” acabou recuperando não só a fauna e a flora da região como até a economia de pequenas cidades do interior americano, antes sufocadas pelas restrições que a vizinhança do parque lhes impunha. Mas, no começo, os moradores desses lugarejos não podiam mesmo adivinhar o desfecho. E abriram contra a experiência o fogo cerrado do arsenal antropocêntrico, disparando processos nos tribunais e chumbo grosso nas alcateias.

Sozinho na floresta

Eram animais que Niemeyer escolhera a dedo no Canadá, por falta de lobos nos Estados Unidos com sobras de vitalidade para repovoar o Yellowstone. E mesmo lá, nos territórios selvagens de Alberta, a má vontade foi grande. Durante meses os biólogos ofereceram aos caçadores canadenses um bom dinheiro por lobos, pagando US\$ 1.500 por exemplar, três vezes mais do que eles ganhariam vendendo o couro de animais abatidos. E, mesmo assim, nada de lobo, por meses a fio. Niemeyer foi a Alberta buscar explicações para o mistério. E, numa tarde de inverno, bateu sozinho na cabana de Wade Berry, o senhor das armadilhas espalhadas por coureiros profissionais na floresta. Encontrou-o cercado de amigos, todos encharcados de cerveja, contando casos de “fazer corar um velho estivador”.

Niemeyer não poderia se sentir menos bem-vindo na casa de Wade, cuja recepção foi levá-lo aos fundos, onde meia dúzia de peles secava ao relento. “Isso é o que fazemos

com lobos aqui”, disse-lhe Wade, em tom de quem espera liquidar o assunto ali mesmo. Mas Niemeyer não arredou o pé do rancho, engolindo conselhos explícitos para juntar suas coisas e voltar aos Estados Unidos pelo mesmo caminho que o trouxera. “Foi barra pesada”, ele confessaria mais tarde.

Ao anoitecer, já sem cerveja, mas com um estoque aparentemente inexaurível de vinho fermentado em casa com cerejas silvestres, o grupo de bêbados reanimou-se de repente, quando a porta abriu e por ela entrou, junto com o vento gelado, um caçador saído da nevasca. Era Brad. Trazia dois lobos. Mortos, evidentemente. E Wade aproveitou para submeter o hóspede à suprema prova de testosterona: “Você já esfolou alguma coisa?”. Sim, respondeu o forasteiro, “muitas”. Curtido pela rotina do controle da fauna, Niemeyer era um tarimbado taxidermista. “Então, vamos fazer uma competição”, Wade grunhiu.

Concurso de esfolamento

Brad era o campeão local de esfolamento. Niemeyer ainda quis tirar o corpo fora. Alegou que o concurso, disputado na sala, sujaria tudo de sangue. Wade fechou questão: “Que se dane. Se precisar, trocamos o carpete”. E Niemeyer teve que mostrar o que sabia fazer com uma faca na mão e um lobo de quase 60 quilos nos joelhos. Venceu a corrida. Aprovado, ganhou na mesma hora um convite para se aboletar no sofá, em vez de ir dormir no hotel, como estava previsto. E na manhã seguinte começava a livrar os lobos das armadilhas de Wade.

Sem ser um profissional da bravata, Niemeyer impressionaria os caçadores nessa tarefa mais do que eles podiam supor pela exibição da véspera. Carregou nos ombros lobos sedados, mas vivos, que poderiam acordar a qualquer momento. Deitou no banco traseiro da picape, para reanimá-los com o ar quente da cabine, animais levados à beira da crise fatal de hipotermia pela briga, noite adentro, contra o abraço do fio metálico. Fez-se pendurar pelas pernas de cabeça para baixo em barrancos sombrios, para içar feras caídas. Com essas e outras, daí para frente Niemeyer conseguiu no Canadá todos os lobos que quis. Mas nem por isso deixou de ser ecochato. A má fama é o osso do ofício.

Um antídoto para o ambientalismo catastrófico

24.10.2007

O primeiro representante da civilização ocidental a documentar a existência do gorila no Congo foi o capitão Oscar von Beringe, um oficial alemão que explorou a cadeia vulcânica do Virunga em 1902. Beringe manifestou sua admiração pelo primata que acabava de descobrir nos termos mais eloquentes da época – à bala. Matou dois gorilas. E, com isso, confirmou a lenda de que o bicho era “extremamente feroz”, como dissera um missionário do século XIX.

A reputação do gorila só começaria a virar no fim da década de 1950, quando chegou ao Virunga o biólogo George Schaller, inaugurando os novos estatutos da convivência com a espécie. Os mesmos que, muito mais tarde, quando a reserva foi parar no meio dos conflitos étnicos de Ruanda, levariam à morte – e ao cinema, reencarnada por Sigourney Weaver – a primatóloga inglesa Dian Fossey. Para isso, Fossey só precisou seguir os passos de Schaller, o primeiro a se instalar numa cabana de palha para observar os gorilas como, depois dele, os pesquisadores aprenderam a fazer: pacificamente.

Cara a cara

Schaller testou seu método entre os gorilas num encontro cara a cara com DJ, jovem macho de costas prateadas, em plena idade de comprar briga para mostrar quem manda no pedaço. Um dia, sem mais nem menos, ele conta, DJ “avançou em minha direção até parar a 10 metros, soltando um urro terrível e socando o próprio peito”. O biólogo admite que, nunca, “nem quando estava perfeitamente preparado para isso”, perdeu a vontade de fugir correndo ao ouvir o berro de um gorila. Mas se limitou a recuar “cautelosamente” para um galho a 3 metros do chão. Seguindo DJ, uma fêmea veio examiná-lo mais de perto. Atrás dela, o bando inteiro acabou a seus pés, cercando-o. Três gorilas mais curiosos ou mais afoitos se empoleiraram na árvore em frente. Um filhote veio sentar-se quase a seu lado. E um macho adolescente chegou ainda mais perto, mordendo a própria boca, em sinal de apreensão.

Assim eles perderam o medo uns dos outros. Os gorilas incorporaram Schaller a seu cotidiano, sem alterá-lo. E, quarenta anos depois, voltando ao Virunga, ele seria arrancado da rotina de encher seu caderno com anotações “por um leve toque na perna, como se alguém

batesse com as costas da mão”. Uma fêmea chamada Gukunda, com o filhote nas costas, tentava fazer contato. Schaller se afastou dela, como manda o figurino da neutralidade científica. Mas se sentiu para sempre “honrado” porque Gukunda o tratara como “um parente”. E diz que essa foi sua experiência mais emocionante de mergulho na vida selvagem.

Não dá para levá-lo ao pé da letra, porque o livro está cheio de histórias parecidas, com outras feras, em todos os continentes. Trata-se, aliás, de um dos melhores livros de aventura publicados em qualquer tempo, embora se apresente, disfarçadamente, como “contos de uma vida em campo”. Saiu este ano nos Estados Unidos, aumentando ainda mais a lista dos dezesseis títulos que o autor publicou sobre seu trabalho. Tem a vantagem de ser menos um relatório de pesquisa do que uma coleção de lembranças e impressões pessoais.

Pena que, por enquanto, e sabe-se lá até quando, só se possa lê-lo em inglês. Chama-se “Um naturalista e outras feras” na edição americana, e até pelo nome não parece coisa de cientista. Ecoa, de maneira muito próxima para não ser intencional, o título de *My family and other animals*, a obra-prima do naturalista inglês Gerry Durrell, sobre a sua infância descobrindo a natureza na ilha grega de Corfu. São livros que todo mundo mereceria ler, antes que o aquecimento global transforme de uma vez por todas o ambientalismo num assunto para roteiristas do cinema de catástrofe. Isso, claro, se um dia alguém por aqui se lembrar de lançá-lo em português. O de Durrell, em quarenta anos, não achou editor nacional.

Schaller conta, em dezenove capítulos, sua vida de trabalho pioneiro nas últimas fronteiras da vida selvagem. Foi ele, sempre, quem abriu o caminho da observação meticulosa para que se pudesse conhecer – e, com sorte, preservar – as onças do Pantanal matogrossense, os caribus do Ártico, os leões do Serengeti, os tigres na Índia, os ursos panda da China, os leopardos da neve no Paquistão, os antílopes endêmicos dos altos platôs tibetanos e outros animais praticamente desconhecidos, antes que a ignorância os exterminasse sem deixar traços. Sempre viveu, como ele mesmo diz, “numa geografia de sonhos”.

Ossos do ofício

Em outras palavras, ele praticamente inventou a biologia de campo. Ou “biologia feral”, como Schaller prefere. Ela se distingue do ecoturismo acadêmico pelo rigor científico, a dureza da rotina e a relevância da causa. Para quem se dispuser a imitá-lo, a receita que ele ensina é de um asceta aventureiro, que sofre de choque cultural quando volta para casa, e não o contrário.

É um ofício para gente capaz de enfrentar, como ele, meses sem conta em saco de dormir, às vezes dormindo ao som de ossos quebrando e couros rasgados pelos dentes de leões a poucos passos de distância. No calor dos trópicos ou no gelo do Círculo Polar. Esperando até o derra-

deiro minuto, antes que o inverno feche os passos de montanha no Himalaia. Seguindo pegadas em labirintos de espinhos. Como “um eterno imigrante isolado em culturas estranhas”. Convivendo com tribos na selva amazônica ou nas estepes asiáticas, que têm, em comum, o crescente poder de fogo para aniquilar as espécies que sempre as sustentaram, em nome de tradições ancestrais turbinadas pelo comércio internacional de peles e até de carne selvagem.

Lá pelas tantas, Schaller cita o escritor Peter Fleming, para quem o problema atual das viagens de aventura é que elas ficaram mais fáceis de fazer e mais difíceis de justificar. Mas ele resolveu essa contradição assim que saiu da universidade para o Ártico, há mais de meio século. Tem a ideia fixa de conservar “as sobras da beleza original” nos confins do planeta. Persegue ao mesmo tempo um projeto científico e uma obsessão “que o tempo transformou em fé”. Mas, antes de mais nada, faz porque gosta. Com a vantagem de, aos 74 anos, continuar por aí, de mochila nas costas.

Em 2020, George Schaller escreveu um [artigo](#) em três partes para O Eco.

A Taiga sustentável

24.07.2009

Antes de pôr as botas na terra, Pers Lars Larsson bota na cabeça o chapéu de aba larga, em couro de rena. E isso muda instantaneamente sua figura de engenheiro eletrônico, que trabalha com tecnologia de ponta em energias alternativas para institutos de pesquisa suecos. Parece um John Wayne no faroeste da Taiga.

“O chapéu era da minha avó, que não saía de casa sem ele”, diz Lars. Faz questão de usá-lo nas florestas que costeiam a estrada para o lago de Draggén, assim que fica para trás o vago centro urbano da aldeia de Granmör. Depois que nasceu seu primeiro neto, ele está empenhado em não ser o elo que romperá os laços da família com um estilo de vida enraizado em tradições rurais do século XVII.

Fazenda, aliás

Lars estava ali para mostrar uma fazenda de verão, a *fäbod* de Kal-Tövasen. Ou melhor, traduzi-la. São três casas de troncos, incluindo o estábulo, no meio do bosque. Entre os pinheiros altos, seus telhados baixos aparecem de repente, na última curva. Não há uma antena à vista, denunciando a presença indispensável das últimas palavras em telecomunicação. As galinhas ciscam embaixo das mesas ao ar livre, mesmo durante o almoço coletivo. O banheiro é uma cabana rústica em fundo de terreno.

Em suma, Kal-Tövasen conserva um tipo de roça que o interior do Brasil está esquecendo. E Lars cresceu numa *faböd* como aquela, construída há pelo menos 350 anos. Em sua casa, cozinha-se na sala, em fogo de chão. Nem se falava em rádio ou TV.

“Só comprávamos café e prego”, ele conta. Lars se dedica a pesquisas de energia alternativa em laboratórios avançados. E esse desvio que sua carreira tomou na maturidade naturalmente o levou de volta à roça. Sua lembrança mais forte da infância é um nítido fragmento da manhã de primavera em que saiu de casa sozinho pela primeira vez. Estava nu em pelo. Corria a céu aberto, depois dos intermináveis meses de confinamento do inverno. Sentindo o frio da relva molhada nas pernas. E bafo morno das vacas que lhe lambiam a cara.

Essa existência ele deu por encerrada quando saiu de casa para a escola e, dali, para o curso superior. Aos 18 anos, voltando de férias, explicou à avó que o mundo que ela conhecia tinha acabado. A velha ouviu uma a uma todas as novidades que o neto trazia de fora e concluiu: “Não vai dar certo”. Hoje, Lars está convencido de que muita coisa que lhe ensinaram como sendo o progresso inevitável de fato não deu certo. E procura respostas em velhas tecnologias sustentáveis.

Leite e manteiga

A Kal-Tövasen produz diariamente 120 litros de leite, simplesmente deixando suas 20 vacas pastarem livremente em florestas públicas, onde não há cercas dividindo propriedades. Isso lhe garante a produção de três tipos de queijo e de manteiga fina, enquanto poupa os pastos que a família mantém na aldeia para forrar de feno os estoques do longo inverno.

A estrada à frente de sua porteira é de terra. Raros automóveis passam por ali. E os que passam geralmente param, para comprar laticínios, geleias e outros produtos tipicamente rurais, cujas receitas jamais mudaram. Durante o dia – e o dia é longo no verão nórdico – pode-se sentar para comer nas mesas rústicas, de bancos corridos, espalhadas sem nenhuma ordem aparente entre a casa e o estábulo.

O convite para o almoço inclui a obrigação implícita de preparar a própria comida, em conchas de ferro com longos cabos de madeira, que a clientela põe sobre a grelha, no braseiro ao ar livre. Primeiro, assando os pedaços de carne de porco gordurosa, bem à vista dos porcos que fuçam a cerca diante da floresta. “Vivem soltos”, Lars afirma. Quer dizer: estão ali para virar carne mais dia menos dia, mas até lá terão o direito a uma vida que deve corresponder a algum projeto suíno de felicidade.

O resto do prato exige várias idas e vindas entre o fogo e o balcão dos ingredientes. Os queijos da casa. A massa líquida que, sobre as brasas, grudará os nacos de carne numa espécie de panqueca. A geleia ácida de frutas do bosque. A manteiga doce que Lars considera “cinco vezes mais nutritiva e saudável do que a outra”, porque não vem de organismos alimentados por rações, e sim de uma salada diária de folhas silvestres, que as vacas escolhem com aparente sabedoria.

Uma delas foi seguida por quilômetros, enquanto buscava um fungo específico e raro, que cresce sob a terra, junto a raízes de coníferas. E assim se tratava sozinha de uma infertilidade crônica, que os veterinários não sabiam curar. Examinado, o tal fungo se revelou uma fonte natural dos hormônios que lhe faltavam.

Ursos e fungos

Lars tornou-se um devoto fervoroso não só da dieta camponesa, como de seus ritos. Conservam-se na *fäbod* antigos costumes, como o de levar os filhos ao bosque assim que eles nascem e serrar em sua presença o topo de uma árvore. Duas ou três décadas depois, se eles precisarem de madeira para a casa própria, o tronco estará lá, maduro, de pé, à sua espera. Durará séculos em paredes de toras maciças. E a floresta terá todo o tempo necessário para repor a árvore cortada.

O gado pasta num raio que se estende entre 20 e 40 quilômetros durante o dia. E retorna por sua própria conta à noite, acostumado que está à presença de ursos, sempre na ronda. Em suas andanças, as vacas encontram fungos e plantas que parecem resolver todos os seus problemas veterinários. Os animais mais velhos de algum modo transmitem aos mais novos o conhecimento da floresta, e isso os salva do matadouro, quando deixam de dar cria ou leite.

Está provado que o solo, nas *fäbod*, melhora de uma geração a outra, em vez de se empobrecer. Ou seja, ali se pratica sem maiores retóricas aquilo que de uns anos para cá as grandes empresas do mundo passaram a chamar de “sustentabilidade”. Lars está lá por isso. Não vai a Kal-Tövasen a passeio, mas em busca de saídas para os problemas que seu primeiro neto, nascido este ano, certamente terá pela frente.

O exemplo vem de baixo

14.02.2007

Esta teria tudo para ser uma boa história sobre o semiárido nordestino. Mas veio de Níger, país estatisticamente tão inviável que, lá, os jovens em idade de procurar emprego escapam clandestinamente para a Nigéria, como aqui se migra para os Estados Unidos. Níger tem 86% de analfabetos, elite nômade, um dos piores índices de desenvolvimento humano do planeta e dois terços de seu território enterrados nos areais do Saara. Mas foi ali que a repórter Lydia Polgreen colheu uma reportagem sobre os pequenos agricultores que, plantando árvores por conta própria, tiraram do deserto 300 quilômetros quadrados de terrenos condenados à esterilidade pela escassez de chuva e excesso de erosão.

Eles fizeram sozinhos, gastando pouco e realizando muito, o que a política local dificilmente faria, transpondo rios de dinheiro desviados dos programas de ajuda internacional. Primeiro, perceberam há 20 anos que estavam fadados, pela imprevidência ambiental, a virar sem-terra. “Nós olhamos em volta, todas as árvores estavam distantes da aldeia”, lembra o lavrador Ibrahim Danjimo, citado pela jornalista.

Espécies estratégicas

No chão gasto e queimado, os ventos levavam embora o que ainda lhes restava de solo agricultável. As dunas ameaçavam engolir suas choupanas. Seus poços secavam. Em resumo, aquela nesga de área mais ou menos fértil chamada Sahel minguava a olhos vistos. Sintoma de desastre certo, num país onde 90% da população vive do que extrai de 12% do território.

Foi assim que gente como Danjimo decidiu rearborear o delta do rio Níger. Para isso, os agricultores abandonaram os métodos tradicionais e predatórios de plantio. Deixaram de limpar os campos antes de semeá-los. E aprenderam a desviar a lâmina do arado das mudas nativas que teimavam em brotar espontaneamente em suas propriedades, entre as colheitas. Sobretudo, plantaram espécies estratégicas para a recomposição do solo, como a *Faidherbia albida*, cujas raízes fixam melhor o nitrogênio e cujas folhas sempre estiveram na dieta de girafas e elefantes – logo, alimentam o gado.

De lá para cá, a população do Níger duplicou, embora ainda hoje, com menos de 14 milhões de habitantes, caiba com poucas sobras num programa social do tamanho do Bolsa Famí-

lia ou na conta dos nordestinos que o governo Lula promete atender pela transposição do rio São Francisco. Enquanto a pressão demográfica aumentava, “contrariando a sabedoria convencional de que o crescimento populacional leva à perda de árvores e acelera a degradação do solo”, segundo Polgreen, o delta do Níger está mais verde hoje do que na década de 1970. Mesmo depois de enfrentar as estiagens devastadoras trazidas pela mudança climática na virada do milênio. Aliás, os pesquisadores constataram que a vegetação é mais densa nos lugares mais povoados.

“O Níger foi uma enorme surpresa para nós”, admitiu Chris Reij, um especialista em conservação do solo que visita regularmente o Sahel há mais de três décadas. Pudera. Ali havia agricultores habituados a arrancar tudo o que podiam do terreno, até esgotá-lo. E depois seguir em frente, à procura de novas terras para arruinar.

Eles mudaram. E estão ganhando com isso. O quê? Cerca de 300 dólares por ano, no caso de Ibrahim Idy, dono de 20 baobás no Dahiru. Ter árvores em Níger significa renda extra, pela venda de galhos secos para fogões, sementes, frutas e folhas. Tudo isso, somado, a médio prazo vale bem mais do que uma árvore inteira reduzida a lenha. Idy, por exemplo, empregou o lucro de seus baobás numa bomba hidráulica, para irrigar a horta. Seus vizinhos usam para isso os próprios filhos. Mas os filhos de Idy vão à escola.

Chão de pedra

Na aldeia de Dansaga, onde a rearborização também deu certo, o chefe Moussa Bara afirma que nenhuma criança morreu de desnutrição na fome que assolou o Níger em 2005. Atribui o milagre ao reforço dos orçamentos domésticos pelo comércio de lenha. Dito assim, parece fácil. Mas esta é a saga do trabalho duro. Em Tahoua, na borda do Saara, um movimento de viúvas recuperou 2,5 quilômetros quadrados de deserto, cavando buracos para incrustar estrume no chão duro como asfalto.

É pouco? Talvez seja mesmo insuficiente para enfrentar as secas que o futuro próximo está cozinhando para Níger. Mas essa notícia, publicada na segunda-feira passada pelo *The New York Times*, foi um dos assuntos mais replicados por e-mails no site do jornal. O que é pelo menos uma prova de que o público reconhece uma autêntica novidade, quando ela fura a crosta do atraso ambiental.



Em tempo

Pequenos agricultores da região do Sahel continuam plantando florestas em suas lavouras. O reflorestamento levado a cabo pelas mãos que produzem alimentos já

melhorou a segurança alimentar de 3 milhões de pessoas que vivem no território. Aumentou a renda das famílias em até 24%. Amenizou temperaturas. Trouxe de volta a biodiversidade local. Regenerou solos. E aparentemente sensibilizou o poder público: até 2030, o governo de Níger promete restaurar, a cada ano, 230 mil hectares de terras degradadas na região.

Quem não tem castor caça com sambaqui

10.10.2009

Dos imigrantes clandestinos de Nova York, o mais notório ultimamente é o José. Ele chegou lá a nado, dois anos atrás. E construiu por sua conta e risco uma habitação, perto do zoológico do Bronx, numa arquitetura para lá de informal – casa “posta de pé cruamente”, como disseram na ocasião os repórteres que cobriram seu *début* na cidade.

Apesar dos pesares, José teve recepção digna de um visitante ilustre. *The New York Times* saudou-o como um personagem que não era visto por lá desde o século XVIII. E, em dezembro passado, quando ele reencarnou, depois de uma breve e sentida ausência, o jornal noticiou sua volta como a “do pródigo”. Ele se tornou uma estrela da longa saga de recuperação ambiental que procura devolver à ilha de Manhattan um pouco do que ela já foi, sem perder nada do que ela é.

Daí sua importância como símbolo vivo de um passado que parecia enterrado 200 anos atrás. Aliás, o nome José vem de José Serrano, deputado de origem portorriquenha que arrancou 15 milhões de dólares dos cofres norte-americanos para a limpeza e recuperação do rio Bronx, cujas margens estavam povoadas por lixo, esgoto e carro velho. José deu-lhe o melhor atestado de que o projeto estava funcionando.

Castor de verdade

Até o deputado José Serrano se considerou “homenageado” pelo xará. José é o apelido de um castor, animal outrora tão típico de Nova York que, em sua fundação, ainda como Nova Amsterdã, o primeiro produto comercial que os colonos holandeses despacharam da ponta da ilha para a Europa foram 5.295 peles do bicho, usadas na época como gorros de inverno. E o primeiro milionário tipicamente novaiorquino foi um alemão, naturalizado como John Jacob Astor, que enriqueceu exportando chapéus forrados com pele de castor.

Há dois castores no selo oficial de Nova York. E uma rua chamada Beaver – ou seja, castor – entre a Broadway e a Wall Street, no centro histórico da cidade. Mas nada restaria do ambiente que originalmente o animal habitava, não fosse o esforço de recuperar, na paisagem reticulada por quarteirões de arranha-céus, as colinas e mangues do denário natural que os colonizadores encontraram na ilha em meados do século XVII.

É um tipo de mapeamento que, se fosse tentado no Rio de Janeiro, por exemplo, devolveria mais de 60 praias à sua orla, dezenas de ilhas soterradas no centro da cidade, morros inteiros e grandes lagoas cuja única lembrança são as praças antigas que atualmente dilatam o labirinto de seu tecido urbano. Da paisagem não sobrou nem uma placa, recordando o que os cariocas trocaram pelo progresso descuidado.

Mas Nova York pegou a mania de desencavar seus tesouros naturais, de mapas antigos a relatos históricos, porque reconhecer as perdas irremediáveis também faz parte do movimento geral para reconciliar a cidade com a natureza. Faltava-lhe, para isso, um castor de carne e osso, nadando livremente na vizinhança da ilha.

Agora não falta mais. A cidade tem seu José, como testemunha de que reaver coisas perdidas na poeira da história está cada vez mais em voga, nos torneios internacionais de elegância, progresso e educação. Se um dia a moda pegar por aqui, quem sabe chegará para o carioca a vez de pelo menos imaginar na Baía de Guanabara as baleias que o padre José de Anchieta viu, no século XVI, entre ilhas floridas e praias brancas.

Ostras e sambaquis

Mas, como toda tradição, esta provavelmente também levará tempo. Os brasileiros, por enquanto, estão mais preocupados em reivindicar as prerrogativas do atraso, que supostamente dariam aos retardatários o direito de cometer, agora, os erros que os países ricos perpetraram antes – antes, inclusive, de darem realmente certo na vida. E, para esse debate, Nova York oferece nesta temporada, além do José, personagem de uma extensa reportagem sobre a natureza de Manhattan na revista *National Geographic*, um livro que tem melhores argumentos do que um castor para inspirar os brasileiros – entre outros motivos, porque trata de ostras, que nós também temos, e já saiu em português – lançado pela editora José Olympio como *A grande ostra*, do jornalista americano Mark Kurlansky.

Kurlansky, um autor que já escreveu sobre bacalhau e sal em livros anteriores, conseguiu compor desta vez com rigor histórico uma parábola exemplar sobre a voracidade humana. Ele conta como Nova York inteira – inteira, no caso, quer dizer a cidade dos ricos e dos pobres, dos pioneiros e dos imigrantes recém-chegados – fartou-se de ostras até praticamente acabar com elas, destruindo seus viveiros imemoriais na foz do Hudson. Quando os europeus chegaram a Manhattan, encontraram ali os Lenape, acostumados a catar ostras de até 30 centímetros num litoral onde elas tinham pelo menos 10 mil anos de presença na dieta humana.

Eram uma das riquezas de Nova York. E exploradas como tal. Vendidas aos milhões no mercado local e exportadas como produto típico, elas entraram em colapso no começo

do século XX. Entre outros motivos, por causa da poluição das águas que filtram para se alimentar. Hoje, é claro, não falta ostra em Nova York, em restaurantes mais ou menos populares ou de luxo. Um dos mais tradicionais, o da estação Grand Central, anuncia a qualidade de suas ostras na internet com os moluscos batendo palmas diante do prédio histórico, num claque-claque de conchas.

Proteína pura

A diferença em relação à abundância do passado é que, atualmente, as ostras novaiorquinas são importadas. Por isso o livro de Kurlansky tem um sabor especial para quem ainda está se despedindo de seu patrimônio natural, como os brasileiros. Nossa terra, além de palmeiras, tem sambaquis. E os sambaquis, que coroam boa parte de nosso litoral, nada mais são do que depósitos arqueológicos de ostras.

Elas foram há milhares de anos colhidas como jabuticabas do tronco das árvores de mangue, por uma invejável população pré-colombiana que, sem fazer força, tirava do mar com as mãos proteína pura e a comia crua, depositando as conchas em pilhas de até 25 metros de altura. Mais ou menos como fazem os grã-finos nas praias exclusivas dos melhores resorts.

Esse povo, que sumiu muito antes que chegassem os europeus aos Brasil, construiu sem querer altares acidentais, verdadeiros monumentos à preguiça benfazeja de um paraíso tropical que de fato existiu por aqui, risonho e franco, quando o país ainda não era sequer Pindorama. Os sambaquis precisam com urgência achar o seu Kurlansky. À falta de castores, as ostras são a melhor chance que o Brasil tem de dar a seu passado algum futuro.

Aula de estilo para biólogos

05.03.2010

Summer World – a season of bounty, do entomólogo Bernd Heinrich, é um desses livros sobre assuntos universais em detalhes minúsculos que só os biólogos são capazes de fazer. O problema é que Heinrich, professor emérito da Universidade do Vermont, está longe de ser um biólogo como outro qualquer.

Para começo de conversa, ele mesmo ilustra copiosamente suas páginas, não só com fotografias documentais, mas sobretudo com desenhos a mão livre, feitos com traços precisos e verossímeis, sem perder o lirismo de quem está vendo as coisas pela primeira vez, o que lhes dá um certo grau de parentesco com as figuras que povoam as páginas de histórias infantis. E isso mesmo quando retrata a autópsia de um pássaro abatido no choque com as vidraças de sua casa.

Ele é também um maratonista de fôlego. E bota fôlego nisso. Quase quarentão, perdeu por meros três segundos a vaga na equipe dos Estados Unidos para os Jogos Olímpicos de 1980. De lá para cá, veio acumulando títulos e recordes de longa distância, correndo 100 quilômetros em pouco mais de sete horas e 100 milhas em doze horas. De quebra, escreveu sobre as maratonas para a seção de esportes do jornal *The New York Times*. E o artigo foi premiado.

Pudera. Ele fez um livro de História Natural sobre os impulsos biológicos que na noite dos tempos produziram homens capazes de alcançar antílopes e outras criaturas prodigiosamente lépidas graças à soma de persistência com vontade de vencer. Tudo em que ele bota o olho fica interessante – sejam rãs, moscas, besouros, vespas, aranhas, a disputa acirrada entre insetos pelo espólio de corpos em decomposição ou o padrão metódico com que os pica-paus de peito amarelo picotam, ano após ano, a casca branca das bétulas, para lhes sugar a seiva açucarada. Estudando mamangás, demonstrou em outro livro que essas abelhas corpulentas poupam energias com o tino de verdadeiros economistas, para se manter mais quentes que o ar à sua volta. E, futricando a vida social dos corvos, provou que eles raciocinam e fazem escolhas conscientes.

Heinrich, ainda por cima, escreve com a desenvoltura de quem acha a coisa mais natural do mundo pular, em poucas linhas, de esquemas cosmológicos sobre a inclinação do eixo terrestre que aquece o hemisfério Norte, virando-os três meses por ano para o lado do sol, para uma citação de *Here comes the sun*, de George Harrison – o estribilho completo, com o “da-da-

-di-da-da” e tudo. Seu novo livro, este *Mundo do verão*, mal saído do prelo nos Estados Unidos, portanto ainda longe da língua portuguesa, é exatamente o que diz o título: o mundo visto do fundo de seu quintal, nas florestas do Maine, entre os verões de 2005 e 2009, na estação em que animais e plantas aproveitam o maná de fótons que cai do céu para crescer e multiplicar-se.

Embora as explorações de novos continentes no século XIX tenham associado para sempre a imagem dos naturalistas às grandes viagens exploratórias pelos confins mais “exóticos” do planeta, a curiosidade científica que Henrich aplica a criaturas e lugares supostamente banais tem antepassados ilustres. Foi assim, literalmente nos jardins provençais de sua casa no sul da França, que nasceram no século XIX os livros de Jacques Henri Fabre, o padroeiro dos estudos sistemáticos da vida íntima de insetos. O próprio Charles Darwin não passou o resto da vida, como parece, ruminando os troféus de seus cinco anos de viagem a bordo do Beagle. Seu último livro trata da influência das minhocas na paisagem inglesa. É uma típica – e fascinante – produção caseira.

Mas Heinrich tem a seu favor um pendor à primeira vista contraditório para olhar para perto e enxergar longe. Só um fundista como ele para contar, como aventura épica, a migração do *Archilochus colubris*. O beija-flor do papo rubi, genuíno cidadão dos trópicos, uma vez por ano desembarca nos bosques norte-americanos, para acasalar-se e criar filhotes. O macho dessa espécie pesa cerca de três gramas. Bate as asas até 60 vezes por segundo. E, ao migrar, atravessa em ida e volta o golfo do México, voando sobre quase mil quilômetros de água a 55 quilômetros por hora. São, portanto, em velocidade de cruzeiro, 17 horas sem reabastecer, costeando o limite da inanição. Eis uma narrativa de viagem para Amyr Klink nenhum botar defeito.

Com a mesma ligeireza, Henrich transita entre decomposição de um peru selvagem caçado por coiotes na vizinhança de sua casa para a correspondência com um ex-aluno que, desenganado pelos médicos, escreveu-lhe solicitando o favor de deixar seu corpo apodrecer ao relento nas terras do professor. Segundo explica, aos “cuidados de moscas, besouros” e outros “celebrantes da renovação”, capazes de conduzi-lo à única forma de imortalidade em que acredita – a do reaproveitamento natural das fontes de vida.

Conservação também se faz com livro

26.07.2010

Parem as motosserras. Vem aí o mapa-mundi das florestas, lembrando que as árvores mais altas da Terra estão espetadas na costa oeste dos Estados Unidos e no Sudeste Asiático. As da Amazônia mal batem no peito desses gigantes.

Não é bem o cenário que o governo brasileiro desenha, quando descreve para a opinião pública o estado do planeta. Nos outros países nem existem mais árvores, não é mesmo? Pena que o mapa seja o tipo da informação que passa de fininho pelo noticiário, enterra-se nos anais acadêmicos e lá desaparece. Aí, ligam-se as motosserras.

O que mais poderia fazer com essa informação quem vive num tempo em que a ciência empurra sem parar a natureza para além do senso comum? Onde havia monstros, prodígios e portentos demarcando os limites do mundo conhecido na cartografia medieval, agora há biomas, efeitos antrópicos e aquecimento global disputando espaço com velhas lendas.

E não será só com notícia ligeira que se pisará em terra incógnita. Falta munição em português para desbravá-la, porque os livros em que os naturalistas aprenderam a traduzir para leigos os segredos da realidade saem, geralmente, em inglês. E em inglês permanecem. Só em inglês dá para ler de enfiada e com prazer a história da complicação em que se meteu o biólogo Bernd Heinrich, comprando no estado do Maine em 1977, para cultivar uma floresta, terras que fazendas antigas e madeireiras recentes haviam deixado no osso.

A região inaugurou sua primeira serraria em 1626. E passou dois séculos a serviço do apetite internacional pelo grande pinheiro branco – ou melhor, o *Pinus strobus*, que cobria uma vasta extensão da costa leste norte-americana, como uma fonte inexaurível de madeira macia, leve e resistente, ideal para mastros no apogeu da navegação a vela. Por conta do pinheiro branco, a população do porto do Maine saltou de 277 almas penadas em 1830 para 14.408 em 1860. Traçou-se, sem tirar nem por, de uma corrida extrativista movida pela economia global.

A árvore virou símbolo do Maine. Ilustrava o selo do estado em 1820. Suas florestas se tornaram oficiais em 1895. E em 1945 o Maine adotou a alcunha de Estado do Pinheiro. Mais

ou menos como aconteceu com a araucária no Paraná. Mas com resultados menos lúgubres, porque foi ele que motivou no começo do século XX a campanha para multiplicação de parques nacionais e reservas nos Estados Unidos, no governo Theodore Roosevelt.

Os ambientalistas levariam muitas décadas para descobrir que o grande pinheiro branco prospera em terra arrasada. Quando a agricultura e a pecuária decaíram, ele voltou a ocupar os campos abandonados com a voracidade de floresta homogênea. E foi isso que Heinrich encontrou há pouco mais de 30 anos. Restaurar o bosque original só com salário de professor era, de cara, um projeto falido. Ele decidiu reflorestar a propriedade usando o dinheiro e a técnica da exploração comercial de madeira.

Tiradas num intervalo de três décadas, fotos aéreas do terreno comprovam que ele acertou a mão. E que essa mão teve cabeça para fazer em cada metro quadrado de suas colinas um considerável investimento de pesquisa. Como resultado de todo esse trabalho colheu, fora o prazer de morar numa clareira onde hoje alces e ursos vêm comer maçãs, assuntos de sobra para livros cotados pela crítica como obras-primas da divulgação científica, com várias temporadas na lista dos mais vendidos. No caso, estamos falando de *The Trees in My Forest*, lançado em 1997.

Heinrich é espantosamente prolífico para um autor tão pouco sedentário. Tarimbado corredor de maratonas, ele costuma zanzar por suas matas a qualquer hora do dia e da noite, como se sentisse em casa. Tem uma curiosidade insaciável por tudo o que acontece lá dentro. Controla a cada estação a chegada e a partida dos pássaros, anfíbios, insetos e florações, dedicando-se a meticulosas investigações sobre os mecanismos que regulam o cio das plantas com a ronda dos bichos capazes de polinizá-las. Sobe em pinheiros com lápis e papel na mão, para rascunhar, lá do último galho, vistas panorâmicas que acompanham a evolução da paisagem. Aponta, pessoalmente, as árvores condenadas às serrarias, para que outras retomem o território que originalmente lhes cabia.

Enfim, cuida de todos os detalhes. E, com isso, sua floresta tornou-se um modelo vivo de ciência aplicada à conservação. Ele costuma usá-la em aulas de campo. E suas aulas soam convincentes, porque anos atrás um ex-aluno desenganado pediu-lhe para deixar seu corpo apodrecer ao relento na mata (o que Heinrich recusou), acreditando que assim chegaria diretamente à única vida após a morte que se pode conferir molécula por molécula.

Não há assunto obscuro e abstrato que Heinrich não torne claro e concreto em duas ou três páginas. A conversa fiada sobre sequestro de carbono, por exemplo. Ela paira no ar há tanto tempo que parece incapaz de pegar na terra. Heinrich a materializa num galho que cresce diante de sua janela, absorvendo por segundo em cada célula 4,6 milhões de mo-

lécúlas de dióxido de carbono, possivelmente expelidos por “um tronco em decomposição na Amazônia, um carro nas avenidas de Los Angeles, uma usina a carvão no Utah, um hornbill na Indonésia e um babuíno na Tanzânia”.

Portanto, “cada célula de madeira em cada árvore” de sua propriedade é um permanente “dá-e-toma com o resto do mundo”. Dito assim parece simples, não? Pois é o mesmo cálculo que o tal mapa-mundi da massa florestal pretende converter à escala planetária. Para que ninguém mais possa dizer que não tem nada a ver com isso.

Uma nova tragédia chega aos livros

21.02.2007

As árvores ganharam outro dia as páginas do *The New York Review of Books*, onde o biólogo australiano Tim Flannery plantou comentários sobre dois tratados de Botânica que acabaram de chegar às estantes dos especialistas. Juntos, somados, eles pesariam 1.217 páginas. Mas Flannery está mais que acostumado a digerir para os leigos os assuntos mais pesados. Em *The Weather Makers*, seu livro recente sobre o aquecimento global, ele não deixa pergunta sem resposta sobre o papel do trabalho humano na mixórdia do clima. É a “verdade inconveniente” de Al Gore, sem tirar nem pôr. Mas ninguém pode dizer que parou a leitura no meio por achar o texto chato.

Flannery aproveitou, sobretudo, o lançamento de *The Tree*, de Colin Tudge, para lembrar que, até hoje, nós mal sabemos o que vem a ser, precisamente, uma árvore. Podíamos estar convencidos de sabermos até duas décadas atrás, antes que o estudo do DNA viesse balançar o sistema de Lineu, botando os cogumelos mais perto do homem que da couve-flor ou provando que a teca, árvore indiana de grande porte, é parente muito próxima do orégano e do manjericão.

O próprio Flannery se espanta ao registrar que, ultimamente, os botânicos põem os carvalhos mais ou menos ao lado dos pepinos. Sinal de que as árvores têm “uma história épica”, com grandes aventuras migratórias gravadas em seu genoma. Para contemplá-las, Tudge recomenda abrir os olhos para sua “quarta dimensão, a do tempo, e ver como os ancestrais da árvore que cresce diante de nossa janela viram a luz num canto remoto da Terra, há milhões ou centenas de milhões de anos, flutuaram em seus blocos de continente quando os próprios continentes circunavegavam o globo, contornaram as geleiras da era glacial e provavelmente eclodiram num pântano primevo, desaparecido há muito tempo, com crocodilos a seus pés e os primeiros falcões e martins-pescadores do mundo montando guarda em seus galhos”.

Dito assim, fica tudo tão complicado que Tudge considera uma imprudência falar em “árvore”. Este nome, que dá título a seu livro, não tem definição confiável na ordem natural das coisas. Há espécies que podem ser árvores ou arbustos, dependendo de onde resolvam fincar raízes. E árvores que, no passado, foram trepadeiras ou mesmo ervas rasteiras. Por levar o tema tão a sério, Tudge só se arrisca a definir árvore com palavras de criança.

Trata-se de uma “planta grande com um bastão no meio”. E ela não é só uma “coisa”, mas sobretudo uma “façanha”.

Isso, pelo menos, ninguém pode negar ao desflorestamento. A sensação de perda que ele provoca está dando às árvores uma atenção que, antes, quando pareciam donas do planeta, por mais que merecessem, elas não recebiam. Três anos atrás, o geneticista David Suzuki fez, com o escritor de temas científicos Wayne Grady, a biografia de um pinheiro. Não de um pinheiro qualquer, mas de um *Pseudotsuga menziesii* específico, com 50 metros de altura e 5 metros de circunferência, que vive atrás de sua casa, no Canadá. Suzuki, embora seja, por formação, zoólogo, famoso por suas pesquisas com a mosca da fruta, tratou de decifrar as linhas vitais dessa “façanha” vegetal, desde o provável incêndio espontâneo em que sua semente eclodiu há mais de 400 anos – quando “William Shakespeare ainda estava escrevendo *Rei Lear*” – até a morte natural, daqui a dois ou três séculos, quando talvez alguém reconheça em brotos de cicuta, crescendo em linha reta no chão da floresta, a herança do tronco que apodreceu.

Está na moda tratar árvores com respeito, pelo menos em livros. O inglês Thomas Pakenham corre o mundo com sua câmera Linhof de grande formato, para retratar as “notáveis” em qualquer continente, como um fotógrafo de celebridades. Aqui, o engenheiro florestal Harri Lorenzi está na quinta edição de *Árvores Brasileiras*, catálogo que ele começou a juntar na época em que precisava de argumentos para convencer proprietários de canaviais no interior de São Paulo a recompor suas matas ciliares com mudas nativas.

Meses atrás, com *Árvores da Amazônia-Brasil*, o fotógrafo Silvestre Silva conseguiu resumir em menos de 250 páginas tudo o que nunca aparece nas notícias sobre o desmatamento da região. Os recordes de derrubada conseguem, no máximo, apresentar à opinião pública as cicatrizes na floresta, quando vêm ilustrados por imagens aéreas da massa verde de copas indistintas. Silva vai mais longe. Revela o que jaz embaixo dessas estatísticas. São, por exemplo, acariquanas, berós, carapanaúbas, coataquiáuas, cumarus, morototós, mungubas, paricás, quarubas ou tauarís. Em pessoa. Apresentados, um a um, no esplendor de sua forma, como árvores que o Brasil perde diariamente, sem saber sequer que existem. Perder uma só espécie de árvore, segundo Flannery, “é uma tragédia”. Um tipo de tragédia que nunca foi tão fácil achar nas livrarias.

Dois convites a pôr as barbas de molho

19.03.2009

Num “belo dia” da primavera de 1844, o escritor Henry David Thoreau, “padroeiro do ambientalismo americano”, explorando as margens do rio Concord, ainda embrulhadas na floresta primária que cobria o estado de Massachusetts, botou fogo no mato sem querer, ao esquentar a sopa. Queimou um quilômetro quadrado de árvores nativas. Mais do que qualquer comerciante conseguia fazer na época, só à custa de ganância ou ambição.

Com essa provocação, o economista Edward Glaeser, de Harvard, abre um artigo recente, para nos parágrafos seguintes desancar as miragens do culto à natureza. E pergunta o que seria melhor para a conservação do planeta: gente vivendo em arranha-céus de Nova York, ou em casas de campo, cercadas de verde?

Melhor o cimento

A realidade da típica família novaiorquina vence a fantasia pastoral por 7 toneladas anuais de CO₂, segundo Glaeser. Ele se baseou em contas que andou fazendo com Matthew Khan, da Universidade da Califórnia. Em seu placar, entraram diferenças de hábitos em matéria de transporte, consumo de energia e calefação. Mas não as virtudes dos prédios de última geração, capazes de reciclar a água que corre em seus canos, processar o próprio esgoto ou tirar do lixo toda a sua eletricidade.

Ou seja, “viver no meio do concreto é na verdade muito verde e no meio das árvores, não”. Mas ele chegou a essa conclusão sem ouvir o que tem a dizer sobre o assunto o biólogo Mike Hansell, “professor emérito” de Arquitetura Animal na Universidade de Glasgow. Hansell inventou a cadeira que ocupa em 1968, com uma série de palestras sobre o assunto, para poupar a plateia da massa de informações que trazia da pós-graduação em moscas aquáticas, sua especialidade acadêmica.

A escolha do tema deu tão certo que, quase 30 anos depois, ele se viu pela primeira vez diante de 300 engenheiros, reunidos num congresso em Londres. Disse-lhes, na ocasião, “que não é preciso ter cérebro para construir”. E foi aplaudido pelos ouvintes, uma douda assembleia de peritos em hidráulica, ventilação, energia e sistemas de computação, embora se referisse, no

caso, à *Diffflugia coronata*, ameba unicelular que habita uma urna portátil medindo poucos milésimos de milímetro, mas construída com requintes de ceramista artesanal.

A única célula da *Diffflugia coronata*, como ensina o professor, cuida de tudo – “come, evacua, move-se, reproduz-se e, nesta espécie, também edifica uma casa. A célula não tem nada que pareça um sistema nervoso, para nem falar de cérebro”. Mas a curiosidade de Hansell não tem medida. Vai do ninho de *Arachnothera longistrosa*, um pequeno pássaro asiático que faz abrigos pênseis, costurados nas folhas com fios de seda colhidos em teias de aranha, ao formigueiro de saúva que, inundado na Argentina com 9 mil litros de água e toneladas de cimento, trouxe à luz uma rede quilométrica de galerias e câmaras subterrâneas, estruturadas como megalópole para 11 milhões de habitantes.

Built by Animals – ou “Construído por Animais”, o único livro que Hansell escreveu para leigos – inclui um capítulo inteiro sobre as mudanças ambientais produzidas por bichos. Nem todas têm que ser buscadas no microscópio ou debaixo da terra.

O wombat, marsupial que parece um urso atrofiado de nariz peludo, deixou no deserto australiano marcas de devastação fotografadas por câmaras de satélite em voo orbital. Os diques erguidos por castores na América do Norte chegam a ter 200 metros de comprimento por 5 de altura, criando lagos artificiais de vastas dimensões.

Em Botsuana, veem-se de avião as rugas impressas na paisagem pelo trabalho de cupins. E, na Inglaterra, um ninho de texugo, desenterrado parcialmente, trouxe à luz 879 metros de túneis entrelaçados, com 50 câmeras e 178 portas. Provavelmente, já era habitado no século XVIII, quando os Estados Unidos eram colônia inglesa.

“Quando olhamos à nossa volta”, conclui Hansell, “vemos uma ecologia em grande parte dominada pela atividade humana, mas só aparecemos recentemente na história do planeta”. Há túneis na África do Sul abertos há 240 milhões de anos por ancestrais gigantes das fuinhas modernas, que deixaram na rocha até a marca de suas unhas, para mostrar que, como quase tudo o que se estuda mais de perto, pegada ecológica também não é uma exclusividade da presença do homem no planeta. O que é mais um motivo para botarmos as barbas de molho.

A floresta na ponta da língua

27.02.2009

Os caçadores de frutas, do canadense Adam Leith Gollner, lembra uma loja de frutas no esplendor do verão carioca. Farto, variado e saboroso. É, além disso, um livro repleto de gostos exóticos. E chegou tão depressa à edição brasileira, poucos meses depois de seu lançamento em inglês, que parecia fora da estação quando surgiu este mês, já em português, nas livrarias do Rio de Janeiro.

Geralmente, essas coisas demoram a aparecer por aqui. E às vezes, quando vêm, estão meio passadas. Gollner conseguiu acelerar o transplante, creditando ao Brasil o desabrochar de sua obsessão, que o levou a viajar pelo mundo atrás de pomares, selvas, feiras-livres, aldeias, metrópoles e mercados onde pudesse abrir cascas, morder polpas e violar o segredo dos óleos essenciais de perfumes comestíveis. “Desde que estive no Brasil, sei que as frutas me tornam feliz, embora ainda esteja tentando entender por quê”, ele avisa, logo na introdução.

Jardim Botânico

Diga-se de passagem que, na primeira frase do primeiro capítulo, contando a vinda ao Rio que o embriagaria para sempre de “abacaxi, açaí, ameixa, cupuaçu, graviola, maracujá, taperebá, uva, umbu”, ele visita o Jardim Botânico “pelas colunas jônicas da entrada”. Se fosse um livro sobre arquitetura, daria para fechá-lo ali mesmo – pois, fora as palmeiras imperiais, a fuste mais parecida com uma coluna jônica fica no fundo do arboreto, onde foi parar a fachada da antiga Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro joanino, um prédio do arquiteto Grandjean de Montigny desterrado pela febre de demolições que atacou o centro da cidade no século XX.

Pode-se também implicar com o zelo do tradutor que, na página 288, enxertou num parágrafo sobre frutas fotografadas com “Tri-X” uma nota de pé de página supérflua e equívoca, esclarecendo que “XXX” é o “código americano de classificação de filmes que contêm cenas de violência ou pornografia exageradas”. Ora, até as peras clicadas nas ruas do México pela Leica de Henri Cartier-Bresson devem lembrar que Tri-X era a marca de filme em preto e branco fabricado pelo Kodak, que dominou o fotojornalismo antes da era digital.

Mas o resto do livro é pura festa. E esses detalhes não impedem que Gollner seja meio hipnótico, quando trata de seu tema com zelo de fanático. Fruta, para ele, é assunto que

não acaba mais, pesquisado com voracidade insaciável e descrito com sensualidade quase lúbrica. Ele foi ao Havaí para conhecer a brasileiríssima jabuticaba, e tirou da experiência um parágrafo de dar água na boca: “Elas se parecem com uvas gigantes de cor púrpura escura. Como a fruta cresce diretamente do tronco da árvore, como alguma espécie de fungo doce, o melhor modo de comer uma é o ‘beijo da jabuticaba’. No Brasil, a garotada entra nos quintais de outras pessoas e as beija das árvores. O escritor Monteiro Lobato descreve o som de um beijo de jabuticaba como ploc, pluf, pitui”.

Ele consegue tornar verossímeis seus mais delirantes exageros, e não há maior elogio que se possa fazer a um autor. Com duas ou três citações, sugere que na origem genética da inteligência humana estaria a busca dos macacos por frutas, no labirinto das florestas ancestrais. “As frutas ajudaram-nos a evoluir”, Gollner garante.

As involuções da história humana também passam por elas: “As tribos nômades que saquearam Roma não viram necessidade de agricultura, e arrancaram as árvores. A esterilidade baixou sobre a Europa”. E, com ela, o atraso milenar, que “não terminaria antes de quarenta gerações de europeus terem sofrido, gravado seus destinos patéticos e desaparecido”, segundo o historiador William Manchester, que Gollner chamou para reforçar suas hostes.

Ritmo de aventura

Os caçadores de frutas é, ao mesmo tempo, enciclopédico como um tratado, rápido como uma grande reportagem internacional, prático como um manual de nutricionismo e divertido como um almanaque. Aprende-se com ele, por exemplo, que depois de Colombo ser recepcionado “com abacaxis em Guadalupe, em 1493, o abacaxi se tornou um símbolo da hospitalidade em postos de fronteira e torreões das casas na Europa, por causa da tradição aborígene de colocar abacaxis nas entradas para receber visitantes e proclamar hospitalidade”.

Não parece, mas essa informação melhora automaticamente o dia de quem mora na Gávea, no Rio de Janeiro, e passa a caminho de casa pelos portões de um chalé do século XIX, coroados por abacaxis de cimento. Para quem prefere notícias amargas, não deve fazer mal nenhum descobrir que, segundo os exportadores entrevistados por Gollner, a maioria das frutas que brilha demais nos supermercados foi encerada com goma de laca ou de carnaúba.

Não faltam nos caminhos investigativos de Gollner encontros com bilionários excêntricos, agricultores lunáticos, marqueteiros charlatães, fruteiros mafiosos e devotos sinceros, como o imperador Deocleciano, “que abdicou do reino para se dedicar a suas amadas árvores”, ou botânicos heróicos, como Alexey Fogel, que em 1993, aos 83 anos de idade, quando desabou de vez o império soviético, atravessou “as montanhas do Cáucaso com 226 amostras de frutas subtropicais”.

Ele nunca perde de vista que suas verdadeiras protagonistas são as frutas, algumas tão raras que, para conhecê-las, Gollner se arrisca a violar regulamentos locais do outro lado da Terra e a burlar a alfândega na volta para casa. “Nós morremos por elas, fazemos amor com elas e as usamos para contatar o divino”, diz ele. Mas estamos empurrando para as últimas fronteiras do planeta, as florestas, os campos naturais e até os desertos que geraram, desde tempos imemoriais, a infinita variedade de cheiros, cores e texturas.

E isso transforma *Os caçadores de frutas* num manifesto ambiental com açúcar, que desce macio pela goela de qualquer leitor, mas deixa o travo das perdas irremediáveis. Gollner vive atormentado pelos sabores inéditos que desaparecem nas florestas tropicais diariamente, antes que ele chegue a sequer prová-los. No fundo, é o que todo brasileiro precisava ouvir sobre as queimadas na Amazônia, que sempre lhes chegam como tragédias abstratas e distantes.

O remédio pode estar na loja de sucos da esquina, pela receita que deu certo com Gollner. É só pegar um extrato de Amazônia no copo e deixá-lo escorrer pela língua.

Lições de um lorde inglês

04.10.2004

“Vejam bem esta fotografia”, diz o botânico Ghilleen Prance, projetando na tela do Museu de Arte da Pampulha uma cena de árvores queimadas. A imagem, que qualquer brasileiro pode ver a torto e a direito em beira de estrada, dificilmente chamaria a atenção da plateia, se Prance não dirigisse na Inglaterra o Real Jardim Botânico de Kew e o Eden. Ele esteve em Belo Horizonte exatamente para mostrar o que esse tipo de parque público pode fazer pela conservação da natureza.

Aquela queimada é um pedaço dos impecáveis jardins de Kew. Fica na floresta de Wakehurst Place, nos arredores de Londres. E se trata mesmo de uma carvoaria. À primeira vista, uma carvoaria como as brasileiras, que fazem parte de nossa paisagem pelo menos desde o século XIX, quando o pintor Félix Taunay flagrou seu trabalho sujo lambendo os morros do Rio de Janeiro. Mas com a vantagem de ser uma “carvoaria sustentável”, operada por ilustres ambientalistas.

Tão ilustres que Prance – ou melhor, Sir Ghilleen Prance – é cavaleiro do Reino Britânico desde 1995, por serviços prestados às ciências naturais. Ele tem no currículo mais de 360 artigos científicos publicados. Duas plantas da Amazônia brasileira levam seu nome. Fala um português fluente, herança dos quase nove anos que passou no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), implantando cursos de pós-graduação na beira da selva, em Manaus. Na Inglaterra, além de Kew, dirige o projeto Eden, onde investimentos da ordem de cento e tantos milhões de libras transformaram num berçário de raridades vegetais uma cratera esquelética que a mineração de argila deixara para trás na Cornualha.

Sua biografia parece feita sob medida para desmentir a velha lenda amazônica que atribui à pirataria de Kew Garden o fim do monopólio mundial da borracha pelos seringais brasileiros. Na verdade, a transferência de seringueiras para o Ceilão começou com a exportação legal de mudas, que o Brasil autorizou no século XIX por excesso de autoconfiança. E deu no que deu. Na crise da borracha, a *Hevea brasiliensis* chegou à Ásia através das estufas de Kew e de lá deu volta ao mundo, contornando o monopólio brasileiro. E a proeza de aclimatá-la valeu a outro pesquisador de nossa flora nativa, Henry Wickham, o título de cavaleiro do reino vegetal.

Passado o caso da seringueira, veio Prance, abrindo caminho aos estudos sobre a “sustentabilidade das florestas tropicais” em terreno minado. É difícil esquecer seus antecedentes históricos, ouvindo-o no auditório da Pampulha. A seu redor, havia técnicos e diretores de jardins botânicos do Brasil inteiro. Ou seja, trinta e poucos gatos pingados, sentados diante de um autêntico “lorde inglês”, como se chamavam os modelos nacionais de elegância masculina, antes que as lojas de roupa cedessem ao cerco da alfaiataria italiana. Mas, ao vê-lo, ninguém diria. Usava calças jeans, meias brancas e um blazer desabotoado, que no frio ameno de Belo Horizonte deixava ver através da camisa social de pano fino as letras da camiseta de propaganda usada por baixo da roupa. Tem uma filha trabalhando nas favelas de Recife. E comparece religiosamente às reuniões da Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB), o que em si já é um sinal de modéstia.

A rede, que está multiplicando o número de jardins botânicos no país, pode ter funções muito relevantes em seu meio, mas vive da mão para a boca. Em 2003, roeu um orçamento de R\$ 2 mil. Este ano, na décima terceira edição de seus encontros trienais, deu ao diretor de Kew o Prêmio Doutora Graziela Maciel Barroso. No dia seguinte, ele explicou por quê. Como se precisasse explicar por que escolheram logo ele, um cientista inglês, para abocanhar um troféu batizado com o nome de uma pesquisadora nascida em Corumbá, que trabalhou até os 91 anos de idade no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Prance abriu a palestra sobre “A sustentabilidade dos Jardins Botânicos” com um slide desbotado, que nada tinha a ver com seu assunto. Nele apareciam, de costas, uma mulher e duas meninas, caminhando pela aleia de palmeiras do Jardim Botânico carioca. “É minha família”, esclareceu. “Tirei esta foto em 1998. Estávamos chegando lá para meu primeiro encontro com a Dra. Graziela”.

Apresentadas as credenciais de Prance, está na hora de voltar à carvoaria de Wakehurst Place. Nela, segundo o diretor, o jardim tem “área florestal considerável”. Ou, pelo menos, com espaço suficiente para alimentar os churrascos de fim de semana, que para isso queimam carvão vegetal, vindo das florestas devastadas da África e da América do Sul. “Oitenta por cento do carvão que os ingleses compram é importado. Ou seja, é o que restou da queima de madeira tropical de países pobres. E isso é insustentável”.

O remédio foi entrar no mercado, vendendo nas lojas do Jardim Botânico de Kew o carvão que é feito ali mesmo, com árvores que rebrotam depois de podadas. “É claro que o projeto Wakehurst não tem tamanho para abastecer toda a Inglaterra”, ele disse. Mas serve para chamar a atenção para o problema e sua solução doméstica. “Pelo exemplo, queremos convencer os donos de bosques particulares na Inglaterra a fazerem a mesma coisa. Esperamos que essa prática se estenda a muitos outros produtores. Criei até mesmo uma ONG para encorajar a produção de carvão na Inglaterra”.

Nessa trilha, o Kew Garden atualmente chega longe. No Zimbábue, o professor David Cutler toca, com anatomistas de madeira formados nos laboratórios da casa, um projeto para plantar madeira combustível, de crescimento rápido e alto teor calórico, em volta de aldeias africanas, evitando que elas continuem a calcinar as florestas da vizinhança. Na Malásia, onde a fabricação de móveis artesanais ameaçava a sobrevivência das palmeiras de ratã, o professor John Dransfield ensina as populações locais a cultivá-las. Com a vantagem extra de que “as ratãs são trepadeiras e, portanto, precisam de árvores para escorá-las. Suas plantações não são, portanto, monoculturas, e com isso asseguram que muitas espécies de árvores das florestas originais sejam preservadas”.

Por essas e outras, as lojas de souvenir de Kew Garden hoje oferecem aos visitantes, além de carvão, café com certificado de procedência, atestando que os grãos foram cultivado à sombra de florestas, terra vegetal para substituir a turfa que vem de terrenos pantanosos e adubo produzido por reciclagem de lixo. Nos restaurantes do parque, as verduras que vão à mesa têm que sair de hortas orgânicas. As áreas de compostagem, que antes ficavam meio escondidas por não oferecerem aos turistas um espetáculo tipicamente bucólico, foram agora escancaradas ao público por seu valor educativo.

Prance veio ao Brasil avisar que é este o futuro dos jardins botânicos no planeta. Mas, ignorada pela imprensa nativa, sua advertência passou quase em branco nas férias de julho. O que não deixa de ser uma prova de que continuam vivas as tradições botânicas deste país, que aliás também não deu muita trela às idas e vindas de Henry Wickham entre a Amazônia e a Inglaterra, com suas sementes de seringueira.



Mirantes para o futuro

*Deem a vocês mesmos a chance de serem
fonte de inspiração para o resto do planeta.*

Cadê o patriarca do ambientalismo brasileiro?

06.09.2006

Sete de Setembro, nesta coluna, é o Dia do Patriarca. Ele não figura nos palanques oficiais. E ultimamente o clima no Brasil não é mesmo de festa cívica. Mas não custa lembrar que este país já teve pelo menos um político do tamanho de José Bonifácio de Andrada e Silva. Com ele, a conservação da natureza passou muito perto das orelhas dos dois imperadores, na fundação do Estado nacional. E não pegou. Deve ser por isso, em respeito à tradição, que as autoridades não falam mais nele.

José Bonifácio já foi retratado como pioneiro de nosso fracasso ambiental pelo historiador José Augusto Pádua. E, há 28 anos, teve sua “Memória sobre a Pesca das Baleias e Extração do seu Azeite, com algumas reflexões a respeito de nossas pescarias” relançada numa edição que nem chegou às livrarias. É o texto de 1790 onde ele critica a fórmula de extermínio vigente das armações brasileiras, com a “prática perniciosa de matarem os baleotes de mama para assim arpoarem as mães com mais facilidade”. Atribuiu-lhes “tanto amor aos seus filhinhos” que, para não largá-los, elas entregam “igualmente a vida na ponta dos farpões”. Reconheceu que, pelos resultados, o método parecia “excelente”. Mas, “olhado de perto”, ao trocar duas gerações por uma presa, acabaria levando esse comércio “à ruína total”.

Professor e apóstolo

Inédito, portanto, o naturalista José Bonifácio não é. Mas os compêndios escolares afogaram sua biografia na ressaca da Independência, como se ele tivesse nascido aos 55 anos, aflorando de repente na junta de governo que arrebanhava deputados em São Paulo para discutir em Lisboa a transição do absolutismo português para a monarquia constitucional. José Bonifácio, na ocasião, acabava de voltar ao Brasil, depois de passar a maior parte da vida adulta na Europa.

Ele saíra de Santos, aos 20 anos, para estudar numa Coimbra que o governo de Pombal tinha virado pelo avesso, convertendo o decrépito centro de gargarejo escolástico numa universidade com laboratório, arboreto e salas de dissecação, onde se aprendia química, física, medicina e botânica. Na Escola Real de Minas, Geologia, Agricultura e Ciências Florestais, José Bonifácio pegou carona na reforma educacional de Domenico Vandelli, trazido da universidade de Pádua

para ensinar que o atalho mais curto para o sucesso econômico não era queimar recursos naturais a torto e direito. Vandelli foi um autêntico animador cultural que, sem cruzar o Atlântico, desancava os estragos da colonização portuguesa no Brasil. Disse que ela avançava a ferro e fogo pelo território “despovoado e inculto”, destruindo “antiquíssimos bosques” e, com eles, árvores “desconhecidas dos botânicos”, presumivelmente “de muita utilidade”.

José Bonifácio virou seu apóstolo. Trouxe para o Brasil três décadas depois um currículo suntuoso, que se materializou em Portugal como reflorestamentos que ficaram de pé. Frequentou os maiores centros de pesquisa numa Europa em plena ebulição científica. Pela intimidade com as ciências naturais, tinha mais lastro acadêmico que o advogado, fazendeiro, arquiteto, violonista e horticultor Thomas Jefferson, que assumira a presidência dos Estados Unidos na virada do século XIX. No ocaso político, de sua casa na ilha de Paquetá, mais ou menos degradado nos cafundós da Baía de Guanabara, ele ainda trocava cartas com Alexander von Humboldt, tentando convencê-lo a incluir o Brasil no programa de exploração que redescobriu a América. No resto do mundo, ele estava à frente de seu tempo. Aqui, talvez esteja até hoje.

Tinha planos para todos os gostos. Abolir a escravidão logo na Independência, para livrar as florestas do machado que os braços escravos empurravam sem parar pela mata adentro. “Se os senhores de engenho não tivessem uma multidão demasiada de escravos”, argumentava, “eles mesmos aproveitariam terras já abertas e livres de matos, que hoje jazem abandonadas como maninhas”. Quis revogar em 1823 as doações de terras por sesmarias, que estimulavam a agricultura predatória. Previu muita coisa. Por exemplo, que os desvios artificiais levariam os rios de São Paulo a inundar a cidade. Errou outras, como declarar “guerra contínua às formigas” e sugerir a introdução de camelos no semiárido nordestino ou de lhamas no planalto gaúcho. O país enterrou tudo junto, no panteão das oportunidades perdidas.

Uma aula de Pantanal com onça e tudo

10.09.2004

Se o veterinário Adalberto Eberhard for capaz de prever o destino do Pantanal matogrossense como antecipa os movimentos de uma onça, está na hora de todo brasileiro aprender a escutá-lo. Enquanto é tempo. Se é que ainda é tempo.

Com o bicho, não teve erro. Mal viu a grande cabeça pintada aflorar num fim de tarde no meio do rio Paraguai, disse tudo o que naquele instante se passava dentro dela. “Vai subir bem ali, naquele barranco”, Adalberto avisou, apontando o ponto da margem aonde o bicho chegaria. O barqueiro tentou cortar o caminho do animal com uma virada do bote. Ele impediu. Mais tarde, a sós, daria um reaperto em regra no aprendiz de ecoturismo. “É que os turistas sempre me pedem para fazer isso”, o homem explicou.

Com o motor de popa em ponto morto, a onça passou por nós numa linha reta. A bordo, além de Adalberto e do piloto, éramos três passageiros. Todos se remexendo nos bancos em presença da fera impassível, concentrada no que vinha fazendo como um atleta olímpico em plena competição. Passou rente ao barco sem desviar os olhos de seu rumo. E saiu da água precisamente no lugar marcado.

“Deixem para fotografar quando a onça pisar em terra firme”, avisou Adalberto. “Antes de ir embora, ela vai parar, virar a cabeça para cá e encarar a gente. Aí sim, é hora de apertar o botão”. Dito e feito. Como uma fera de circo, ela cumpriu o roteiro escrupulosamente, fazendo o encontro accidental e imprevisível parecer ensaiado. Parou. Fez pose, de corpo inteiro, para máquinas fotográficas e flashes. Deixou bem claro que não estava fugindo. E só depois, com meia dúzia de passos, sumiu tranquilamente no labirinto de água e mato. Como se aquilo fosse a sua casa.

E é mesmo sua casa. Numa região cada vez mais entregue à soja e aos programas selvagens de desenvolvimento, ali ficam os 54 mil hectares que Adalberto comprou, com dinheiro da ONG The Nature Conservancy, para impedir que aquele cenário, o mais jovem e mais frágil de todo o território brasileiro, desapareça antes de dar às futuras gerações a chance de ver o que o Pantanal queria ser quando crescesse.

Vinda provavelmente do Parque Nacional do Pantanal, no lado de lá do rio Paraguai, a onça acabara de entrar no Acurizal, uma das antigas fazendas de gado – e, nas horas vagas, entrepostos do tráfico de drogas entre a Bolívia e o Brasil, para aproveitar a vizinhança da fronteira – que viraram Reservas Particulares do Patrimônio Natural. Formalmente, trata-se de três RPPNs: o Acurizal, o Doroquê e a Penha. Na prática, elas formam um território contínuo de áreas protegidas, a sudoeste do Parque Nacional do Pantanal. Estão lá para escorá-lo, porque o parque nasceu capenga.

Por erro essencial de execução, que contrariou o traçado original, como acontece no Brasil com os projetos de conservação, ele só tem terras numa das margens do rio. Aliás, quase não tem terras. É tão inundado que, em seus 135 mil hectares, até a sede repousa sobre um aterro especialmente construído com areia do rio. Os animais evidentemente não sabem onde ele acaba. E por isso, como se viu no caso da onça, atravessam os largos braços do rio Paraguai como se aquilo tudo, parque ou não, fosse uma coisa só. Adalberto tratou de remendar-lhe o traçado, atendendo ao que os bichos sugeriam.

Ele é gaúcho, filho de um alemão que migrou para o Rio Grande do Sul porque estava decidido a viver num país cheio de florestas. Adalberto teve a quem puxar. Está no Pantanal há mais de 30 anos. Chegou no começo da década de 1970, como um veterinário recém saído da universidade que, coisa rara em seu ofício, optara pela especialização em animais selvagens, o que não é propriamente um meio de vida. Foi ao Pantanal para estudar a onça pintada, como assistente do zoólogo George Schaller. E acabou ficando. Morou anos a fio em barraca de lona. Sabe o nome de tudo o que o dedo do visitante consegue apontar naquela barafunda verde. E conhecer assim a fauna e a flora do Pantanal não é para qualquer um.

Criou uma filha no mato. Nadou em rios que hoje o assoreamento permite cruzar a pé. Com o tempo, aprendeu que, ao contrário dele, o próprio Pantanal dificilmente ficaria ali para sempre, se o país não tomasse depressa uma providência para conservá-lo. Em 1989, com um prêmio de 50 mil dólares que ganhou na Alemanha, fundou a Ecotrópica, a ONG que agora administra um investimento a fundo perdido de quase 3 milhões de dólares. São as reservas, que ele cansou de sugerir ao governo e às grandes empresas fazerem por conta deles.

A soma de aventura com ciência formou, em seu caso, um expositor capaz de manter pregadas por horas a fio em suas palavras, no calor do meio-dia, trinta e tantas pessoas. E olha que elas estavam sentadas à sombra de uma aroeira, com pétalas de flores caindo da copa em seus copos, os carcarás pescando no rio com voos acrobáticos bem ali ao lado, ilhas de aguapés descendo mansamente na correnteza, às vezes levando a bordo garças ou bem-te-vis, e o churrasco assando a poucos metros de distância. Não é pouca coisa prender uma plateia dessas em circunstâncias semelhantes, sobretudo quando se sabe que a con-

versa desaguará fatalmente na série de erros que está fazendo, “em duas ou três décadas”, o que a natureza talvez fizesse sozinha em “milhões de anos”.

Ou seja: secar o Pantanal. Ele pode ser, à primeira vista, esse mundo meio submerso no entroncamento hidrográfico dos grandes rios que tanto correm para a Amazônia como para o sul do continente. Mas, no fundo, não passa de uma “planície deprimida”, que depende da água vinda de fora para se manter em equilíbrio. Lá, no fim das contas, a evaporação supera com folga o volume anual das chuvas. E as águas que o alimentam andam cada vez mais poluídas e menos confiáveis. Visto por olhos leigos, parece extraordinariamente rico, pela exuberância de sua paisagem. No entanto, continua pobre e pequeno, quando é medido pela percentagem de seu território que se aninha em unidades de conservação. Quem vê seus bichos pode acreditar que seja superpovoado. Mas bicho não vota. E, quando os governos se lembram do Pantanal e põem os olhos em seus recursos naturais, o que veem é um grande vazio à espera de projetos calamitosos, como o avanço incansável dos campos de soja sobre suas fronteiras e o lobby de empreiteiras que ainda não desistiu de retificar o rio Paraguai para transformá-lo em hidrovía.

Horas depois da palestra, a onça passou por nosso bote. Ela certamente não estava no programa. Mas deu a Adalberto a chance de fechar o dia com uma frase que todo mundo levaria para sempre na cabeça. “Por quanto tempo ainda poderemos ver uma cena como esta?” – ele perguntou. E ninguém arriscou uma resposta. Se ele, que é ele, não sabe...

Em tempo



Em 2011, Adalberto Eberhard passou a trabalhar para o Ministério do Meio Ambiente, à frente de diferentes diretorias e coordenando políticas que vão do desmatamento da Amazônia a pautas marinhas e urbanas. Em 2019, primeiro ano do governo Jair Bolsonaro, foi nomeado presidente do ICMBio, mas após três meses no cargo pediu demissão por discordar da agenda ambiental do governo. Hoje está aposentado.

A Ecotrópica continua atuante e já recebeu diversos prêmios nacionais e internacionais por seu trabalho no Pantanal. Em 2020 e 2021, a ONG dedicou-se a enfrentar a seca e queimadas recordes no bioma na tentativa de amenizar os prejuízos à biodiversidade local.

A floresta em miniatura

27.01.2006

Para defender a exuberância da Mata Atlântica, a maior arma de Masuji Kawagima é uma lupa. Saca do bolso o instrumento de campo, que se dobra sobre si mesmo como um canivete, no estojo arranhado pelo uso. E assim que a lente focaliza o minúsculo ponto branco a sua frente, surge do nada uma orquídea, completa nos mínimos detalhes, abrindo sua flor de sépalas e pétalas simétricas, que apontam a pista de pouso para insetos minúsculos nas profundezas do estame. É uma *Platystele edmundoi*, diz a etiqueta, ela também difícil de enxergar a olho nu. Está presa num pedaço de sabugo de milho como se agarrasse o tronco de uma árvore na floresta.

Ela é um prodígio da flora tropical. Mas nem por isso é a menor da coleção de Masuji. Ou do Brasil. Aliás, do mundo. Porque esse título pertence à *Barbosella miersii*, que também é vizinha do paisagista em Mogi das Cruzes, interior de São Paulo. Florida, no auge do esplendor, a *Barbosella miersii* não passa dos 3 centímetros de estatura. Sua flor tem as dimensões da cabeça de um alfinete, a medida exata para confirmar a velha conversa de que a diversidade da Mata Atlântica se esconde dos olhos distraídos na profusão de seus detalhes.

Pelo menos 94 espécies de orquídeas já foram catalogadas no Parque das Neblinas, um parque privado, mas aberto ao público, que brotou na virada do milênio em terras da Companhia Suzano de Papel e Celulose que desde meados do século passado pareciam condenadas a produzir carvão vegetal e polpa de eucalipto. Entre elas, a *Barbosella miersii*.

Masuji é presidente da Associação Orquidófila de Mogi das Cruzes e colecionador de micro-orquídeas. Uma delas tem seu nome, *Miltonia kayasimae*. Outra foi batizada em homenagem a sua mulher – a *Miltonia spectabilis* “Laura Kayasima”. Ele a descobriu anos atrás em matas de restinga do litoral santista, num trecho onde se ergueu nos anos 1980 o condomínio Riviera de São Lourenço. É um empreendimento que a publicidade apresenta como um claustro devotado às preocupações ambientais. Reservou às áreas verdes um terço do terreno, “mais que o dobro exigido pela lei”. Tem viveiros de mudas “com o maior banco genético da flora regional”. E trouxe da Bahia coqueiros reais, para embelezar “as avenidas e praças do empreendimento”.

Mas Masuji conheceu o lugar quando o condomínio era mato. E andou por lá quando as primeiras árvores abriram alas ao loteamento. Um tronco caído surpreendeu-o certa vez pela

fatura de orquídeas que definham ao sol, na clareira aberta pelos incorporadores. Intrigado, voltou com um amigo no dia seguinte para contá-las, levando duas máquinas de calcular. A soma bateu em 5 mil orquídeas, “fora as bromélias e os filodendros”. Se havia tantas epífitas numa só árvore, ele comenta, “imagine o que este país não perdeu, do Rio Grande do Sul ao Ceará, derrubando a Mata Atlântica sem saber o que ela continha”. Ele não cita o autor, mas acabara de resumir numa frase, compacta como suas micro-orquídeas, as 484 páginas de *A ferro e fogo*, o livro em que o americano Warren Dean conta a história do Brasil pela saga da floresta que deu nome e identidade ao país, mas não viveu para vê-lo pronto.

Caçadas

Ele já batia o mato procurando flores quando os altos fornos da indústria siderúrgica traziam árvores nativas em forma de carvão. “Até nas toras que eu via passar nos caminhões havia orquídeas”, ele conta. Saía com caçadores, “na época em que a caça era livre e a polícia florestal até vinha junto com a gente”. Mas não gostava tanto de caçar. “Meu negócio era ver o mato”, ele explica. Cansou de ver “anta, caititu, queixada, veado, jacutinga, inhambu e macuco” em florestas que estavam a caminho do fim. E foi nessas andanças que palmilhou o Sertão dos Freires.

O ônibus de Taiapuêba tinha ponto final na beira do rio Itatinga, no coração da fazenda. “Aquilo era um lugar movimentado, com casas, armazém, escola, e o ônibus ia até lá, levando moradores. Mas nos fins de semana a metade dos passageiros a bordo ia caçar”, ele conta. Um dia perdeu um colega de turma, afogado no Itatinga. “Caiu um toró. O rio encheu de repente. Ele tentou voltar na correnteza e foi carregado. Só acharam o corpo dias depois. E durante muito tempo parei de ir lá”, diz Masuji, que não é homem de retórica.

Quando voltou a frequentar a fazenda, não era mais o curioso que trazia orquídeas das pescarias e caçadas, porque a mãe as cultivava. Já não se limitava mais a catar plantas no mato. Também devolvia orquídeas a seu habitat. Aos 17 anos, integrava, com veteranos orquidófilos, o júri de concursos na associação de Mogi das Cruzes. “Era um adolescente medido com um passatempo de aposentados e muito criticado por isso”, diz Masuji. Sentiu-se discriminado pela idade. Mas, aos 56 anos, conhece cada palmo dos redutos onde a floresta continua mais ou menos intocada, guardando jacarandás centenários no meio da vegetação primitiva. “São árvores enormes”, ele adverte. Tão altas que em seus galhos suas flores preferidas se perdem de vista, longe demais para merecerem a atenção de um observador.

“A orquidofilia é um interesse recente no Brasil. Vira e mexe alguém aqui está descobrindo uma espécie nova”, diz Masuji. Ele considera a mudança o sintoma de que, enfim, os brasileiros não se interessam mais pelo mato “só na hora de desmatar”. Mas não está convencido

de que micro-orquídeas sejam muito populares, a não ser quando ele as emprega em arranjos florais que cabem em tampas de refrigerante e pequenos cocos de palmeira, roídos por esquilo. Para começo de conversa, são mais difíceis de achar na mata. E, para Masuji, quem lida com essas plantas é aposentado, que tem tempo para cultivá-las, mas não a acuidade visual indispensável ao manuseio de flores minúsculas. Logo, “as orquídeas grandes sempre foram muito exploradas comercialmente e para as pequenas quase ninguém liga”.

Pode ser. Mas em 2003, 19 mudas de sua coleção viajaram a Hokkaido para uma exposição promovida pela TV japonesa HBC. O público não coube diante dos mostruários. Foi preciso dividi-lo em levas, que só entravam com senha e hora marcada. Era a primeira vez que o Japão via micro-orquídeas de perto. Antes, a emissora gravara um programa de 50 minutos no sítio de Masuji, onde a casa é de roça, o carro, de outra década e a varanda, dividida por tábuas soltas para separar as novas ninhadas dos cachorros adultos. O luxo está no quintal, pendurado nos caramanchões sombrios que se coroam de epífitas como miniaturas de floresta.

Há maneiras mais práticas de visitá-las. Masuji conduz grupos de 6 a 15 pessoas pelas trilhas do Parque das Neblinas. O programa leva um dia, das 9 da manhã às 4 e meia da tarde. E conta com o endosso entusiástico de Du Zuppani, também mateiro tarimbado: “Andei no mato com ele mais de 10 vezes. E sempre tem novidade. Masuji conhece tudo. Sabe que, cortando a taquarapoca, os gomos têm água fresca para beber. Vê o que ninguém mais enxerga”. Pois é: como se queria demonstrar.

Em tempo

Masuji Kawagima mantém o posto de maior colecionador de micro-orquídeas do mundo, abrigando em seu sítio ao menos 2.300 espécies. Batizada de Paraíso das Micro-orquídeas, a coleção entrou para o roteiro de turismo rural da região. Ao lado de Laura, Masuji recebe visitantes e pesquisadores brasileiros e estrangeiros para visitas guiadas. Hoje, pelo menos sete espécies de orquídeas carregam seu nome.

Advogar por águas claras

30.09.2005

Não há ceticismo quanto aos rumos da esquerda no governo Lula que resista a um cafezinho em Curitiba com o advogado Rafael Ferreira Filippin. Ele tem 30 anos, cabelo preso por elástico e barba crescida, herança da viagem que fez à Bolívia, três anos atrás, para descobrir o que iria fazer com a vida e o diploma. Ao sair, deixou para trás uma crise doméstica e um emprego onde advogava para exportadores de soja no Paraná. Na volta, 33 dias depois, tinha virado “um latino-americano”. E isso, ele faz questão de lembrar, antes do filme *Diários de motocicleta*, de Walter Salles.

Na prática, Filippin largou o emprego e foi trabalhar de graça para a Liga Ambiental, uma ONG paranaense que vive com “um metabolismo basal” de R\$ 320 por mês, segundo seu “coordenador institucional”, o biólogo Tom Grando. Ela tem 16 sócios. Cada um lhe dá R\$ 20 mensais. E isso basta porque, pelas contas de Grando, as despesas não passam de R\$ 180 para pagar o contador, mais R\$ 25 do acesso à internet e R\$ 40, em média, de telefone e correio. A ONG existe há quase 15 anos. Mas em 2002 ela trocou de mãos e de alvo, transformando-se numa trincheira contra os projetos que ameaçam transformar o rio Tibagi num corredor de barragens a serviço de hidrelétricas. Por trás da virada estavam o próprio Grando, que na vida acadêmica é ictiólogo, e o ornitólogo Marcos Bornschein. Em meados da década de 1990, eles foram contratados para fazer os estudos de impacto ambiental de uma represa no Tibagi. E com eles aprenderam que esses relatórios são feitos para esconder problemas, em vez de preveni-los.

Para entrar na rinha contra governos e empresas, a Liga precisava de um advogado capaz de acuar os projetos na Justiça. E foi buscar Filippin, que ia então a meio caminho entre a política estudantil e, como ele diz, “o agronegócio”. Em outras palavras, as suas, estava naquela etapa “em que a gente começa a ganhar bem e comprar coisas que antes só via na televisão”. Ele deixou a firma pelos planos de ser um dia professor numa cidade qualquer à beira do Tibagi, “onde possa pendurar uma rede entre duas árvores”. E saiu disparando processos contra os projetos de aproveitamento do rio, que passava quase sem ser notado por Cambé, onde nasceu, e hoje atravessa o centro de seu currículo. São, afinal, 616 quilômetros de um curso que costura no Paraná a mata atlântica da beira do planalto litorâneo aos campos gerais do interior, passando por florestas de araucárias e manchas de cerrado. De cada paisagem original inventariada no Paraná Biodiversidade, um programa do governo estadual com o

Banco Mundial para salvar o que ainda não sumiu do mapa, o Tibagi tem uma amostra encaixada entre seus barrancos. É nesse filé que as hidrelétricas andam de olho.

Filippin sentou-se numa cadeira no Conselho de Recursos Hídricos do Paraná, decorou-lhe os regimentos e passou a fisgar projetos nas águas turvas onde eles costumam nadar com mais desenvoltura. Arrancou de órgãos públicos, como a Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos, a confissão de que há barragens que passaram às consultas públicas sem passar pela outorga do uso da água, o que é ilegal. Desmanchou pilhas de relatórios que se escoravam uns nos outros, como se todos os rios dessem no mesmo. E emplacou ações contra a falsificação de documentos públicos. Tudo para chegar no fim a uma espécie de cartilha, mostrando passo a passo o caminho para botar nos trilhos da lei os projetos de hidrelétricas.

Em outras palavras, Filippin quer mais brasileiros entrando na briga, seja pelo Tibagi ou por outros rios. O que faz dele um sinal dos tempos, por estar no lado oposto ao da ministra Dilma Rousseff que, primeiro nas Minas e Energia, agora na Casa Civil, sempre benzeu com mão de ferro as futuras hidrelétricas, custem elas o que custarem à natureza ou à legislação ambiental. A ministra, trinta e tantos anos atrás, foi guerrilheira. Mas ser esquerdista, no governo Lula, é outra coisa.

Em tempo



Durante o período em que se dedicou à cruzada jurídica pelas águas e contra poderosos, Rafael Ferreira Filippin sofreu ameaças de morte e passou por apertos financeiros. Nos anos seguintes, a Liga Ambiental prosseguiu com sua atuação por todo o Paraná, dando dor de cabeça para grandes construtoras e metalúrgicas. A equipe defendeu ribeirinhos, criou uma RPPN, integrou conselhos de Meio Ambiente e brigou por um Código Florestal mais justo. A ONG deixou de funcionar oficialmente em 2013, quando seus membros começaram a se dispersar para outros caminhos pessoais. Filippin resolveu retomar o trabalho em escritórios de advocacia “para botar a vida em ordem”. Mas até hoje acompanha brigas judiciais que se arrastam desde aquela época.

A pesquisa vai ao parque

20.04.2006

Se algum dia você parou para ver de perto a fotografia de um anuro, provavelmente estava encarando uma *Phyllomedusa*. É aquele bicho de dorso verde, olhos arregalados e expressão gaiata, que parece encomendado pela natureza a um estúdio de desenho animado para acabar com a antipatia dos seres humanos por sapos, rãs e pererecas. Do Caribe à Argentina, o gênero se espalha pelo continente, multiplicando-se pelos sobrenomes de pelo menos 30 espécies. E não é de hoje que uma delas, a *Phyllomedusa distincta*, passeia de mão em mão entre as crianças que visitam em Guaramirim, na serra de Santa Catarina, a casa de Elza Nishimura e Germano Woehl, entrevistados esta semana no programa de João Soares. O casal acredita que, aprendendo desde cedo a conviver com esses animais, os brasileiros estarão prontos para fazer as pazes com a floresta tropical quando crescerem.

Outra espécie, a *Phyllomedusa oreades*, debutou há quatro anos nas páginas das revistas especializadas, ao ser encontrada no Cerrado pelo herpetólogo Reuber Brandão, da Universidade de Brasília. Ela é filha de um Brasil que está desaparecendo rapidamente. O Brasil dos campos limpos e dos rios cristalinos, guardados a mais de 900 metros de altitude nas chapadas no Planalto Central. Como boa *Phyllomedusa*, ela respira através da pele. E, para manter a superfície cutânea limpa e hidratada, produz uma secreção cujas propriedades os índios reputavam mágicas e ultimamente nós demos para tratar como tesouro da biopirataria. A *oreades*, mal saiu do anonimato, consagrou-se em laboratório como fonte de uma dermaseptina capaz de derrubar as defesas do *Trypanosoma cruzi*, o protozoário que causa a doença de Chagas.

Ela pode ser uma farmácia viva, mas está cercada de extinções por todos os lados. E Brandão, que lhe deu um nome tirado de ninfas mitológicas, tentou na ocasião extrair outros dividendos da *Phyllomedusa oreades*, na forma de um antídoto contra a destruição do Cerrado, onde o país não sabe o que está perdendo. Para o biólogo, batizar uma espécie desconhecida não chega a ser uma façanha prodigiosa nessa paisagem exuberante e pouco estudada. Tão mal estudada, por sinal, que só no Distrito Federal há oito anuros atualmente na fila da classificação científica. Proeza histórica, segundo Brandão, é o país derrubar todo dia 9 mil hectares de mata nessa terra ainda ignota. Ele diz isso com a autoridade de “candango da gema”, criado em Brasília. E de pesquisador que está registrando este ano mais um sapo cururu e um lagarto que mimetiza escorpiões. Mas sua campanha não pegou. E os brasileiros voltaram a exercer em santa paz o seu direito de nem ouvir falar em Reuber Brandão.

Pena, porque ele poderia ser um santo remédio contra a crise geral de alergia ao governo que assola o país. Brandão, doutor em Ecologia pela Universidade de Brasília, é analista ambiental do Ibama. Chegou lá por concurso em 2002. Sem deixar de ser pesquisador, queria pôr as mãos na massa, trabalhando concretamente para a conservação da natureza. “Para isso a sociedade investiu em mim”, argumenta.

No Ibama, como ele mesmo diz, deu sorte. Aterrissou sem escalas na equipe de Sérgio Brant, um tipo de funcionário exemplar que os brasileiros consideram em extinção. Brant é responsável pela implantação das unidades federais de conservação. E Brandão acha que não poderia cair em melhor escola de serviço público. Entre outros motivos, porque criar unidades de conservação é a tarefa mais importante que se pode esperar do Ibama. Que o diga a *Phyllomedusa oreades*. Se ela tem futuro é porque teve o bom gosto de morar nos melhores endereços do Cerrado. Eles são poucos. E, não por acaso, ficam em reservas, como o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e o Parque Nacional de Brasília.

Contratado pelo Ibama, Brandão manteve um pé na universidade. Talvez por isso acabou abrindo aos 34 anos um atalho entre as duas carreiras. Ele está às voltas neste momento com os últimos retoques num programa de incentivo à pesquisa científica em unidades de conservação e da criação de uma revista científica no Ibama. A seu ver, não há uso mais nobre nem mais adequado para um parque nacional, por exemplo, do que seu próprio estudo. Os pesquisadores podem avaliar melhor do que ninguém os planos de manejo. E, de quebra, sua presença reforça automaticamente a guarda contra caçadores, palmiteiros, grileiros e outros vândalos.

Brandão lançará o programa na próxima reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em julho. É uma novidade como há muito tempo não se via na política ambiental do governo Lula. Ou seja, é uma novidade incontroversa. E ainda por cima restaura a velha simbiose entre a conservação e a curiosidade científica, que há quase 70 anos chocou os primeiros parques nacionais brasileiros em ninhos de pesquisadores, como Itatiaia, na Serra da Mantiqueira. Índios, quilombolas e outras populações tradicionais vieram depois.

Em tempo

Professor de Manejo de Fauna e de Áreas Silvestres na Universidade de Brasília (UnB), o herpetólogo Reuber Brandão chega à década de 2020 compilando sua antiga paixão pelos anuros do Cerrado em um guia inédito de identificação de anfíbios do bioma, junto a outros pesquisadores. O livro traz informações sobre 114 espécies, com fotos e ilustrações, nomes populares, distribuição geográfica e dados da história natural.

Um choque de desenvolvimento

10.12.2004

Bruaca, para o resto do Brasil, é bolsa de couro ou mulher feia. Mas, para quem vai a Corupá, no interior de Santa Catarina, passa a ser a cachoeira que, a quilômetros de distância, anuncia a chegada à cidade pela BR-280. Ela se joga da Serra do Mar num salto de 96 metros, abrindo de alto a baixo um veio de espuma e névoa branca na mata nativa. Dali para a frente, rodando pelo município, é difícil perdê-la de vista, cada vez que numa curva da estrada o carro embica para o vale do Itapocu.

Resultado: tem gente de olho em seu potencial hidrelétrico. Ela está sendo convocada a gerar 15 megawatts, que parecem uma ninharia para tanta cachoeira, mas custarão caro à Bruaca e a Corupá. A usina desviará 17% do rio. Desmatará 3 mil metros quadrados da montanha. Cavará em suas costas 2.280 metros de túneis com 3,3 metros de circunferência, removendo para isso 24 mil metros cúbicos de rocha em encostas praticamente intactas. Fará uma barragem de 6 metros de altura, inundando 4,5 hectares do planalto. E rasgará uma ferida difícil de cicatrizar num parque natural de 100 hectares – que, diga-se de passagem, está a seu lado quase por milagre.

O terreno pertence à Batistella. Ou seja, a uma madeireira. No caso, ela salvou a mata da motosserra. O Parque Ecológico Emílio Batistella – ou Rota das Cachoeiras, para os guias turísticos – está registrado como Reserva Particular do Patrimônio Natural. Inventariado pela Universidade Federal de Santa Catarina, credenciou-se como santuário de árvores raras, como a canela-preta. Aberto ao público, recebe 1.400 visitantes por dia, nos fins de semana mais agitados do verão. Seu livro de registro tem assinaturas do mundo inteiro. E, embora os roteiros turísticos passem em Corupá de raspão, só a Alemanha lhe manda 90 forasteiros por ano, trazidos regularmente por uma agência europeia para fazer a trilha de 2,9 quilômetros, que passa por nada menos de 14 cachoeiras. “É preciso ter paciência com esses grupos, porque eles saem fotografando bromélias, formigas, tudo o que veem pelo caminho”, diz o engenheiro florestal Alexandre Rafael Markun, que cuida da reserva.

A maior das quedas na Rota das Cachoeiras tem 76 metros de altura. A série completa só foi descoberta em meados da década de 1980, quando um grupo de Corupá, incluindo um padre, um fotógrafo e um funcionário da prefeitura, explorou pela primeira vez a mata que, desde fins do século XIX, cai como uma cortina no fundo da cidade. A expedição achou,

serra acima, as cachoeiras escondidas pelas árvores. Isso aconteceu há 15 anos. Mas, de três meses para cá, quem anda muito por ali dentro é a vanguarda dos engenheiros, sonhando com instrumentos de medição o caminho para a obra.

A usina será uma PCH. Quer dizer: uma “pequena central hidrelétrica”, que pela relativa modéstia de seus quilowatts recebe incentivos especiais do governo brasileiro. Por exemplo, um processo simplificado de licenciamento. O projeto começou a ser discutido há cinco anos. Está orçado em 28 milhões de reais, a serem bancados em partes desiguais pelo BNDES e os seis investidores privados. O banco oficial arcará com 70%. Os donos racharão os outros 30%. Tratando-se de uma legítima PCH, a construção foi aprovada em meados do ano pela Fatma, a fundação estadual do meio ambiente de Santa Catarina, sem passar pelos salamaleques das audiências públicas.

Guardada até agora pelo regime de regalias, a notícia acaba de debutar como fato consumado na imprensa local, precedida esta semana por denúncias do ambientalista Germano Woehl e escoltada por avisos oficiais de que os trabalhos começam em janeiro. “O bom é que a região passará a ter reserva técnica para situações de blecaute”, disse ao jornal *A Notícia*, de Jaraguá do Sul, o engenheiro Ney Emílio Clivati, gerente da Corupá Energia Ltda., uma empresa criada especialmente para tirar energia da Bruaca.

Corupá bem que mereceria ser tratada com mais respeito. Mesmo porque tem uma longa tradição de teimosia. Nasceu em 1897, fundada por colonos alemães, austríacos e suíços num sertão onde custou a brotar a primeira estrada carroçável, mas dois anos depois já tinha a primeira escola. Chamou-se Hansa Humboldt até a Segunda Guerra Mundial, quando um surto de nacionalismo lhe deu, à revelia, depois do rompimento do governo brasileiro com a Alemanha nazista, o nome tupi. A cidade esperou até 1997 para retomar suas tradições europeias, criando o grupo de danças folclóricas Volkstanzgruppe Neufluss. *Neufluss* quer dizer Rio Novo, matriz da primeira hidrelétrica que funcionou no município.

Hoje Corupá é uma cidade de 12 mil habitantes, a 217 quilômetros de Florianópolis. Na última edição do *Guia Quatro Rodas*, coube em 4 centímetros quadrados. Apresenta-se, oficialmente, como “a capital da banana” em Santa Catarina. O título inspira a prefeitura a promover a Bananafest no mês de outubro e, no resto do ano, os agricultores a derrubar o mato para que os bananais avancem sem parar sobre os morros do município.

Se não fosse pela febre da banana, teria tudo para se dedicar ao turismo. Corupá é o tipo do lugar que todo brasileiro deveria visitar, para ver como o Brasil já foi bonito. Ao redor da cidade, basta seguir uma estrada de terra ladeira acima para dar em propriedades como

a do agricultor Evald Faust, onde uma imensa cachoeira escorrega por dezenas de metros num paredão de basalto, até cair numa piscina natural no meio da floresta.

Faust tem 170 mil metros quadrados de floresta nativa. E recentemente passou a explorá-los em fins de semana, vendendo tira-gosto e bebida a banhistas. O que ele fez não está nos manuais de ecoturismo. Escalavrou um barranco para calçar o caminho com saibro. Exagerou na terraplanagem para abrir vagas no estacionamento. Canalizou o esgoto para o rio. E pôs uma usina doméstica sob a queda d'água, para alimentar o bar com eletricidade.

Mas, diante dos bananais da vizinhança, a mata de Evald Faust é quase um museu a céu aberto da flora brasileira. Com meia dúzia de terras como a dele, Corupá estaria pronta para mostrar ao país inteiro com quantos paus se faz o progresso de um município. Mas para isso não há incentivos fiscais nem dinheiro fácil do governo brasileiro. Ou seja, para gente como Faust não é muito difícil achar um programa tipo PCH que se pudesse traduzir como “Pequeno Centro do Habitat”, para transformar em negócio a conservação da natureza brasileira.

O xerife de Corupá

11.01.2005

O físico Germano Woehl Júnior é o primeiro a se espantar com sua repentina popularidade. Aos 44 anos, tendo passado a maior parte da vida entre o laboratório de Fotônica do Instituto de Estudos Avançados do Centro Técnico Aeroespacial de São José dos Campos e as trilhas onde estuda sapos, rãs e pererecas no meio do mato, ele se surpreendeu outro dia com a recepção que lhe deram em Corupá, no norte de Santa Catarina.

Estava lá para “fotografar anfíbios”. E foi reconhecido pelos agricultores da região, que tinham acompanhado “pelo rádio, pelos jornais e pela televisão” sua luta contra o projeto de uma hidrelétrica na Bruaca, a cachoeira de 96 metros que coroa o município, nas faldas da Serra do Mar. Na semana passada, assim que a Fundação do Meio Ambiente do governo estadual cancelou a licença para as obras da usina, Germano descobriu que naquela “localidade rural” também existe opinião pública. E que agora essa opinião pública torce por ele.

“Fiquei impressionado”, diz Germano. A 50 quilômetros dali, em Guaramirim, ele toca com a mulher, a professora de educação física Elza Nishimira Woehl, o Instituto Rã-bugio, pequena organização ambientalista que investiu de personalidade jurídica o trabalho voluntário que o casal fazia desde 1998. A ONG cabe nos bancos dianteiros do jipe Toyota em que Elza e Germano percorrem as serras de Santa Catarina. Mas desde a luta pela preservação da Bruaca seu endereço eletrônico recebe mensagens de “admiradores” que antes não tinha ou, se tinha, desconhecia. Por exemplo: “Terei que agradecer a você e ao Rã-bugio pelo resto de meus dias, quando me deparar com a cachoeira na montanha. Marcial M. Gozer”.

Parece que Germano chegou aonde ninguém esperava. Mas, aos 44 anos, ele deveria estar acostumado. Não é a primeira vez em seu currículo que isso acontece. Ele nasceu no ramo seco de uma família que, pelo menos para os padrões locais, estava muito bem de vida. Era filho temporão de um pequeno empresário que, viúvo aos 45 anos, viveu sem se casar com uma segunda mulher, 26 anos mais moça. Quando o pai morreu, os herdeiros do primeiro casamento levaram tudo o que o velho tinha. As duas casas da família ficavam na mesma rua, mas seus moradores não se falavam. Sua mãe acabou os dias num hospício. Germano cresceu entregando leite de porta em porta. E, adolescente, trabalhando na enxada, botou na cabeça que queria ser “pesquisador”.

O projeto, além de implausível, era vago. Mas o levou, pelo atalho do ensino público, a se formar em Física como o melhor aluno de 1983 na Universidade Federal do Paraná. Dou-

torou-se pela Universidade de Campinas em 1998 com uma tese sobre o átomo de cálcio congelado a laser. Daí para frente, publica textos em revistas científicas com títulos que tratam de “atividade óptica passiva para geração de segundo harmônico com um laser de diodo de baixa potência” ou “cavidade dobrada e incidência rasante para sistemas oscilador e amplificador de lasers de corante pulsados”.

Germano ganha a vida trabalhando nessas altitudes rarefeitas. Ganha R\$ 5 mil líquidos como pesquisador do CTA. Investe as horas vagas e o que sobra do salário para comprar retalhos de mata atlântica em Santa Catarina. Foi assim que nasceu o Rã-bugio, instalado nos 7 hectares de floresta nativa mais ou menos conservada que comprou em meados da década passada por pouco mais de R\$ 17 mil, ao pé da serra de Dona Francisca.

É o que restou de uma paisagem que ele conheceu numa viagem do planalto catarinense, onde morava, para o litoral, onde o pai o levou pela primeira vez à praia quando era menino. Desde que se formou, Germano junta dinheiro para conservá-la. Gastou em terras deliberadamente improdutivas até agora R\$ 40 mil. Ele e a mulher não gastam sequer com cinema. Escolhem restaurante não pelos pratos, mas pelos preços. Usam roupas sem o menor sinal de grife. Fazem de ônibus, porque sai mais em conta, os 680 quilômetros de estrada que separam o CTA em São José dos Campos da sede do Rã-bugio em Guaramirim. Em outras palavras, contam trocados. Mão aberta, para eles, só com a “biodiversidade da mata atlântica na Serra do Mar e adjacências”, como informa – em papel reciclado – o prospecto do Rã-bugio.

O que chamam de lazer, desde que se meteram nessa empreitada ecológica, é a prerrogativa de trabalhar de graça no instituto. Elza é hoje ambientalista em tempo integral. Fixou-se em Guaramirim. Germano dedica ao Rã-bugio todas as folgas, indo e vindo entre as duas cidades. Seus fins de semana são regrados pelo calendário das viagens. Podem cair duas vezes por mês. Ou só uma. Tudo porque, ao comprar o primeiro pedaço de vegetação nativa, ele achou lá dentro um “tesouro” que não constava da escritura.

Era uma riqueza incalculável em anfíbios. Já identificou em sua propriedade 41 espécies de sapos, rãs e pererecas, “algumas raras, duas desconhecidas”. Para classificá-las sem tirar os animais da natureza, aprendeu a fotografá-los. Levando as imagens aos especialistas, voltava com seus nomes científicos. Com o tempo, juntou milhares de imagens. Suas fotos já ilustraram os cartões telefônicos da Telesc, a operadora da Brasil Telecom no estado. E decoraram a fachada inteira da Fundação O Boticário, em Curitiba. Quando o departamento de marketing da Brasil Telecom viu os anfíbios associados à marca, temeu pela reação dos clientes. Mas, na semana de lançamento, em 2001, saíram 300 mil cartões sem o menor sinal de rejeição pelo público.

Estava testada a fórmula do Rã-bugio para a educação ambiental das gerações que, com muita sorte, herdarão os últimos 7% da mata atlântica brasileira. Ela consiste em reconciliar os alunos das escolas públicas com os anfíbios, que são os bichos mais difamados da fauna silvestre, tradicionalmente chamados de feios, peçonhentos e repelentes. Por que as escolas públicas? Porque foi através delas que Germano saiu da lavoura para o laboratório. Além disso, “os brasileiros costumam associar os anfíbios a doenças e feitiçarias”, diz Germano. Logo, se as crianças aprenderem a gostar deles, farão as pazes com o resto da natureza.

Cinco anos atrás, ele montou a primeira exposição de suas fotos em São José dos Campos. Cinco mil pessoas foram vê-la. “E a maioria saiu dizendo que os sapos eram bonitos”, conta Germano. Os painéis fotográficos passaram a viajar por Santa Catarina, transportados de graça por uma empresa de ônibus. Foram expostos em mais de 100 cidades e visitados por 500 mil pessoas. De quebra, com patrocínio da Fundação O Boticário e da Avina, os anfíbios deram forma ao Rã-bugio.

Pelo terreno de Guaramirim, passaram até agora 11 mil alunos de escolas e universidades, além de 500 professores e outros mil adultos. A entrada é gratuita. O espaço se resume a duas trilhas curtas, calçadas a mão com lajotas de concreto, para evitar o pisoteio do solo. Mas o passeio dura mais de uma hora. E pode durar horas. Depende do tempo que Elza e Germano tiverem para oferecer aos visitantes, pois eles sabem tirar proveito de tudo o que existe naqueles 7 hectares, dos animais que o leigo não vê às plantas que ele ignora. Se a turma for de crianças, Elza aproveita para contar longas histórias sobre os hábitos e os direitos dos bichos, como fábulas ambientais encenadas num palco a céu aberto.

Funciona? Parece que sim. Há lavradores que procuram o Rã-bugio para pedir ao casal orientação e conselhos, depois que seus filhos voltaram de uma visita à reserva querendo que eles também passassem a conservar banhados em seus sítios, em vez de transformá-los em arrozais ou pesque-pague. Com os banhados, salvam-se os anuros que neles vivem. Aprender a pegar num corpo frio que todo mundo acha repulsivo pelo visto faz milagres.

Anos atrás, uma praga em Corupá ia acabando com uma espécie de sapo, o grande e pacato *Bufo ictericus*. Os Woehl foram à luta. Recrutaram nas escolas das redondezas os voluntários para examinar os sapos. Puseram a estudantada em campo. E constataram que eles morriam exangues, infestados por um carrapato de origem amazônica chamado *Amblyomma rotundatum*.

O carrapato se alastrara na região com o patrocínio dos bananais. Porque a banana virou, há muitos anos, o prato forte da economia local. Com ela os roçados passaram a avançar pelos morros acima, tirando da frente, junto com o mato, os predadores capazes de man-

ter o *Amblyomma* sob controle. O inseto teve que ser enfrentado, literalmente, a unha. Ou, como diz Germano, “por extração mecânica”. A guerra dos meninos de Corupá para livrar o *Bufo ictericus* do carrapato foi parar em publicações especializadas, como a inglesa *Froglog* e a portuguesa *Folha Herpetológica*.

O Rã-bugio tinha, portanto, alguma experiência em mobilização comunitária, antes de se meter no caminho da hidrelétrica. Além da reserva de Guaramirim, o casal andava comprando terras em Itaiópolis, nas margens do rio Hercílio. Novamente, para deixá-las entregues à floresta. São, como aconteceu em Guaramirim, minifúndios ecológicos. Mas estão estrategicamente colocadas.

O município de Itaiópolis foi um dos campeões de desmatamento em Santa Catarina entre as décadas de 1980 e 1990. Mas ali escaparam da motosserra 800 hectares de florestas de araucária, nas mãos de uma madeireira que, em crise financeira, perdeu o fôlego para explorá-los. Germano comprou dois retalhos dessas matas. E passou a tomar conta do resto como se tudo aquilo fosse seu.

“Como isso me consome energia!”, exclama. Levou ao Ministério Público Federal várias denúncias contra desmatadores da vizinhança. Às vezes, com bons resultados. Ou seja, multas para os desmatadores. Às vezes, com frustrações. Há um proprietário que devastou 7 quilômetros na beira do rio Hercílio, a 500 metros de um local conhecido como Ponte do Ruthes. Seu nome é João Tavares. É um político do PFL que já foi superintendente regional do Ibama. Sua mulher concorreu na última eleição municipal à prefeitura de Santa Therezinha, ali perto, pelo PT.

A dupla deve ter costas quentes, porque até agora a fiscalização do Ibama não roçou em suas cercas. Mas Germano, que é um tímido obstinado, nunca teve cargo público, desconhece gabinetes importantes e faz conta dos litros de diesel que consome em cada visita a Itaiópolis, instalou-se em sua nova jurisdição ecológica como um xerife nomeado pelas sussuaranas, macucos e arapongas que descobriu naquelas matas. Em outras palavras, por tudo o que corre o risco de sumir para sempre.

Foi mais ou menos assim que ele tropeçou na história da Bruaca. Em 2003, enfiara-se nas matas que cercam a cachoeira para – como não poderia deixar de ser – “fotografar anfíbios”. Lá, topou com “várias estacas coloridas ao longo de uma das margens do rio” e ouviu de um morador a primeira notícia sobre a hidrelétrica, aprovada discretamente pela Fatma – ou Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina.

Germano ficou de olho. Em novembro do ano passado, mal soube que as obras começariam nesta virada do ano, disparou denúncias, do Ministério Público Federal aos jor-

nalistas de Jaraguá do Sul, a cidade mais próxima de Corupá. Era uma parada desigual. De um lado, um franco-atirador, falando em nome de uma ONG que vive da mão para a boca. Do outro, uma empreitada de R\$ 28 milhões, bancada pelo BNDES e defendida por seis empresários catarinenses. Mas em duas semanas de esperneio, a licença caiu. Foi revogada pelo diretor de Controle de Poluição da própria Fatma, Luiz Antônio Garcia Corrêa. No duelo de Corupá, Germano foi tiro e queda.

Germano manda notícias

07.09.2010

O físico Germano Woehl Júnior escreve de Guaramirim para dizer que «consequimos» adiar por sete anos a morte de uma restinga no litoral catarinense.

“Nós” quem? Ele sempre põe os verbos na primeira pessoa do plural, o que dá ao destinatário a ilusão de que faz parte da história. Antes de ler o resto, qualquer um acha que conseguiu evitar algum estrago em lugares que mal consegue ver no mapa, sem a providencial ajuda do Google Earth. Basta abrir a mensagem para constatar que “nós” é ele. Ou melhor, ele e a mulher, Elza Nishimira Woehl, que divide com o marido essas pequenas vitórias solitárias, exclusivas de quem nasceu para investir dinheiro e energia em causas que, soltas na correnteza das opiniões majoritárias, estariam, por definição, perdidas.

Não poderia ser menos majestático o plural de Woehl. Resume-se ao que os dois, sozinhos, conseguem fazer – como salvar a tal restinga entre Guaramirim e Araquari. É um tipo de floresta que lembra em miniatura a amazônica, “inundada a maior parte do ano, com árvores gigantes como o olandi e o ipê-caixeta” que, como o breve texto não se esquece de informar, também atende pelo apelido de “pau-tamanco”, como convém a uma espécie “explorada predatoriamente para fazer tamanco, artesanato, lápis”.

O fragmento é modesto. Mas ali o casal encontrou três anfíbios endêmicos, que aparentemente não existem em outros lugares do estado. E, sete anos atrás, a mata estava condenada ao corte raso, por fazendeiros empenhados em abrir pastos.

Coisa de gente grande. Um deles é dono do maior frigorífico de Jaraguá do Sul, o centro industrial da região.

Denunciá-los aos órgãos ambientais e ao Ministério Público foi uma dessas imprudências que beiram a maluquice. Os Woehl foram até ameaçados por capangas. Mas levaram para lá os fiscais. Com os fiscais vieram as autuações. E um promotor de Araquari acabou comendo a briga. Por enquanto, a restinga venceu.

Regeneração

O e-mail veio contar que, comparando outro dia, por acaso, as imagens de satélite da época com as do ano passado, os Woehl notaram que o lugar mantém o mesmo desenho que tinha em 2002. Como eles não pregam prego sem estopa, as duas fotografias foram anexadas à mensagem.

A mata parece mesmo transbordar o antigo contorno. Mas Germano não é marqueteiro para abusar de maquiagem. A parte que mais cresceu, ele avisa, “é de pinus”. Mas houve um trecho pequeno “que o dono de uma fazenda abandonou”. E ali parece estar ocorrendo a regeneração espontânea da floresta nativa.

E daí? Daí que Germano pode ser, na campanha eleitoral, o candidato que faltava para nos lembrar de que sob as borbulhas superficiais que chamamos política jaz o leito duro do trabalho cotidiano e das obras anônimas. Aquilo que o historiador Fernand Braudel, matutando num campo de prisioneiros da 2ª Guerra, batizou de “história imóvel”. A que não dá notícia, mas também molda o futuro.

Principalmente quando conta com a obstinação dessa gente vinda da lavoura. Elza colheu algodão no Paraná até os 17 anos. Germano entregava leite de porta em porta e puxava enxada quando resolveu, aos 11 anos, ser “pesquisador”. Estudando só em escolas públicas, chegou ao doutorado na Universidade de Campinas com uma tese sobre o comportamento do átomo de cálcio congelado sob raio laser e ao emprego no laboratório de fotônica do Centro Técnico Aeroespacial de São José dos Campos.

Desde então, ele poupa salários para comprar matas na serra de Santa Catarina. Quer preservar imagens de infância ameaçadas de sobreviver só em sua lembrança.

Criou, com isso, três reservas na região. Milhares de alunos das escolas locais costumam visitá-las todos os anos, para conhecer a terra em que quase não nasceram.

Em tempo

Na última década, Germano Woehl continuou conciliando seus trabalhos nos laboratórios de Física com a defesa do meio ambiente. GANHOU prêmios, apareceu no Fantástico e tem um canal no YouTube com grande acervo audiovisual da biodiversidade catarinense. Junto a Elza, adquiriu quase mil hectares de floresta para transformar em áreas protegidas. O Instituto Rã-bugio para Conservação da Biodiversidade continua em plena atividade.

Nove orquídeas e um destino

12.05.2006

A *Laelia lobata* é uma orquídea típica da Mata Atlântica, mas vive no meio de uma cidade com 6 milhões de habitantes. Como o Rio de Janeiro abraçou os morros onde se entrincheira, ela resiste ao avanço da selva urbana pendurando-se no granito da Pedra da Gávea, do Morro Dois Irmãos e do Pão de Açúcar. Não existe senão nesses três lugares, de preferência agarrando-se sobre abismos, em frinchas da rocha nua que só urubus e montanhistas costumam ver de perto. Até a década de 1930, ainda se enxergava lá de baixo sua floração tingir o Pão de Açúcar de manchas rosadas na entrada do verão. E até hoje a Pedra da Gávea guarda lembranças de seu passado de planta epífita, gravado nos troncos das árvores por vestígios de raízes e as marcas dos facões que as arrancaram. Como outros sobreviventes dos morros cariocas, tornando-se rupícola ela conseguiu se virar. O que sobrou na cidade dessa orquídea para lá de endêmica, diz o botânico Cláudio Nicoletti de Fraga, está ali porque foi até agora “protegido pela própria sorte”. Vingou fora do alcance de mateiros e colecionadores.

A *Laelia lobata* é o carro-chefe de seu Projeto Cores, um programa para a conservação de orquídeas ameaçadas de extinção em cinco estados. É uma corrida contra o tempo. O patrocínio da Petrobras lhe deu três anos para avaliar os riscos que pesam sobre nove espécies, espalhadas por fragmentos florestais da Bahia a São Paulo. Delas, três só existem no Espírito Santo, duas no Rio de Janeiro e uma em Minas Gerais. Mesmo as duas orquídeas que atravessam fronteiras estaduais, conquistando o diploma da “ampla distribuição”, são raras e esparsas. Resistem em enclaves de mata nativa que estão definhando. Escondem-se em grotas inacessíveis e copas altas, cuja inspeção exige cordas e técnicas de escalada.

Pesquisa e aventura

O programa é, em si, uma aventura. Do tipo que faria sucesso em qualquer canal de televisão. E, se nomes como *Cattleya schilleriana* ou *Laelia xanthina* não lhe dizem nada, bastariam as fotografias anexadas ao folheto do programa por Fraga para explicar por que o projeto se chama Cores. Sob seu comando, dez pesquisadores – fora os montanhistas que lhes dão apoio – estão em campo para descobrir o paradeiro dessas orquídeas e o que ainda se pode fazer para salvá-las, junto com as matas que lhes servem de berçário. Mas o primeiro passo será cuidar do caso da *Laelia lobata* carioca. Nisso, estar tão perto do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, onde Fraga trabalha, é uma vantagem. Seu habitat “100% urbano” é tão restrito

que torna mais fácil inventariá-la. “Não é preciso procurá-la por aí no dossel da floresta”, ele diz. Sem contar que o projeto inteiro nasceu de planos para reintroduzi-la em seu ambiente natural, em plena cidade, uma ideia que Fraga vinha matutando desde que se mudou para o Rio de Janeiro há quase cinco anos. “Só que era muito mais modesto”, esclarece.

Ele cresceu em Vila Velha, no Espírito Santo, o que foi meio caminho andado para descobrir a vocação de trabalhar com a conservação da natureza. Quando nasceu, há 36 anos, a cidade de Vitória já se esparramara sobre Vila Velha e o Espírito Santo já não era nem sombra do que foi em 1912, quando o Mapa Florestal de Gonzaga de Campos registrou 76,54% de florestas originais em seu território. Devastaram-no de alto a baixo em menos de meio século. “Minha memória é a dos outros”, diz ele. A do professor Oberdan José Pereira, na Universidade Federal do Espírito Santo. E a de seu pai, que viajou muito pelo interior, como técnico agrícola do banco estadual de desenvolvimento. Com as lembranças alheias de um Espírito Santo que ele mesmo não conheceu, Fraga criou um sentimento de perda que o levou para a Biologia. E a Biologia levou-o para a conservação. Fez mestrado no museu Mello Leitão, em Santa Teresa, onde o autodidata Augusto Ruschi moveu céus e terras contra a indiferença geral pelo patrimônio natural do estado. Coordenou o inventário da flora em perigo de extinção no Espírito Santo. Juntou um cadastro de 4.159 espécies. Pôs 753 na lista de plantas ameaçadas. Excluiu 23, por irremediavelmente extintas. No Brasil, a lista de plantas provavelmente condenadas anda pela casa das 1.500 espécies. Mas, por isso mesmo, ela ainda não se tornou oficial.

Sete mil imagens

Para tirar do chão o Projeto Cores, Fraga produziu pessoalmente até o programa com animação de imagens que exibiu na Petrobras, durante a assinatura do contrato. “O PowerPoint faz qualquer um parecer profissional”, ele comenta. Encaixou na apresentação versos de Cecília Meireles. Criou cenas em que a mata em preto e branco se colore na tela. Usou fotos suas. É amador, mas dos bons. Com a vantagem de frequentar lugares onde os outros amadores dificilmente põem os pés. E de morar em Camboinhas, do outro lado da baía de Guanabara, onde Niterói se encontra com o mar aberto.

Guarda em casa mais de 3 mil slides e 4 mil fotografias em papel. Não faz muito tempo que se converteu, com certa relutância, às câmeras digitais. Uma vista aérea da floresta amazônica serve de fundo à tela de seu computador. Fotografou-a nos arredores de Urucum, onde visitou a convite da empresa um poço da Petrobras no meio da selva, tido como modelo de baixo impacto ambiental. “Ele de fato mexeu menos com a mata do que a população ribeirinha”, diz Fraga. À sua frente, no vidro que dá para o arboreto, grudou um adesivo do Projeto

Cores, feito com uma foto sua da *Laelia lobata*. Talvez não seja de propósito, mas quando Fraga aponta para a janela parece estar falando de uma planta viva, brotando lá fora.

O posto de comando do projeto é uma sala coletiva, com entrada pelos fundos do prédio. Quem abre a porta cai diretamente no meio da equipe. Se puxar a cadeira mais próxima para conversar com Fraga, toma sem querer o lugar de um funcionário no computador ao lado. É evidente que o programa das orquídeas estaria fora do alcance daquele setor do serviço público, se a Petrobras não decidisse bancá-lo. Ele é caro. Quanto, Fraga não pode revelar, por exigência do contrato. Admite, no máximo, que os custos são “enormes”. Mas a empresa tem prática no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Apoia o Programa Mata Atlântica, que pretende guardar o arquivo genético do que a floresta está perdendo para os incêndios e as motosserras. Patrocina a informatização do herbário. E ajuda na manutenção do Horto.

Orquídea a fungo

Proteger as nove espécies ameaçadas implica antes de mais nada inventariá-las. Mapear sua distribuição nos cinco estados. Decifrar os segredos de sua reprodução na natureza e as simbioses que as sustentam. E entrevistar mateiros, orquidófilos e comerciantes de plantas, para saber se elas continuam rapinadas pelo comércio clandestino da flora nativa. Fazer para cada caso um “diagnóstico socioambiental” dos perigos antrópicos que rondam seus últimos redutos, que nem sempre são os presumíveis. Em Santa Leopoldina, no Espírito Santo, a população até que espontaneamente conserva o que lhe restou de floresta. Resultado: vem mateiro de longe roubar orquídeas na região. E, em vez de subir nos galhos, derruba árvores inteiras para tirar uma planta.

Mesmo os casos que soavam simples no começo da conversa vão ficando mais complexos, à medida que Fraga descreve o trabalho de campo. A *Laelia lobata*, por exemplo, produz milhões de sementes, mas elas só germinam no mato associadas a um fungo. “Em laboratório, tudo germina. Mas, *in situ*, antes de reintroduzi-la, temos que saber com certeza se aquele fungo específico está por perto. Senão, seria como soltar no mato um bicho estéril”, diz Fraga. É tarefa “para profissional”. Que, de quebra, mexe com plantas fotogênicas, que têm tudo para contar com a simpatia dos leigos. Mas ele esclarece que se meteu no Projeto Cores por outro motivo. “Trabalho com planta, e planta é uma coisa que está acabando”.



Em tempo

Três anos viraram seis e a enxuta equipe do Projeto Cores percorreu mais de 80 mil quilômetros de estrada — e outras tantas milhas de avião — atrás de orquídeas, ampliando o conhecimento científico sobre as espécies e deixando recomendações a

gestores de unidades de conservação e outros órgãos públicos sobre as estratégias que devem ser adotadas para proteger as plantas da extinção.

Cláudio Nicoletti de Fraga continua no Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Hoje tem se debruçado sobre as plantas rupícolas (que vivem em rochas) e a diversidade de espécies da Mata Atlântica — em especial a de seu estado natal, o Espírito Santo. Há alguns anos, a bússola de suas pesquisas também é calibrada pelo interesse dos seus orientandos na pós-graduação. Em 2022, dois alunos de mestrado decidiram estudar orquídeas.

Maria Tereza, agora em orquídea

09.11.2009

A única pessoa no Brasil autorizada a não se espantar, e muito, com a orquídea *Laelia purpurata* Maria Tereza, é a ambientalista Maria Tereza Pádua, cujo nome acaba de ser conferido à nova espécie. Ela, sim, pode achar isso natural. Já tem em seu currículo muitos atestados de suas relações quase maternas com a natureza brasileira.

Foi dela que o entomologista José Cândido de Melo Carvalho, por exemplo, tirou há muitos anos o nome do *Ananteria mariatereza*, o escorpião que batizou no Parque Nacional do Araguaia. E, antes que alguém estranhe a homenagem, ser tratada pelo grande cientista como madrinha do escorpião é uma inequívoca homenagem.

Há também uma cachoeira que por sua causa se chama Maria Tereza, na fazenda Topázio, uma área do Cerrado em Cristalina que ela ajudou a transformar em Reserva Particular do Patrimônio Natural. E uma aleia de plantas tropicais homônima no Jardim Botânico de Cincinatti, no estado americano do Ohio.

Para ela, portanto, esses tributos a seu inestimável trabalho como funcionária pública que criou 8 milhões de hectares de áreas protegidas no país e deixou na burocracia do Ministério do Meio Ambiente um modelo inigualável de rigor científico, técnico e orçamentário na implantação de parques nacionais, uma orquídea a mais, por mais bela que seja, é o mínimo que se pode esperar de reconhecimento por serviços prestados.

Mas a *Laelia purpurata* Maria Tereza nasceu num ambiente singular de celebridades que extravasam as manchetes internacionais da floricultura ou mesmo da Botânica. Ela integra uma nova trinca de variedades híbridas que incluem a *Flammea Carla Bruni* e a *Laelia purpurata Michelle Obama*, apresentadas ao mundo numa exposição de orquídeas em Santa Barbara, nos Estados Unidos, pela engenheira florestal e chefe do Orquidário Nacional do Ibama Lou Menezes.

E isso, no Brasil, nunca quis dizer tanto. Maria Tereza está sendo coroada com a *Laelia purpurata* entre rainhas em exercício da política mundial, num momento em que não exerce qualquer cargo público. E isso num país que mais do que nunca está fazendo de tudo para fingir que nada deve ao passado. Só mesmo duas mulheres como Maria Tereza Pádua e Lou Menezes para ensinar essa lição aos homens públicos brasileiros.

Samambaieiro em transição

15.09.2006

Emerson José de Sousa tem mãos de lavrador e cabeça de biólogo. Há cinco anos, ele era um expoente do que se costuma chamar de população tradicional, sempre que velhos hábitos esbarram em novos projetos para a conservação da natureza. Em Taiaçupeba, uma cidade que por sorte parou no tempo a uns 70 quilômetros de São Paulo, Emerson vivia da coleta clandestina de plantas ornamentais, nas bordas do Parque Estadual da Serra do Mar. Vendidas a turistas na beira da estrada ou a floriculturas em Bertioga, as helicônias e samambaias tiradas da mata atlântica sustentaram três gerações de sua família.

Seu avô catava mudas na floresta. Seu pai, também. “E eu fui samambaieiro por 12 anos”, diz Emerson. Doze anos parecem uma vida para quem acaba de chegar aos 27. Menino ainda, aprendeu a andar no mato, varando a serra, morro acima e morro abaixo, até roçar os condomínios de luxo que iam brotando à beira-mar. Perdeu a conta dos bichos que encontrou nessas travessias – “paca, veado, caititu, onça parda, praticamente tudo”. Uma vez, no rumo de Bertioga, topou com onça pintada. Não caçava, porque samambaieiro, segundo ele, não perde tempo com espingarda. “Eu estava atrás das folhas”, explica.

“Milzinhos” mensais

Emerson é capaz de achar até hoje, por caminhos sem trilhas, os grotes perdidos em encostas inacessíveis onde crescem os melhores tufo de helicônias e samambaias. “Fizava bem a localização, voltava ao lugar quantas vezes quisesse, fazia as podas e deixava as matrizes para a regeneração”, ele esclarece. Tirou muita planta. Mas não leva ao pé da letra quem “fala que eu estava detonando o mato”. Não foi ele quem deu fim ao que anda sumindo de lá. “Muito lugar que conheci no meio da mata agora tem casa em cima, quando não está tudo cimentado”, ele reclama. Os samambaieiros, a seu ver, “sabem que não podem catar tudo, senão acaba”. Ele só visitava de três em três meses cada ponto de coleta. Na trégua, as moitas se refaziam da visita anterior. E isso, para Emerson, não deixava de implicar “uma certa ideia de manejo florestal”.

Valia a pena? “Dava para ganhar a vida”, ele responde. Sabendo trabalhar e garantindo a freguesia, ganhava por mês “uns milzinhos”. Atualmente, Emerson é encanador e pedreiro. Dá aulas de graça nos fins de semana em escolas rurais. E guia turistas no Parque das

Neblinas, que há quatro anos surgiu entre ele e a mata. O parque é uma reserva particular de 2.788 hectares, criada nos eucaliptais da fazenda Sertão dos Freires, onde antes a Suzano, fabricante de papel e celulose, colhia madeira de reflorestamento.

Helicônias e samambaias

“Fui o último, o mais teimoso”, ele relembra. Depois que a empresa proibiu de vez no parque a extração ilegal de flora nativa, a rotina de Emerson mudou tanto que ele está terminando o curso de Biologia na Universidade Brás Cubas, em Moji das Cruzes. “No princípio, o parque me impediu de trabalhar. Mas cresci aqui, não quero sair de Taiaçupeba e tratei de sair por baixo para voltar por cima”, ele conta. Nem por isso maldiz o passado: “Deu o que tinha que dar”. Enquanto passa as últimas demãos de verniz acadêmico nas lições que recebeu do mato, vai embicando para cima a carreira de estudos. Já apresentou em congresso de Biologia um ensaio sobre as virtudes ambientais do eucalipto, desagravando uma árvore difamada por gerações de palpiteiros. E, ultimamente, com o instituto Ecofuturo, braço socioambiental da Suzano, treina moradores da região para produzirem helicônias e samambaias nas capoeiras de Taiaçupeba, num programa comunitário de manejo sustentável.

“É até estranho eu dizer isso. Mas sei, por experiência própria, que quando você pára de amansar o mato a samambaia some e rebrotam as guaricangas”, ele comenta. Aprende-se muito numa conversa com Emerson. Inclusive, que sua trajetória pessoal talvez não sirva de exemplo, por ser inimitável. Mas se, do outro lado dessa história, estivesse uma floresta do governo, e não uma propriedade particular, é provável que ele ainda estivesse catando planta no mato, enquanto as autoridades discutiriam se não seria o caso de adaptar o parque aos costumes da população tradicional, em vez de adaptar ao parque a população tradicional.

Ouro Verde, depois do café

17.01.2007

Foi gafe chegar sem aviso à casa do catarinense Siegfried Gutmann. Na tarde alta, com o sol lá fora cozinhando a paisagem, o agricultor estava dormindo, depois de emendar a noite com o dia no baile da colônia. Sobre a mesa rústica da varanda, os mocassins de festa e as botinas de elástico continuavam misturados aos instrumentos agrícolas, como se fizessem parte do mesmo expediente.

Dançar pela madrugada adentro nas quartas-feiras e nos sábados é um compromisso que ele leva tão a sério quanto as outras rotinas de pequeno proprietário rural em Ouro Verde do Oeste, no Paraná. Se o mundo dançasse mais e se deitasse menos, diz ele quando as palmas conseguem tirá-lo do sono, a natureza não estaria arcando agora com os custos da superprodução de seres humanos.

Selva pura

Ouvi-lo era recomendação da prefeita Cleunice Alves Cardoso. “Tem pouca terra e produz como grande”, ela explicou. Ouro Verde, o município, mal passou dos 6 mil habitantes. Deve o nome ao café, que sumiu sem deixar lembrança nas colinas atualmente tomadas pela soja. E continua “selva pura” na memória dos pioneiros, que chegaram ali a partir das frentes de colonização, que trouxeram Siegfried no começo dos anos 1960 e, mais tarde, a prefeita.

A mineira Cleunice veio de Mutum, na Zona da Mata mineira, onde três anos seguidos de safras perdidas haviam quebrado sua família de médios cafeicultores. Siegfried era adolescente quando desembarcou no sertão paranaense, depois de viajar “dois dias e duas noites” na caçamba de um caminhão, por trilhas carroçáveis que os pioneiros rasgaram na floresta. Ambos aproveitaram a mudança para ir longe, cada um a seu modo.

Cleunice fez universidade. É professora de matemática. Recrutado pela igreja luterana, Siegfried embarcou ainda jovem para a Alemanha, que o treinou como avicultor durante cinco anos. Na prefeitura, uma das preocupações de Cleunice é encontrar novas vocações econômicas para o município, que só tem 17 anos mas está virando rapidamente terra de velhos, com hipertensão, diabete e outras doenças da terceira idade no topo de seus programas de assistência social. Lá, quem é jovem deixa a cidade para trabalhar onde tenha emprego.

Vertente inútil

Mas Siegfried, aos 64 anos, está na lista das soluções. Antes que acorde, dá para ouvir no silêncio da sesta as engrenagens automáticas de seus dois aviários funcionando sozinhas, para alimentar na hora certa os quase 40 mil frangos da granja, nos dois galpões que fazem a sua casa parecer um mero anexo dos prédios principais. Ele engorda aves em ritmo industrial para um grande abatedouro. Sobra-lhe espaço em seus poucos alqueires para criar gado de corte, manejando cerca de 70 cabeças em 14 piquetes, para que os pastos repousem onde os bois não entram. Ao todo, somando “as aves com os bichos”, ganha “uns 65 mil reais por ano, brutos”.

Não era assim quando Siegfried comprou a terra em 1996. Encontrou nela “uma vertente inútil, com uma aguinha que não dava para nada”. Os bois do antigo proprietário zanzavam soltos no pasto abandonado, ajudando as enxurradas a cavarem barrancos de 3 metros de altura no terreno. Ele tapou os buracos, cercou o bebedouro, plantou árvores e banuiu todas as culturas que exigem herbicidas, evitando que o veneno escorresse para o córrego. Dez anos depois, enfrentou uma estiagem de 125 dias. Faltou água nos vizinhos para criar frangos. Em seu terreno, até o fim da seca, “a fonte jorrava”. Por quê? “Porque o mato segura a chuva, a água entra no solo, em vez de escorrer pelo chão, e vai sair filtrada lá embaixo, limpinha”, ele esclarece.

Siegfried foi um dos primeiros agricultores do município a participar do programa Cultivando Água Boa, uma parceria da Itaipu Binacional com prefeituras, para a recomposição de matas ciliares. Os corredores de árvores que assinalam nos campos o curso dos rios estão mudando a paisagem da região. Está convencido de que precisa fazer alguma coisa para abater a sua dívida de colono com Ouro Verde, que conheceu quando ainda se fispavam no rio Paraná peixes tão grandes “que era preciso juntar vários homens para carregá-los” e os ipês “com 30 centímetros de diâmetro”, rebarbados pelas serrarias, iam diretamente para o fogo. Siegfried diz que tomou essas providências pelos netos. “Mesmo que eles nunca venham morar aqui”.

Em memória da taiuveira de Pompeia

18.04.2007

Feche os olhos e pense numa fruta bem brasileira, dessas que derretem na boca como um pedaço de infância ou um favo de sol açucarado. Não vale escolher a manga, porque ela os portugueses trouxeram da Índia e os botânicos a chamam de *Mangifera indica*. Nem a banana, que é de origem asiática. Descarte a graviola das Antilhas, o jamelão do Sri Lanka, o jambo da Malásia, a carambola da Indonésia, o sapoti do México, o tamarindo da África e a fruta-de-conde das Antilhas. Pois é, as frutas tropicais de nossa intimidade em geral vieram de longe.

Sobra o quê? Sobram as 312 espécies nativas meticulosamente fichadas no livro *Frutas no Brasil*, do engenheiro agrônomo Harri Lorenzi. É hora de abrir os olhos para o desfile de sotaques, cores, formas e sabores menos lembrados do que presumidos, herdados do tempo em que, mesmo sem plantar, portanto muito antes da carta de Pero Vaz de Caminha, aqui dava mesmo tudo.

Terra das palmeiras

Em compensação, a terra de tal maneira continua generosa que, do cajuí, que puxa a lista, ao purumã, que a encerra, não deve haver brasileiro capaz de reter na memória o paladar desse país que está no livro, tão variado, farto e difícil de conhecer numa vida só. E, mesmo virando página, haja fôlego para percorrer tanto cajá, cambuí, ingá, umbu, oiti, abiu, maracujá ou genipapo. Só de jabuticaba, o livro tem mais de quinze. Os araticuns passam da dúzia.

Sem falar dos cocos. Pelo visto, havia coco de se perder a conta em Pindorama, o “lugar das palmeiras” que era o Brasil dos índios. Dá para encher a boca só com os nomes que, de página em página, parecem que estão ali para recitar, de preferência com música de Tom Jobim: juçara, babaçu, indaiá, tucum, butiá, murmuru, tucumã, açaí... Com tanto substantivo, quem precisa de adjetivo? Lorenzi, um lavrador de Santa Catarina que resolveu estudar aos 17 anos, manteve diante de tamanhos prodígios o estilo seco inaugurado em 1992, com o primeiro volume de *Árvores Brasileiras*. Com muita informação e pouca conversa fiada, ele já traçou em oito livros, publicados sem patrocínio oficial por sua própria editora em Nova Odessa, o roteiro de uma interminável aventura, a das suas viagens para descobrir o Brasil enquanto é tempo.

Lorenzi escreve com o mínimo de adjetivos. Um só, “apreciado”, serve para todo tipo de fruta, do “muito apreciado” ao “pouco apreciado”. Em seus livros – embora ilustrados com uma profusão de imagens coloridas, fotografadas com rigor científico – o luxo nunca está na forma, mas no Brasil que se folheia, um Brasil que sumiu do cotidiano para a maioria absoluta dos brasileiros. Em parte, por causa de histórias como a relatada, no prefácio, pelo engenheiro agrônomo Carlos Jorge Rossetto.

“Na minha infância, na cidade de Pompeia, interior do estado de São Paulo, eu e outros meninos trepávamos numa tiauveira para comer taiuvas”, lembra Rossetto. A tiauveira é a amora silvestre *Maclura tinctoria*, de “frutos não muito apreciados”, como se lerá adiante, na página 175. Mas a de Pompeia era diferente. “Frutificava todo ano em abundância”. Não tinha espinhos. Rossetto precisou de muito estudo para entender que nunca viu outra como ela. “Já agrônomo, trabalhando como pesquisador no Instituto Agronômico de Campinas, tomei consciência de que aquela tiauveira da minha infância era uma planta excepcional e que eu deveria ir até Pompeia tentar coletar seus frutos e sementes para multiplicá-la e salvá-la”.

Tarde demais. Na cidade, encontrou, no lugar da árvore, uma casa. A fruticultura brasileira, a mesma que conseguiu aclimatar as oliveiras mediterrâneas ao clima de Minas Gerais e criou variedades híbridas de pessegueiros capazes de gerar pêssegos de qualidade européia no calor de Taquaritinga, jamais saberá o que havia de tão bom na tiauveira de Pompeia.

A maçaranduba é um problema ambiental

19.03.2008

O industrial Geraldo Pilz está convencido de que o Brasil é carente de lixo. Não importa o que digam em contrário as evidências estatísticas de que sujeira é o tipo da coisa que não falta no país, onde oficialmente escapam da coleta 11 milhões de toneladas de resíduos sólidos, fora os 51 milhões que, mal ou bem, os caminhões depositam nos aterros sanitários. O fato é que, há anos, ele tenta comprar restos de garrafas descartáveis, sacos plásticos e outros souvenirs recicláveis, no rastro das 141 mil toneladas diárias que, em média, cada município brasileiro deixa em sua caminhada existencial de um réveillon a outro. Sem uma lei, até hoje, tentando botar o mínimo de ordem no monturo, não há interessados em lhe vender o que é mais fácil botar fora.

Pilz faz madeira plástica numa fábrica de equipamentos industriais, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. O nome se refere a um material que parece madeira de longe e plástico de perto. Dificilmente alguém o convidaria para sua mesa de jantar. Mas ele tem lá seus trunfos. Não apodrece. Pode ser fincado na terra sem contaminá-la com impermeabilizantes químicos. Parece que ainda está para nascer o cupim que aprecie suas moléculas. Flutua quando precisa e afunda quando é isso que se especificou em sua encomenda. Sai dos moldes na medida que o freguês desejar e, se for o caso, com a pintura embebida em suas células para sempre.

Só falta o lixo

A madeira plástica sente-se em casa quando é posta em móveis de jardim, mourões de cerca, pisos ao ar livre, caibros de telhado, caramanchões, deques e marinas. Convive bem com serrote, martelo, prego e cola. Substitui com vantagem o eucalipto em dormentes de ferrovias. Literalmente, é pau para quase toda obra. E dispensa o corte de árvores, porque sai de formas onde se fundem restos de plástico, desses que bóiam nas águas das baías, represam os rios suburbanos, descem das favelas nas enchentes como enxurradas coloridas e pintam de cores artificiais os acostamentos das rodovias. Ainda por cima, tem uma gula quase patológica pelos recipientes de venenos agrícolas, que esteriliza e engole como vitamina para moléculas.

Seu único defeito é que precisa de lixo em quantidades industriais. E essa história de catar lixo, francamente, dá uma preguiça danada. Desde que suas máquinas passaram a cuspir madeira plástica, Pilz faz tudo para comprar sua matéria-prima. Doou pontes, escadas, esteios e hastes de placas para as instalações do Parque Nacional do Itatiaia, quando ele fez 70 anos, em troca do plástico que se recolhesse em suas trilhas, hotéis e cachoeiras. Nove meses depois, não recebeu nem um quilo do lixo que ele pretendia comprar, buscando na porta e pagando à vista.

Fez convênios com prefeituras, oferecendo por seu lixo plástico camisetas, caixas de coleta, programas de incentivo e preço de mercado. Neca. Visitou marinas e outros santuários da grã-finagem náutica, para dizer que a madeira artificial enfrenta as cracas e o tempo com mais galhardia. A conversa vai muito bem até que ele diz o preço do metro cúbico desse produto que passa, via reciclagem, por uma quadritributação, ouve todas as variações possíveis da mesma resposta: “Ah! Mas a maçaranduba custa menos”.

Em outras palavras, enquanto houver um pé de *Manilkara bidentata* para as motosserras derrubarem na Amazônia, sua madeira plástica, dependente de um recurso natural precioso e raro como o lixo, não será páreo para as árvores nativas. Nessa aula de sustentabilidade ambiental que lhe saiu por 5 milhões de dólares, aprendeu que não adianta acertar a fórmula, quando se erra no tempo. Ainda é cedo para a madeira plástica, num país que, como se sabe desde o século XVI, tem floresta de sobra para usar como quiser. E, como sua empresa também não precisa de madeira plástica para viver, Pilz resolveu botar os fornos de lixo em fogo morto, até que a maçaranduba desista de lhe fazer concorrência desleal.

Em tempo



Hoje aposentado, Geraldo Pilz não abandonou o trabalho antes de insistir no sonho da madeira plástica. Após anos sem apoio no Rio de Janeiro, decidiu levar sua fábrica para Bragança Paulista, ao redor de um polo de reciclagem. Conseguiu então criar em 2015 a Policog, o “braço ecológico” de sua indústria. A cada dia, a empresa transforma 1 tonelada de embalagens de detergente, água sanitária e desodorantes em mesas, pisos, decks e bancos de praça. Tocado agora por seu filho, Daniel Pilz, o negócio está de pé, mas não sem obstáculos. Segundo ele, a desorganização da coleta seletiva e a concorrência das árvores derrubadas faz com que as indústrias de madeira plástica no Brasil ainda caminhem “em ritmo de camelo”.

Parece mais fácil lidar com onça

23.07.2008

Quando sai de casa para o trabalho, o biólogo Peter Crawshaw é capaz de rodar 4.500 quilômetros, às vezes por estradas que não estão no mapa. Ele mora em Corumbá. E o seu nome é o primeiro que vem à cabeça de quem lida com onça no Brasil inteiro, talvez no mundo. Como assunto de onça tende a ser urgente, ele viaja sem parar entre fazendas de gado no Pantanal matogrossense que se aliaram à conservação da espécie, o Parque Nacional do Iguaçu, no extremo oeste do Paraná, e o da Bocaina, na divisa de São Paulo com o Rio de Janeiro.

Para quem leva esse tipo de vida, os perigos nem sempre estão na selva. Crawshaw tem o rosto marcado por uma onça com que se atracou, para salvar uma turista estrangeira que invadira seu campo de pesquisa no Iguaçu. E puxa de uma perna, desde que esmagou uma vértebra em queda de ultraleve que, como funcionário do Ibama, pilotava a serviço do Centro Nacional de Predadores, em Sorocaba. O acidente custou-lhe dois anos de fisioterapia, para reaprender a andar. Fora isso, aos 58 anos, ele está em plena forma.

Acidentes de trabalho

Apesar das cicatrizes dos acidentes de trabalho, ele só achou que sua carreira tinha acabado mesmo no dia 5 de maio, quando o sequestraram na Bolívia. Ele voltava de Puerto Suarez, a 15 quilômetros de Corumbá, onde finalmente achara um artesão para consertar sua pistola de dardos anestésicos, acessório indispensável à convivência com feras vivas. Há três anos ele vinha procurando um armeiro que fizesse o serviço no Brasil.

Na volta de Puerto Suarez o pegaram, à ponta de três revólveres calibre 38. Os assaltantes invadiram o carro, vendaram Crawshaw e, durante quatro horas e meia, sacolejaram em alta velocidade por estradas de terra. Ele acabou convencido de que estava a caminho da execução. Acabou solto, de noite, num ermo, sem o telefone celular e no escuro.

Mas estava em seu ambiente. Crawshaw caminhou até achar uma fogueira. Diante do fogo, um desconhecido cedeu-lhe um cobertor para passar a noite e, na manhã seguinte, indicou-lhe o rumo para cruzar com um ônibus. Estava a 100 quilômetros da fronteira. E a um passo de ingressar no segundo capítulo do assalto, o mais longo.

Ele dura até hoje. Do lado de lá, sua picape Hilux, que um gentilíssimo Mayor Maldonado, da polícia boliviana, prometeu recuperar prontamente, desapareceu. E, do lado de cá, Crawshaw foi bater na porta da companhia de seguros. Seu carro de tração nas quatro rodas, modelo 1998, estava coberto em 35 mil reais, dizia a apólice da Sul América. O contrato só ressaltava que “a abrangência geográfica deste seguro no Mercosul não contempla a Venezuela”.

Em outras palavras, na Bolívia o seguro valia, certo? Errado. A frase queria dizer apenas que o freguês nunca tem razão. Sua história veio se enrolando numa interminável troca de mensagens pela internet, até Crawshaw receber por e-mail a resposta definitiva. Num jargão indecifrável, ela anunciava “a manutenção do declínio ao atendimento do sinistro”.

Ou seja, era “não”. A seguradora alega que a Bolívia não é bem do Mercosul. Como estado associado, não chega a ser país membro, enquanto a Venezuela, que também não é membro, mas um dia vai ser, ainda não é nada. Tudo isso estava escondido naquela linha da apólice, verdadeiro curso de geopolítica sul americana em onze palavras. Como sabe tudo de onça, mas nada desse tipo de arapuca, Crawshaw ficou a pé. E o que tem isso a ver com meio ambiente? Ora, tudo que atrapalha o trabalho de Peter Crawshaw é um grande problema ambiental.

Peter Crawshaw morreu em abril de 2021 devido a complicações da Covid-19.



A arte de andar no mato

*O problema atual das viagens de aventura é
que elas ficaram mais fáceis de fazer e mais
difíceis de justificar.*

Como aprendemos a andar no mato

21.01.2010

Caminhar no mato parece a coisa mais natural do mundo, pelo menos desde que nossos ancestrais desceram das árvores e adotaram esta postura instável, que nos condena a problemas de coluna e, em troca, libera os membros superiores para tarefas mais elevadas – como estapear mosquitos ou empunhar o telefone celular para fotografar cada passo da jornada.

Apesar dessa aparente naturalidade, andar no mato é uma invenção recente, que talvez por isso no Brasil ainda depende de empresas especializadas e guias meio fanáticos, para apontar aos desavisados o caminho das trilhas como se elas fossem a estrada de Damasco. Basta um dia de enchente humana num parque nacional para ver o bom serviço que eles prestam. Sem seu fervor quase evangélico, as picadas estariam às moscas. Ligando geralmente o nada a lugar nenhum, elas dependem, para ter algum tráfego, da “caminhada romântica”, moda que, segundo o historiador Simon Schama, nasceu no século XIX e tem autor conhecido.

Chamava-se Claude François Denecourt. Antes dele, só se ia ao mato para derrubar árvore, matar bicho ou fugir da cadeia. Ele mudou isso radicalmente. Denecourt foi retratado pelo literato Theophile Gauthier como “um homenzinho vestido com simplicidade, portando um chapelão e óculos, segurando o galho de azevinho que lhe serve de bastão para subir a encosta”. Ninguém se iluda. Seu despojamento era grife, sua fantasia de “Le Sylvain”, o gênio da floresta. A Nike, a Columbia, a Patagonia e outras etiquetas do ramo só viriam aprimorar o figurino dos caminhantes muitas décadas depois.

Denecourt foi, basicamente, um comerciante de conhaque em Fontainebleau, nos arredores de Paris. Ferido nas guerras napoleônicas, coxeava. Embora manco, era um andarilho infatigável, treinado em marchar por anos a fio de um lado para outro na Europa, arrastado com as campanhas do imperador como soldado do 88º Batalhão de Infantaria Ligeira. Ao dar baixa, conheceu a floresta de Fontainebleau quando ela caía aos pedaços. Fora uma reserva de caça real, e passou a ser tratada como terra de ninguém na França revolucionária – mais ou menos como por aqui, à falta de governo, fazem os grileiros da Amazônia.

Desmatada, defaunada e invadida, Fontainebleau sobreviveu aos tropicções da história francesa porque Denecourt promoveu sua reciclagem como lugar de passeio. Ele abriu

pessoalmente 300 quilômetros de picadas na floresta. Batizou itinerários, árvores e pântanos. Transformou em refúgios rústicos as cavernas que antes tinham fama de abrigar bandidos.

Sua influência foi, literalmente, incomensurável. Chegou até a concepção original do Central Park em Nova York ou, para ficar mais perto, à Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro. Aliás, todo jardim do paisagista Auguste François Glazou, que reinou na corte de D. Pedro II, não deixava de ser uma espécie de miniatura da Fontainebleau de Denecourt.

Fontainebleau, onde Denecourt é nome de rua e tem estátua em praça pública, continua cercada por 24 mil hectares de velhos bosques, preservados desde que, no rastro de Denecourt, foram parar lá, de carruagem, os grã-finos do Império. Com eles vieram os pintores, toda uma geração pré-impressionista que arranchou no vilarejo de Barbizon, na beira do bosque, e cevou ali uma escola de paisagismo e um culto da natureza que serviu, nos Estados Unidos, para inspirar a decretação dos primeiros parques nacionais.

Em resumo, os guias de ecoturismo são apóstolos de Denecourt mesmo que não saibam. Como ele, acreditam que caminhar no mato não é coisa que se nasça sabendo. É algo que se aprende. Como todo passo civilizatório.

Morro acima e morro abaixo

18.02.2005

O aquecimento global não parece tão vago como nas previsões de mudança climática, nem tão apavorante como no cinema, para quem sobe neste verão a picada do refúgio Emílio Frey e encontra lá em cima, na borda dos Andes, a 1.700 metros de altitude, a lagoa Tonchek invadida por banhistas. Entre bandos de patos selvagens, eles espadanam a água azulada, onde nas primaveras mais frias os blocos de gelo costumam boiar dezembro adentro.

“Banhistas na Tonchek? Não é possível!” – diria na volta, por trás do balcão sombrio, onde passara o dia se escondendo do calor, a concessionária do Reynaldo Knapp, um albergue do Club Andino Bariloche ao pé do Cerro Catedral. A escada de madeira rústica do Knapp desemboca no vasto deserto de asfalto de um estacionamento. Trata-se, afinal, de uma estação de esqui.

No inverno, fervilhando de automóveis e, se tudo correr bem, com a neve tapando obras que jamais acabam em suas bases, ele pode ser típico da paisagem. Mas em fevereiro, com o sol ainda ardendo às nove e tanto da noite, atravessar o estacionamento vazio, sem uma árvore, talvez seja a parte mais árida da caminhada de 13 quilômetros montanha acima.

A picada começa numa estrada poeirenta, onde se constrói atualmente mais uma funicular. Pode haver menos neve nos últimos anos. Mas há cada vez mais esquiadores. Com eles multiplicam-se os serviços para içá-los à cabeceira das pistas. E as pistas se espalham por todas as ladeiras onde se possa abrir passagem entre as árvores. Os investidores debandaram do mercado financeiro na última crise da economia argentina e resolveram botar dinheiro no que o país tem de mais sólido – ou seja, a sua paisagem assombrosa.

O resultado da febre turística é que a picada do Frey cruza agora com um cenário onde não dá para ver se as coisas vão muito bem ou muito mal no parque Nahuel Huapi. De um lado, a estação de esqui do Catedral parece cada vez mais uma cidade alpina, embora meio adormecida fora da temporada. Do outro, fica o maciço coroado por inumeráveis agulhas rosadas esculpidas na pedra pelo gelo. Os esquiadores mal o veem, por trás da lombada onde os teleféricos desembocam. Assim, dependendo do ponto de vista de quem vai ao Catedral, ele parece estar crescendo ou diminuindo.

Foi-se a época em que os desbravadores do esqui andino, em meados do século XX, subiam as ladeiras nevadas com botas de couro duro e equipamento de madeira. O Knapp é uma relíquia desse tempo. No arquivo do Club Andino, que existe desde 1931, há belas fotografias – ainda recentes, mas já históricas – dessas caravanas de esquiadores, subindo as encostas nevadas, com agasalhos de tricô e enormes esquis de tábua.

São em geral as mesmas pessoas que implantaram a rede de refúgios nas montanhas de Bariloche. A cidade mal passou dos 100 anos. Mas já foi duas Bariloches diferentes. No começo do século XX, era lugar de colonos, que ganhavam do governo argentino descomunais latifúndios de 200 mil hectares nos confins da Patagônia andina, para povoar um território arrancado dos índios pelas campanhas de extermínio e dos chilenos por uma diplomacia a expedições de demarcação.

Aos olhos dos primeiros povoadores, as montanhas não passavam de obstáculos à agricultura e ao comércio. Elas só viraram o principal produto da região a partir dos anos 1930, quando apareceu por lá gente disposta a fazer de um velho esporte uma nova mania. Em outras palavras, tirar do alpinismo o gene do andinismo.

Pois o andinismo também foi produto de conquista. Custou rios de suor a imigrantes como o alemão Otto Meiling, que chegou a Bariloche como operário de construção civil numa boleia de caminhão e mudou instantaneamente de vocação, ao avistar o cume gelado do monte Tronador. Meiling fundou a primeira fábrica de esquis da cidade e a primeira escola para esquiadores. Foi também o primeiro a pôr os pés em dezenas de picos dos arredores, batizando um por um. Isso no tempo em que os meios de transporte locais eventualmente se traduziam em caminhadas de quase 300 quilômetros.

Ele escalou até às vésperas de morrer, em 1989, e está enterrado em seu chalé de montanha, fora da cidade. Seu biógrafo, o esloveno Voiko Arko, aos 78 anos de idade, capenando por conta de um atropelamento que lhe deixou sequelas pelo resto da vida, ainda fazia a trilha do Frey todo fim de ano. Gastava dois dias na caminhada de quatro ou cinco horas. Dormia a primeira noite no refúgio Piedritas, uma cabana de troncos encaixada debaixo de uma pedra no meio da subida. Mas passava o réveillon vendo as torres do Catedral se espelharem nas águas do Tonchek.

Voiko tinha um currículo interminável. Mas só gostava mesmo de falar das montanhas. Até o fim da década de 1980, atendia turistas na sede do Club Andino, em Bariloche, alterando as cinco ou seis línguas que falava com fluência. Ele tinha passado poucas e boas na Segunda Guerra Mundial. Lutara na resistência, fora preso pelos alemães e estava num

trem a caminho do campo de concentração quando a Itália se rendeu. Livre, Voiko desembarcou em Bolonha e, sem ter para onde ir, ali mesmo fez a faculdade de Ciências Sociais.

Mas a guerra era um período que resumia em cinco palavras: “Me meti em coisas muito feias”. A conversa, propriamente, Voiko reservava às serras de Bariloche, aonde chegou no começo dos anos 1950, depois de trabalhar como peão nas obras do aeroporto de Ezeiza, em Buenos Aires. Ali, alguém lhe falou do sul da Argentina. Ele foi lá verificar pessoalmente se aquilo que ouvia era verdade. E ficou. Escreveu os melhores guias de picadas e refúgios do Nahuel Huapi. Até hoje, são os únicos que têm humor e sinceridade sobrando para recomendar que se leve saco de dormir para os beliches dos abrigos, “porque é melhor deitar em sua própria sujeira”.

A casa de pedra do Emílio Frey era em princípio uma espécie de base para escaladores, cercado pelo anfiteatro de agulhas verticais que cerca o lago Tonchek. Há centenas de vias de escalada à sua volta. Quantas? “Não sei, o suficiente para uma vida inteira”, diz o “refúgiro” Manuel de la Cruz. Como todos os albergues do Club Andino, atualmente o Frey recebe mais mochileiros do que montanhistas. Com a clientela, mudaram os próprios refúgios. Eles costumavam abrir por temporada, que começava com o degelo da primavera e durava até as primeiras nevascas do outono. Mas, nos anos 1970, uma nova geração de concessionários do Club Andino criou a tradição de mantê-los abertos o ano inteiro.

Tonchek Arko, filho de Voiko, foi um deles. Vivia no Frey, como encarregado, em meados dos anos 1980. Com a barba cobrindo o colarinho e o cabelo loiro descendo até a cintura, Andi Lamunière cuidava do refúgio General San Martín, encarapitado no fim de uma picada de 18 quilômetros à beira do lago Jakob, que é provavelmente um dos lugares mais bonitos do planeta. Gabriel Rappaport geria o Manfredo Segre, um bunker de concreto erguido na beira da Laguna Negra como memorial de um montanhista italiano que morreu nas montanhas. Todos eles mal tinham entrado então na casa dos 20 anos. Contavam histórias intermináveis sobre os invernos em que a neve cobria as janelas e era preciso cavar túneis para passar pela porta.

Eles não estão mais lá. Os refúgios prosperaram. Costumavam ser abastecidos com as coisas que os concessionários levavam na mochila. Agora, os mantimentos lhes chegam em lombos de cavalos. As tropas mantêm abertas o ano inteiro as trilhas de erosão nas picadas. Em troca, agora dá para escolher marca de vinho e tipo de refrigerante na mesa dos refúgios. Dez anos atrás, nenhum deles tinha banheiro. Hoje, todos têm.

Os tempos são outros. O ecoturismo deixou de ser amador. Profissionalizou-se. Tonchek Arko trabalha no jornal *Rio Negro* como fotógrafo especializado em competições de esqui e esportes radicais. Dois anos atrás, sofreu um assalto em casa, numa rua tranquila de Bariloche. Clemente, outro filho de Voiko, toca uma agência de turismo na cidade, mas tira um

dia por semana para cuidar do Challhuaco, um refúgio quase encostado nos subúrbios de Bariloche, embora continue escondido nos bosques do parque nacional. “É o que eu queria fazer a semana inteira, mas não posso, porque o turismo vive de marketing e marketing eu tenho que fazer na cidade”, ele explica.

Há mudanças que vieram para durar mais tempo. A picada do Frey, que nove anos atrás corria à sombra de lengas e outras árvores centenárias, ganhou um vasto trecho de vegetação rasteira, entre troncos desfolhados. A floresta que costeava o lago Gutierrez queimou no verão de 1997. As faias chamuscadas continuam de pé. Mas perderam a copa para sempre.

Desmatada, a montanha acabou rasgada em vários pontos do caminho por ravinas profundas, que atravancam a trilha com avalanches de pedras e a areia fofa do degelo. Mas não é o fim do mundo. Sob o sol sem filtro, o chão floresce como nunca. Contra o céu, dá para ver nos ramos desfolhados os pássaros que antes as árvores vivas camuflavam.

Para os especialistas, tudo isso quer dizer que o bosque do Catedral vai aos poucos se recuperando sozinho do incêndio que o lambeu. Ao contrário da estação de esqui, ele não requer um centavo de investimento ou qualquer esforço humano para atrair os turistas com novidades em cada temporada. Desde o último incêndio, ninguém plantou um pinheiro na picada do Frey. E ela nunca esteve tão marcada de pegadas como neste verão. O calor que queima é o mesmo que atrai banhistas ao lago Tonchek. No Nahuel Huapi, até o aquecimento global tem a sua graça. Afinal, é para isso que servem os parques nacionais: para mostrar que, deixada por sua própria conta, a Terra muda mas não acaba.

A escalada do montanhismo

25.02.2005

A impressão de que a Equinox é uma empresa como as outras não resiste a dois lances de escada. A fábrica funciona num galpão em São Cristóvão, o velho bairro industrial do Rio de Janeiro. Subindo, passa-se por uma confecção de roupas para crianças no térreo e uma máquina cortando tiras de nylon no patamar do segundo pavimento. Lá em cima, chega-se ao escritório engaiolado num tabique de vidro, que aprisiona o ar condicionado no salão onde trabalham as costureiras. É lá que fica “o Marcelo”, elas informam.

Esse Marcelo que os funcionários chamam pelo prenome é o Ramos, fundador da Equinox. Está na cadeira de executivo, mas vestindo camiseta sem manga, calção de ginástica e tênis de corrida. O sócio Ricardo Güttler, na bancada ao lado, enverga o mesmo figurino, que nele parece ainda mais informal graças ao rabo de cavalo. Faz um calor de rachar lá fora. Dentro também. Sob o telhado de amianto, as reformas para melhorar a ventilação da fábrica ainda não deram conta do sufoco. Ali não é lugar para gravata.

Mochilas de todas as cores e tamanhos, penduradas em arames, decoram as paredes dos diretores. Elas são o forte da Equinox, uma firma criada por um montanhista que nos anos 1980 não encontrava no mercado nacional equipamentos confiáveis para se meter num esporte que estava engatinhando no Brasil. E também não tinha dinheiro para bancar os artigos importados. Em outras palavras, as suas: “Só me meti a ser empresário porque queria a todo custo fazer mochila”.

Deu nisso. A marca se esparramou. É vendida no Brasil inteiro. Tem representantes comerciais em três estados. Sua clientela, que originalmente não ia além dos companheiros de escalada, ganhou de uns anos para cá a adesão de fregueses inesperados. A turma do *trekking*. Gente que mesmo na cidade adota o estilo *outdoors*. Universitários que preferem levar para a faculdade mochilas com o *pedigree* da aventura.

“Eu não peguei essa onda, foi a onda que me pegou”, diz Marcelo. Ele acha que o mercado do esporte de natureza “explodiu” no Brasil em meados da década passada. “Foi quando começaram a surgir nas bancas de uma hora para outra todas essas revistas que têm palavras como ‘aventura’ ou ‘adrenalina’ no título”. Sinal dos tempos, uma vez por ano a Adventure

Sports Fairs, a maior feira brasileira desse tipo de esporte, enche três andares do Ibirapuera, em São Paulo. Ela está em sua sexta edição. E em 2004 movimentou R\$ 65 milhões.

Na crista desse crescimento, a Equinox teve que se mudar há cinco anos para o prédio na rua do Bonfim, em São Cristóvão, onde faliu uma ferramentaria. Já não cabia no apartamento de Copacabana, onde a fábrica, o mostruário, a loja e dez funcionários se espremiavam em 130 metros quadrados. “Olhando para trás, eu mesmo me espanto que coubesse tanta gente e tanta coisa naquele espaço”, ele admite. Foi lá que a marca pegou.

Mas muito antes da Equinox, para ele vem o montanhismo. Na versão de Marcelo, a história da fábrica começa em 1978, “o ano em que contrai o vírus da escalada”. Ele é filho de militar – e, por falar nisso, irmão do Tande, da seleção que ganhou a medalha de ouro do vôlei nas Olimpíadas de 1992. Aos 14 anos, morando num condomínio residencial do Exército aos pés do Pão de Açúcar, pôs os olhos pela primeira vez “naqueles malucos” que subiam os paredões de granito da montanha. Acabou se inscrevendo com três vizinhos no Clube Excursionista do Rio de Janeiro.

“Éramos quatro garotos inexperientes”, ele conta. Não podendo revelar em casa o que andavam fazendo, eram obrigados a improvisar seus investimentos no esporte. Em vez de mosquetões – aqueles elos metálicos com fecho de segurança que prendem os escaladores a suas cordas – usavam cadeados comuns para se pendurar nos ganchos. Amarravam-se em cordas náuticas, “que são péssimas”. Não há fotos desse aprendizado, porque a maior preocupação do grupo com a segurança era não deixar provas de atividades que os pais, encontrando, usassem para proibi-los de escalar.

“Fizemos tudo errado, mas aquilo virou uma paixão que nunca mais me largou”, diz Marcelo. A tal ponto que a improvisação ainda era quase a mesma quando, em 1987, tarimbado por quase uma década de ascensões em rocha no estado do Rio de Janeiro, ele resolveu encarar uma escalada em gelo. Escolheu, para a estreia na neve eterna, o monte Tronador, um vulcão extinto com 3.554 metros de altitude na fronteira da Argentina com o Chile, onde despeja nada menos de sete geleiras.

Até os guias mais experientes da Argentina têm histórias de encontros quase fatais com as avalanches de neve e as gretas de gelo do Tronador. Marcelo atacou a montanha com a cara e a coragem. “Fomos os quatro – Fernando Fajardo, Eduardo Peixoto, Carlos Costa Ribeiro e eu – para Bariloche, levando algum equipamento emprestado. Chegamos de tardinha ao refúgio Otto Meiling, que é a base de escaladas para os picos do Tronador, montamos a barraca ao lado da casa e fomos conversar com os argentinos”.

Os guias locais tinham uma saída contratada com um alpinista suíço. Largariam às quatro da manhã, bem antes que o sol pusesse o gelo em movimento. Resolveram segui-los à distância, mas se atrasaram logo na largada. Quando puseram as botas fora da tenda, a cordada já estava longe e o jeito era seguir o rastro que ela deixava na neve. Assim cruzaram o glaciar Castaño Overa, costeando precipícios de gelo, sem saber muito bem onde estavam pisando.

Gastaram tempo demais no caminho. “Perdi duas luvas, que o vento arrastava e eu saía correndo atrás deles em cima da geleira”, lembra Marcelo. Acabou o dia com um par de meias nas mãos. Quando chegaram ao Filo de la Vieja, onde começa a escalada propriamente dita, os argentinos já vinham descendo e se espantaram ao encontrar os brasileiros desencordados numa encosta traiçoeira. Fizeram-lhes recomendações para o resto da escalada que eles simplesmente não compreenderam, como “usar a técnica de doze pontos na geleira”.

“Fingi que entendi. Mas não tinha a menor ideia do que vinha a ser isso”, Marcelo confessa. Tratava-se de pisar com o maior número possível das travas nos crampons. Dali para a frente, a parede tornava-se cada vez mais exposta. O dia estava alto. E o gelo, derretendo. Numa rampa de 45 graus, que terminava lá embaixo em gretas profundas, Marcelo tratou de fincar seu primeiro grampo no gelo. Ficou frouxo. “Mas estávamos decididos a ir lá em cima de qualquer jeito”, diz ele. Só na volta, conversando no refúgio, saberiam que estavam fora da via usada naquela manhã pelos guias. Desistiram perto do cume, quando lhes ocorreu que, sem ancoragem firme, não havia a menor possibilidade de descerem por rapel. Em outras palavras, faltava-lhes o caminho de retorno.

Escaparam. Como no Tronador, Marcelo se atirou na aventura da Equinox sem saber muito bem qual seria o próximo passo. Ele começou muito cedo a fabricar peças a domicílio. Não se formou. “Fiz dois anos de Engenharia. Depois Arquitetura. E enfim Administração de Empresas. Mas era tudo muito lento. E eu já estava acostumado com outro ritmo de vida”, ele explica. Começou produzindo um *baudrier* – o cinto especial de segurança – para seu uso pessoal. Recebeu encomendas para replicá-lo. Em pouco tempo, não dava mais conta sozinho de atender todos os pedidos.

“Lá vão uns 20 anos”, ele comenta. Hoje, desenvolve seus próprios modelos. Ou melhor, “cria conceitos”. Como o modelo de mochila para escalada que lançou no ano passado. É compacto, mas vem com um tubo para “o guia que vai fazer uma longa enfiada” beber água sem tirá-lo das costas. Foi inspirado nos “camel-backs” usados por ciclistas. Mas ao sair era uma novidade em acessórios de montanha. “Agora, a Beal francesa, a Mountain Tools americana e a Cassin italiana fazem coisas parecidas. Não estou dizendo que eles vieram aqui nos imitar. Mas nós saímos na frente”, diz Marcelo.

No início, ele copiava produtos importados. Mais tarde, passou a adaptá-los. Foi aprendendo, na prática, que nem todo produto bem cotado lá fora dá tão certo no Brasil como na terra de origem. O clima quente, a ausência de neve, as trilhas fechadas das florestas tropicais, tudo isso acaba derrotando patentes internacionalmente consagradas, como a membrana de Goretex, os tecidos sintéticos cada vez mais finos, os casacos impermeáveis que transpiram, as mochilas cheias de alças para prender pitons e esquis, mas que aqui só servem para se enganchar em moitas de espinho.

Aqui, as mochilas têm que levar cordura, por exemplo. É um material áspero mas resistente, que Marcelo custou a encontrar na espessura adequada. Para conseguir que os fornecedores fizessem tecidos grossos e cadarços mais fortes, “foi preciso pagar mais caro, pedir grandes quantidades, comprar de uma vez só um ano de estoque”. Até meados da década de 1990, não havia fivelas de nylon feitas no Brasil. Passou a haver porque a Equinox insistiu com o fabricante, até que ele se equipasse para produzi-la.

Foi assim com as espumas do forro, que era impossível achar na densidade certa. Com as cores dos tecidos de cordura, que se limitavam ao azul, vermelho e preto. Com as linhas para costura, que não suportavam cargas de até 140 quilos. “E o problema não acaba aí”, segundo Marcelo, “porque neste país as coisas têm uma tendência incrível a piorar. Se você não ficar em cima, o fabricante vai estar sempre procurando um jeito de economizar onde não deve, tirar um pedaço daqui, uma medida de lá”.

Há quatro ou cinco fábricas de mochilas no Brasil. Mas só a Equinox se dedica antes de mais nada aos escaladores. Ela faz as mochilas de marcas que frequentam shopping centers, como a Osklen e a Redley. Mas aposta seu futuro na fidelidade dos montanhistas radicais. “Eles não chegam a ser um mercado muito grande”, Marcelo reconhece. “Aliás, nem sei se posso chamá-los de mercado. Mas são cada vez mais numerosos. E é deles que queremos ficar o mais perto possível”.

Para isso, a Equinox tem lá suas idiossincrasias. Não aceita botar seus produtos em lojas de caça e pesca. Quando lança um novo artigo, dá para os amigos da casa testarem. Apoia a Federação de Montanhismo do Estado do Rio de Janeiro. Financia documentários sobre montanha. Gasta cerca de R\$ 100 mil por ano patrocinando atletas e conquistas. Banca a carreira de Fábio Muniz, “um garoto muito bom”, que é atualmente o segundo colocado no ranking brasileiro de escalada esportiva. Ajudou recentemente a cobrir os custos do *Guia de escaladas da Floresta da Tijuca*, um roteiro de 236 vias dentro da cidade do Rio de Janeiro, assinado por Flávio Daflon e Delson Queiroz.

De quebra, tem pruridos ambientais. Recicla tudo o que pode. Doa aparas de tecidos de nylon à escola de modelagem do Senai. Guarda sobras de plástico para encher as mochilas do mostruário. Não publica catálogo em papel, só na internet. Esforça-se para convencer os fornecedores a aceitar de volta as bobinas usadas nas linhas de costura. “Já tentei tanta coisa. Mas como é difícil fazer essas coisas no Brasil”, Marcelo lamenta. “Uma vez liguei para a Dupont pedindo uma solução para o refugo de Cordura Plus que nós usamos. É a Dupont que faz o fio usado nesse tecido. Eles ficaram de me ligar no fim do ano. O fim do ano nunca chegou. Esse tipo de conversa é sempre recebido com surpresa do outro lado da linha. Quem atende pede um tempo para perguntar ao diretor. E raramente liga de volta”.

Para ele, quem se interessa por esses problemas é a clientela da Equinox, não a indústria. “São Cristóvão é um bairro industrial e nem aqui a cidade organizou um serviço de coleta de lixo para reciclagem”, diz ele. “Nós só temos essas manias porque não estamos aqui pelo dinheiro. O Ricardo, por exemplo. Sabe como ele veio parar aqui?”

Trata-se do sócio. Ricardo Güttler fazia voo livre. E, como Marcelo fazia com o montanhismo, fabricava artesanalmente cintos sob medida para a turma da asa delta, quando a Equinox sequer existia. Naquele tempo, os artigos feitos por Marcelo Ramos levavam o nome Extreme. Os dois compravam materiais juntos e eventualmente trocavam máquinas. Sete anos atrás juntaram suas linhas de produção na nova firma.

A engenheira de produção Mônica Pranzl chegou lá por outro caminho. Ela escala. Semanas atrás, grávida de seis meses e meio, pôs a barriga no *baudrier* e fez uma via de 7º grau em Teresópolis. Há cinco anos, antes mesmo de se formar, saiu à cata de um emprego que não a afastasse da montanha. Casada com um amigo de Marcelo, “foi se infiltrando” na Equinox. Foi ela que instalou a empresa em São Cristóvão. Virou sócia? “Não”, ela responde. “Não, em termos”, Ricardo intervém: “Ela já se apossou de tudo aqui”.

Tudo quer dizer uma operação que emprega 32 pessoas, incluindo as três vendedoras encarregadas da loja no centro da cidade. Na fábrica, as costureiras organizam seus próprios turnos de trabalho. Às vezes, elas mesmas se convocam nos sábados e domingos. Ganham pelo menos três vezes mais que os R\$ 300 de praxe no mercado. E, como recebem por produção, chegam a fazer R\$ 1.800 por mês.

Na loja, instalada num segundo andar da rua Buenos Aires, mas visível de longe pelo cartaz de um escalador que parece entrar pela janela, estão à vista produtos da Petzel, Hi-Tec, Black Diamond, Mamooth, Salomon, Theva e outras amostras do montanhismo globalizado, mas o prato de resistência é a mochila da casa. Há desde uma pochete a R\$ 20 a uma mochila cargueira de 140 litros, que sai por R\$ 393.

Parece uma loja de artigos esportivos como outra qualquer, até que o freguês exagera nas perguntas sobre o uso dos mosquetões, fitas e grampos espalhados pela parede. “Nós sabemos para que serve cada coisa dessas”, informa a vendedora Adriana Fernandes. “Mas não podemos dar esse tipo de explicação. Isso só quem pode dizer é o instrutor”. E oferece o número do telefone do escalador Flávio Daflon. Numa firma que nasceu com Marcelo Ramos armando cadeado nas encostas do Pão de Açúcar, isso só pode ser o sinal de que o montanhismo brasileiro já foi muito mais longe do que qualquer marqueteiro ousaria esperar.



Em tempo

A fábrica e a loja da Equinox seguem nos mesmos endereços, e a marca mantém sua reputação oferecendo basicamente a mesma linha de produtos. Mas a equipe de funcionários foi reduzida para um total de 12 pessoas. Continua apoiando escolas, atletas e eventos ligados ao esporte, “mas bem menos do que gostaríamos”, diz Marcelo Ramos. Com os amigos de escalada ele conquistou rotas novas, especialmente nas montanhas da região serrana do Rio de Janeiro. É difícil conciliar agendas para reunir o grupo que sempre o acompanhou, mas “não há como parar: é o que mantém minha saúde mental e corporal”.

A conquista da Patagonia em cinco passos

03.12.2004

O teste está na primeira página do catálogo de uma grande marca de roupas esportivas. E diz – aliás, prega – mais ou menos o seguinte: “Em que a empresa deve pensar antes de mais nada? Nos acionistas? Nos clientes? Nos funcionários? Nada disso. Ela tem que cuidar antes de tudo da origem de tudo o que ela tem. Ou seja, do planeta. Sem planeta saudável não existiriam acionistas, clientes nem empregados. Aliás, não há negócio a fazer num planeta morto”.

Parece conversa de ambientalista para empresário dormir. Mas vem pela voz do dono de um império, que só não cresce mais porque ele não permite. No começo dos anos 1990, quando sentiu que estava cada vez mais perto de ficar bilionário, demitiu 20% dos funcionários, enxugou a linha de produtos em suas fábricas, que passou de 375 itens para 280, adotou o algodão orgânico em seus tecidos e introduziu plástico reciclado em seus agasalhos de lã sintética. De quebra, passou a dar cada vez mais dinheiro para as pessoas que batiam em sua porta querendo patrocínio para ideias mirabolantes, como devolver aos peixes e às plantas aquáticas os canais imundos de uma cidade ou tirar árvores dos dentes da motosserra acampando indefinidamente no alto de suas copas. Desde 1985, a Patagonia vem doando todo ano 10% de seu lucro ou 1% de suas vendas – o que der a cifra mais alta – para ONGs ambientalistas. Já semeou entre cerca de 10 mil militantes mais de 25 milhões de dólares em dinheiro. Sem contar os milhões de dólares doados em equipamentos.

Em outras palavras, passou a levar ao pé da letra um dos lemas que guiam a administração da companhia – “maior não é melhor”. Pelo visto, deu certo. Em 2004, dá para comprar roupas da Patagonia, a preços de boutique, em lojas de El Calafate, uma cidade no sul da Argentina onde os aviões não pousam durante o inverno e o vento empurra pelas ruas as latas de lixo, ou nos melhores endereços de Milão. Assim como se pode usar em El Calafate as peças compradas em Milão, ou vice-versa, sem fazer feio. Como diria o proprietário, “se quer mudar sua empresa, mude primeiro o freguês”.

Ele se chama Yvon Chouinard e deixou há muito tempo de ser exótico, à medida que o mundo foi mudando e ele continuou o mesmo. Aparentemente, seu sucesso é daqueles que sobem

em cabeças alheias. Recentemente, escreveu no tal catálogo que “levou 25 anos no negócio” tentando resolver se queria mesmo virar empresário. Ou seja, “lutando contra os fantasmas da responsabilidade corporativa”. Aos 66 anos, Chouinard ainda lança no ar frases que parecem vir diretamente dos movimentos alternativos da década de 1960. Mas naquela época ele estava trabalhando duro como ferreiro, malhando na bigorna grampos de alpinismo.

Até hoje ele se considera antes de mais nada alpinista, surfista e pescador de molinete. Também gosta de pilotar avião nas horas vagas. Que o diga o historiador José Augusto Pádua. Ele já voou nos Andes com Chouinard no comando de um bimotor. Os dois estavam no Chile, visitando as florestas que o empresário comprara para impedir que elas caíssem nas mãos das madeiras. E o anfitrião fez questão de passar pelos vales mais estreitos, entre os cumes gelados da cordilheira.

Nos anais do montanhismo, mesmo que jamais se tivesse visto numa encosta famosa o logotipo da Patagonia, o nome de Chouinard estaria inscrito como inventor do piolet articulado que revolucionou a técnica de ascensão em gelo. Mas até como fabricante de equipamentos especializados para montanha ele era atacado regularmente por remorsos ecológicos. Nos anos 1970, ao constatar que os grampos de aço que ele fazia – e usava – escalavravam as montanhas, passou a fornecer pitões móveis de alumínio a devotos da “escalada limpa”, uma técnica que estava então engatinhando e praticamente não deixa cicatrizes na rocha.

Mais tarde, quando a popularidade do montanhismo cresceu desmesuradamente, Chouinard decidiu encolher a própria firma. Vendeu a metalúrgica e foi fazer roupa para esportes radicais. Dez anos depois, a Patagonia se tornara tão grande que ele pensou seriamente em largar tudo, subir num veleiro e se mudar com a mulher para os mares do sul. Desistiu quando se convenceu de que, sem a empresa, não teria como bancar projetos de ambientalistas. E a essa altura eles começavam a fazer fila no site onde a Patagonia publica as fichas de inscrição.

Em resumo, Chouinard fez tudo o que podia para dar errado nos negócios. Mas deu certo. E, como deu certo demais, virou líder de uma organização internacional chamada “1% For The Planet”. Ela reúne empresas que, como o nome está dizendo, se comprometem a aplicar 1% de seu lucro líquido em causas ambientais. Aos interessados em segui-lo, Chouinard oferece na internet um atalho com cinco passos. Propostos num tom quase religioso, como se fossem exercícios de iluminação, mas recheados de conselhos práticos, eles soam mais ou menos assim:

1) Leve uma vida consciente. “A maior parte dos danos ambientais provocados pelos homens é produto da ignorância. Essa ignorância é que nos dispensa de enfrentar nossos

problemas, sempre que nos recusamos a aprender alguma coisa para não ter que agir de acordo com o que sabemos”, Choinard explica. Exemplo: “Quinze anos atrás eu não sabia que das quatro fibras mais usadas pela indústria de tecelagem (algodão, lã, poliéster e nylon), o algodão é a que causa mais problemas ambientais, por causa dos inseticidas usados nas plantações”. Hoje, a Patagonia usa poliéster reciclado, corantes não poluentes e fibras feitas com garrafas de PVC usadas.

2) Limpe sua própria sujeira. “Quando aprender os custos ambientais do que produz, trate de reduzi-los. Se for possível reduzi-los, você tem a obrigação de fazer isso. Quando aprendemos como o algodão é nocivo, por causa dos agrotóxicos usados nas plantações, procuramos uma alternativa sensata. E encontramos: o algodão orgânico”.

3) Expie as suas culpas. “Não importa quão diligente seja a empresa, ela produzirá sempre lixo e poluição”. Para esse pecado original, a penitência recomendada é uma espécie de compensação ambiental voluntária, que não espera pelos processos do Ministério Público. A Patagonia, como ainda não conseguiu eliminar o antimônio na produção do poliéster que emprega em suas roupas, impôs a si mesma um “imposto pelo uso do planeta”. É dele que vêm as doações para ambientalistas.

4) Apoie a sociedade civil. “É claro que os governos e as corporações têm muito poder, mas isso também acontece com os pequenos grupos de pessoas que cuidam apaixonadamente de um problema e lutam por suas causas. Os grandes movimentos políticos dos últimos 200 anos – como a própria democracia moderna, a igualdade de direitos para as mulheres, a política de conservação da natureza – começaram como um movimento de pequenos grupos”.

5) Influencie outras empresas. “Se você já deu os outros passos, este chega naturalmente. A empresa que descobre novas maneiras de ser mais correta em termos ambientais tem a obrigação de passar adiante o que aprendeu, partilhando o conhecimento do que dá para fazer pela natureza. Os plantadores de algodão orgânico, fiadores, tecelões e fabricantes de roupa que seguiram nosso exemplo criaram novas fontes de recursos para eles mesmos. Consequentemente, o custo do algodão orgânico caiu, graças ao aumento do mercado”.

Como se vê, até que é fácil. Mas, antes de dar o primeiro passo, não custa avisar que, segundo o próprio Chouinard, a Patagonia ainda não chegou lá. Seu dono está convencido de que, “socialmente, ela nunca será completamente responsável”, e ambientalmente “ela não será totalmente sustentável tão cedo”. O programa que ele traçou na década de 1990 era para dar resultado em 100 anos. Logo, está apenas começando.

**Em tempo**

Em 2011, a Patagonia estampou páginas inteiras de grandes jornais numa campanha para que os clientes não comprassem seus produtos. Não adiantou: as vendas cresceram, e com elas a responsabilidade da empresa, que já doou mais de US\$ 900 milhões para projetos ambientais. Quase 95% das peças que produz são feitas de materiais recicláveis, e 100% da energia que consome nos Estados Unidos vêm de fontes renováveis. Em 2017, quando Donald Trump anunciou a redução de áreas protegidas nos Estados Unidos, Yvon Chouinard convocou um time de advogados e a Patagonia moveu um processo contra o presidente do país. Em 2020, algumas roupas da marca começaram a circular com uma mensagem na etiqueta: “Vote para tirar os idiotas do poder”.



Desenhando arcas

Não custa lembrar que foi um pintor quem inventou no século XIX os parques nacionais, provavelmente a ideia mais prática que o mundo já teve sobre conservação da natureza. Os naturalistas vieram depois, com seus planos de manejo.

Uma aposta no futuro

13.05.2005

Em 1900, quando os Estados Unidos tinham 75 milhões de habitantes, 5 mil pessoas visitaram o parque nacional de Yosemite. Em 1915, com a população do país batendo em 100 milhões, o número de ingressos mal passava dos 50 mil. Ou seja, passear em santuários naturais pagando entrada era mesmo programa para poucos. Mas só agora, quando há 300 milhões de americanos e os parques nacionais recebem por ano 260 milhões de visitantes, entrou na moda chamá-los de elitistas.

“E isso toca a todos nós”, disse outro dia o historiador Alfred Runte no Oregon. Foi um discurso comovido e indignado, diante de um auditório reunido pelos Parceiros das Terras Públicas na Universidade da Vida Silvestre. Mas o Oregon, nos confins do território americano, fica longe do Brasil. E os problemas ambientais ficam mais longe ainda da imprensa brasileira. A conferência de Runte demorou a chegar aqui. E veio na forma de um texto de 24 páginas em inglês, que até agora circulou de mão em mão.

Tudo isso dá a impressão de que o debate sobre o destino dos parques nacionais em particular e das terras públicas em geral é frio e alheio. Mas ele está ficando cada vez mais quente e também não deixa de ser nosso. Só não parece ainda tão nosso porque, ao contrário do que acontece nos Estados Unidos, o Brasil praticamente acabou com as terras públicas durante a colonização portuguesa, pelo regime das sesmarias. Mas tem tudo a ver com os parques nacionais, que os americanos inventaram no século XIX e no século XXI estão tentando desinventar, enquanto nós, que levamos mais de meio século para aderir à sua criação, largamos na primeira leva da corrida internacional para desfigurá-los, criando na Reserva Raposa Serra do Sol um parque nacional sob “dupla afetação”, administrado pelo Ibama em parceria com a Funai e os Ingarikó.

Lá, bafejados de cima para baixo pelo presidente George Bush e aquecidos de baixo para cima por fundamentalistas da privatização como a Sagebrush Rebellion, os ventos vêm da direita. Aqui, o governo Lula pôs os parques nacionais na linha auxiliar das unidades de conservação, abaixo das reservas extrativistas, das terras indígenas e outros neologismos da política ambiental que servem para dizer que as emergências sociais vêm antes da natureza. E quando a esquerda e a direita convergem, Runte avisa que se forma sobre os parques nacionais a “tempestade perfeita”.

“Tudo o que é preciso para varrer do mapa as terras públicas é essa convergência da direita política, para quem o governo não tem nada que se meter a dono de terras, e da esquerda, para quem as terras públicas são supérfluas”, disse Runte. É o que acontece nos Estados Unidos quando movimentos pelos direitos ancestrais dos índios engrossam a campanha pela privatização dos parques nacionais. De um lado ou de outro, ele ensina, trata-se de dar a poucos o que é de todos. E isso é virar a ideia de parque nacional pelo avesso.

“Como a América recebe imigrantes aos milhões, ela é sempre um país de minorias. Alguém está sempre começando lá de baixo. Um século atrás, foi minha família – e certamente a da maioria das pessoas aqui neste auditório”, ele lembrou. Filha de imigrantes alemães, sua mãe nasceu em 1918 no interior do estado de Nova York, numa fazenda que não tinha luz elétrica nem água encanada. Chamava-se Erika Brinkmann. E em 1944 casou-se com Paul Runte, um retirante “sem tostão”, foragido da miséria que caíra sobre a Alemanha depois da Primeira Guerra Mundial.

Runte, em alemão arcaico, significa pasto. É um nome de raízes rurais. Mas há gerações, desalojadas por guerras medievais, napoleônicas, franco-prussianas e modernas, que os Runte perderam suas terras e a acepção original perdeu-se no tempo. Paul lutou na Frente Ocidental como soldado do kaiser. Com a rendição, deixou a Alemanha, viveu cinco anos no Brasil e foi morar nos Estados Unidos em plena Depressão de 1929. Morreu no 14º aniversário de casamento, deixando a viúva com dois filhos pequenos e uma pensão mensal de 200 dólares.

Mesmo para a época, era dinheiro contado. Com ele, apertando bem, Erika poderia aprender a datilografar e arrumar um emprego de secretária. Dava para bancar um ano, da mão para a boca. E, para piorar as coisas, a casa da família estava caindo aos pedaços. E o carro era uma ruína. Ela tomou outro caminho. Botou os meninos a bordo e levou-os para conhecer os parques nacionais americanos. “Só uma nação que acredita no futuro poderia ter ensinado à minha mãe o que ela fez”, diz Runte.

Aquele foi “um ano de escolhas”. Sem televisão, sem roupa nova, sem gibis. Rodando o país com três sacos de dormir, três colchões infláveis, uma tenda usada e um fogão de campanha. “Olhem para fora do carro”, ela insistia, dirigindo de um parque a outro. E eles olharam. Os desertos do Utah, o monte Rushmore, a Devil’s Tower, Yellowstone, os Tetons, Yosemite, o Grand Canyon – “nós vimos todos eles”.

Agora, disse Runte, “imaginem o orgulho que ela sentiu quando em 1979 eu publiquei *National Parks: The American Experience*. Ou antes, quando meu irmão se formou em Engenharia Florestal. Ela sabia onde esses interesses tinham despertado, e que havia dado a seus filhos

uma chance na vida. Sem dúvida, a Universidade de Washington tem sorte de minha mãe não estar mais viva quando ela afirma que as terras públicas estão fora de moda”.

Autor de meia dúzia de livros clássicos sobre a natureza americana e dezenas de artigos, Runte esteve no Brasil há pouco mais de seis meses. Foi uma das estrelas internacionais convidadas para o IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, organizado pela Fundação O Boticário em Curitiba. E o que ele disse sobre os brasileiros no Oregon é outro motivo para não se tratar aqui o seu discurso como coisa do outro mundo.

“Eu ainda luto para botar em palavras que experiência tocante foi aquela”, ele contou. “Naquela manhã, eu encarei um mar de rostos – 1.800 participantes, 600 deles abaixo dos 30 anos. Centenas de jovens mais tiveram que ser barrados por falta de vaga. Imaginem isso. Imaginem essa audiência num país estrangeiro para uma ideia que as nossas universidades consideram fora de moda”.

Os americanos, segundo Runte, não têm ideia do que fizeram no resto do mundo, exportando o conceito dos parques nacionais como um investimento no futuro, uma propriedade que é de todos, inclusive dos cidadãos que ainda nem nasceram, mas já têm o direito de saber que país o presente está reservando para eles. Ou seja, os pioneiros dos parques nacionais, como o arquiteto Frederick Law Olmsted, que entre outras coisas desenhou em Nova York o Central Park, conseguiram ver em 1865 como seriam os Estados Unidos em 1965, quando milhões de americanos frequentavam Yosemite. “Esses milhões que daqui para a frente vão se beneficiar do decreto de criação de Yosemite são a maioria desse parque, e o interesse da maioria têm sempre que ser cuidado antes de mais nada e com mais empenho”.

Quando a derrubada era risonha e franca

28.05.2009

O olho treinado do fotógrafo Pedro Martinelli bateu direto naquele exemplar da *Realidade*, num sebo de São Paulo. Era uma edição especial sobre a Amazônia, da época em que o governo militar começava a rasgar a floresta com estradas. Datada de outubro de 1971, a revista estava meio desfolhada, como a própria Amazônia, assunto que já rendeu a Martinelli quatro livros e uma curiosidade que ele não consegue esgotar há mais de 30 anos.

Comprou-o. Lá estão as histórias de onças caçadas só para vender-lhes o couro, de tribos indígenas às vésperas da invasão desfiguradora, das fazendas que iam abrindo “com a pata do boi” um território equivalente “a duas vezes a Áustria” e de um campo de futebol que os pesquisadores do INPA fizeram em plena floresta, nos arredores de Manaus, e nunca mais precisaram limpá-lo, porque embaixo do mato havia um areal branco e desértico.

Ombro a ombro

Já se sabia em 1971, como se vê, mais ou menos o que se sabe hoje. O que ficou difícil de imaginar, para quem vê a revista 38 anos depois, é o passado do país, tal como aparece nos anúncios daquela edição, posando para a posteridade com o ufanismo das empresas que marchavam para a conquista da selva ombro a ombro com o general Emílio Médici e faziam questão de que os brasileiros soubessem disso.

“No calor da luta contra a selva, Prosdócimo garante o frio”, diz o fabricante do “único congelador brasileiro adequado ao duro trabalho da linha de frente”. A Fosnor, subsidiária da Fiat Lux, chegou a ser profética: “Da Floresta Amazônica ao palito de fósforo”. “Trabalhando e cantando”, como um Geraldo Vandré do oficialismo privado, o estaleiro Multinavi declara que estava lá para “o Brasil mostrar ao mundo com quantos paus se faz uma canoa”.

Numa página ilustrada com a fotografia de um corredor de árvores apartadas por moto-niveladoras e muito, muito barro intransponível no chão (onde, diga-se de passagem, o carro não figura) o Volkswagen 1600 marca presença na empreitada com sua vocação para

o desenvolvimentismo rodoviário: “Pense num carro capaz de andar na Transamazônica. Agora. Ali, sozinho, no peito e na raça”.

A Agrimisa, uma empresa pecuarista, não faz por menos, ao proclamar que “o progresso da Amazônia aceita sócios”. Num texto que beira o lírico de um lado e o ridículo do outro, esgueirando-se pela estreita faixa que quase sempre separa esses limites, conta a história de um Cessna 210 que “aponta o nariz para o solo” e literalmente abençoa os passageiros com “a fantástica visão” de uma fazenda de gado com 24 mil hectares, na beira do rio Araguaia. Pelas janelas do monomotor, “paisagem que se descortina anula as imagens de lendas, exotismo, mistérios e promessas. Nas pastagens de capim colônia, 7.680 hectares artificiais, o gado nelore recebe excelente alimentação”.

A Ultragás garante que já estava na Transamazônica antes mesmo que ela existisse, apostando “na necessidade inadiável desta rodovia”, porque nela “foi tudo planejado para que de cem em cem quilômetros nasça uma cidade”. Como precursora da urbanização nos confins da selva, comprometia-se a entregar seus bujões até “de helicóptero”.

Sob o ronco desse oba-oba da livre iniciativa, as estatais, agências e autarquias não poderiam ficar caladas. A Companhia Brasileira de Recursos Minerais, prevendo que “há algo de estranho na solidão verde da Amazônia”, saudava os “tratores que passam roncando mais alto do que as onças” e “as árvores seculares que tombam e acompanham sua terra, naquele movimento de sair da frente para os pioneiros do futuro”.

Parece que foi hoje. Mas foi ontem. Passadas quase quatro décadas, ao lado de páginas que anunciam o Opala Gran Luxo e o eletrofone Philco “com circuito integrado”, o achado de Martinelli envelheceu muito pouco. Só o suficiente para ocupar sua vaga no museu do ridículo nacional. E, exatamente por isso, está mais atual do que nunca.

A Mata Atlântica virou souvenir

04.06.2008

O novo *Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica* deve estar enganado. Como esses fragmentos poderiam estar reduzidos a 7,26% de seu território original e continuar diminuindo rapidamente em Santa Catarina, na Bahia e em Minas Gerais, se eles crescem como nunca ao redor dos hotéis, das pousadas e das agências de turismo, que deram para enxergá-los em toda parte?

Desde o Descobrimento, quando o arvoredo “tanto, tamanho e tão variado” do litoral baiano não deixou Pero Vaz de Caminha enxergar a terra propriamente dita do novo mundo português, o Brasil não tinha, como tem agora, tanta mata atlântica para dar e vender. Ao menos na internet.

Aí está o Google, que não deixa ninguém mentir. Ponha-se na janela de busca as palavras “mata atlântica” e “hotel”. E ele devolve nada menos de 145 mil respostas. Parece muito, mas, substituindo “hotel” por um sinônimo mais bucólico, como “pousada”, o Google duplica a oferta de endereços com vista para o cenário primordial da natureza brasileira. Vêm mais de 300 mil registros de hospedagem com floresta tropical.

Para todos os gostos

Perde-se a conta na internet dos estabelecimentos turísticos chamados Pousada Mata Atlântica, da Bahia a Santa Catarina. No Estado do Rio de Janeiro, há Pousada Mata Atlântica para todos os gostos, na serra fluminense e à beira-mar. Existe ainda uma Pousada Mata Atlântica que fica a poucos quilômetros de um hotel tipicamente alpino de nome Chamonix, “um pedaço da Europa a seu alcance!”. E um “Espaço Mata Atlântica” plantado numa rua que liga duas favelas, dividindo dez mil metros quadrados com a piscina, a sauna, o campo de futebol, a churrasqueira e uma sala de convenções para 2 mil pessoas. E um hotel pleonástico, que se declara no “meio de uma floresta de mata atlântica”. Tem até chalé “situado no Bosque dos Eucaliptos, um pequeno santuário de mata atlântica”.

O Bosque dos Eucaliptos deve estar na floresta que, segundo o historiador Cid Prado Valle, sempre cobriu o país de norte a sul com uma “espessa camada verde-escura”, na vastidão abstrata do ufanismo brasileiro. Se é assim, a mata atlântica, em si, pode sumir à vonta-

de. Brotará de suas cinzas com mais força a mata atlântica imaginária, que tem sobre a original a vantagem de caber em qualquer lugar.

Cabe, de sobra, nas menores encostas da zona sul do Rio de Janeiro, onde mata atlântica está virando ultimamente tudo o que ainda não é favela. Ali viceja até nas placas do Jardim Botânico, indicando, na borda do arboreto, com manchas compactas de verde-bandeira, as trilhas de uma frondosa mata atlântica de jaqueiras asiáticas, descendentes de mudas trazidas para a colônia por portugueses nostálgicos de outros trópicos.

Espremida atualmente nos últimos 97,5 mil quilômetros quadrados, incluindo nesse cálculo retalhos de 100 hectares, pequenos demais para ter futuro, a Mata Atlântica está entrando na moda tarde demais para salvar a si mesma. Sua popularidade inspira na hote-laria nacional as mais delirantes homenagens póstumas.

Visão do Paraíso, modelo 2006

26.07.2006

“Para quem não se contenta com pouco”, vai logo avisando o anúncio, que oferece terrenos na região serrana do Rio de Janeiro. A página colorida promete tudo o que ultimamente se considera indispensável a uma casa de campo: heliponto, segurança particular, centro hípico com piquete, banheira de ofurô e “playground ecológico”, seja isso o que for. O loteamento tem um castelo em miniatura para crianças e outro, mais ou menos em tamanho natural, para adultos, incluindo fachada com janelas góticas e torre com ameias nos fundos, garantindo o “lazer ilimitado” dos condôminos. É a sede de um clube privado e seu nome não poderia ser mais típico, com raízes solidamente fincadas nas melhores tradições da toponímia imobiliária. Chama-se Highland.

Com tantos atributos artificiais, o lugar não precisaria dizer mais nada. Mas uma fotografia panorâmica pegou em flagrante o modelo da tal família que não faz por menos. Do alto da página, ela avalia o que um dia será seu. Está de costas para o leitor, de frente para a vista ampla e ensolarada. Homem, mulher e menina se abraçam, num gesto de contemplação maravilhada, banhados numa luz que vem de todos os lados, como num afresco de Lorenzetti. Sob um impecável céu azul, flocos de nuvens brancas roçam a crista das montanhas. “Foto no local”, diz a legenda, para calar as perguntas dos incrédulos que, embora acostumados pela vida a não se contentar com pouco, podem achar que assim também já é demais.

A ferro e fogo

De um lado a outro da fotografia, até onde a vista alcança, contam-se nos dedos as casas esparsas. O resto é natureza. Ou seja, um vasto mar de morros descascados, onde os tufo de capoeira se penduram como favelas vegetais. Elas também parecem meio clandestinas nesse ambiente reservado aos pastos de capim ralo, marcados em curvas de nível pelas patas de bois que há muito tempo já foram desta para melhor. O barro avermelhado lanha as encostas, sinalizando o caminho das estradas rurais que serpenteiam entre voçorocas, riscando pontos de exclamação na terra exausta que a agricultura desertou.

É, sem tirar nem pôr, o cenário “ferido pelo trabalho humano” que o americano Warren Dean descreve nos primeiros parágrafos de *A ferro e fogo*, a história de como o brasileiro se deixou deserdar pela Mata Atlântica. Com uma diferença. Para Dean, a erosão era a cicatriz

indelével da feiúra, criada por “séculos de mineração, agricultura e pecuária imprevidentes”. Para o anúncio, ela faz parte de um patrimônio natural que, não podendo mais ser de todo brasileiro, continua pelo menos ao alcance de quem sabe o que é bom.

Ou melhor, habituou-se à perda. Afinal, trata-se de uma paisagem que está aí não é de hoje. No interior do Rio de Janeiro, começou a ser construída lá vão quase 200 anos, quando o país trocou às pressas florestas milenares por cafezais e barões efêmeros. Deixou para trás magníficas sedes de fazendas arruinadas, que poderiam ser visitadas didaticamente como monumentos à voracidade de escravocratas falidos, mas só figuram nos guias turísticos como museus do fausto senhorial. Tem tanta história que não deixa de ser genuinamente brasileira, como dizia o sociólogo Gilberto Freyre dos engenhos nordestinos. É o campo de batalha onde ocorreu a derrota “da vegetação virgem e da vida nativa”. Mas acabou “tão nossa” que mal dá para imaginar o Brasil sem ela.

Além da “vista privilegiada”, o loteamento oferece “o 3º melhor clima do mundo”. O Brasil, diga-se de passagem, deve ser campeão mundial em clima. Atibaia, em São Paulo, promove o 2º clima do mundo. Mendes, no Rio de Janeiro, o 4º. Campos do Jordão tem o 1º, desbancando Davos, na Suíça, em índices pluviométricos, nebulosidade, ozônio e outros quesitos. Em geral, esses títulos são atribuídos à Unesco. Mas quem a consulta descobre que ultimamente ela anda muito mais preocupada com a mudança climática do que em organizar torneios aéreos. O aquecimento global abalou a crença de que as coisas lá em cima não têm nada a ver com o que fazemos aqui embaixo. Mas por aqui ainda não arranhou o costume de se contentar com pouco.

No tempo em que Itatiaia era velho

01.06.2007

É uma pena Itatiaia não ganhar este mês, de aniversário, um álbum como os do hoteleiro Robert Donati. O parque nacional faz 70 anos no dia 14. Foi o primeiro do Brasil. E, ao chegar, encontrou lá cima, incorporado à história local, o pianista berlinense. A essa altura, Donati já escapara da Alemanha na diáspora da Primeira Guerra Mundial, morara em Amsterdã, Londres, Buenos Aires e Rio de Janeiro, subira a serra em 1928 para uma temporada de férias em pensão modesta e abrira em 1931 o hotel que fincaria para sempre seu nome na Mantiqueira.

Dali para a frente, até morrer sem arredar o pé há quase quarenta anos, ele fez parte da montanha, como um das muitas espécies exóticas que a mata foi aos poucos engolindo, sem extirpar. Sua presença marcou a memória de forasteiros como os botânicos norte-americanos Racine e Mulford Foster, que se espantaram, na década de 1940, ao encontrar naqueles cafundós um europeu trajando “calções alpinos” e “chapéu tropical”. Donati saudou os hóspedes “num inglês sem o menor sotaque”. Durante a estada, os Fosters descobririam que o hoteleiro “era capaz de manter conversa em quatro ou cinco línguas diferentes ao mesmo tempo, com a desenvoltura de um esquiador profissional deslizando pelas neves geladas do Monte Branco”.

Música e sabiás

Nada disso era novidade. Em 1932, Donati figurava nas cartas que o hóspede Vinicius de Moraes mandava à família, descrevendo-o como um “alemão cosmopolita”, “apreciador da música”, “dono de uma discoteca que é uma maravilha”. Contava que ouvia “Wagner, Bach, Haendel, Chopin, Korsakoff” na vitrola que Donati ligava uma hora por dia, às custas de um gerador movido a água de córrego. “A música tem aqui neste silêncio uma significação que não pode ter aí na cidade”, escreveu Vinicius. Com ela e os “sabiás discutindo perto”, dava até “vontade de fazer uma poesia que preste”.

Quem não escreveu sobre Donati fotografou-o ou pintou-o, como Alberto da Veiga Guignard, que nasceu em Nova Friburgo, na Serra Fluminense, morreu nas montanhas de Belo Horizonte, mas, enquanto viveu em Itatiaia, como convidado de Donati, bateu suas encostas com fôlego de montanhista, quando o montanhismo ainda engatinhava na Mantiqueira. O pintor deixou por lá uma vasta coleção de quadros, além das portas, janelas, traves, móveis e cofre que decorava com seu pincel. Trinta e tantos anos atrás,

o hotel continuava exibindo, na sala de refeições, as flores e os cenários da região assinados por Guignard.

Seus óleos serviam como atestados de que, num parque nacional, o tempo pode andar para trás. Itatiaia estava marcada, na época de Guignard, pelas cicatrizes recentes de seu passado agrícola. Era muito devastada. Quase todas as vistas guardavam recordações da fazenda Mont-Serrat, que o governo brasileiro comprara em 1908 do comendador Henrique Irineu Evangelista de Souza. O parque, portanto, nasceu velho. Ficou novo com o passar dos anos, porque a mata remoçou-o.

Velhas fotografias

Donati, por exemplo, construíra seu hotel num pasto limpo. Hoje, o prédio praticamente afundou nas árvores. O governo ergueu o museu regional da fauna e da flora, desenhado pelo arquiteto Alberto Murgel no Estado Novo para ser modelo de prédio público em unidades de conservação, num ninho de plantas rasteiras, entre morros encrespados pelo samambaião agreste, onde se contavam nos dedos as copas tentando retomar os terrenos roçados. Agora, o museu ocupa uma clareira na floresta. As trilhas que cortavam a serra em todas as direções eram percorridas a cavalo. Atualmente, boa parte dessas picadas fechou tanto que só experientes conseguem encontrar o seu rastro. A ponte do Maromba é quase irreconhecível, ancorada como estava originalmente entre duas rochas, na sombra rala de dois arbustos. Ela, em si, pouco mudou. O lugar mudou muito.

Tudo porque o mato conseguiu reaver o que a mão humana lhe tomara, mesmo onde as construções ficaram de pé. Onde as casas ruíram às vezes é difícil achar os despojos dos sítios abandonados. Os botânicos que andaram por ali na virada do século XX disseram todos que a floresta nativa começava para cima dos mil metros de altitude, onde o machado e o fogo não haviam subido. No século XXI, apesar dos pesares, a capoeira maciça, que só os olhos clínicos distinguem à primeira vista da mata primitiva, desce rumo ao Vale do Paraíba até esbarrar no portão da entrada.

Não há maneira mais convincente de explicar para que serve um parque septuagenário do que mostrar a história desse rejuvenescimento. E, para contá-la, nada mais conciso e eloquente do que uma velha fotografia, tirada por antigos moradores num tempo em que mal se pensava em conservar o meio ambiente. E, nesse ponto, a coleção de Donati é exuberante como a floresta tropical.

São fotos que viram poucas vezes a luz do dia, em quatro ou cinco décadas. Engavetadas, amarelaram, mofaram e ganharam furos de traças. Mas, quando saem de suas caixas, têm um viço que desbota tudo o que se possa dizer de Itatiaia num discurso oficial. Farão falta na festa de aniversário.

Quem dá mais por Itatiaia?

06.01.2006

Do portão para fora, já se sabe que o Parque Nacional do Itatiaia tem novo chefe. Ele se chama Walter Behr, assumiu em agosto e, na véspera de completar quatro meses no cargo, foi ruidosamente saudado por guias de turismo, que organizaram na cancela um protesto contra a taxa de R\$ 12 por cabeça, que passou a cobrar pelo uso de trilhas nas Agulhas Negras. O piquete, no dia 26 de dezembro, atraiu as câmeras da TV Rio Sul, uma afiliada local da Rede Globo. E assim, embalada na falta de assunto que acalentava a semana entre o Natal e o Ano Novo, a mudança da administração debutou nos telejornais.

A cobrança, em si, não era exatamente uma surpresa. Constava há quase seis anos de uma portaria do Ibama, a 62, publicada em março de 2000. Mas pelo visto ela ainda não encontrara tempo para vir de Brasília à Serra da Mantiqueira. “Tudo o que fiz foi aplicá-la”, diz Behr. Ele alega que não encontrou nos estatutos da função uma só cláusula que lhe desse a prerrogativa de cumprir ou não a norma em vigor. E acha a reação exagerada, porque os R\$ 12 trazem embutidos descontos de até 50% para clubes de montanhismo. Mas sabe que bateu de frente com um princípio irrevogável da cidadania nacional – a tradição que confere a todo brasileiro mais ou menos empistolado o direito de usar de graça tudo o que é público. Nas agências turísticas, uma visita às Agulhas Negras custa no mínimo R\$ 75 por cabeça. E até o ingresso básico, congelado desde a década passada em R\$ 3, saiu outro dia no suplemento turístico de um jornal como “o único inconveniente de Itatiaia”.

Deve ser mesmo, porque até a Renault, que fabrica automóveis num município da vizinhança, telefonou uma vez para o recém-chegado Walter Behr, pedindo-lhe para abrir os guichês aos convidados de uma convenção da empresa em hotel do parque. Não era tanto pelo dinheiro, ele presume. As credenciais de entrada franca em Itatiaia são, antes de mais nada, um sinal de que o guarda da portaria sabe com quem está falando. Logo, um privilégio disputado. Ele perdeu a conta das isenções que cassou desde setembro, quando tomou posse. Entre os agraciados, havia desde hóspedes de pousadas das redondezas a firmas que prestam serviços a Furnas Centrais Elétricas, encastelada nas Agulhas Negras.

A estatal mantém no planalto uma antena retransmissora, relíquia do tempo em que as telecomunicações por micro-ondas faziam ninhos no cocoruto das montanhas, como se fossem águias. Furnas privatizou lá no alto um filé da pedra do Couto, cercou-se de arame farpado, en-

trincheirou-se em placas anunciando que ali começa o território inviolável dos grandes segredos nacionais e concretou a rampa de acesso às suas instalações estratégicas. Por quê? Porque coisas como essa sempre foram naturais em Itatiaia. E, portanto, entregues de mão beijada.

Behr se formou em Administração, mas abandonou o diploma na universidade para embarcar como marinheiro num navio de carga rumo à Escandinávia. Passou meses na Suécia, quando o Partido Verde estava bicando a casca da política europeia. E voltou de lá convertido em militante ambientalista. Ele organizou nos anos 1980 a caravana de oposição à usina nuclear de Angra dos Reis. Passou três anos viajando pela América Latina, para escrever um belo livro sobre os parques nacionais do continente, ilustrado pela fotógrafa Luciana Napchan. E tocava uma pousada na serra da Bocaina, no começo desta década, quando recebeu pelo correio o aviso de que acabara de passar no concurso para o Ibama. Largou a hotelaria e se mudou para a Reserva Extrativista do Baixo Juruá, nos confins da Amazônia. Ou melhor, a um dia de barco de Tefé, que por sua vez também não deixa de ser o fim do mundo. Quando botou os pés no novo emprego, a unidade federal só existia no papel. Um ano e meio depois, deixou-a instalada, com R\$ 1,5 milhão em projetos aprovados em Brasília.

Pegou a gerência de Itatiaia no segundo semestre do ano passado como se recebesse um prêmio. Mas aprendeu de cara que aquele pode ser o primeiro parque nacional do Brasil, mas nem por isso está pronto. Encaixado entre as maiores cidades do país, na beira da rodovia Rio-São Paulo, tem problemas semelhantes aos da mais remota fronteira amazônica. “Às vezes me sinto em Mato Grosso”, ele diz. E sua estreia nas Agulhas Negras foi um verdadeiro batismo de fogo.

Ele subiu até lá a passeio, para relaxar dos absurdos que o atazanavam na parte baixa do parque, onde há 190 sítios particulares dentro de uma unidade de uso indireto. Supôs que no planalto seria diferente. Ledo engano. Na ida, passou na estrada por uma vaca morta, apodrecendo ao relento. Lá em cima, não encontrou um único funcionário do Ibama, só vigilantes terceirizados. Na volta, flagrou um caminhão carregando toras de madeira nativa “como se estivesse numa área de manejo florestal”. No conjunto, enxergou um detalhe que até hoje ninguém vira: desde que o parque foi ampliado, há mais de 23 anos, a portaria da parte alta continuava plantada onde sempre esteve. Ou seja, 13 quilômetros parque adentro.

E nem precisaria ir tão longe. Na sede, a poucos passos de seu gabinete, a bagunça também era risonha e franca. Quase três anos de sucessão interminável, desde que a febre de indicações partidárias contagiou Itatiaia no começo da era Lula, puseram-lhe nas mãos uma frota oficial em ruínas. As duas picapes Toyota 4x4 estavam encostadas por falta de revisão. Dois carros Corsa, um Clio, uma Fiat Elba, uma van Mercedes-Benz Sprinter e um caminhão Ford pareciam condenados à aposentadoria precoce, por fadiga mecânica. A maioria com três anos de uso.

Em compensação, a um quilômetro dos escritórios havia uma oficina mecânica perdida no mato. Mandando capinar o pátio e tirar a lama dos poços de lubrificação, Behr descobriu que estavam lá, à sua disposição, todas as ferramentas capazes de ressuscitar os veículos – soldas, prensas, compressores de ar, elevadores hidráulicos, prontos para voltar à vida com meia dúzia de reapertos. No meio do entulho, havia estoques completos de óleo, graxa, pneus novos e peças de reposição. E o que parecia uma tapera era o belo prédio do Centro de Manutenção, com os traços inconfundíveis que o arquiteto Ângelo Alberto Murgel tentou dar aos parques nacionais no governo Getúlio Vargas.

Construído num tempo em que roubando-se menos no serviço público as obras do governo cabiam melhor nos orçamentos, o edifício emergiu da faxina como se saísse de uma reforma em regra. “É impressionante, o telhado estava perfeito”, diz Behr. Três dias depois começava a roncar sob as vigas da garagem o motor da primeira Toyota que os mecânicos devolveram aos fiscais de Itatiaia, depois de um ano e meio calado. Estava quebrado por rodar sem óleo. “E óleo era o que não faltava. Faltava só vergonha na cara para botar o óleo no motor”, ele resmunga.

O novo chefe é do tipo que caminha em picada vestido de guarda-parque. E isso dá trabalho aos funcionários. “Todo dia dou uma volta e mando fazer alguma coisa”, ele reconhece. Está cheio de projetos. E os mais radicais datam de 1937, quando o parque foi criado, levando a bordo as glebas que o Ministério da Agricultura enxertou naquele filé da serra da Mantiqueira, achando que, plantando colonos de origem europeia, colheria frutas de clima temperada no frio da montanha.

No ano que vem o Parque Nacional do Itatiaia faz 70 anos. E Behr tem planos para comemorar o aniversário com os primeiros passos de um processo de regularização fundiária que nunca saiu da gaveta. Desencavou, entre resmas de papel velho, o projeto de reforma do Centro de Visitantes, contratado pelo governo brasileiro com o Banco Interamericano de Desenvolvimento por R\$ 1 milhão. Mas, por enquanto, o que fez barulho mesmo em sua gestão foi a taxa de R\$ 12 para o uso das trilhas nas Agulhas Negras.

Em tempo

Walter Behr ficou quase sete anos à frente do Parque Nacional de Itatiaia. Deixou a chefia em 2012, mas até hoje trabalha lá: como coordenador da área de “consolidação territorial”, já resolveu os entraves fundiários de cerca de 70 propriedades no interior do Parque, conseguindo assim ampliar em quase 3 mil hectares a área preservada. “A retomada da regularização fundiária foi motivo de muita polêmica na época, mas hoje é um processo que está incorporado ao dia a dia das nossas atividades”, assegura.

Enfim, os muriquis em português

06.06.2007

Nesta hora em que o país tem se esforçado tanto para transformar o noticiário político num ramo experimental da primatologia, é um prazer informar que está saindo finalmente em português um grande livro sobre os legítimos macacos brasileiros. Chama-se *Faces na floresta*. É resultado das andanças da primatóloga Karen Strier por Caratinga, em Minas Gerais. Trata de muriquis entrincheirados, à beira da extinção, em mil hectares de uma floresta que se salvou do machado e do fogo pela teimosia de um cafeicultor chamado Feliciano Miguel Abdala. Estava reservado há mais de quinze anos para quem pusesse as mãos num exemplar em inglês da Harvard University Press.

Depois de tanto atraso, a edição brasileira está saindo agora porque se somaram à torcida dos herdeiros de Abdala o patrocínio de empresas, o atrativo fiscal da Lei Rouanet, a chancela de grandes ONGs, a fotografia suntuosa de Luciano Candisane e a veia missionária da jornalista Miriam Leitão, que, como os muriquis da fazenda Montes Claros e o humorista Ziraldo, é de Caratinga.

Espanto no Matão

O livro de Strier merece tudo isso. Mas só a indiferença nacional pela nossa natureza explica que precisasse de tantos padrinhos um texto com argumentos de sobra, em qualquer idioma, para se vender sozinho, só com os parágrafos onde a pesquisadora conta seus espantos de debutante no Matão.

A começar pelo nome, tudo no Matão lhe pareceu à primeira vista maior do que a realidade. As árvores altas como naves de catedral. As sombras que elas projetavam no chão. Os rumores produzidos lá em cima pelo coro de papagaios, pica-paus, micos e bugios. O medo genérico das cobras, levando-a a estrear seu caderno de campo com a palavra “botas”. A vegetação desgrenhada, que lhe dava a impressão de cair como cortina sobre a carreira que mal começava da observadora de muriquis.

Ela estava aqui para estudar o maior macaco brasileiro. O miqui pode medir um metro e meio de altura. Pesa até quinze quilos. Tem barriga redonda, como convém a um gigante vegetariano que precisa digerir, à custa de muita fermentação, as folhas que lhe couberem

durante as entressafras de frutas na floresta. Vive em comunidades pacíficas e igualitárias, onde as fêmeas mantêm os machos literalmente na linha, sobretudo quando se trata de fazer fila para copular. Balança nos galhos com a coreografia imponderável de um trapezista no Cirque du Soleil. Tem rosto marcado por pigmentos que conferem fisionomia inconfundível a cada indivíduo. Daí, as tais “faces na floresta”.

No livro de Strier, os muriquis podem se chamar Pedro ou Priscilla, sem com isso abdicar das prerrogativas da vida selvagem. Como os insetos do entomólogo Jean Henri Fabre, as abelhas de Karl von Frisch, os besouros de Thomas Eisner, as plantas de David Attenborough ou todas as criaturas cobertas de pena, pelo, escama ou quitina que passaram pela frente de Gerald Durrell, os macacos descritos por ela são um atestado de que “animal irracional” é uma condição típica dos bichos que ainda estão à procura de um autor.

Em Brasília, passariam com garbo pelas mais ciosas comissões de decoro as duas fêmeas que, depois de defender a primatóloga do discurso mal-educado de um muriqui do baixo clero, estenderam-lhe os braços “num gesto que, entre eles, é um modo de oferecer um afago tranquilizador”. Ela admite que lhe custou “todo treinamento científico e força de vontade resistir à tentação” de aceitar o convite.

Mas o ponto alto de sua narrativa fica na clareira, a 700 metros de altitude, de onde ela enxergou pela primeira vez as fronteiras da selva que parecia engolfá-la. A seu redor, a pequena distância, um mar de colinas se estendia até o horizonte, em ondas encrespadas por cristas de voçorocas. A “paisagem nua, erodida” lhe deu, de estalo, a real dimensão de quanto vale uma floresta como a de Abdala.

Em terra de muriqui, boi não devia entrar

22.05.2009

O Corredor Ecológico do Muriqui tem boas notícias sobre a Mata Atlântica, assunto que há 500 anos o Brasil condena à lamúria. Trata-se de um projeto para recompor um quebra-cabeças de 240 mil hectares na crista da serra fluminense, unindo os parques estaduais do Desengano e dos Três Picos. Hoje eles estão separados por seis municípios e 70 quilômetros de retalhos florestais descontínuos, num mar de capinzais estéreis. Integra um mosaico de fragmentos que, hipoteticamente, coroa 12,6 milhões de hectares da cordilheira que vai do Rio de Janeiro ao Paraná.

Quem conhece o interior do Rio de Janeiro custa a acreditar nessas histórias, por mais que elas se repitam em reportagens e discursos. São regiões que praticamente acabaram com suas florestas, exceto as entrincheiradas em encostas inacessíveis. E nem assim se livraram da indústria artesanal do carvão vegetal, que abastece as olarias no nordeste do estado.

Favela e olaria

Essas fábricas de tijolos alimentam as favelas nas cidades à custa do desmatamento clandestino que patrocinam no campo, sustentando o trabalho bruto dos carvoeiros – gente pra lá de pobre, disposta a subir encostas quase a pino e acampar em capoeiras que parecem fora do alcance de suas mulas ou seus machados, para queimá-las. Tudo por caraminguás.

Diante de uma economia que se organizou tão bem para devastar, fica difícil entender aonde querem chegar o Corredor do Muriqui e seus congêneres na Serra do Mar, até que André Guimarães, diretor-executivo do Instituto BioAtlântica e gestor do projeto, abre a boca para defendê-los, com verve treinada em curso de MBA. Cabe-lhe convencer fazendeiros, sitiantes, hoteleiros e prefeitos a fazer parques ou reservas particulares nos fundos de suas terras.

Há cinco mil propriedades rurais em volta do eixo florestal que Guimarães pretende remendar. A maioria tem, no máximo, 50 hectares. E, no mínimo, graves problemas de regularização fundiária, que um reflorestamentozinho poderia resolver. Mas o grande aliado do corredor é a topografia daquele trecho da Serra do Mar, tão escarpada que, a rigor, nunca serviu mesmo para boi – ou cabra. É lugar mesmo de muriqui, macaco quase extinto, que vive de preferência em florestas acima dos 600 metros.

Esse trunfo geológico, sólido como rocha, o projeto tem de sobra. O argumento sempre esteve ali, dando sopa, oferecendo-se de graça a proprietários que nem por isso desistiram de abrir pastos morro acima até onde a enxada alcança, e isso é muito além do ponto a partir do qual o gado bufa na subida e o solo ronca ladeira abaixo nas enxurradas.


Nas montanhas do Rio de Janeiro, o que se costuma chamar de paisagem leva a marca dessa teimosia histórica. Só que agora ela estará diante de uma nova tentativa, em forma de assistência técnica e jurídica para assentar suas cercas sobre títulos legalizados. Vinte e tantos proprietários já aceitaram a ajuda do BioAtlântica para registrar suas RPPNs. Se os fiscais apertarem de um lado e o instituto acenar com a saída do outro, pode ser que agora o reflorestamento tenha uma chance.

Notícia boa, quando dá para ser convincente, toca um fio qualquer de lembranças pessoais, ressoando como nota em bojo de viola. A conversa de Guimarães foi bater diretamente em velhas memórias de uma fazenda em Trajano de Moraes, coisa de quarenta e tantos anos. Era do tempo em que as fazendas do estado do Rio tinham matas para toda obra.

A sua ficava no alto de uma trilha tão íngreme que as batatas das pernas não se esqueceram da escalada até hoje. A água da casa vinha de lá, por aqueduto. Quando precisava de madeira, o fazendeiro rolava pela vertente os troncos que as juntas de boi iam buscar a meia encosta. Era parte inseparável da vida na fazenda. Mas olhando para trás se enxerga que ela só estava de pé por ser quase inacessível.

Trajano de Moraes fica agora no Corredor do Muriqui. Mas a tal mata ninguém mais sabia dizer aonde fora parar, numa viagem feita para revê-la poucos anos atrás. Parece que, em seu caso, o socorro não chegou a tempo.

Em tempo



Exceto pela criação, em 2012, da RPPN Caruara — considerada a maior unidade de conservação privada de restinga no Brasil —, o Corredor Ecológico do Muriqui ficou no papel. Um ano e meio depois de iniciado, o projeto perdeu o patrocínio de cerca de R\$ 5 milhões prometido pelo grupo EBX. O Instituto BioAtlântica fechou as portas em 2018. André Guimarães, por sua vez, organizou a agenda brasileira da Conservação Internacional (CI), liderou a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura — grupo com mais de 300 representantes dos setores privado, acadêmico e da sociedade civil — e atualmente é diretor-executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM).

O Grande Sertão real já é menor que o do livro

02.06.2006

Nos 50 anos de *Grande sertão: veredas*, não custa lembrar que ele não é só o monumental romance de Guimarães Rosa, mas também um parque nacional que, não por acaso, tem seu nome. Mas cuidado para não estragar a festa, comparando o parque com o Grande Sertão do livro, o “sem tamanho”, o que estava “em toda parte” de Minas Gerais a Mato Grosso, de Goiás à Bahia, o que ficava “onde os pastos carecem de fechos” e onde “um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com uma casa”.

Tão desmedido ele era em sua imensidão agreste que, nele, criminoso vivia “arredado do arrocho da autoridade”. Mas o país mudou demais neste meio século. Hoje, os criminosos dispensam o sertão. Arredados do arrocho da autoridade eles vivem mesmo no meio das grandes cidades brasileiras. No mapa, o Grande Sertão oficial cabe na modesta mancha verde que se encravou como parque entre Minas Gerais e a Bahia. Visto assim, como se um estado estivesse tentando empurrá-lo para dentro do outro, ele parece mofino.

Está entregue no momento a dois funcionários do Ibama. Mas criá-lo foi uma luta histórica, como as de Riobaldo Tatarana. Entre valentias e negaças, levou pelo menos três anos até o primeiro decreto. Foi obra do governo, mas trabalho de ONG. A Funatura, ou Fundação Pró-Natureza, teve que providenciar seus argumentos, sua localização e até suas verbas, tiradas de um projeto então inédito de conversão da dívida externa em investimentos ambientais. Foi dela também a iniciativa de batizá-lo com um título de obra literária.

Parque e livro

O parque é de 1989. Portanto, 33 anos mais jovem do que o livro. Na ocasião, presidia a Funatura a engenheira agrônoma (e, modéstia à parte, colunista aqui de **O Eco**) Maria Tereza Pádua, trazendo do serviço público um saldo de reservas naturais que somaram oito milhões de hectares só na Amazônia. Para a equipe técnica da ONG, Maria Tereza só contratava quem tivesse atravessado, com gosto, as 538 páginas do *Grande sertão: veredas* de Guimarães Rosa. A leitura obrigatória orientava a corrida para chegar antes da soja, dos fornos de carvão vegetal e dos eucaliptais aos últimos cenários onde as paisagens do livro

continuavam reconhecíveis. Um dia, Maria Tereza perdeu-se na exploração do parque. Dormiu ao relento. Para comer, nada. De beber, só o cantil. E no cantil havia cachaça para passar a noite a céu aberto, vendo como teria visto Riobaldo “aquelas estrelas sem cair. As Três-Marias, o Carretão, O Cruzeiro, o Rabo-de-Tatu, o Carreiro-de-São-Tiago”.

Tratava-se de fazer a primeira unidade de conservação nos Gerais. Ou seja, nos confins do Cerrado onde Guimarães Rosa catara anos antes o arsenal de palavras mágicas que davam ao Brasil de suas histórias uma toponímia de país imaginário – Urucuaia, Liso do Suçuarão, Andrequicé, Traçadal. Não faz muito tempo, Dieter Heidemann, um alemão que se fez sertanejo como professor de Geografia da USP, bateu os mesmos ermos trilhados pelo escritor em 1952 com o vaqueiro Manuelzão. Onde um encontrara veredas de “belo verde-claro, aprazível, macio”, o outro topou com cupinzeiros, anunciando “veredas mortas” e a “secagem dos buritizais”.

Perdas incalculáveis

A viagem de Guimarães Rosa com Manuelzão teceu o fio das cavalgadas que ele começara a puxar dez anos antes, palmilhando numa sela o Pantanal mato-grossense com o vaqueiro Mariano. Ele foi “o descobridor do paraíso ecológico do Brasil Central”, escreveu o jornalista Franklin de Oliveira, numa época em que “ecológico” ainda era um adjetivo que a imprensa não gastava com pouca coisa e o país ainda não se esquecera de que o Grande Sertão de Guimarães Rosa ia “do estritamente mesológico ao simbólico”. O crítico Paulo Rónai insistiu nisso, ao fazer o prefácio para a primeira edição de *Grande sertão: veredas*.

Meio século depois, o concreto diluiu-se na ficção. “A ‘mãe das águas’ sofre perdas irreparáveis”, concluiu Heidemann, de sua viagem pelos caminhos de Guimarães Rosa. “Aliás, a morte dos riachinhos acompanha o viajante”. Em suas estradas, contou recentemente no jornal *O Estado de S. Paulo* o repórter Daniel Piza, “se veem mais caminhões transportando sacos de carvão, empilhados como um trapézio invertido, do que bois. O carvão é feito a partir da madeira do eucalipto, queimada em amplas carvoarias que são como ilhas terrosas no meio de um mar de árvores, por funcionários que um dia foram ou seriam vaqueiros”.

De onde Guimarães Rosa tiraria atualmente a obra-prima, se o pouco que sobrou dos Gerais está mais ou menos guardado, como relíquia, num parque nacional que mal saiu do papel, nasceu com 84 mil hectares e em 2004 chegou aos 230 mil hectares atuais a duras penas. Sua expansão quase se perde para sempre dois anos atrás na Casa Civil do ministro José Dirceu, que andava ocupado demais administrando o mensalão para pensar nesse tipo de bobagens. Ampliado, menos de 20% de suas terras pertencem ao governo. Falta-lhe estrutura para receber visitantes. Sua folha de arrecadação nunca passou de um renque de colunas vazias, como um buritizal seco.

Só no livro

No entanto, ele é parte inseparável do Brasil que Guimarães Rosa conservou para sempre. Aquele onde “se viam bandos tão compridos de araras, no ar, que pareciam um pano azul ou vermelho, desenrolado, esfiapado nos lombos do vento quente”. Onde, “de repente, com a gente se afastando, os pássaros todos voltavam do céu, que desciam para seus lugares, em ponto, nas frescas beiras da lagoa”. E onde “as pessoas não são sempre iguais, ainda não foram terminadas”.

Ele existia de fato, meio século atrás, quando Riobaldo Tatarana já avisava que, dos Gerais, “de legítimo leal, pouco sobra, nem não sobra mais nada”? Vá lá, no Grande Sertão de Guimarães Rosa misturava-se “o conteúdo geográfico bem nítido” com “outros conteúdos vagos e simbólicos”, avisou Paulo Rónai. Mas há 50 anos todos eles pareciam igualmente verossímeis. Hoje, Grande Sertão mesmo só no livro. O outro virou saudade. E, como disse Riobaldo Tatarana, “toda saudade é uma espécie de velhice”.

A cidade do futuro no Planalto Central

19.05.2006

A Cidade de Pedra, em Goiás, é uma das paisagens mais antigas do Brasil. Mas, como entrou há pouco em nosso mapa turístico e ainda não deu o ar de sua graça no roteiro nacional de viagens, o guia Luiz Evandro Triers avisou esta semana, mal botou o pé na trilha, que pisava pela terceira vez este ano naquele labirinto de rocha faiscante, talhada pelos éons em formas espalhafatosas num terreno velho como a crosta terrestre. E na volta, como para mostrar que não estava exagerando, perdeu o caminho mais curto até o carro.

Triers é um dos 20 guias credenciados pela Associação dos Condutores de Visitantes de Pirenópolis. Fez, para isso, até curso de primeiros-socorros. Aprendeu no bê-a-bá da geologia as lições capazes de sustentar, durante a caminhada, uma conversa sobre a história daqueles penedos de origem pré-cambriana. E não deixa passar uma pegada na areia fina sem um esforço para descobrir se o bicho que deixou as marcas no chão era lobo-guará ou cachorro doméstico. Mas a freguesia ainda é pouca e disputada. E, quando não está em campo, mostrando a R\$ 50 por passeio o monumento natural que a prefeitura oficializou no ano passado, ele ganha a vida com biscates de pedreiro.

Pirenópolis fica a pouco mais de 50 quilômetros da Cidade de Pedra. A distância parece maior porque a estrada de terra, costeando o Parque Estadual da Serra dos Pirineus, tem trechos que fariam bonito em anúncios de utilitários 4x4. Mas Brasília dista do município duas horas de viagem. E Pirenópolis, com seu calçamento de pedra, arquitetura do século XVIII e sossego típico de cidade com 21 mil habitantes, transborda de forasteiros nos fins de semana. Nas cheias, hospeda até 50 mil pessoas. E, mesmo na pasmaceira dos dias úteis, a vida local dá a impressão de gravitar em torno de suas trezentas e tantas pousadas.

Monumento natural

A Cidade de Pedra tem tudo para pegar. Desde os faiscadores que bateram aqueles sertões há pelo menos dois séculos, sempre esteve na beira da História do Brasil. E não faz muito tempo que deixou de ser fundo de fazenda. O capim gordura continua lá. Uma cerca de arame farpado cruza a trilha. E quem a visitou meses atrás topou com bois pastando no meio das relíquias geológicas, como o gado romano povoava as ruínas da Roma Imperial nas velhas gravuras da Itália.

Conhecido, portanto, o lugar sempre foi. Mas sua descoberta pelo turismo é recente. Apareceu para o resto do país em 2005, quando a televisão deu o impulso que faltava a uma campanha municipal para transformar a Cidade de Pedra em unidade de conservação e debutou neste site numa reportagem da colunista Maria Tereza Pádua. Mas o lugar se preparou para receber visitas durante milhões de anos, enquanto a erosão roía suas rochas, esculpindo torres de arenito e anfiteatros naturais entre jardins rupestres. E, mesmo com as trilhas ainda precárias e cercas de arame farpado, está praticamente pronto.

Cravejadas de mica e quartzo, suas pedras cintilam ao sol ofuscante do planalto goiano. Seus arcos de pedra, espalhados pelo caminho, emolduram canelas-de-ema, cactos, bromélias, orquídeas, sempre-vivas, quaresmeiras anãs e pepalantos. O conjunto lembra paisagens famosas, como as de Vila Velha, no Paraná, ou as Sete Cidades da Serra da Capivara, no Piauí. “Mas é mais impressionante. No gênero, a melhor que conheço”, diz o ambientalista Marc Dourojeanni. Ele fala do alto da experiência de quem avaliou parques naturais no mundo inteiro. E implantou no Peru uma reserva semelhante.

Dourojeanni é um peruano nascido em Paris, com longo currículo internacional. Trabalhou no Banco Mundial. Criou a divisão de proteção do meio ambiente no Banco Interamericano de Desenvolvimento. Preside no Peru a fundação Pro-Naturaleza. E há quatro anos mora em Pirenópolis, embora tenha um apartamento de cobertura em San Izidro, o melhor bairro de Lima. Mudou-se para a pequena cidade histórica com a mulher, a ambientalista Maria Tereza Pádua, madrinha da primeira RPPN – quer dizer, Reserva Particular do Patrimônio Natural – no município, o Santuário de Vida Silvestre Vagafogo.

Mudança de rumo

Como o marido, Maria Tereza tem uma impressionante folha de serviços prestados à conservação da natureza. No IBDF, o instituto precursor do Ibama, ela tirou dos dentes da motosserra 8 milhões de hectares da floresta, convertidos em unidades de conservação na Amazônia quando a política oficial era ocupá-la a qualquer custo. Fez a primeira reserva marinha do país, no Atol das Rocas. E o primeiro parque dos Gerais, o do Grande Sertão Veredas. Na década de 1980, Maria Tereza deixou o governo, em protesto contra o projeto do regime militar que cravou uma estrada no Parque Nacional do Araguaia. E, sem cargo público, pôs em marcha a Funatura, uma fundação dedicada a salvar o que restava do Cerrado.

A mudança foi uma sorte para Pirenópolis. Como presidente da Funatura, Maria Tereza transformou a Vagafogo num modelo de RPPN. Tratava-se, em 1987, de um sítio de 44 hectares. Seu dono, Evandro Egler, depois de viajar o mundo como comissário de bordo, vendia geleias, ovos caipiras e queijos artesanais em Brasília, onde sua clientela incluía Maria Te-

reza. Ela tomou nas mãos o projeto de transformar a propriedade numa reserva particular feita com todos os cuidados técnicos. Calculou até o que Egler ganharia cultivando a terra ou deixando a mata. O resultado é que o Vagafogo recebe hoje 14 mil visitantes por ano, pagando R\$ 9 por ingresso. Egler virou secretário municipal de Turismo.

Inspirado nesse exemplo, o município tem atualmente nada menos de sete RPPNs. Somadas aos 2.833 hectares do Parque Estadual dos Pireneus e aos 1.700 hectares da Cidade de Pedra, as reservas encorpam o patrimônio turístico de Pirenópolis a tal ponto que o rio das Almas corta a cidade entre matas ciliares, em vez de passar por casas debruçadas em seus barrancos. É um caso singular.

Quem vê o rio das Almas acha que o Brasil tem conserto. E, 46 anos depois de instalar em Brasília a capital da República para botar o interior no caminho do progresso, o país ganhou em Pirenópolis, a 150 quilômetros da Praça dos Três Poderes, uma espécie de mirante, de onde dá para olhar o futuro com a velha fórmula da esperança.

O Pantanal está secando

29.12.2005

O Brasil acaba de ganhar o diploma de que está fazendo o possível para riscar do mapa o Pantanal até 2050. O esforço começa na bacia do Alto Paraguai, de onde vêm as águas que montam, em ciclos mais ou menos regulares de cheias e vazantes, um dos maiores espetáculos de vida selvagem ainda em cartaz no planeta. Rio acima, nada menos de 59 municípios já acabaram com a vegetação nativa em mais da metade de seus territórios.

Mas essa é só a média regional. E a média, como simplificação estatística, não conta tudo o que acontece na realidade. Não diz, por exemplo, que nela constam 22 municípios que ultrapassaram os 80% de desmatamento. E 19 que estão além dos 90%, a percentagem simbólica que marca a fronteira da extinção, pura e simples, de uma paisagem nativa. Isso no planalto matogrossense. Na planície, onde fica o Pantanal propriamente dito, restam 83% da vegetação original. É bastante? Não, porque os índices de devastação estão subindo nesta década como uma nova modalidade de inundação.

Do patamar de 1,5% ao ano em que se empoleiravam até 1993, saltaram agora para 2,3%. Como se ali as derrubadas não tivessem pela frente um obstáculo natural expressamente defendido pela Constituição como patrimônio coletivo do povo brasileiro. De todo o povo brasileiro, diga-se de passagem, e não só de quem vê naquele cenário o potencial econômico das hidrelétricas, hidrovias, mineradoras, plantações de soja, sem falar dos pastos de capim africano que vão rapidamente substituindo os campos nativos.

“Com base nessas informações”, diz o relatório que a Conservação Internacional divulgou esta semana, “pode-se prever que, dentro de pouco mais de 45 anos, a cobertura florestal do Pantanal terá desaparecido completamente”. Mas o aviso chegou numa hora em que todo mundo está trocando cartões de boas festas. Veio embrulhado num dossiê de quase 50 páginas, com título sóbrio demais para azedar o réveillon – “Estimativa de perda da área natural da Bacia do Alto Paraguai e Pantanal Brasileiro”. Chegou na entressafra dos incêndios na Amazônia, quando a estação das chuvas dá trégua aos satélites do INPE e cria uma miragem de paz na floresta. Ainda por cima, encontrou um país farto de más notícias. Tem tudo para emplacar 2006 com gosto de panetone dormido.

O que será outro desperdício. Trata-se de documento assinado pela equipe de uma ONG que,

entre outros serviços prestados ao Pantanal, lançou há pouco um livro sobre esta “joia da América do Sul”. Os americanos não viam coisa igual em primeira mão desde que o ex-presidente Theodore Roosevelt andou por lá 90 anos atrás, caçando na companhia do sertanista Cândido Rondon. Ilustrado pelo fotógrafo alemão Theo Allofs com enfáticas imagens de sua fauna na intimidade, o livro parece o avesso do relatório. Um mostra ao mundo o que ele está perdendo ao adiar a descoberta da região pelo turismo internacional. O outro, o que os brasileiros tendem a perder, acabando com ela antes de aprender a explorá-la.

O inventário da Conservação Internacional nasceu do cruzamento de dados enviados por sensores orbitais, capazes de ver e entender mudanças do verde pantaneiro, com os registros de licenças oficiais para desmatamento expedidas pelas autoridades aqui na Terra. Somando-os, revela que os municípios mais desmatados – como Aquidauana – são também os que mais concedem autorizações para mais derrubadas. Mostra que os registros de devastação dificilmente coincidem com sinais de progresso nos índices municipais de desenvolvimento humano, como já provou o economista Carlos Eduardo Young. E adverte que “as maiores áreas licenciadas para desmate estão localizadas na planície”. Ou seja, dentro do Pantanal. Dito isso, feliz ano novo.

A grande derrubada das araucárias

21.09.2006

O documentário, em si, dura onze minutos. Mas a voz cansada do narrador soa como se falasse em nome da eternidade. Ele conta, passo a passo, a queda de um pinheiro do Paraná como se aquilo estivesse acontecendo ali na hora, ao ritmo dos machados de cabo “envernizado de tanto uso”, em “golpes surdos, constantes, certos”, que tiram “lascas cheirosas” das feridas na resina. Não se vê o pinheiro cair nas cenas filmadas pelo fotógrafo Haroldo Palo Júnior. Mas na locução parece ao vivo e em cores: “toc, toc, toc”, “vai cair, vai cair”.

Gravar a cena foi um dos últimos trabalhos do ator Gianfrancesco Guarnieri, que morreu em julho. Agora sai *A grande derrubada*, como serviço póstumo à SPVS, ong paranaense que, pela mão do publicitário Eloi Zanetti, procura com o documentário quem adote os últimos pinheirais do estado, pagando para mantê-los em pé. Num país onde as campanhas políticas parecem mais mortas do que nunca, a voz de um morto prova que, se elas acabaram, não foi por falta de causas ou de assunto. Pena que, para isso, não haja lugar nem partido nos horários de propaganda gratuita.

Tem pinheiro, não presta

Sobram, no Paraná, 0,8% das suas matas nativas de *Araucaria angustifolia*. E, mesmo reduzidas a esse ponto terminal, continuam caindo essas árvores que surgiram na Terra há 300 milhões de anos e, em meados do século XVI, quando o explorador espanhol Alvar Nuñez subiu o Prata, eram tão grandes “que vários homens com os braços estendidos não conseguem abraçar”. Por que caem? A resposta pode ser quase inocente, como a do agricultor Felipe Paulo Rickli, soprada no documentário pelos vãos de caninos de ouro emergindo da barba branca: “Papai mandou nós ir ver o terreno e nós voltemos aborrecidos, porque o terreno do homem não presta. É só pinheiro”.

É o mesmo Rickli que aparece depois, comentando os prejuízos agrícolas do desmatamento. Pelo seu “parpito”, mais valeria conservar o mato na cabeceira dos arroios. Do arroio mais próximo, ele confessa que seu irmão tirou “um capãozinho de pinheiro”. Depois, “o genro dele destocou o terreno e fez roça”. No fim, “não sobrou nem a metade do arroio que era”. Visto assim, Rickli nem chega a ser o culpado do estrago. É antes de mais nada víti-

ma dos costumes perdulários que o brasileiro herdou de seus colonizadores. O legendário botânico Gerdt Hatschbach, que aos oitenta e tantos anos ainda faz pesquisas de campo e conheceu o Paraná com florestas de araucária aparentemente sem fim, viajando um dia pelo interior, sob a cortina de fumaça que cobria o caminho, encontrou 60 quilômetros de pinheirais queimando, “porque o dono não queria vender a madeira para as serrarias”.

“Tinha muito, muito, muito”, lembra o agricultor Leonardo Czeleiski, nascido numa paisagem coberta pelos pinheiros. Mas seu pai “era dono de uma serraria que começou a serrar em 1923 e em 1928 ele parou, porque não deu mais para tocar”. A fonte de madeira havia secado em meia década. Em seu lugar restou “só devastação, ninguém ficou melhor de vida porque vendeu pinheiro”. O problema é que, depois das serrarias, quase sempre vêm os campos de soja, que devastam mais ainda. “Todos vinham para cá para ficar ricos depressa e voltar”, lamenta o engenheiro florestal Miguel Milano. Ele cresceu no planalto paranaense dos anos 1950, tomando banho em rio limpo e catando jabuticaba, pitanga, araticum, uvaia e pinhão na mata que confinava com os fundos de Palmital, então um arruado de casas de madeira.

Brincando de serraria

Milano viu fazendeiros e sitiantes venderem as araucárias de Palmital à indústria de papel, milhares de cada vez. Naquela época, os meninos do interior brincavam com caminhões de madeira sem caçamba, carregados de troncos, imitando o que faziam seus pais e avós. “Eram brinquedos feitos em casa, exatamente como os grandes, que passavam na estrada sem parar”, ele conta. A mata desertou Palmital. Mas em seu caso o desmatamento serviu ao menos para empurrar Milano de uma vez por todas na direção do ambientalismo, lutando a vida inteira contra os costumes de um país que tem leis muito boas e hábitos muito ruins, quando se trata de conservar a natureza.

A grande derrubada chegou para dizer que não adianta mais esperar pela solução caída do céu, em forma de providências do governo. Não dá tempo para esperar que a sociedade mude e, mudando, conserte os políticos. “Está na hora de tomar uma decisão final”, resume o veterário Clóvis Borges, que puxa a campanha para a adoção das últimas matas com araucárias do Paraná, por pessoas ou empresas dispostas a seu direito a continuar onde estão. Ele tem a única proposta para o meio ambiente que o brasileiro poderia ouvir neste triste ano eleitoral.

Os parques da discórdia I

04.08.2005

“É assim mesmo, eu também tive dificuldade para entender esta paisagem quando cheguei aqui”, diz a advogada Vânia Santos, ao volante da picape que dirige no labirinto rural de Prudentópolis, no interior do Paraná, como nunca tivesse feito outra coisa na vida. Por onde passa, mesmo sem sair do carro, as pessoas a chamam pelo nome. E ela as reconhece não só pelo nome, como pelo parentesco e frequentemente pelas questões que elas um dia levaram a seu escritório.

A “doutora” parece nativa. Mas conta que “no começo” achou estranho aquele “cenário de roça sem cercas” dividindo propriedades. Pela beira da estrada, passa um Brasil que, de fato, não se vê todo dia, com lavradores louros, varas de porcos domésticos atravessando a pista de terra de um lado para o outro, galinhas soltas, gado pastando no meio do mato e casas que às vezes formam no acostamento agrupamentos quase urbanos.

Em volta de cada residência, há cercados de madeira ou mesmo muros fechando o quintal. É para os bichos não entrarem. Mas, do portão para fora, a criação se espalha por largos campos aparentemente sem dono, que no entanto têm títulos de propriedade que remontam a avós ou bisavós. A primeira impressão é de desordem, para não dizer abandono. O olho do forasteiro, acostumado a só enxergar trabalho agrícola onde o arado raspa o solo até as bordas do arame farpado, leva tempo para perceber que o produto daquelas capoeiras sustentou gerações de brasileiros que não querem subir na vida às custas dos outros.

“Isso é um faxinal”, ensina Vânia. Prudentópolis, que nos folhetos turísticos se apresenta como a “terra das cachoeiras gigantes” ou “capital da malha”, “do mel” e “da oração”, detém o recorde nacional de faxinais em plena atividade. Tem 19, 16 ou, dependendo da conta, pelo menos sete oficialmente reconhecidos no cadastro que habilita a prefeitura a receber do governo paraense cerca de R\$ 30 mil por conta do “ICMS ecológico”, que premia no estado os municípios de bom comportamento ambiental. No Paraná inteiro, os faxinais não passam de 44.

Vânia vai recitando seus nomes, como se houvesse placas na entrada anunciando a chegada: Ivaí, Anta Gorda, Patos Velhos, Barra Bonita, Cachoeira Palmital... Não é fácil, à primeira vista, distingui-los. Em certos trechos da viagem, daria para suspeitar que a picape andou em círculos, se as estradas de Prudentópolis não fossem surpreendentemente retas,

descendentes que são das “linhas” coloniais que no fim do século XIX trançaram ali um campo reticulado, como se o povoamento por imigrantes ucranianos exigisse um projeto de urbanização para a Serra de Guarapuava.

São lugares pacíficos. Mas ultimamente estão, a seu modo, em pé de guerra. Ou seja, juntando forças para enfrentar a prefeitura. Neste domingo, dia 7, terminou em Irati, ali perto, o 1º Encontro dos Povos de Faxinais. O programa para 200 convidados teve “café da manhã ecológico”, “almoço ecológico” e “jantar ecológico”, além de “oficinas temáticas” sobre “agroflorestas”, “sementes crioulas” ou “ervas medicinais”. O cardápio era ambiental, mas o prato forte da reunião foi a resistência desses pequenos agricultores paranaenses ao projeto municipal para salpicar parques municipais e outros tipos de reservas na paisagem que até agora eles conservavam por mero apego a suas próprias tradições.

Se depender da prefeitura, que promete com isso “incentivar o desenvolvimento regional, mediante a utilização do sítio para fins lucrativos e turísticos”, brotarão oficialmente em Prudentópolis os monumentos naturais Perehouski, Rio Barra Grande, Salto São Sebastião e Salto Mlot, as áreas de proteção ambiental do Rio São Francisco, São João, Alto Rio Ivaí e Manancial do Ronda, e um parque municipal, o do Rio São João, aproveitando que eles geralmente ficam em faxinais, “muitos deles em ótimo estado de conservação”, segundo o projeto. O problema é que isso tem dono.

Tirados de sua rotina pela súbita temporada de novidades políticas, os pacatos faxinalenses reagiram. Trata-se de uma briga que não se ouve de longe, ao contrário da crise em que desaba o governo Lula. Mas, embora distantes da imprensa nacional, e aquecidas por debates nos barracões de madeira onde os agricultores se reúnem, não deixa de levantar questões subversivas. Eles querem saber se o governo tem o direito de se meter, de uma hora para outra, na conservação de terras privadas, cujo interesse só descobriu agora, depois que os turistas começam a tomar gosto pelas atrações locais. Em parte porque, usados com certa parcimônia há mais de 100 anos, os faxinais estão em boa forma, ao contrário dos lugares onde o progresso entrou a ferro e fogo.

É uma boa pergunta. Tão boa que virou a cabeça de ambientalistas como Vânia. Com a política brasileira de pernas para o ar, ela se vê de repente metida num movimento que se opõe a novas unidades de conservação. E o que o resto do país tem a ver com isso? Bem, interessando-se pelo caso de Prudentópolis, ele aprenderia pelo menos o que vem a ser um faxinal. Porque não adianta simplesmente procurar nos dicionários. O mapa dos estados sulinos pode estar cravejado de faxinais, com nomes que parecem cunhados por marqueteiros para a promoção do turismo rural. O Paraná tem o Faxinal do Céu, por exemplo. O Rio Grande do Sul, o Faxinal do Soturno. Mas os dicionários são lacônicos a respeito da

palavra. Houaiss diz que se trata simplesmente de um “campo que avança”, como se isso quisesse dizer alguma coisa. E o Aurélio, um pouco mais explícito, explica que se trata de “um trecho alongado de campo que penetra a floresta”.

Para Vânia, o que define os faxinais é o uso coletivo de terras particulares para a agricultura de subsistência, a criação de animais soltos em campos abertos, a ausência de cercas entre as propriedades e o extrativismo vegetal de baixo impacto, que mantém florestas de pé para colher pinhão ou erva-mate, inquilinos naturais dos bosques de araucárias. Em Prudentópolis, pelo menos, eles ainda formam um amplo sistema comunal, atado pelos velhos laços de consanguinidade, vizinhança ou casamento que adiaram a dispersão dos colonos ucranianos no planalto paranaense. Ali as pessoas ainda nascem e morrem a poucos quilômetros dos lugares onde seus pais viveram. E por isso é preciso ter cuidado para mexer com elas, lembra Vânia.

Quando ela conheceu Prudentópolis, 17 anos atrás, as empregadas domésticas não conheciam salário na cidade, a 270 quilômetros de Curitiba. Elas trabalhavam geralmente em troca de casa, comida e “duas gratificações por ano, na Páscoa e no Natal”. Vânia estava lá para resolver, como advogada, os problemas fundiários de um terreno que o proprietário queria lotear. Mas ela começou a defender na Justiça os funcionários que a Prefeitura contratava irregularmente, lavradores envenenados pela carga brutal de agrotóxicos usada nas plantações de fumo e outras questões trabalhistas. Quando se deu conta, sua carreira havia tomado um novo rumo. Estava organizando cooperativas, comprando sérias brigas com prefeitos e levando ao Ministério Público denúncias de desmatamento. Hoje toca uma ONG, o Instituto Guardiões da Natureza, mantém em casa uma rádio comunitária, a Cidade FM, e toca um programa de agricultura orgânica, cujo lucro é convencer lavradores a dar melhores usos para suas glebas. E não há como tratar desses assuntos em Prudentópolis sem cuidar dos faxinais.

Os parques da discórdia II

12.08.2005

Da varanda de Alfredo Basílio Michalzuc, a vida do faxinal parece tão bem regulada pelos costumes imutáveis que os bichos cumprem sozinhos sua rotina de criação doméstica. Passam o dia misturados na beira do mato, fuçando, ciscando ou pastando livremente no território comum onde a ausência de cercas dá a impressão de que nada tem dono. Mas, pouco antes do escurecer, eles se dispersam e voltam para casa, como se um toque de recolher restabelecesse no campo a propriedade privada.

E como é que os Michalzuc sabem o que é de quem? “Isso os bichos sabem”, responde Slauka, a mulher de Alfredo. Os porcos estão acostumados a dormir em seus chiqueiros. As galinhas só esperam a portinhola abrir para se encarapitar em seus poleiros. E chega uma hora em que até as vacas vêm se encostar na cerca do curral, como se estivessem pedindo para entrar. “Porco bem tratado só vai longe na época do pinhão”, diz Slauka.

Mas pinhão é coisa que mesmo ali, em Prudentópolis, um município cujo melhor produto é a paisagem, o interior do Paraná tem cada vez menos. Até duas ou três décadas atrás, ali foi lugar de serrarias. E elas passaram seu pente fino nas matas de araucárias que ainda povoam as lembranças de Slauka. “Pinheiro? Nossa, como tinha. Quando a gente precisava de lenha para cozinhar, era só pegar do chão. Isso aqui era cheio de pinheiro. Mas cada um pegou sua parte e vendeu”, diz ela.

“Isso foi lá por 1965”, explica o marido. Alfredo está com 50 anos. Cresceu num tempo em que os meninos iam para a escola “pelo meio do mato”, ouvindo no caminho “grito de papagaio e gralha azul”. Seu avô foi da geração “que abriu o vale” para a colonização ucraniana, “desbugrando a terra”. Seu pai ainda “derrubava pinheiro grosso no machado”. Seu irmão “subia nas árvores em frente de casa e ia longe, pulando de galho em galho”.

Havia naquelas terras “muita madeira boa”, como peroba, canela e imbuia, para não falar das araucárias. Mas havia também muita serraria, como “a do Shefrenski, do Ternuski”. A maioria delas já foi desmanchada, mas o estrago que elas largaram para trás foi suficiente para deixar Alfredo vacinado para sempre contra as tentações do progresso a qualquer custo. “Ganhar só dinheiro não interessa para mim”, ele comenta, sem pôr nas palavras a ênfase que, em outra boca, tentaria confeitar a frase com uma lambuzada final de credibilidade.

Alfredo não trabalha com retórica. Mesmo falando manso, ele é um dos líderes da resistência aos legisladores municipais que, de uma hora para outra, resolveram tomar conta do tesouro ambiental de Prudentópolis, que há mais de um século estava entregue, entre igrejas bizantinas, festas eslavas e casas de madeira, pelas sólidas tradições dos imigrantes que povoaram Prudentópolis. Ele fala pela associação dos faxinais. E ela não aprova os parques municipais, por achar que mais cedo ou mais eles trarão para dentro de suas terras a ameaça de desapropriação.

Slauka e Alfredo estão casados há quase 30 anos. Criaram-se “a menos de 5 quilômetros” um do outro. E, para os padrões locais, são prósperos. Os maiores proprietários do faxinal têm no máximo 50 alqueires. Eles têm 15, onde criam duas vacas, que dão de sobra para o leite e a manteiga da família. “Se tiver mais, só estraga”, diz ela. Recentemente, compraram um trator e “o cavalo ficou debalde”, segundo Slauka. Plantam milho, soja, mate, feijão – em resumo, tudo, porque ali “só não dá arroz”. Todas as verduras que lhes chegam à mesa vêm da própria horta. Criam galinha, porco, bagre, tilápia e até “um boizinho novo”.

O casal tem telefone celular e carro. Mora a 18 quilômetros da cidade. Mas produz a maior parte do que consome. Para o dinheiro que banca as outras despesas, cultivam tabaco, que secam a poucos metros da casa. “Duas secas de fumo pagam a compra de dois meses”, diz ela. Luxo no faxinal é comer com fartura. E para isso funciona o velho regime de exploração coletiva dos lotes coloniais, que permite a quem não tem um palmo de chão soltar seus animais nos terrenos dos vizinhos.

“Faxinal tem os que têm terra e os que usam a terra, todos morando mais ou menos juntos”, traduz Alfredo. E Slauka completa: “Se isso acabar, o povo daqui vai sofrer muito. Como é que pobre vai ter carne? E quando chegar a Páscoa, como é que vai fazer se não tiver um porco para assar? Um porco pequeno está por mais de 300 reais. Quem é que pode pagar tudo isso?”

No dia seguinte, a pergunta que Slauka deixou no ar seria respondida por sua sogra, Josefa, que mora a 200 metros do filho: “Vaca não come terreno”. Logo, pode pastar à vontade, que a posse continua onde sempre esteve. Nesse meio onde os vínculos de sangue se confundem com as relações de vizinhança, o regime parece tão natural que seus devotos têm dificuldades para defini-lo em termos tirados diretamente do cotidiano. “As casas aqui são uma do lado da outra. A gente vê o vizinho se apertar. Se estou bem e meu vizinho não está bem, eu vou ter que passar a chave em tudo”, Alfredo esclarece.

Sua mãe está com 85 anos. Teve 11 filhos. Nove “casaram-se por aqui mesmo”. Os outros moram na Barra Vermelha, que fica a poucos quilômetros de distância. Tem 60 netos e 20 bisnetos. Por essas e outras é que ali “todo mundo é parente”. E não é à toa. Vindos sobre-

tudo da Polônia, sem falar português, aqueles colonos – escreveu a pesquisadora Cecília Hauresko, num estudo sobre a etnografia dos faxinais – “foram se agrupando de forma que lhes fosse assegurada a sobrevivência ou, na pior das hipóteses, fosse-lhes garantida a expressão e a comunicação, visto que se comunicavam apenas em ucraniano. Os primeiros imigrantes que chegaram foram salvos pela vida em grandes grupos, criaram ali inteiras colônias e assim foi possível a ajuda em conjunto. Eles formavam uma só família, até tratavam um aos outros como irmãs e irmãos”.

Essas coisas duram. Josefa nasceu em outubro de 1920, mas seu registro é de fevereiro. “Quando meu pai ia a Imbituva, que era sede de comarca, aproveitava para registrar os filhos e as terras”, diz ela, que comemora seus aniversários em 14 de outubro, por ouvir a mãe dizer que a data devia ser essa. “Nasci, cresci, criei família e faço questão de morrer aqui”, ela afirma. Na vida, só fez uma viagem para longe de Prudentópolis. Foi a Aparecida do Norte. Tem cinco imagens da santa na sala de sua casa que, como é costume na região, faz parte da cozinha.

Aos domingos, sua casa fica entupida de parentes. Mas ela não abre mão de cuidar pessoalmente do serviço, “inclusive varrer”. Gente parada, a seu ver, acaba ficando nervosa. É por isso também que não gosta de televisão, embora tenha um aparelho desligado na sala. “Quando liga, fica todo mundo quieto, calado, olhando”, ela argumenta. Já passou por cinco cirurgias. Na última, os médicos puseram-lhe uma tela na barriga, “que nem no chiqueiro dos porcos”. Mas não precisa de óculos, a olho nu passa linha em agulha “de primeira” e, quando vai à cidade, dispensa acompanhantes, porque é capaz de levar na memória toda a lista de compras.

Ela é da época em que a área rural de Prudentópolis não passava “de mato escuro, cheio de macacos”. Hoje, diz Josefa, “o pessoal faz lavoura no capim”. A viagem a Imbituva levava um dia, de carroça. Não havia estrada, médico, farmácia, “nada”. As crianças aprendiam em casa a falar em ucraniano e só na escola tomavam contato com a língua portuguesa. Uma vez por ano seu pai ia a pé até Ponta Grossa, tocando a criação que levava para vender na cidade.

No faxinal, ela viu muita mudança. Mas o que sobrou mais ou menos intacto dá de sobra para mostrar aos forasteiros os benefícios da teimosia, que manteve do lado de fora as tentações do agronegócio. “Como as crianças vão viver sem um pinga de leite, de banha? Temos que lutar para ver se o faxinal continua como está. Senão, vai tudo para a cidade e lá não tem comida”, afirma Josefa. Para ela, “os poderosos” estão de olho naquelas terras, porque os colonos conseguiram mantê-las em melhor estado do que as outras, onde “as pessoas só querem saber de lavoura”. A seu ver, “quem tem poder e dinheiro não gosta de criadouro, só quer fazer plantação”.

E é contra isso que seu filho anda brigando. Embora suas suspeitas estejam voltadas neste momento para os projetos de unidades de conservação da prefeitura, elas têm raízes mais fundas, fincadas nos esforços da administração municipal para substituir os faxinais por formas mais rentáveis de agricultura. Não é fácil confiar num governo que ora promove o desmatamento, ora defende as florestas. Alfredo acha que está na hora de pensar “num faxinal modernizado, com criação de raça, pastos tratados com calcário, com as famílias ganhando um dinheiro extra com o turismo”.

Em outras palavras, aquelas de sempre, ele quer mudar para que tudo continue igual. E, melhorando a renda dos moradores, daria para sustentar mais famílias no faxinal, evitando que elas deem o mal passo rumo à cidade, onde “acabam na Vila da Luz”, a única favela de Prudentópolis. “Vai lá ver como elas estão agora. No interior todo mundo se conhece e se ajuda. Na cidade, não. Esse pessoal vende a terra por 20 mil, 40 mil, compra carro e, quando vê, o dinheiro acabou na mão deles. Gente do interior não sabe lidar com dinheiro. O filho de um casal que vendeu sua terra hoje trabalha como empregado, dirigindo trator de esteira. E quem comprou está rico com uma tropa de filhos”, conta Alfredo.

Na década de 1980, ele tomou conta da igreja local. Cada faxinal tem a sua, uma mais cenográfica do que a outra, quase todas decoradas no meio do campo com pinturas que guardam a influência dos ícones bizantinos, uma herança da colonização ucraniana e dos padres basilianos, que fizeram em Prudentópolis seu primeiro seminário no Brasil e ainda rezam missa de costas para os fiéis, reservando o português para a hora do sermão. Na igreja, Alfredo liderava 200 famílias, como agora pastoreia a associação dos moradores.

Ele luta em duas frentes. De um lado, estão os “ricos”, que compram pedaços dos faxinais, cravando-lhes uma cunha em forma de cercas que, com o tempo, desfiguram todo o sistema que permitia o uso comunal das propriedades. Nesse caso, fala como qualquer ambientalista: “Quem compra terra aqui compra para fazer lavoura. Limpa tudo até encostar na cerca. Aí vem outro, limpa mais um pedaço. Quando a gente vai ver, só tem ricos se encostando”, diz ele.

Do lado oposto, ele enfrenta o programa ambiental da prefeitura, que está no forno desde o começo do ano em Prudentópolis. Segundo Alfredo, dá no mesmo: “Querem fazer um parque municipal? Vão acabar querendo desapropriar, terceirizar tudo”. E com isso, desmembrados, os faxinais acabam ficando inviáveis, como acontece quando “os ricos” começam a fatiá-lo. Alfredo sabe que o problema ficou maior do que a associação. “Sem advogado, estaríamos perdidos”, ele reconhece. E é aí que entra a ONG da Dra. Vânia Santos.

Os parques da discórdia III

26.08.2005

Quando Luísa Prosner fala da “arrunhão”, não precisa dizer mais nada sobre as consultas públicas onde encalharam os projetos ecológicos da prefeitura de Prudentópolis. Ela mora a meia hora da cidade, na beira de um cânion. Tem 80 anos. Está ali há mais de 30. É posseira de uma “terrinha” que se debruça sobre duas cachoeiras. A vista custa 1 real, segundo o leiteiro que anos atrás a administração municipal fincou em sua cerca, diante do estacionamento. Entalhado na madeira, o preço está congelado até que um dia outro programa de incentivo resolva trocar a placa.

Para pagar-lhe o ingresso, é preciso empurrar o dinheiro em sua mão. Cobrar, ela não cobra. “Muitos pagam, muitos não pagam”, ela informa. Não faz a menor ideia de quanto renderia a propriedade, com a ordenha dos visitantes. Mas investiu num belvedere tosco, com mesa de troncos e, por cima, um caramanchão coberto com plástico preto. É lugar de piquenique, mas isso só “quando tem muita água” e as cachoeiras engordam, atraindo turistas. Na estiagem, quase não aparece gente por lá.

“É só eu e Deus”, ela conta, na porta da casa de tábuas, decorada com uma legião de santos, cada um com seu lume. Tirou da conta o marido, que ouve calado enquanto Luísa descreve a tal da “arrunhão”, que precisa voltar muitas vezes à conversa antes de deixar claro que se trata mesmo de uma reunião. No começo, soa como mais um costume local, que não convém estranhar num município tão cioso de suas diferenças. Em Prudentópolis, a estátua mais vistosa, no centro da cidade, retrata o poeta Tarás Chewistchenko. A igreja matriz é dedicada a São Josafat. Os ovos da Páscoa laboriosamente pintados à mão se chamam pessanka e servem para manter o demônio no cativeiro. A abrólia é um bordado sem agulhas que, das janelas às toalhas de banho, passando por todos os móveis, cobre a decoração doméstica com um véu milenar de decoro. E as adolescentes se reúnem no sábado para dedilhar a bandura, um instrumento medieval de 55 cordas, nas aulas da professora Meloslava Klevei, responsável pelo museu da colonização ucraniana.

Mas se tratava de uma reunião. E nela o estranho não era o nome, mas o método. “Vieram me chamar. Fui lá”, diz Luísa. “Para quê, não sei. Não entendi nada. Sou analbafeta e quase cega, com os olhos levados da breca”. Não é preciso ouvir mais para entender que ela não está nem aí para discussões sobre “plano de manejo”, “ecoturismo”, “corredor cultural” e outros termos

técnicos, que levaram o técnico Otávio Manfio, do Instituto Ambiental do Paraná em Guara-puava, a enriquecer a sabedoria popular com o ditado “quanto mais lido, mais estrumado”.

Não é à toa que os moradores dos faxinais desconfiam, explica a advogada Vânia Santos. Ela, que nem nasceu em Prudentópolis, ao contrário dos políticos, antes de se envolver em seus debates aprendeu a conhecê-los. Natural de Ponta Grossa, chegou à cidade em 1988, contratada pelo proprietário para regularizar os papéis de um loteamento. Acabou deitando raízes no terreno não só porque recebeu um lote como pagamento, mas sobretudo por perceber que uma jovem advogada como ela estava cercada de causas por todos os lados, naquele singular município de 49 mil habitantes, onde menos de 15 mil pessoas moram na área urbana. Quando se deu conta, Vânia estava lutando no front dos direitos trabalhistas. Organizou o sindicato dos funcionários municipais, o que lhe valeu um lugar cativo na oposição ao prefeito Vilson Santini, que de vez em quando volta ao cargo. Ajudou a fundar a associação dos trabalhadores rurais, criando uma cooperativa que derrubou os preços dos produtos de primeira necessidade, ao livrá-los dos fornecedores controlados por políticos locais. Ao construir a sede da associação, descobriu que os sacos de cimento entregues pela prefeitura, em vez de 50 quilos, tinham 25. Enfim, de denúncia em denúncia, enfrentou nada menos de 20 administradores municipais.

Foi assim, comprando brigas, que tropeçou numa história mais grave, a das mortes de agricultores por inalação de agrotóxicos nas plantações de fumo. Descobriu que o envenenamento por defensivos à base de fosforados e carbonatos, provocando surtos psicóticos, estava por trás da alta taxa de suicídios entre os moradores do campo da região. Foi seu primeiro processo “pesado”, como ela diz. E inspirou, de quebra, um estudo médico transformado em monografia acadêmica. A batalha contra a indústria do fumo levou-a a outros fronts, a começar pela certificação de produtos orgânicos cultivados por pequenos produtores do Tijuco. E daí para as questões ambientais foi um passo.

“As pessoas ligavam para mim denunciando derrubadas clandestinas e eu ligava para o Instituto Ambiental do Paraná, que mandava fiscais multar os desmatamentos”, lembra Vânia. Mas os processos demoravam tanto que as penas, ao sair, estavam prescritas e as multas, por irrisórias, eram quase um incentivo extra à devastação. Mas Vânia encontrou no juiz Eduardo Novak um magistrado disposto a encurtar para 15 dias os prazos de julgamento e elevar as multas de 50 para 2 mil reais. E o corte ilegal de árvores virou mau negócio em Prudentópolis.

Dez anos depois de se mudar para lá, ela candidatou-se em 1998 à prefeitura de Prudentópolis pelo Partido Verde. Gastou na campanha 16 mil reais do próprio e um velho Opala, demolido pela temporada de trabalhos forçados nas estradas do interior. Teve 900 votos. Mas ganhou um aliado definitivo, o contador Jairo Corrent, que trabalhava na madeireira

Ditzel e largou o emprego para se pôr ao volante de Vânia. “Aprendi a guiar naquela campanha e ainda conheci o município inteiro”, diz ele. Agora ele estuda Direito, prepara uma dissertação sobre os faxinais e é o faz-tudo do Instituto Guardiões da Natureza, a ONG que Vânia criou ao se livrar definitivamente da tentação de entrar na política.

A sede do instituto ocupa a frente de sua casa. E ela mora no fundo do terreno, passando pelo canil onde cria as ninhadas de cães siberianos e um laboratório. A sala fica onde era a garagem. Mas a porta da rua dá diretamente para os escritórios da ONG, da Associação de Defesa de Prudentópolis e da Rádio Cidade 104,4 FM, uma emissora sem fins lucrativos que ela inaugurou este ano. Com 20 quilômetros de alcance, não cobre todo o município. Mas basta para levar aos ouvidos dos vereadores a voz dos faxinais.

“Não é fácil entendê-los”, diz ela, que anos atrás inspirou uma amiga, a professora Zilda Hoffman Rodrigues, a fazer sua tese de mestrado em sociologia sobre a organização dos faxinais. “Foi assim que eu comecei a entender por que aquela gente acha é que possível manter o velho sistema e ter renda. É uma combinação muito especial de baixa ganância e alta solidariedade. A desambição eu não sei de onde vem, mas ela aparece muito nas repostas que os moradores dão às perguntas dos questionários”.

E é por isso que as suas terras se conservam melhor do que as outras. “Eles mantêm as tradições familiares”, explica Vânia, que frequentemente é chamada a dar um jeito em registros caducos e dá de cara com papéis em nomes de avós. E, como “essas tradições incluem as paisagens dos pais, dos avós”, ela advoga contra os parques e monumentos naturais da prefeitura, temendo que as novidades desarrumem de uma vez por todas os velhos costumes. “É estranho, não é, uma ambientalista brigar com um parque?” – ela pergunta.

Em tempo

Se os “parques da discórdia” não saíram do papel, em 2010 Prudentópolis ganhou o Monumento Natural Salto São João, ao lado do faxinal de Barra Bonita. Houve desapropriações e pequenos conflitos com a comunidade. As maiores preocupações dos faxinais passaram a ser outras. Nos últimos anos, Vânia tem brigado na Justiça para barrar projetos de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) que prometem grandes impactos locais. O avanço da soja e dos agrotóxicos também preocupa as comunidades. Com o apoio de dois funcionários, o Instituto Guardiões da Natureza conseguiu criar uma associação com mais de 200 produtores familiares. Na contramão do desmatamento, eles plantam comida saudável e sem veneno, incluída na merenda das escolas públicas da região.

A culpa é sempre do mato

31.01.2008

O ministro José Gomes Temporão atirou no *Aedes aegypti* e acertou no que não viu, quando deu ordem de dispersar as filas de vacinação, dizendo que este surto de febre amarela não é urbano, mas silvestre. Em outras palavras, não é coisa nossa, mas praga que dá no mato, problema da natureza a se resolver entre macacos e mosquitos, longe dos jornais e do ministro da Saúde, se os brasileiros não se meterem na floresta, misturando-se às vítimas e aos vetores da doença.

Ouvido isso, o país se sentiu convidado a partir para medidas radicais. E deu para eliminar macacos. Está matando as vítimas, talvez por ser “difícil acertar mosquitos em pleno voo”, como sugeriu o repórter Aldem Bourscheit, num primeiro inventário da mandinga popular contra a febre amarela. Só em janeiro, morreram uns 30 primatas em Montes Claros, Cabeceira Grande, Itabira, Buritis, Uberlândia e outros municípios mineiros. No Mato Grosso do Sul houve pelo menos seis baixas. Em Goiás, um terço dos municípios aderiu à política irracional de combate ao vírus.

Vacinação obrigatória

Não era o que o ministro pretendia. Aliás, ele bem que tentou enquadrar a crise em argumentos plausíveis, o que nem sempre se pode esperar das autoridades em Brasília. Na internet, a página do Ministério da Saúde está carregada de respostas às perguntas que podem vir da rua, sinal de que nossos sanitaristas aprenderam a lidar melhor com a opinião pública desde a Revolta da Vacina, o levante contra a vacinação obrigatória que, movido a pouca informação e muito boato, virou de cabeça para baixo o Rio de Janeiro há 104 anos.

Os argumentos do Ministério da Saúde são razoáveis, embora incompletos. Omitem, por exemplo, a advertência da Organização Mundial de Saúde sobre a disseminação da doença na África e na América do Sul, onde as cidades têm gente demais e saneamento de menos em favelas, só podendo se considerar realmente livres da epidemia quando vacinam no mínimo 80% da população.

Mas, desdobrando-se em cuidados para não tocar nossos nervos expostos, Temporão cutucou sem querer um gatilho armado por cinco séculos de história do Brasil. Este país é uma

guerra sem fim entre o homem e a natureza, como dizia o sociólogo Gilberto Freyre. E tem sólida tradição em pôr a culpa de tudo no mato. Os portugueses farejavam no ar dos manguezais o miasma insalubre dos trópicos, que supostamente tirara do nada as febres mortíferas do verão. Ainda hoje, no centro do Rio de Janeiro, grandes praças, como o Passeio Público, a Cinelândia e o Largo da Carioca, marcam no asfalto o contorno de lagoas aterradas em nome da repressão colonial ao impaludismo.

Uma delas, a do Boqueirão, meio século atrás ainda frequentava a escola pública através de *Meu tesouro*, o livro das professoras Helena Lopes Abranches e Ester Pinto Salgado que era uma espécie de cartilha cívica para crianças. Lá estava o Passeio Público como produto do sonho de uma linda moça, que inspirou o vice-rei Luís de Vasconcelos, no fim do século XVIII, com uma conversa ouvida da janela: “Sonhei que esta feia lagoa estava transformada num belo jardim, onde havia até um belo coqueiro”, dizia a musa da administração pública em *Meu tesouro*.

“É que a lagoa do Boqueirão, além de feia, era um viveiro de mosquitos, um depósito de podridões, e bom seria suprimi-la de vez, jogando-se nela as terras do morrinho das Mangueiras”, explica o jornalista Brasil Gerson, numa história das ruas do Rio de Janeiro publicada no quarto centenário da cidade. E não faz tanto tempo assim que, no começo do século XX, o médico Oswaldo Cruz, enxertando o progresso científico no sólido tronco das superstições sanitárias, propôs o entulhamento total da lagoa Rodrigo de Freitas, com restos de morros cariocas arrasados pelas obras de melhoramento urbano.

Os justiceiros de macacos tiveram a quem puxar. Matam-se macacos agora mais ou menos como se massacravam gatos em Paris no século XVIII. Na época, 45% dos franceses morriam antes de completar 10 anos de idade, os filhos que vingavam cresciam sob padraços e madraças, porque os pais dificilmente passavam dos 40, a fome, no inverno, era endêmica, e os piores empregos passavam de uma geração a outra sem sair da família.

Como tudo isso, na época, parecia sem conserto, o remédio era organizar pogroms contra os gatos, que serviram ao historiador Robert Darnton como ponto de partida para um mergulho no lado sombrio do Iluminismo, onde a credence se alimenta da descrença.

A matança de macacos não resolve a febre amarela. Mas dá a impressão de que alguém está tentando fazer alguma coisa, numa terra em que as autoridades não se entendem nem na hora de dizer quem está queimando mais que nunca a Amazônia.

Primavera silenciosa em versão nacional

23.04.2009

O governo federal ficou devendo aos brasileiros na semana passada uma boa crise interna. Ela foi explicitamente provocada pelo relatório da Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, divulgado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Anvisa. E passou em brancas nuvens.

O documento do Ministério da Saúde era, ao mesmo tempo, oficial e alarmante, como raras denúncias ambientais, vindas dos mais radicais militantes, conseguem ser. Em 1.773 amostras de 17 produtos agrícolas, escolhidas pelos pesquisadores ao longo de meses em estados diferentes, acusava altos índices de contaminação por inseticidas, em 64,3% dos pimentões, 30,29% das cenouras, 19,8% das alfaces e 18,27% dos tomates.

Terrorismo agrícola

Pelo visto no dossiê, quase tudo o que atualmente sai do campo para a mesa sem o selo da agricultura alternativa tem boa chance de estar envenenado por inseticidas. Com pontaria acidental e ironia involuntária, a contaminação atinge de preferência as hortaliças que os nutricionistas recomendam como base da dieta saudável. O que banaliza velhos clichês da ficção conspiratória, aqueles que povoavam histórias em quadrinhos com terroristas capazes de envenenar cidades inteiras em atentados secretos contra os reservatórios de água potável.

Mas no Brasil moderno e democrático, isso se faz às claras. O país dá conta da tarefa com gente pacífica e obstinada, que moureja de sol a sol para intoxicar inadvertidamente o solo e os rios, depois de enegrecer o ar com a fumaça das queimadas. Além de ser um grande produtor mundial de CO₂ no campo, o Brasil é uma potência econômica em agrotóxicos.

Gasta com inseticidas 7 bilhões de dólares por ano. Usa livremente ingredientes como o acefato e o metamidofós, proibidos até na Índia e na China, que também têm muitas bocas para proferir e pouco tempo para perder com devaneios pastorais. Permanece imune aos efeitos do livro *Primavera silenciosa*, da bióloga americana Rachel Carson, que há praticamente meio século deu empurrão decisivo para trazer a ecologia dos debates acadêmicos às páginas dos jornais e às cartilhas de educação fundamental.

No Brasil, Carson não pegou

Sua primeira edição data de 1962, quando o Brasil era governado pelo presidente João Goulart. É, portanto, para lá de histórica. De lá para cá, passaram por aqui três regimes políticos e inumeráveis desgovernos. O órgão federal encarregado de velar o meio ambiente mudou de nome e estrutura burocrática três vezes. Bafejada por incentivos fiscais e uma política de ocupação territorial que só preserva mesmo o modelo fundiário das sesmarias coloniais, a agricultura brasileira extinguiu as florestas do Oeste Paranaense, varou de ponta a ponta no Cerrado e cravou fundo na Amazônia os dentes das motosserras. Mas autoridades nacionais ainda não acordaram para o fato de que Carson não é mais, há décadas, uma autora minimamente controversa.

Foi ela que abriu os olhos de quase todo o mundo para os riscos dos inseticidas, essa nova espécie de praga agrícola, gerada em laboratórios e vendida por multinacionais. No Brasil, Carson não pegou. Nesses 47 anos, os ministros da Agricultura nunca aprendem que não estão no cargo como lobistas do agronegócio ou mesmo como porta-vozes da justiça social no campo. Nem que deveriam velar, antes de mais nada, pelo direito constitucional de todo brasileiro à saúde e à segurança alimentar.

Do outro lado da praça, os ministros do Meio Ambiente se comportam como se luta fosse exclusivamente travada em trincheiras políticas cavadas no mato profundo. Como se o que acontece lá no mato jamais batesse à casa das pessoas comuns, por mais urbanas que elas sejam. Por exemplo, em forma de pimentão envenenado que gerações de agricultores viciados em inseticidas despacham candidamente do campo para a cidade.

Nossos ministros do Meio Ambiente são peritos na arte de reduzir sua pasta à irrelevância, perpetuando a miragem de que Meio Ambiente é, na vida real, tudo aquilo que não interessa a ninguém. E assim, por falta de Rachel Carson e de governo, o relatório do Ministério da Saúde passou ao largo dos ministros da Agricultura e do Meio Ambiente, como se eles não tivessem nada a ver com a história. São os únicos brasileiros que os venenos agrícolas não atingem.

Herança da máfia para o meio ambiente

25.06.2009

Com séculos de vantagem sobre o Brasil quando se trata de administrar a desordem, os sicilianos estão descobrindo uma nova maneira de tirar proveito ambiental de sua máfia. As propriedades dos chefões, quando eles caem nas mãos do governo, viram parques públicos incorporados aos roteiros turísticos do Mediterrâneo.

Há pelo menos 450 hectares disponíveis para isso. E um desses butins imobiliários até já pegou como uma versão italiana do que, no Brasil, provavelmente se chamaria reserva extrativista. Fica nas terras que pertenceram a Salvatore Riina, a quem os jornais raramente se referem sem lhe incorporar ao nome o título de “sanguinário”.

Riina era proprietário rural em San Giuseppe Jato, um lugarejo de dez mil habitantes a 30 quilômetros de Palermo, até ser apanhado em 1993. Sua fazenda está agora nas mãos da cooperativa Terra Libera, de Don Ciotti, um jornalista de Turim que se converteu ao mesmo tempo em padre e militante da oposição ao crime organizado.

“Se for a Palermo”, prega um anúncio da fundação criada por Don Ciotti, “dê uma escapadinha a um endereço que abriu há pouco suas portas”. Lá se vende massa caseira, vinho, mel, azeite, legumes e conservas. “Mas não se trata dos produtos industrializados de costume”. É tudo biodinâmico e agroturístico, graças à herança da máfia.

Nessas horas, ter uma grande tradição mafiosa não deixa de ser vantagem. Desde o fim do ano passado, funciona numa das casas de Riina um restaurante natural com 90 lugares e quatro apartamentos, podendo hospedar até 16 pessoas, se depois do jantar o caminho de volta à cidade se tornar mais longo.

Perto dos Riina também se pode visitar o que resta da família Brusca, cujo patriarca Giovanni tinha a reputação firmada por nada menos de 100 homicídios, inclusive o do juiz Giovanni Falcone, tirado de seu caminho no meio de uma investigação em 1992. Atualmente, o “terror de San Giuseppe Jato” repousa na prisão perpétua.

Em seu lugar ficou o irmão Enzo, que circula pacificamente pela cidade. E uma bela fazenda no alto de uma colina, rebatizada como Portinha da Giesta. Menos assustadora, impos-

sível. Ela dá acesso a um centro hípico, que é outra gentileza da máfia siciliana. E oferece aos hóspedes a garantia de se sentirem em casa.

É dirigida por um engenheiro agrônomo chamado Salvatore Gibiino, que afirma não ter pensado duas vezes na hora de assumir o legado de Brusca. Don Ciotti, o ideólogo da Terra Libera, considera um desperdício quase pecaminoso não usar os recursos tomados dos mafiosos pelo governo. Só no ano passado, foram na Itália 4 bilhões de euros.

Não que a mudança de gestão tenha saído de graça. A cooperativa perdeu 60 oliveiras num incêndio suspeito. Sofreu pequenos atentados. Mas conseguiu emplacar no mercado 450 mil garrafas por ano de seu vinho Cento Passi, com nome extraído de um filme de Marco Tullio Giordana sobre o assassinato do radialista Pepino Impastato.

Quem chegou até aqui deve estar se perguntando o que o Brasil tem a ver com essa história. É que dinheiro mal ganho para confiscar é o tipo da coisa que aqui não falta. O que falta é programa para usá-lo direito, de preferência rendendo algum dividendo de sobra para a conservação da natureza. Brotaria reserva de graça no país inteiro.



Ecos de uma cidade

O Rio de Janeiro é o melhor lugar do mundo para quem quer viver com saudades do Rio de Janeiro.

Guia do Rio de Janeiro que se perdeu

24.08.2004

O Rio de Janeiro é o melhor lugar do mundo para quem quer viver com saudades do Rio de Janeiro. Talvez a culpa seja da própria cidade que, com os excessos de sua natureza, educa mal os moradores, tornando-os insaciáveis. Ou porque há ocasiões em que, francamente, ela exagera. Sobre tudo no outono, quando sem mais nem menos amanhece lavada pelas últimas chuvas do verão, polida até brilhar pela secura do ar frio. A essa altura, certamente estará livre da névoa que o calor tirava do chão nos meses mais quentes do ano, embaçando no horizonte o contraste do céu azul com o verde novinho em folha dos penhascos. E eles, por sua vez, cairão a prumo no mar aceso. Com um pouco de sorte, tudo estará faiscando na claridade desmesurada de maio. O sol baterá no basalto dos morros com fúria radioativa. E cobrirá a água com uma nata reverberante, iluminando de baixo para cima as fachadas, as castanheiras e as saias na beira da praia.

É nessas horas que o legítimo carioca, diante de tudo o que o Rio ainda tem, enxergará como uma sombra sobre a cidade as coisas que ela perdeu. Quem não daria alguns séculos de vida para ver essa mesma luz com os olhos dos que chegaram primeiro e encontraram a Baía de Guanabara ainda inteira? Como o francês Nicolas Barre, que em novembro de 1555 entrou na barra desse “rio que mais parece um lago” com os navios de Nicolau Durand de Villegagnon. “O rio referido é tão espaçoso que todos os navios do mundo poderiam aí ancorar”, ele escreveu aos amigos que deixara na Europa. “Sua superfície é cheia de belas ilhas, cobertas de verdes bosques”.

Cem anos depois, o poeta inglês Richard Flecknoe desembarcou na cidade de carona com o governador Sebastião de Brito Pereira. E não deixou por menos a experiência: “Ao avançarmos para além do forte que defende a baía, deparamos com a mais sedutora paisagem do mundo: um lago, com umas 20 milhas de extensão, todo salpicado de ilhas verdejantes de diversos tamanhos”. A seu redor, só havia a mata “que, com o solo virgem desde a criação do mundo, produz, sem nenhuma cultura, árvores frondosas e enormes, algumas das quais com sete ou oito braças de diâmetro e mais de 70 ou 80 de altura. Com elas os brasileiros, utilizando um único tronco, fazem canoas e barcos de 2 ou 3 toneladas”.

Mais um século, e aportava na colônia portuguesa a fragata Dolphin, comandada pelo comodoro John Byron. Não era o poeta, mas seria avô do poeta. Passou no Rio 45 dias, tempo

bastante para ratificar as impressões de Flecknoe: “O solo do Brasil é muito fecundo e, entre outras coisas, possibilita o desenvolvimento de árvores altíssimas, próprias para os mais variados usos e completamente estranhas para os europeus. Os bosques estão repletos de excelentes frutas, muitas das quais desconhecidas na Europa e no restante da América”.

Quase na mesma época, James Forbes, escrivão da Companhia das Índias Orientais, veio dar com os costados na Guanabara quando uma tempestade o colheu no caminho de Bom-baim. E foi ainda mais enfático que o comodoro Byron: “A grandiosidade das montanhas, a fertilidade dos vales, a suavidade do clima e a beleza da vida animal e vegetal conferem especial interesse a essa parte da América do Sul. A variedade de árvores e plantas, a profusão de frutas e flores, a exuberância dos pássaros e insetos constituíram um rico manancial para as minhas pesquisas de história natural”. Eis o que ele disse, por exemplo, dos arredores da Lapa: “Um adorável vale, sobre o qual passa o aqueduto que abastece a cidade de São Sebastião, transformou-se no meu refúgio favorito. Aí a fragrância das rosas e das murtas mistura-se com o delicioso cheiro exalado pelos galhos floridos dos limoeiros e das laranjeiras, sempre ligeiramente inclinados pelo peso de seus dourados frutos”.

Eram os ingleses que tinham perdido nos trópicos o senso de medida? Vejamos nesse caso o que escreveu naquele tempo um explorador indiscutivelmente tarimbado na matéria – Louis Antoine de Bougainville, o francês que deu volta ao mundo no século XVIII e acabou imortalizado no nome de uma árvore típica da mata atlântica: “Durante nossa estada no Rio de Janeiro, gozamos da primavera dos poetas. A vista da baía local será sempre um espetáculo memorável para qualquer viajante, sobretudo para aqueles que passaram longos períodos em alto-mar, privados da visão de bosques e habitações, e são originários de países em que o sol e a tranquilidade sejam raros. Para nós, foi uma experiência enriquecedora e prazerosa a permanência nessas plagas, onde para qualquer lado que se olhe a natureza oferece um deslumbrante espetáculo”.

Outro viajante acima de qualquer suspeita, nada menos que o capitão James Cook, fundeou o Endeavour diante da cidade em 1768. Mal conseguiu licença para desembarcar. Encarou tiros de advertência disparados pela fortaleza de Santa Cruz. E nem por isso fez abatimento na descrição do lugar: “As imediações da cidade que tivemos oportunidade de conhecer são muito agradáveis. Os lugares mais selvagens são cobertos por uma grande quantidade de flores que, no tocante ao número e à beleza, superam aquelas dos jardins mais elegantes da Inglaterra. Sobre as árvores e arbustos é possível encontrar uma quantidade infinita de pássaros, a maior parte deles coberta com plumagem brilhante. O que mais chamou nossa atenção foi o colibri. Os insetos também são muitos – alguns de rara beleza – e mais ágeis do que os da Europa. Essa observação é válida, sobretudo, para as borboletas que, voando ao redor das partes mais altas das árvores, só se deixam apanhar quando um vento forte, que sopra do mar, as obriga a voar mais perto do solo”.

Cook sequer precisou descer do barco para ter a certeza de que estava diante de um lugar especial. “Nós nunca tínhamos visto um lugar com tamanha quantidade de peixes como a baía e a costa do Rio de Janeiro”, ele comentou. “Praticamente não havia um dia em que não fosse trazido a bordo um exemplar de uma espécie completamente desconhecida”. Concluiu que “a baía é muito apropriada para a pesca, pois é cheia de pequenas ilhas e pontas de terra com pouca profundidade onde se pode facilmente manusear um arrastão. Do lado de fora da baía, o mar abunda de golfinhos e grandes sororocas. Esses peixes mordem a isca com tanta facilidade que os habitantes locais têm por hábito andar com um anzol atado na parte traseira dos barcos”.

Tem mais. No fim do século XVIII, passou pelo porto da cidade, para se reaprovisionar, a frota do embaixador George Macartney, enviado à China pelo rei George III em missão diplomática. Aqui, apesar da curta estada de duas semanas, Lorde George acreditou que podia avistar o futuro: “Independente do destino que o Rio de Janeiro venha a ter, graças à natureza, essa cidade será sempre digna de atenção. Pode-se dizer que seus contornos estão fortemente desenhados. Seu porto, suas montanhas, seus bosques e seus rochedos são grandes e majestosos. Suas produções crescem com o vigor e a frescura da juventude, nada aí é pobre, árido ou decadente”.

Foi muita gentileza do dignitário britânico. Mas o fato é que, poucos anos depois, no começo do século XIX, outro inglês, o comerciante John Luccock, que viveu mais de uma década na corte que D. João exilara no Rio de Janeiro, já começava a misturar à admiração pela paisagem carioca a suspeita de que ela corria perigo. Luccock chegou com a abertura dos portos, numa fase de explosão demográfica e crescimento urbano. Viu o antigo burgo colonial derramar-se por bairros novos. Era um observador meticuloso, equipado com as tinturas das ciências naturais que em seu tempo faziam parte da educação humanística. Aqui, ele caçou e se perdeu nas matas de São Cristóvão. E atravessou as florestas que então cobriam a Baixada Fluminense.

Vem dele o primeiro aviso de que as coisas estavam mudando depressa. Depressa demais. “Em vão se tenta descrevê-la”, disse ele da Baía de Guanabara. “Não pode pena imitar o lápis, nem o lápis a natureza, em cenários tais como esse. Aham contudo os juízes competentes que ela forma um panorama de magnificência e beleza quase sem-par”. Em volta da cidade, ele ainda viu “uma floresta interminável, com cada morro coberto de árvores altaneiras e cada vale repleto de madeira para lenha”. Gastou muitos adjetivos com os elogios às ilhas enfeitadas por “luxuriante vegetação”. Considerou o conjunto, “uniformemente sereno, alegre e ridente”, uma prova de que o “homem pode viver feliz, sob a influência do Deus da natureza”. Mas reconheceu perigos no avanço do progresso: “É verdade que nos últimos anos muito se arrancou das abas desses mantos, que agora se mostram um tanto esfarrapados. Haveríamos de lamentar as mudanças sofridas por esses matos, que até há pouco subsistiram, se não nos lembrássemos que eles assim contribuíram com sua parte para as necessidades do homem, fornecendo

à cidade que lhes fica ao pé o valioso artigo do combustível e sendo ainda empregados no fabrico tanto do necessário como dos luxos da vida”. Tudo isso há quase 200 anos.

Pode-se estender essa lista até o “Samba do Avião”, de Tom Jobim, último autor influente a se espantar em versos, nas décadas finais do século XX, com a beleza da chegada à Guanabara. Ou recuá-la a 1502, quando o florentino Américo Vespúcio julgou descobrir na entrada da baía a porta do paraíso terrestre. Mas não é preciso. Elas repetem ao longo da história impressões muito parecidas umas com as outras. Juntas, mostram que não há nada para dizer sobre o Rio de Janeiro que já não se tenha dito ao longo de sua história, com todos os sotaques e em todos os estilos. E essas declarações falam de quê? Falam, em primeiro lugar, da orla carioca. Especificamente, de uma orla carioca que, através dos séculos, os forasteiros descortinavam no interior da Baía de Guanabara, quando a Zona Sul, onde agora se concentra seu tesouro turístico e sua vocação balneária, ainda não existia.

A Zona Sul, para existir, teve que se juntar administrativamente ao cotidiano carioca na era do bonde, da incorporação imobiliária de Copacabana, da desinfecção dos verões pelo médico Oswaldo Cruz e das reformas modernizadoras do prefeito Francisco Pereira Passos. São coisas que só vieram no começo do século XX. Portanto, na época que tornaria a Baía de Guanabara de uma vez por todas irreconhecível. Hoje mal adianta procurar nela as ilhas, os promontórios, o litoral sinuoso, as praias, os portos, os manguezais e os penhascos verdes que, de século em século, seus velhos admiradores assinalaram. Eles não estão mais ali.

O geólogo Elmo Silva Amador fez o inventário completo dessas perdas. A baía tinha 132 quilômetros quadrados de restinga. Sobraram 28 quilômetros quadrados. Eram 235 quilômetros quadrados de brejos e pântanos. Restaram 75 quilômetros quadrados. Cento e uma ilhas. Conservou 65. Cento e dezoito praias. Manteve, e sabe-se bem em que estado, 62. Das 24 enseadas e gamboas que rendilhavam as bordas da cidade, 15 sumiram completamente. Seu espelho perdeu 29,2% da superfície original. À sua volta moram agora 8,2 milhões de pessoas, que despejam diariamente em suas águas 10 toneladas de lixo e 340 toneladas de esgoto *in natura*. E isso numa cidade que tem devoção pelo banho de mar.

Na verdade, ela já nasceu pródiga. Testemunha de sua fundação, o padre José de Anchieta – que por sinal assistiria ao espetáculo do acasalamento de baleias na baía de Guanabara – conta que logo no primeiro dia as tropas de Estácio de Sá, instalando-se aos pés do morro Cara de Cão, “começaram a roçar a terra com grande fervor e cortar madeira para a cerca”, sem “haver nenhum a que isso repugnasse”. Dois anos depois, esse núcleo original já se chamava Cidade Velha. A Nova se mudara para o morro do Castelo, num lugar que o pioneiro Mem de Sá considerou “mais conveniente”, porque “era de um grande mato espesso cheio de muitas árvores e grossas que se levou assaz trabalho em as cortar”. Do Castelo, berço histórico do Rio de Janeiro,

ficou só o nome, preservado por uma esplanada, que ironicamente também se chama Castelo, como se houvesse castelos chatos. O morro, em si, que Pereira Passos começou a arrasar, acabou de ser desmontado na década de 1920, quando passou por lá a febre do Bota-Abaixo.

Não se faz impunemente uma cidade num terreno com tais atributos físicos que merecia ser reservado, intacto, para um parque nacional. Isso, é claro, se no século XVI, quando os portugueses vieram fincar no morro Cara de Cão o primeiro marco efetivo da colonização europeia, a humanidade já tivesse uma ideia do que viria a ser uma unidade de conservação para uso indireto. Infelizmente, os parques nacionais são uma invenção tardia. Quando se disseminaram pelo mundo, no fim do século XIX, o Rio de Janeiro já tinha furado as barreiras físicas em que a topografia arrebatadora e a natureza exorbitante tentaram emparedá-lo. O fato é que cresceu abrindo alas entre relíquias geológicas.

Sua gênese, contada pelo geógrafo Aziz Ab'Saber, parece uma candidatura à preservação ambiental. “Não se sabe com precisão quando, durante o Quaternário, essa estreita e maravilhosa passagem de velhos rios e mares se teria iniciado. Entretanto, temos certeza de que, após ter sido rio, a Guanabara se tornou baía com a rápida ascensão do mar, entre 12.700 e 6.000 anos atrás. O afogamento do eixo principal do paleo-rio da Guanabara respondeu pela ampliação do embaçamento regional, enquanto as transgressões marinhas por entre morros e penedos empurraram areias e criaram condições para gerar restingas, tómbolos e praias maravilhosas que hoje constituem o diversificado sítio das cidades do Rio de Janeiro e Niterói”.

Resultado: quem caminha hoje pelas ruas planas do Centro pisa, provavelmente sem notar, como a cabrocha de Orestes Barbosa pisava nos astros distraída, em lagoas entulhadas, pântanos drenados, nacos de mar conquistados por aterros, praias transformadas em solo urbano e morros desfeitos. Ou seja, numa paisagem que só pode ser pressentida nas ladeiras que acabam de repente, como a da Misericórdia, e nas velhas calçadas em curva, que um dia se plantaram na borda da baía e com o tempo foram parar no meio da cidade reticulada que os aterros criaram. Nelas, o contorno do litoral ficou impresso como memorial involuntário da orla perdida. Algumas dessas ruas merecem visitas nostálgicas. A Sacadura Cabral, por exemplo, que afundou no aterro da Gamboa e já se chamou São Francisco da Prainha. Que bonito nome – “São Francisco da Prainha”! Bonito e incompreensível para quem conhece a rua atualmente. Que Prainha? Há muitas outras assim. Até do outro lado da cidade, no coração da Zona Sul, por trás da praça do Jockey, ficou gravado no alinhamento dos prédios o recôncavo primitivo da lagoa Rodrigo de Freitas, que há muito tempo se afastou de suas portas.

Podem não parecer, mas são pegadas da História que o carioca deveria incorporar com a máxima urgência a seu patrimônio coletivo. Reconhecê-las não leva ninguém, muito menos a cidade, de volta ao passado. Em compensação, ajuda muito a velar o futuro da orla que nos restou.

Cadê o presente de aniversário?

09.03.2007

Um dos mais belos troféus de nossa inconstância ambiental vai fazer 200 anos. É o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, exemplo raro de perseverança numa terra em que poucas coisas duram séculos – fora, naturalmente, a inconstância ambiental, porque nela o americano Warren Dean apontou o grande lugar comum desses 500 anos de História do Brasil. Com reformas internas e uma nova safra de livros auto-congratulatorios, ele está esquentando os tamborins para a festa do bicentenário no ano que vem. E merece. É a única herança do príncipe D. João onde ainda sopra, entre as folhas do arboreto, a brisa civilizatória que trouxe para cá a corte portuguesa em 1808.

E não adianta lembrar que, em 2008, o Banco do Brasil também fará dois séculos de vida. O banco é de outubro. E o jardim, de junho. Não só veio antes, como nele, quando se fala de vida, trata-se de vida mesmo, mantida mais ou menos sem interrupção por esse tempo todo, mesmo se, às vezes, sua sobrevivência andou por um fio.

Barbosa Rodrigues

O Jardim Botânico atravessou décadas de abandono, depois da Independência, atestando mais uma vez a tradição universal de que, nas crises políticas, as primeiras vítimas costumam ser as árvores. E estava em petição de miséria quando, nos primeiros anos da República, passou às mãos de um administrador disposto a consertá-lo.

Ele se chamava João Barbosa Rodrigues. Era formado em Economia Política, Direito, Ciências e Letras. Mas, em Botânica, fabricara seu próprio diploma, como autor de um livro precoce e pioneiro sobre as orquídeas brasileiras. Era um desses homens que não se fazem mais. Usava pincenê na ponta do nariz. Ia ao mato envergando ternos de caroá. Tapava metade da cara com bigodão felpudo, que lhe dava, nas velhas fotografias, uma inquietante semelhança com Groucho Marx. Mas via além de seu tempo.

Foi seu o primeiro regulamento para visitação do Jardim Botânico, proibindo os frequentadores de “entrar embriagados”, portar “armas proibidas”, “almoçar, jantar ou tomar qualquer refei o ou bebida alcoólica” l  dentro, “tomar banhos, ainda que com vestiário decente” e “inscrever em qualquer parte dísticos, letreiros e figuras”. Mas disciplina, no duro, foi a que impôs ao próprio arboreto, que a seu ver não passava na época de “um simples

jardim de recreio, quase secular”, pisoteado entre 1890 e 1894 por mais de 144 mil pessoas, e isso numa cidade que estava, então, com 500 mil habitantes.

Barbosa Rodrigues encontrou no jardim uma coleção botânica limitada a “450 ou 500” espécies. Resolveu deixá-la com, “pelo menos”, três mil espécies. Condenou os “grandes painos de grama, cheio de vegetais exóticos, isolados ou em grupos, quase todos comprados a horticultores, plantados sem ordem, sem classificação, sem uma indicação apenas”. E baniu do parque as mesas de piquenique, que lhe pareceram típicas de “estalagens de aldeia”.

Jockey Club

Mas, na década de 1920, a República Velha arrancou do Jardim Botânico os 54 hectares na beira da lagoa Rodrigo de Freitas, onde havia árvores da Amazônia e manguezais. O terreno foi doado ao empresário Linneo de Paula Machado para construir o Jockey Club Brasileiro, um dos maiores monumentos à grãfinagem nativa, tombado no ano 2000 como bem cultural da cidade. Mas nem uma placa, no Rio de Janeiro, recorda o patrimônio natural que a lagoa perdeu com aquela canetada do presidente Epitácio Pessoa. O Jardim Botânico foi o primeiro a perder no Jockey. E perdeu sem sequer apostar.

Vinte anos atrás, findo o regime militar, durante o surto de experimentação política que quis passar à História como Nova República e chegou exausto ao século XXI, reduzido a isto tudo que está aí, o Jardim Botânico ficou mais uma vez à matroca. Essa trepidante fase do “tudo pelo social” semeou no arboreto 589 construções irregulares. São casas erguidas desde o começo do século por diretores que privatizavam o patrimônio público em favor dos funcionários e, mais tarde, multiplicaram-se em prédio feitos de qualquer jeito para acomodar filhos, parentes, agregados, locatários e até biroscas. Nenhum dos invasores tem direito a usucapião, pois isso não funciona em imóveis da União. Simplesmente, a reintegração de posse não caminha no Judiciário, entre outros motivos porque árvore não berra, não vota e não sai à rua de vereador a tiracolo, quando aparece um oficial de justiça.

Com didática ironia, essa favela murada dá para uma rua chamada Pacheco Leão. Tem nome de um antigo diretor do Jardim Botânico que, segundo a lenda que assombra o arboreto, morreu de desgosto em 1931, inconformado com a derrota que lhe fora imposta pelos cavalos de corrida. A coincidência juntou no mesmo endereço dois símbolos do desapareço histórico pelo aniversariante de 2008.

Mau sinal. Tudo indica que o país dificilmente dará ao Jardim Botânico o único presente de aniversário que poderia ajudá-lo a entrar com o pé direito no primeiro dia dos próximos 200 anos. Um seja: um pedaço do que sempre lhe pertenceu.

Duzentos anos de atraso

08.02.2008

Dos bicentenários que se penduram em cachos na folhinha de 2008, o único que poderia ensinar alguma coisa à atual administração pública brasileira tem tudo para passar em brancas nuvens. Fará 200 anos, daqui a pouco, a chegada ao Rio de Janeiro de um governo que fingiu acabar com a imprudência ambiental nas encostas da cidade.

Isso não quer dizer que, sem a presença física de D. João na colônia, faltassem às autoridades legislação para barrar a grande queima geral da floresta, que abriu naquela época a estrondosa liquidação da Mata Atlântica. Mas as ordenações do reino, como outras mercadorias expedidas da metrópole, atravessam mal o Atlântico.

Devastação e preservação

A transferência da corte pegou em cheio o processo de desmatamento deflagrado no Rio de Janeiro pelo café, a partir de 1780, produto de uma aliança que juntou na época “fazendeiros brasileiros, nobres portugueses, franceses exilados pela revolução, pelas guerras napoleônicas, militares ingleses e diplomatas estrangeiros”, conta José Augusto Drummond em *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*.

Esse, diga-se de passagem, é mais um livro fundamental que não pegou, aparentemente por falta de opinião pública interessada em discutir o que Drummond escreveu. Tratava-se, originalmente, de uma tese de mestrado em ciências sociais no Evergreen State College, de Olympia, extremo norte dos Estados Unidos, onde o autor se desintoxicou de nossa monocultura acadêmica, expondo-se durante dois anos “às férteis influências de botânicos, zoólogos, ecólogos, geógrafos, geólogos, engenheiros florestais, agrônomos e outros professores ou colegas formados em ciências naturais”. A edição em português saiu às vésperas da Rio-92. Há muito tempo sumiu das livrarias. Cada vez mais, anda fazendo falta.

Os pioneiros dos cafezais cariocas eram, segundo Drummond, “empreendedores e otimistas”, no sentido mais brasileiro dessas duas virtudes cívicas. Tinham pela frente um território ainda coberto por florestas em 90% de seus morros, vales e baixadas, ainda “pouco alteradas por 250 anos de colonização europeia e alguns milhares de anos de ocupação indígena”.

Crise de sede

Diante dessa visão do paraíso, eles acreditavam que “a paisagem fluminense era abençoada por uma abundância infinita” e que “as terras florestadas não se esgotariam jamais”. Fizeram fortunas garimpando essa ilusão, até esgotá-la. Em menos de 70 anos, falidos como cafeicultores, acabariam com 25 mil quilômetros quadrados de mata atlântica. E, na capital do reino, de cujas encostas saíram por muitas décadas o melhor café do país, estariam produzindo falta d’água, diante de uma Baía da Guanabara que chamara a atenção dos primeiros europeus em 1502 pela fartura e a qualidade de suas fontes.

Para isso, não precisaram inventar nenhum processo civilizatório que o próprio Rio de Janeiro não conhecesse. “A maneira brasileira de ocupar territórios”, lembra Drummond, “tem sido tão imediatista e tão predatória quanto a de muitos povos antigos e contemporâneos, com os quais aparentemente só aprendemos a lição do otimismo míope”.

Inovação, no caso, foi a maneira de fingir que se tomavam providências oficiais, quando “suas águas, agora poucas e turvas, não mais saciavam a sede da máquina urbana carioca”, escreve Drummond. O Rio enfrentou duras secas em 1824, 1829, 1833 e 1844. Mas só a partir de 1872 cortaria o problema pela raiz, reflorestando parcialmente a serra da Tijuca, quando a cidade já estava estrangulada pela explosão demográfica. Tinha então 275 mil habitantes. Três vezes mais do que às vésperas da Independência.

Enquanto morou em São Cristóvão, D. João limitou-se à mímica das medidas drásticas contra a sede dos cariocas. Proibiu o corte de árvores em mananciais e beiras de riachos. Mandou avaliar terras particulares para transformá-las em unidades de conservação. Criou, pelo menos no papel, reservas florestais. Tudo, sem tirar nem pôr, como o governo faz agora na Amazônia, achando que as coisas acontecem pela primeira vez na história do Brasil. Ledo engano. “Se o Estado brasileiro vem fracassando como gestor de políticas sociais prioritárias em educação, saúde, transporte e segurança, não é de surpreender que seu desempenho como protetor de terras públicas com valor ecológico seja ainda pior”, conclui Drummond, resumindo 200 anos de tradição.

Falta um museu da Baía no porto do Rio

01.11.2010

Começa em janeiro a reforma das reformas que destruíram o porto do Rio de Janeiro. Serão 4 quilômetros de túneis e viadutos, 650 quilômetros de calçadas e, claro, 15 mil árvores, porque cidade nenhuma é feita só de cimento e ferro. A notícia, em si, é boa. Seria melhor se não trouxesse de volta a falta que faz nessas horas o geógrafo Elmo da Silva Amador.

A leucemia o calou há quatro meses. Ele era de Santa Catarina. Mas foi no Rio de Janeiro que deixou as maiores pegadas de sua presença na Terra — como a ação popular que evitou o loteamento da lagoa de Itaipu, em Niterói, ou a campanha que produziu o reconhecimento oficial da Baía de Guanabara, apesar de degradada ou sobretudo por degradada, como Área de Preservação Permanente e de Relevante Interesse Ecológico.

Amador dedicou ao tema um livro raro, porque editado às custas do autor. Chama-se *Baía de Guanabara e ecossistemas periféricos: homem e natureza*. Há anos, quem bota a mão num exemplar com esse título dificilmente o devolve sem antes copiar suas 539 páginas.

É o testamento de um radical, a começar pela dedicatória a “Guevara, Lamarca e Marighe-la”. Não mede argumentos científicos ou históricos para mostrar que a baía inaugurou sua desgraça no réveillon de 1502, quando passou por seus pórticos de granito a expedição de Duarte Coelho, abrindo um paraíso terrestre à ganância mercantil dos descobridores. Desde então, perdeu 91 quilômetros quadrados de superfície para aterros, lançados em suas águas por sucessivos projetos de melhoramento urbano.

Eles conseguiram tomar quase 30% de seu tamanho original e praticamente toda a floresta de seu contorno. Restou uma paisagem desfigurada, onde só um olhar crítico e especializado, como foi o do geógrafo Elmo Amador, consegue levantar o rastro dos 257,9 quilômetros quadrados de manguezais ou 132 quilômetros quadrados de restingas, dos inumeráveis terraços marinhos e dunas, das 39 lagunas costeiras, 188 ilhas, 118 praias, 24 enseadas e 50 rios e córregos que os europeus avistaram no século XVI.

Aquilo era, sem tirar nem pôr, “um Éden”. Mas, de tanto tirar e pôr, a cidade tornou tecnicamente possível o “desaparecimento físico da Baía de Guanabara”, trocando seu berço

inigualável pelo “amontoado de massas de concreto, prédios, ruas e avenidas” de uma metrópole como outra qualquer.

Esse bota-abaixo vem de longe. Data do momento em que os portugueses assentaram as primeiras pedras sobre “um morro verdejante”, debruçado no mar por encostas a pino, cobertas de bromélias e orquídeas. Era o Morro do Castelo, que nem existe mais. Suas pedras demolidas jazem hoje, entre outros aterros, sob os viadutos na zona portuária.

Febre de reformas

No quesito devastação, nenhuma administração supera o recorde do prefeito Francisco Pereira Passos, o padroeiro da febre de remodelamento que, entre outras façanhas ciclópicas, soterrou mais de 60 praias para retificar esse porto que agora, um século depois, pede revitalização urgente. É muita natureza posta fora para pouco progresso.

E ainda não será dessa vez que os cariocas terão a chance de recuperar, pelo menos, a memória de tanta paisagem perdida. O atual projeto de reforma inclui dois museus: o MAR, de arte contemporânea, e o do Amanhã, com painéis, desenhados pelo arquiteto Santiago Calatrava, para abrir e fechar diante da baía como “asas de borboletas”. Nada contra. Ou melhor, tudo a favor. Mas não estaria faltando na revitalização um museu para mostrar ao carioca quanto Rio de Janeiro ele perdeu bem ali? Ou o que falta é Elmo Amador?



Notícias do fim do mundo

É melhor ter um Leonardo DiCaprio na mão do que dois ornitólogos voando. Os problemas do meio ambiente estão ficando complicados demais para ser assunto só de ambientalistas.

Nunca na história do Egito...

13.11.2006

O pior é que a pergunta parecia simples. Qual a primeira medida de política ambiental que o presidente deveria anunciar para o segundo mandato? Coisa rápida, de um minuto, com o gravador rodando do outro lado da linha e a emissora de rádio pronta para botar imediatamente a resposta no ar. O difícil era atender a expectativa de soluções concretas. Não valia dizer que, passada a campanha eleitoral, está na hora de anunciar que o meio ambiente é um problema grave e convém a população se preparar para tempos difíceis, diante das previsões cada vez mais unânimes e soturnas sobre o aquecimento global. Em outras palavras, estrear aqui a moda da “verdade inconveniente”, que Al Gore lançou no cinema.

Nada feito. Ao fim da resposta, a pergunta voltava sempre ao ponto de partida. “Mas qual a medida? Me-Di-Da”. Não adiantou explicar que, por definição, o desmesurado não tem medida. Ele exige uma atitude, como a do primeiro-ministro Winston Churchill prometendo “sangue, suor e lágrimas” aos ingleses na Segunda Guerra Mundial. Mas não é hora de falar em Churchill. Nem caberia num minuto de entrevista uma boa história de governos às voltas com mudanças climáticas, como a contada pelo arqueólogo Brian Fagan, num livro sobre “fomes, enchentes e imperadores” que os tradutores continuam devendo ao Brasil.

Gafanhotos famintos

Ela começa no Egito, há mais ou menos quatro mil anos. Mas é tão atual que ainda nem ficou pronta. Passou séculos enterrada, como um tesouro na tumba, entre as antigas dinastias que ergueram monumentos prodigiosos e os intervalos obscuros, cuja marca arquitetônica é a cicatriz deixada por traves de madeira nas pedras de Luxor, quando os muros do templo se favelizaram. Sinal de que a desordem social tinha rompido todas as represas da administração pública, subindo mais que as águas do Nilo.

Nessas ocasiões, “todo o Alto Egito morria de fome, a tal ponto que as pessoas deram para comer seus próprios filhos”, como se lê no túmulo de Ankhtifi, funcionário graduado da burocracia provincial, que morreu por volta de 2.160 a.C. Suas inscrições funerárias descrevem um Egito “faminto como um gafanhoto”, com “a população indo de norte a sul” à cata do que comer. Não convém tomar esses documentos ao pé do hieróglifo, avisa Fagan. São antes de mais nada acertos de contas com o outro mundo. E nunca se sabe o que um pouco

de exagero pode conseguir do lado de lá. No caso, mostrando como Ankhtifi encarou bem a crise. Mas, lidas “nas entrelinhas”, as lápides compõem um mosaico verossímil das secas arrasadoras, “em que os saqueadores andavam por toda a parte”, as taxas da natalidade caíam e os faraós destronados acabavam seus reinados no fundo do rio.

Nada mais lógico, porque eles eram os representantes oficiais do sol na terra. Mortos, viravam estrelas. Vivos, administravam a própria imortalidade, espetando pirâmides no céu e fazendo de conta que, cá embaixo, regulavam, por intercessão divina, as enchentes vitais para agricultura, a vida cotidiana e a estabilidade do trono em que pousavam. O papel dos faraós era fingir que mandavam no rio. Mas, na prática, o rio mandava neles, avisa Fagan.

Se o verão era chuvoso na África tropical, o Nilo subia, irrigando o deserto 6 mil quilômetros correnteza abaixo e inaugurando, no delta, um próspero ano novo. “Quando ele sobe, a terra fica em júbilo”, dizia um hino egípcio. Senão, “o corte nas oferendas de comida pelos deuses” punha “grandes e pequenos na fila de execução”. O rio virava “um sepulcro”, queixou-se Ipuwer, um escritor que há quase quatro mil anos viu de perto um Período Intermediário.

O que Ipuwer não viu foi a fonte dessa mixórdia cósmica. Nem podia. Ela ficava então muito além do fim do mundo, na costa do Peru. Chama-se El Niño, a alteração na temperatura no Pacífico que perturba as monções no Oceano Índico, enguiçando, segundo Fagan, “as bombas d’água que mantinham o Antigo Egito funcionando”. El Niño só viria a cair na boca do povo depois que o aquecimento do planeta sacudiu os termômetros da imprensa. É um recém-chegado à História antiga. Ipuwer não podia saber disso. Nós podemos. Mas dizem no Ministério do Meio Ambiente que o presidente Lula não gosta nem de ouvir falar em mudança climática. O que nos põe em dia com as grandes tradições faraônicas.

A volta do Brasil Grande

19.10.2004

Alto, magro, de paletó, gravata e colete, mas suficientemente informal para, no palco, diante de quase 2 mil pessoas, pôr um par de óculos por cima do outro para enxergar o texto à sua frente, o holandês Daan Vreugdenhil é a prova viva de que já não se fazem arcas de Noé como antigamente. Ele é um desses ambientalistas que afirmam que o próximo surto de aquecimento global, que já reduziu no Polo Norte a camada de gelo quase à metade dos 3 metros medidos nos anos 1950, chegará com secas e furacões capazes de varrer da Terra uma boa parte de suas plantas e animais. Para salvar pelo menos 70% da diversidade natural que ainda existe, será preciso criar reservas que, em vez de seguir o traçado das conveniências políticas e econômicas, moldem ao redor do planeta um mapa ditado pela sobrevivência das espécies.

O programa é complexo. Quebrou durante anos a cabeça de uma equipe de naturalistas como ele. Chegou a uma conta de 1 bilhão de dólares para implantar no mundo um sistema de unidades de conservação. E está ficando urgente. Mas, antes de falar sobre o programa que dirige no World Institute for Conservation and Environment, ele aproveitou sua relativa fluência no português – uma das sete línguas em seu currículo – para acordar o auditório do IV Congresso de Unidades de Conservação com um teste capaz de provar que o Brasil às vezes é muito melhor do que imagina.

“Estou muito impressionado com a organização deste seminário”, disse ele. Reunir mais de 1.700 pessoas para discutir meio ambiente por quatro dias já seria, para Vreugdenhil, um grande feito de organização. Mas o que chamou mesmo sua atenção foi o número de estudantes na plateia. “Levante a mão quem aqui tem menos de 30 anos”, ele pediu. Sobraram poucos braços abaixados. “Menos de 25”, insistiu. As mãos erguidas ainda eram maioria. Só quando ele baixou o limite para 18 anos foi possível contá-las. Eram pelo menos nove. Que ele chamou para a frente, o lugar “dos verdadeiros VIPs”. Era para eles que queria falar. “Sabe quantos jovens havia num congresso mundial de meio ambiente no ano passado na Europa?”, perguntou. Três. Havia dúzias de pessoas na plateia que viajaram mais de 1.500 quilômetros para estar ali. O que é, evidentemente, impossível na Holanda, um país de 29 mil quilômetros quadrados. Vreugdenhil trabalha há mais de 25 anos com esses assuntos. Foi ministro, em seu país, de Obras e Águas, quando dirigiu programas ambientais de 30 milhões de dólares. Tocou projetos na Costa Rica, na Hungria, no México e em Honduras. Implantou programas de monitoramento de água na Mongólia. E, como não podia deixar de ser, cuidou de prevenção de enchentes na Holanda. Agora, está à frente do Micosys, a tal arca de Noé ecologicamente correta.

O Micosys tem nome de doença, mas é remédio. Trata-se da sigla que, em inglês, resume o Mapa de Sistemas de Conservação, uma tentativa feita por biólogos para traduzir o máximo de complexidade natural em tabelas simples, que até um político possa achar que entendeu. Senão, diz ele, não há como conversar com eles. O Micosys é uma fórmula não só para fazer unidades de conversação, o que em si já é uma tarefa difícil, como para fazê-las nos lugares certos do ponto de vista dos bichos e das plantas, o que é ainda mais difícil, porque implica mexer na perspectiva humana.

Mas é, literalmente, vital. Vreugdenhil acha que o aquecimento global não é mais objeto de discussão. Ele vem aí. E vem com força, como viram os Estados Unidos pelos quatro furacões que varreram a Flórida este ano, como mensageiros das mudanças climáticas. Os polos já estão murchando. Nos oceanos tropicais, a salinidade da água vem aumentando. As secas se estendem e se multiplicam pelo mundo. E, no ano passado, 20% do território brasileiro queimou durante os meses de estiagem. “Há países que ainda não acreditam nisso e por isso não assinam o Protocolo de Kyoto”, disse ele. Alfinetar o governo Bush é um dos bordões do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. No auditório, há tantas lapelas com botões da campanha de John Kerry que o lugar parece uma convenção do Partido Democrata em Curitiba. “Mas isso é problema desses países. Os outros vão assinar”, ele conclui.

O aquecimento pode bater pesado no Brasil. Florestas que não perdem folhas podem se tornar decíduas, abrindo a passagem do sol até o chão, o que pode extinguir espécies que dependem de sombras. Em outras épocas de mudança da temperatura, havia espécies que eram capazes de sobreviver através da adaptação. Mas isso é muito menos provável num mundo onde as áreas selvagens ficaram pequenas e ilhadas. Nesse caso, uma equação “que nenhum ambientalista discute” mostra que, quanto menor o espaço, maior será a extinção. Se 10% ou 12% do planeta estiverem cobertos por reservas, é possível atravessar o aquecimento global com 70% das espécies, diz Vreugdenhil. “Mas eu acho mais sensato acreditar em 50%”. Aumentar essa quota não é tarefa aritmética. Com 25% de reservas, por exemplo, a taxa de sobrevivência mal chegaria a 80%.

É claro que poucos países no mundo podem sequer pensar em tamanha proporção de áreas protegidas. Exceto um, naturalmente: o Brasil, que brilha neste congresso como um paraíso tropical que em outros meios ele deixou de ser há muito tempo. Um dia nestas conferências faz mais pela alma do brasileiro do que dois anos de governo Lula. Ou de qualquer governo. Ali ainda se acredita, e se fala sem parar, num Brasil Grande predestinado a sair maior ainda na crise global que se aproxima. Tem a Amazônia e um dos recordes mundiais de diversidade de fauna e flora. Só falta querer. Deve ser por isso que Vreugdenhil falou antes de mais nada para os estudantes.

O aquecimento esquentou

10.05.2007

Um sinal de que a mudança climática está melhorando de público é que, ultimamente, ela frequenta as páginas da *London Review of Books*. Às vezes, até em dose dupla – como aconteceu numa edição recente, em que John Lanchester resenhava, ao mesmo tempo, cinco livros sobre aquecimento global e, 39 páginas adiante, Michael Byers narrava sua descoberta do Ártico a bordo do Amudsen, um quebragelo canadense convertido em navio de pesquisa.

A primavera, conta Byers, ia alta. Faltavam dois meses para o verão. E nada de gelo na proa do Amudsen. Em troca, os pesquisadores encontraram baleias beluga contaminadas com teores de mercúrio tão exagerados que a poluição industrial do planeta, só, não bastava para justificá-los. Eles suspeitam que o mercúrio aflore naquelas latitudes dos solos que degelam.

Ursos e focas

No golfo da Rainha Maud, quinhentos e tantos quilômetros além do Círculo Polar, o primeiro contato de Byers com a fauna local foi ver um urso esquálido, caminhando sobre o gelo tão fino que afundava sob o peso de suas patas traseiras. Aquele, pelo menos, vencera o inverno e, em princípio, estava de volta à caçada de focas – logo, às calorias que podem armar seu metabolismo para a próxima hibernação. “Mais ao sul, onde agora a temporada sem enregelamento é ainda mais longa, eles têm menos sorte”, segundo Byers. O que liga os ursos às focas é o gelo. E o gelo está encolhendo, nesta década, à razão de 300 quilômetros quadrados por ano.

Byers não foi até lá para carpir ursos, mas para apurar um livro sobre os problemas estratégicos com que o futuro acena para o Canadá. Como os bichos, suas tribos Inuit sempre contaram com o frio da primavera. Solidificando as águas rasas da bacia de Foxe, eram esses meses extras de temperaturas abaixo de zero que lhes franqueavam o acesso às manadas de caribus da ilha de Baffin. Sem elas, os Inuit passaram a discutir, nas reuniões de conselho comunal, se não estaria na hora de fretar aviões para ir à caça. Os velhos costumes atualmente pedem reforços tecnológicos para sobreviver num planeta cada vez menos previsível.

Não adianta dizer que esse é um típico problema dos Inuit. A climatologia promete, para esta década, verões em que barcos sem cascos reforçados poderão costear o Ártico, do

Atlântico ao Pacífico, pela rota que engolia aventureiros desde o século XVI. O explorador Roald Amundsen levou três anos para completar pela primeira vez essa travessia, em 1906. Pagou por isso dois invernos como prisioneiro do mar congelado.

Sucatas flutuantes

Cem anos depois – no barco que, aliás, leva o nome do pioneiro Amundsen – Byers anteviu como será o mundo no dia em que “um marinheiro tarimbado puder levar um petroleiro” através daqueles estreitos. Quando isso acontecer, provavelmente até 2015, mudarão mais rotinas que as dos ursos e Inuits. Estará aberto alguns meses por ano um atalho para a Ásia, 6,5 mil quilômetros mais curto que o canal do Panamá. Ele deverá atrair, antes de mais nada, sucatas flutuantes de bandeira liberiana que topam qualquer parada no mercado internacional de fretes.

Com esse tipo de frota, é enorme o risco de que os cargueiros, ao esvaziar seus tanques de lastro, emporcalhem os golfos ainda intactos do Ártico. A passagem por essa região desguarnecida virará uma mão na roda do leme para o contrabando, o tráfico de imigrantes clandestinos, a pirataria em geral e, quem sabe, a clandestinidade específica dos terroristas. Já se discute quem controlará essas rotas inéditas. Os Estados Unidos alegam que aquilo é um “estreito internacional”. O Canadá, dono desde 1880 das ilhas que o margeiam, alega que as águas são “internas”.

No mínimo, há um mundo novo saindo do gelo, como não se via desde que acabou a era das grandes aventuras marítimas. Suas implicações políticas dão de sobra para ocupar os diplomatas pelas próximas décadas. “Mas, depois de ver o outubro sem gelo, para mim é claro que nós não temos mais tempo a perder”, concluiu Byers. Quem disse que aquecimento global é conversa de ambientalista?

Nem tudo que afunda é mercado de ações

17.10.2008

A notícia de que 142 monumentos arquitetônicos, 111 edifícios tombados, o retiro de verão da escritora Agatha Christie e quase 300 quilômetros de praias podem desaparecer na Inglaterra, engolidos pela maré da mudança climática, fez o que parecia impossível nestes tempos de obsessão internacional com a crise financeira. Ela furou a casca do único assunto que interessa. Amanheceu na segunda-feira passada na primeira página do jornal *The Guardian*.

Ponto para o repórter Steven Morris. Ele não poderia ter encontrado uma hora melhor – nem mais difícil – para nos lembrar que nem tudo o que está afundando no mundo de uma hora para outra é índice de bolsa ou cotação de papel. Fez isso com munição pesada. Armou-se com o National Trust, uma fundação com 3,5 milhões de doadores e 52 mil trabalhadores voluntários, responsável por um patrimônio ambiental e histórico orçado em mais de 300 prédios, parques, moinhos, estradas, relíquias da revolução industrial, parques e florestas. Pelo menos 50 milhões de pessoas visitam anualmente esses lugares.

Recorde de temperatura

A National Trust avisa que, com o gelo do Ártico degelando a olhos vistos (acaba de bater mais um recorde neste outono do Hemisfério Norte, com os termômetros lá em cima ultrapassando em 5 °C a média histórica da estação), uma parte considerável desse tesouro pode ir a pique na costa sudeste da Inglaterra. Se a temperatura começar a subir, o Atlântico tende a avançar terra adentro.

“Praias e penedos fabulosos, ancoradouros e edifícios estão em perigo”, diz a reportagem. Da lista publicada pelo *Guardian* consta Saint Michael, penhasco onde o Cristianismo fincou o pé no País de Gales há dois milênios. O lugar já constava das rotas comerciais na Europa há mais ou menos 2.500 anos. No século XII coroaram-se seus rochedos com a abadia fortificada que é um dos grandes trunfos turísticos da Inglaterra.

A ilha tem população permanente e um castelo medieval ainda ocupado por “uma família moderna”, segundo os guias da região. E, como acontece na França com o Mont Saint-Michel, do outro lado da Mancha, na maré baixa é possível caminhar pela areia úmida até a ilha. Por seu relevo escarpado, Saint Michael, em si, construído no alto de

pedras, está garantido. Mas o relatório dá, no máximo, 45 anos de sobrevida à passarela que liga o rochedo à terra firme.

Há casos piores, como o de Bossington, vilarejo de uma só rua, onde as casas conservaram seus tetos de palha, seus fornos de pão estufando o adobe das fachadas e seu isolamento rural. Ali, a erosão ameaça os pântanos e bosques que margeiam suas estradas e são parte inseparável da paisagem.

E é difícil saber o que restará dos jardins de Westbury Court, um parque plano, plantado no século XVII à beira-mar. Ele se encaixa entre canais. Tem aleias com árvores que já passaram dos 300 anos. Guarda, como troféu vivo, um carvalho com fama de ser o mais velho da Inglaterra. Quarenta anos atrás, Westbury Court parecia a um passo do desmonte final, com canais assoreados e canteiros invadidos pelo mato. Por pouco, não se rendeu à especulação imobiliária. Mas a prefeitura local comprou o parque a tempo, salvando-o das mãos de um incorporador e entregando-o à National Trust, que fez dele um dos melhores endereços turísticos de Gloucestershire. De repente, ei-lo classificado entre 13 monumentos sob “alto risco”. É candidato forte a acabar debaixo d’água ou num pântano, se o nível do Atlântico passar do ponto naquelas bandas.

Phil Dyke, conselheiro da National Trust, queixou-se ao repórter do *Guardian* que está passando da hora de tomar providências contra o que vem por aí nos próximas décadas. Pede com urgência uma mudança de hábitos na administração pública, que precisa aprender agora a pensar no que deve acontecer “daqui a 20, 50 ou 100 anos”, e não na eleição do ano que vem. Isso inclui a realocação de cidades inteiras. Não é, portanto, um plano fácil de engolir. É o tipo de coisa que, em qualquer lugar do mundo, os políticos e os governos preferem empurrar com a barriga.

A mudança climática é uma emergência de longo ou, pelo menos, médio prazo. Dá sinais agora do que acontecerá nas próximas décadas. Ou seja, o sucessor que se vire. E, como todo sucessor tem seu sucessor, a hora de levá-la a sério nunca chega. “Ainda estamos para ver homens públicos que acordem de verdade para o impacto da mudança”, disse ele. Dyke fala de um país que tem 30 agências diferentes para tratar dos problemas costeiros e há três anos criou programas específicos para lidar com desde já com os impactos da mudança climática no litoral. Imagine-se o que não diria se tivesse que encarar o futuro com os pés plantados na costa do Brasil.

Aquecimento global no paraíso

05.01.2007

Aos olhos de um brasileiro, o mundo em Mendoza parece virado pelo avesso. Ali, verde é sinal de gente. Ou seja, quanto mais gente, mais verde, porque ele é a marca da presença humana, como na história do escritor Marq De Villiers com sua tia sul-africana. “Aqui você sabe onde tem uma fazenda por causa da clareira”, ela disse ao sobrinho, que a ciceroneava pelas estradas canadenses. “Lá, você sabe quando está diante de uma fazenda porque é onde tem árvore”.

Não foi à toa que De Villiers escreveu *Water*, um livro muito persuasivo sobre a crise geral de falta d’água neste planeta que continua encharcado como sempre. Ele cresceu numa fazenda na África do Sul, vendo o moinho de vento bombear do fundo da terra cada gota que mantinha, no chão estéril, o oásis particular de seu avô. Adulto, morando em Maynooth, no Canadá, encantou-se com a nascente que encontrou de mão beijada no terreno. Ela, para os padrões canadenses, não passava de um córrego, gorgolejando nas bordas da floresta. Mas, para espanto dos vizinhos, De Villiers “costumava botar uma cadeira do lado de fora no sol do verão só para ver a torrente em movimento”.

Mancha verde

Em Mendoza, no oeste da Argentina, o forasteiro aprende depressa a reconhecer de longe a próxima cidade, no meio do deserto ofuscante, pela mancha verde que brota à sua frente, cintilando sob o céu quase sempre sem nuvens. Sabe que, adiante, poderá contar com largas ruas profusamente arborizadas e chafarizes jorrando nas praças, como é de praxe naquela província de centros urbanos reticulados e subúrbios que parecem jardins.

Nem é preciso entrar na cidade urbana para valorizar as marcas do suor humano na paisagem. Nos vales férteis que a irrigação tornou habitáveis, as estradas correm sob as copas de plátanos e salgueiros centenários, que cobrem o asfalto como túneis farfalhantes. E tome campos de girassol, pomares, oliveais e vinhedos a perder de vista. Toda porteira parece ter alguma coisa para vender, de cereja madura a compota feita em casa. Só nos arredores de Mendoza são 150 mil hectares de parreiras abastecendo as 700 bodegas de Luján de Cuyo, Maipú e outros nomes que o mundo conhece em rótulo de garrafa.

Tudo isso praticamente sem um pingo de chuva, sob um sol de rachar, porque verão é tempo

de estiagem na região que produz, aos pés do Aconcágua, não só os melhores vinhos da Argentina, como as marcas de água mineral mais famosas do país. A luz no deserto pode ser estonteante. A poeira marca no ar seco a passagem de carros pelas estradas de terra muito depois que eles sumiram no horizonte. Ao meio-dia não se vê um cachorro em beira de cerca. Mas as cidades só param para a sesta da tarde. Faltam vagas nos hotéis. Há filas nos restaurantes.

Grande negócio

Mendoza vive da extração de petróleo. E foi o vinho que a botou no mapa do turismo internacional, coisa que, por sinal, ela não deixa ninguém esquecer em nenhum momento, desde que, desembarcando no aeroporto internacional, o recém-chegado percebe que as parreiras ao lado da pista foram postas onde estão especificamente para saudá-lo. Mas seu grande trunfo econômico está fora da cidade, dos parques que ocupam mais ou menos a metade de sua malha urbana e das vinícolas que, a cada passo, fazem de tudo para tirá-lo do bom caminho.

O grande negócio de Mendoza é a água que desce dos Andes na primavera, enchendo os reservatórios que se aninham nos vales entre as montanhas para garantir o abastecimento de um milhão de habitantes e sua próspera agricultura. Outras cidades podem ter a ilusão de bastarem a si mesmas. Mendoza, não. Nela não dá para ignorar o contraste do deserto circundante com “o extraordinário oásis de cultivo” cantado nos guias turísticos. Para isso está a seu lado a cordilheira, coroada pelo Aconcágua, um pico de quase 7 mil metros, “o mais alto das Américas”. Basta olhar para oeste, que os Andes explicam tudo.

Este ano, mesmo de longe, dá para ver à distância, com olhos leigos, que sobra menos neve nos cumes do que seria de esperar num começo de verão. Poderia ser uma alucinação provocada pelo calor, se pesquisadores da mudança climática não andassem lá por cima da cordilheira, colhendo dados sobre a ablação das geleiras andinas, onde tradicionalmente o verão esculpe “penitentes” – blocos de gelo com vários metros de altura, que lembram procissões de encapuzados nas encostas, batizam estações de inverno e marcaram o diário de Charles Darwin, quando ele passou pelos Andes no começo do século XIX.

Os penitentes retardam o processo de degelo durante o verão. Mas ultimamente estão se liquefazendo mais depressa do que nunca. “Como mudará a distribuição de penitentes como resultado da possível variação climática?”, perguntam os autores de um desses estudos. Resposta: nem eles sabem. Só têm a certeza de que está na hora de saber, “dada a importância da água de degelo para a economia e as populações do Chile e da Argentina”. E, apesar do mau agouro, não deixa de ser um alívio ler esses relatórios, numa semana em que a alternativa, nos jornais brasileiros, é discurso de posse com blá-blá-blá de político. Pelo menos em Mendoza ainda se fala de assuntos sérios.

Kiribati até parece ser nossa

12.06.2008

O fim do mundo desta vez se chama Kiribati, a jovem república plantada em 32 atóis do Pacífico, que celebrou o Dia Internacional do Meio Ambiente pedindo oficialmente para ser evacuada, antes que a elevação dos oceanos trague de uma vez por todas seus 726 quilômetros quadrados de terra mais ou menos firme.

“Nosso povo não quer acreditar nisso”, disse o presidente Anote Tong. Mas Tebua Tarawa e Abunuea, duas ilhotas desabitadas de Kiribati, já submergiram há mais de oito anos. Tepuka Savilivili perdeu seus coqueirais pela salinização do solo. E o resto do território fica, no máximo, seis metros e uns quebrados sobre a linha d’água. Tong não vê outra saída, senão a saída propriamente dita.

Olhar em volta

É melhor levá-lo a sério. Seu problema pode soar, à distância, como o batuque folclórico de uma cultura exótica. Mas aquele arquipélago começou a ser povoado há cerca de quatro mil anos por navegadores polinésios. Tong, eleito em 2003, formou-se na London School of Economics, o que não se pode dizer de qualquer presidente saído das urnas na mesma época. Seus discursos devem ter, pelo menos, alguma sintaxe acadêmica. E basta Kiribati olhar em volta para ver o que está acontecendo em Tuvalu, Vanuatu e nas ilhas Marshall, por conta das mudanças climáticas.

Elas chegaram ao ponto final sem passar pelo projeto de autofagia que devorou Nauru, a antiga Ilha Aprazível dos colonizadores ingleses, alemães, neozelandeses, australianos e japoneses. Independente há 42 anos, Nauru veio ao mundo entalada em 21 quilômetros quadrados de terrenos tão ricos em fosfato que sua população provou durante quase duas décadas a renda de uma economia desenvolvida – coisa de uns 20 mil dólares per capita – enquanto exportava seu próprio chão. Atualmente, ela vive de ajuda externa, sobretudo de suas antigas metrópoles.

Anos atrás, com esses trunfos, Nauru brilhou num suplemento especial da revista *The Economist*, como fábula contemporânea sobre os perigos da rapina. Sobre a mineração do fosfato, os nauruenses fundaram um regime em que 95% dos habitantes tinham empregos públicos, ninguém pagava imposto, o ensino e a saúde eram inteiramente gratuitos, os doentes mais

graves eram levados de avião pelo governo para os hospitais da Austrália e todo estudante, ao passar do secundário, ganhava o direito a uma bolsa para cursar a universidade no exterior.

Em outras palavras, foram suicidas. Mas pelo menos tiraram de sua natureza, enquanto durou a festa, capilés sociais mais valiosos do que os brasileiros, em geral, arrancam da Amazônia, onde somem, nas fases de queimada, várias Naurus por semana. Mato Grosso, por exemplo, acaba de passar a motosserra, entre janeiro e abril, em 248 quilômetros quadrados daquilo que deu nome ao estado. Não é nada, não é nada, são cerca de doze Naurus, só no primeiro quadrimestre de 2008. O que dará uma Kiribati por ano, quando essas fronteiras agrícolas forem abandonadas daqui a menos de duas décadas, que é a média regional para geração de terras esgotadas.

Kiribati deveria servir pelo menos para dar ao mundo uma “lição de humildade”, disse Achim Steiner, diretor da ONU para o Meio Ambiente, ao ouvir em primeira mão o apelo do presidente Anote Tong. Trata-se de um país condenado a “acabar não por causa de um desastre natural, mas pelo que nós mesmos andamos fazendo neste planeta”. Mas esse é o tipo da história que só acontece lá do outro lado do mundo, não é mesmo?

A grande onda de Nova Orleans

04.09.2008

Mais forte que o Gustav foi a onda humana que esvaziou Nova Orleans na véspera do furacão. A cidade de quase 2 milhões de habitantes depovoou-se por sua própria conta, sem esperar por medidas oficiais de evacuação. Ficaram para ver a tempestade chegar cerca de 50 mil soldados, deslocados para as frentes de emergência, e uns 10 mil céticos, que se alistaram espontaneamente na retaguarda civil, até com estoques de cerveja em casa.

O Gustav foi só um susto. Mas, no sul dos Estados Unidos, isso basta. Lá ainda não acabou de passar o Katrina, que em 2005 matou 1.836 pessoas, deixou um prejuízo de 81 bilhões de dólares e marcou ruas inteiras de casas que nunca mais serão reconstruídas. De longe, é mais cômodo imaginar os americanos avançando do que fugindo, mesmo quando se retiram de guerras perdidas. Mas, naquela sociedade, as prerrogativas da autoconfiança não impediram que, meio século atrás, as crianças e adolescentes aprendessem na escola a acocorar debaixo da carteira, sempre que soava o alarme, simulando um ataque nuclear pela União Soviética.

A bomba na escola

Na época, o perigo se chamava Sputnik. Também vinha do céu. Mas não passava de uma bola metálica de 82 quilos, que entrou em órbita em 1958. Com ele, Moscou deu o pontapé inicial na corrida ao espaço. Logo, todo o resto parecia possível. Data daquele fim de década, também, o primeiro relatório científico tratando de aquecimento global. Mas ninguém na época perdeu muito tempo com isso, porque a sociedade americana tinha coisas muito mais urgentes com que se preocupar. Por exemplo, treinar crianças para o dia da bomba atômica no interior dos Estados Unidos.

Os exercícios só se tornariam engraçados muitos anos depois, quando vieram parar nas memórias do escritor Bill Bryson, publicadas no Brasil com o título *Vida e época de Kid Trovão*. Ele já estava na rota do ceticismo que o levaria a uma carreira literária no humorismo. Ao ouvir pela primeira vez em sala um instrutor discorrer sobre o risco da bomba, ele foi perguntar em casa por que os russos tinham que inaugurar o fim de mundo logo em Des Moines, a plácida capital do Iowa onde morava a família Bryson, no coração do Meio Oeste. O pai respondeu que bastaria uma ogiva daquelas cair no centro militar de Omaha,

a centenas de quilômetros dali, e Des Moines inteira estaria morta antes do anoitecer. E, diante da explicação, o filho se recusou a participar do treinamento.

Mas com furacão ele não brinca, porque sabe que o problema de Nova Orleans não está no céu, como o Sputnik, mas na terra, que afunda inexoravelmente no golfo do México, com ajuda até das tentativas para estabilizá-la artificialmente. As barragens e eclusas do Mississippi retêm há décadas, rio acima, os sedimentos que, agora se sabe, calçavam o delta. Nova Orleans depende de barragens projetadas na década de 1960, que já custaram 740 milhões de dólares e estão cada vez mais longe de ficar prontas.

Há terrenos na cidade que estão 5 metros sob o nível do mar. Ou mais de 15 metros, quando sopra um Katrina. E a desordem climática, que conjura tempestades mais frequentes e mais violentas no Caribe, é a mesma que empurra os oceanos sobre as bordas dos continentes. Nova Orleans não é uma questão de vida e morte para os americanos, mas um exercício simulado que o mundo todo começa a fazer diante de um planeta que vai se tornando meio irreconhecível.

Até tu, Leonardo DiCaprio?

14.11.2007

A pergunta veio, sem aviso, por ligação interurbana: “Não acha que é pura mania de imitação, as pessoas aqui no Rio Grande do Sul pararem de jogar o palito do picolé na praia depois de ver um filme americano?”.

O americano, claro, só podia ser Al Gore, o ex-vice-presidente dos Estados Unidos que ganhou o Prêmio Nobel da Paz este ano. E o filme, seu documentário *Uma verdade inconveniente*, que pendurou na internet uma vasta penca de histórias como a de Charles Whitwan, o dono de uma transportadora que agora usa biodiesel em seus caminhões, e Gary Durnham, o cético de Nashville que, aos 71 anos, passou a bater de porta em porta na cidade, como pregador ambiental.

Heróis climáticos

Whitwan e Durnham pertencem à sua lista de “heróis climáticos”, gente que se converteu à conservação dos recursos naturais depois de encarar na tela a tal verdade inconveniente. Eles provam que não é preciso ser brasileiro para imitar americano. Logo, todo gaúcho que deixou de jogar na praia o palito do picolé depois de ver o filme estava em boa companhia, para enfrentar o debate promovido dias atrás pela rádio Guaíba, de Porto Alegre. Mas, apanhado de surpresa, com o locutor avisando que o telefonema estava no ar, a saída foi sair pela tangente: “Americano por americano, é melhor imitar um Al Gore do que um George W. Bush”.

A resposta seria ainda mais fácil se a pergunta chegasse no fim do mês, com o lançamento de *A última hora*, próxima atração da temporada de catástrofes climáticas. Como filme, ele está longe de ter o peso do depoimento de Gore. Em compensação, juntou tanta autoridade ambiental, espremendo em poucas palavras o que cada um levou uma vida inteira argumentando, que a produção de Leonardo DiCaprio parece um trailer de uma hora e meia. O espectador sai do cinema de cabeça quente, mas convencido de que o filme propriamente dito virá depois.

Alerta político

A leveza fica por conta do próprio Leonardo DiCaprio, que aparece pouco, e falando aquilo que qualquer um é capaz de entender. Por exemplo, que é preciso cuidar do planeta simples-

mente para que ele continue a ser bonito. Nada pode ser mais urgente para a saúde da Terra do que todo mundo aprender que o aquecimento global não é matéria de debate acadêmico, mas de alerta político. E isso um ator famoso faz melhor, pelo exemplo, do que ninguém. Sem contar que, fora os outros trunfos, Leonardo DiCaprio pode passar no Brasil por uma espécie de gaúcho *honoris causa*, depois do namoro com Gisele Bündchen. Tem uma certa afinidade natural com quem resolve não jogar palito de picolé nas praias do Rio Grande do Sul.

Seu filme desembarca no Brasil escoltado pela Fundação Boticário e o Instituto Akatu, que o ajudam a entrar diretamente na comunidade ambientalista. Tem um impressionante elenco de cientistas e militantes. Conjura tempestades, enchentes, furacões, degelos e outros fantasmas climáticos em seus 96 minutos de projeção. Dá mais conselhos e nomes do que é possível guardar. Anuncia uma “convergência de crises”, produzindo daqui para frente 150 milhões de “refugiados do clima”.

Mas não é bem um filme sobre o fim do mundo, embora o invoque o tempo todo. Seu verdadeiro enredo é o fim do governo Bush e a era em que a política americana voltou a ser movida pelo petróleo. Prova que por baixo do oficialismo ainda existe nos Estados Unidos uma sociedade capaz de pensar o contrário do que Washington anda dizendo.

Por esse ponto de vista, é um manifesto otimista. E não deixa o público sair da plateia com a impressão de que a luz nunca mais vai acender no fim do espetáculo. Termina com crianças colhendo nas mãos a água limpa da chuva e o convite de Leonardo DiCaprio para se fazer alguma coisa por “este singular planeta azul”. E isso acaba sendo o que ele tem de mais persuasivo.

Sempre é melhor ter um Leonardo DiCaprio na mão do que dois ornitólogos voando. Os problemas do meio ambiente estão ficando complicados demais para ser assunto só de ambientalistas. Pode lhes fazer bem um pouco de ar livre. Não custa lembrar que foi um pintor, chamado George Catlin, quem inventou no século XIX os parques nacionais, provavelmente a ideia mais prática que o mundo já teve sobre conservação da natureza. Os naturalistas vieram depois, com seus planos de manejo.

Dois filmes sobre aquecimento global no mesmo ano são um sinal de que as coisas estão mudando – como a procissão de anúncios que mostram, quase diariamente, a adesão de bancos, fábricas de automóveis ou companhias aéreas ao sequestro de carbono. Pode-se até desconfiar dos interesses que essa propaganda tem por trás. Mas isso também se pode dizer até dos discursos da ministra do Meio Ambiente – que, aliás, anda mesmo meio calada.

Este fim do mundo tem muito futuro

05.02.2009

O biólogo Thomas Lovejoy fala tão baixo que é preciso curvar-se sobre as xícaras de café na mesa para perceber que ele está dizendo coisas bombásticas. Entre o voo internacional que o trouxe ao Rio de Janeiro na última segunda-feira e o que, ontem, o levou embora, soavam só duas horas para ele explicar como será a vida, agora que o fim do mundo virou assunto liquidado até para um ambientalista sereno como ele.

O mundo que ele mira pelo retrovisor é o do crescimento econômico acelerado, em rota de colisão com o planeta. Em excesso de velocidade, com chineses e indianos empurrando as portas do mercado de consumo ao ritmo de um novo país europeu por ano, ele parecia condenado a não mudar de rumo. Mas isso foi na pré-história de poucos meses atrás.

Mais dinheiro

A festa acabou, 1 trilhão de dólares se desfizeram no ar como o gato de *Alice no País das Maravilhas* e as eleições norte-americanas puseram ambientalistas em postos vitais do governo Barack Obama. Depois disso, Lovejoy encara o futuro com mais otimismo. Mas sem eloquência. Sua voz mal atravessa as conversas paralelas no bar do hotel, que o entardecer vai enchendo de turistas, vindos sem escala da praia em frente para o balcão da caipirinha.

Ele conhece o Brasil há mais de quarenta anos. Estudou os efeitos da fragmentação na Amazônia no tempo em que a floresta parecia uma barreira contínua e indevassável ao avanço da sociedade brasileira. Inventou a palavra biodiversidade, hoje tão banal que ele raramente a usa. Criou na década de 1980, durante uma época de quebradeira geral na América Latina, a receita de trocar dívida externa por iniciativas locais de conservação, que bancou entre outras novidades a primeira RPPN brasileira. Fez a série *Nature* na rede PBS. E presidiu o Heinz Center, fundação que tentou levar o ambientalismo ao poder nos Estados Unidos em 2004, quando o senador John Kerry perdeu a Casa Branca para a reeleição de George Bush.

Quatro anos depois, acredita que suas ideias chegaram lá. E que, paradoxalmente, haverá mais dinheiro agora, em pleno aperto, do que na maré internacional de prosperidade, para salvar do fogo a Amazônia, simplesmente por ser mais rápido e mais barato pagar para que

países como o Brasil produzam menos fumaça queimando mato, do que cortar as emissões de CO₂ em termelétricas sujas e obsoletas, mas nem por isso menos indispensáveis.

O passado recente era do carvão e do petróleo. O futuro próximo será das novas tecnologias energéticas. Bem a tempo. Na Amazônia, a floresta, a seu ver, está mais perto do colapso do que se imagina. E a desordem climática inevitável não melhora daqui para frente suas perspectivas de sobrevivência, sem a ajuda de programas urgentes de redução do carbono na atmosfera. Mas falta superar de vez a tradição local, que vê na floresta em chamas um sinal de progresso ou, no mínimo, de bom negócio.

Nesse ponto da conversa, Lovejoy tornara-se quase inaudível, porque o anoitecer enchera o saguão do hotel de decibéis. Ele queria dizer que tradições centenárias podem ser abandonadas de uma hora para outra, quando mudam os costumes. E apontava, reiteradamente, o caso exemplar de uma empresa norte-americana “que já teve orgulho de suas chaminés enegrecidas”.

Mas o nome da firma era triturado pelo moedor de gelo, que não fechava mais a goela. Lovejoy não perdeu a fleuma. Pegou seu aparelho Blackberry e despachou um e-mail para o outro lado da mesa, uma viagem virtual de, no máximo, um metro de distância. Com a mensagem, clareou-se a história de que a Steinway & Sons está investindo 875 mil dólares para adotar painéis solares no sistema de climatização para os pianos de sua fábrica no bairro de Queens, em Nova York.

Se até uma fábrica de pianos orgulhosamente infensos à volatilidade das modas converteu-se às placas fotovoltaicas para conservar seus instrumentos num clima ideal, não dá para evitar que as notícias ambientais serão cada vez mais assim daqui para a frente.

Thomas Lovejoy morreu em dezembro de 2021.

A conservação trocada em miúdos

06.10.2006

O aquecimento global caiu na rede. Agora, quem procura por carbono no E-bay, o balcão de leilões na internet, entre filtros, tubos de ligas leves para bicicletas e produtos tão especiais que os anunciantes nem se preocupam em explicar para que eles servem, pode topa, sem mais nem menos, com certificados de que o comprador tem créditos de CO₂ com o planeta.

O atestado custa US\$ 75. O endereço do vendedor fica em Tulsa, no Oklahoma, que é mais ou menos o Tocantins dos Estados Unidos. O papel vem garantido por uma tal de Clean Air Action Corporation, que assina o diploma vistoso, afirmando que só em 2005 tirou 5 toneladas de carbono da atmosfera, através de árvores plantadas na Índia, no Quênia, na Tanzânia e em Uganda. Metade da folha é decorada pela fotografia de gente em trajes étnicos, agachada à sombra de uma copa frondosa.

Beatrice, por exemplo

Mas é preciso ir mais fundo para encontrar, por trás do certificado, histórias como a da africana Beatrice Ahimbisibwe, uma professora de Geografia em Bushenye, nos confins da selva ugandesa. Em sua vizinhança fica o parque nacional Rainha Elizabeth, terra de leões, elefantes e hipopótamos. E em seu horizonte se erguem as montanhas azuladas do Rwenzori, santuário de gorilas.

Como professora primária, ela ganha cerca de US\$ 150 por mês. Nada mau, numa região onde a renda mensal per capita anda pela casa dos US\$ 70. Ahimbisibwe é viúva, mãe de dois filhos. Três anos atrás, ela aceitou a proposta de uma ONG africana para investir no mercado global do sequestro de carbono, antes mesmo que o Protocolo de Quioto deixasse o berço de seus entraves diplomáticos.

Tudo o que ela tinha que fazer para isso era devolver ao mato um pedaço de sua roça, plantando mudas nativas e deixando que elas cresçam em paz pelo menos a maturidade. Ahimbisibwe reservou ao programa de reflorestamento um hectare dos 100 que cultivava, o suficiente para tirar do ar em dez anos 57 toneladas de carbono, que acabaram vendidas como créditos à TetraPak, fabricante inglesa de embalagens descartáveis. Não chegava a ser um negócio da

China, o de Uganda. Se tudo der certo, a US\$ 8 por tonelada, Ahimbisibwe colherá ao todo US\$ 456. Pagos em longas prestações que não ultrapassam, na melhor das hipóteses, US\$ 120.

Em compensação, ela tem pouco a perder com o investimento em despoluição, exceto a certeza de que, sem mato perto de casa, os macacos e os rinocerontes continuarão longe de suas safras. Enquanto as árvores sobem, ela está livre para soltar suas cabras no bosque. Para cortar galhos para usar na cozinha como lenha. E sobretudo para fazer planos de vender a madeira, se precisar de dinheiro quando se aposentar, lá pela década de 2020.

Ahimbisibwe, se tivesse escolha, plantaria eucaliptos, em vez de espécies africanas “que a maioria de nós nem conhece”. Mas parece difícil vender cotas de carbono extraídas de um eucalipto em Uganda a fregueses como Mick Jagger, Leonardo DiCaprio e Pink Floyd, que enfeitam a clientela de corretoras desses títulos. Como a The CarbonNeutral Company, que recentemente negociou 10 mil toneladas de carbono sequestrado por pequenos agricultores de Uganda. Não era, no caso, o CO₂ de Ahimbisibwe. Mas nunca se sabe o dia de amanhã, num mercado que nasceu outro dia mesmo e só no ano passado apostou US\$ 100 milhões em modestos negócios como o da professora.

“É assim que as coisas começam”, diz o ambientalista colombiano Ricardo Bayon, que trouxe esta semana ao Brasil histórias como a de Ahimbisibwe. E fica difícil não ouvir seus argumentos quando, para apresentá-los, ele passou a noite num voo San Francisco ao Rio de Janeiro, desembarcou no Galeão às sete e meia da manhã, antes das nove já mandava e-mails do táxi engarrafado a Linha Vermelha para avisar estava meia hora atrasado, apresentou-se para a conversa sem passar no hotel e, movido a meia xícara de café, falou sem parar pelo dia adentro, alinhavando os sinais de que passou o tempo em que o mundo parecia dar tudo de graça.

Uma tonelada de carbono já vale 17 euros. É aprender a pagar por ar, água e, quem sabe, canto de passarinho. Bayon dirige nos Estados Unidos o Ecosystem Marketplace. Acredita tanto no mercado que acha possível virá-lo pelo avesso.

Em tempo



Criado como um portal de informações sobre o mercado de carbono, o Ecosystem Marketplace virou leitura obrigatória para setores do mundo corporativo e financeiro que vêm direcionando parte de suas riquezas para as soluções da crise climática. Em 2015, Ricardo Bayon fundou a Encourage Capital, uma iniciativa que tenta promover o encontro entre grandes fortunas e projetos ambientais ao redor do mundo.

Ônibus escolar à italiana

03.04.2009

Lecco, na Lombardia, é o tipo do lugar que só mesmo na Itália passaria batido pelas excursões turísticas. Tem tudo a seu favor, fora o excesso de concorrência.

O *ferry* que sai de sua praça não leva meia hora até Bellagio, cidade do lago de Como onde a fundação Rockefeller paparica as celebridades acadêmicas de seus cursos e conferências internacionais. A pé, bufando serra acima por trilhas imemoriais, custa no máximo uma longa manhã inesquecível a subida aos refúgios que serviram de escola ao moderno alpinismo europeu, onde à noite se come polenta *taragna* em mesas comunais avistando, ao mesmo tempo, as montanhas postas por Leonardo da Vinci aos pés da Gioconda e as luzes metropolitanas de Milão.

Lecco já foi mais industrial e poluída, como berço histórico da siderurgia italiana. Fechou as fábricas ultimamente, abrindo em seus terrenos parques e jardins. Caminho natural para vales internos que ainda se chamam Pasturo ou Primaluna, sua posição estratégica na rota de fuga dos milaneses em fins de semana tornou-a intransitável nas tardes de domingo, até que, nos anos 1990, as estradas passaram a atravessá-la por túneis subterrâneos.

Temporadas de caça

Em suma, é uma velha cidade que remoja sem parar, sem perder as marcas do tempo. Entre cumes brancos e rios verdes, junta ruínas romanas, vitrines contíguas com todas as grifes da moda italiana, restaurantes que, nas temporadas de caça, servem carne de pas-sarinho e lojas do McDonald's. Tudo junto no mesmo labirinto de quarteirões medievais.

Mas, dias atrás, Lecco entrou nas páginas do *The New York Times* com outros trunfos de importância cosmopolita. A repórter Elisabeth Rosenthal foi lá ver o *Pedibus*, sistema de transporte escolar que leva diariamente a dez escolas primárias cerca 450 alunos, com “motorista”, mas sem ônibus. A condução sai por conta de guias que pastoreiam grupos de crianças, vestidas com jaquetas de cores berrantes, dessas de, literalmente, parar o trânsito. Todos a pé.

Numa das escolas citadas pelo jornal, a Carducci, metade dos estudantes – ou de seus pais – aderiu às caminhadas. Um dos entrevistados admite que, antes, fazia o percurso de carro, embora a distância, de porta a porta, mal passasse de 500 metros. A maioria dos trajetos, por sinal, não chega a um quilômetro e meio.

O secretário municipal de Meio Ambiente Dario Pesenti credita ao *Pedibus* uma economia total de 160 mil quilômetros rodados por dia. E toneladas de CO₂. Diante desse argumento, com os ventos do aquecimento global soprando nas orelhas dos governos ao redor do mundo, a experiência de Lecco foi parar em outras praças, replicada por várias cidades italianas, francesas e inglesas.

Ela ensaia os primeiros passos nos Estados Unidos, onde Marin County, na Califórnia, e Boulder, no Colorado, oferecem subsídios oficiais a quem se dispuser a caminhar ou pedalar entre a casa e a escola. Na terra do automóvel, em 1960, 40% dos estudantes dependiam das próprias pernas nos deslocamentos de rotina. Em 2001, só 13%.

No Brasil, à falta de estatísticas como as americanas, os engarrafamentos diante de colégios particulares mostram que ainda vivemos muito longe de Lecco – que, aliás, inventou o *Pedibus* menos por inspiração ecológica, do que para debelar um surto de obesidade infantil, por excesso de comida e carência de exercício físico. E isso nos dá uma esperança. Obesidade, estatisticamente, é um problema que os brasileiros já sabem que têm.



Jornalismo com causa

Alfabetize-se, e corra riscos.

Euclýdes da Cunha, repórter ambiental

30.07.2009

O pioneirismo do Brasil em reportagem ambiental acabou há 100 anos, a tiros, no subúrbio carioca da Piedade. Chamava-se Euclýdes da Cunha, tinha 43 anos, era engenheiro de ferrovias e, autor consagrado, vivia de subempregos no serviço público. Deixou órfãos os escritores de sua geração que, à falta de um Arraial de Canudos a uma distância confortável da Confeitaria Colombo, no velho centro do Rio de Janeiro, trataram de ambientar *Os sertões* no morro da Providência. E perderam com isso o caminho das pedras.

Foi assim, como filho postiço de *Os sertões*, que nasceu no começo do século passado, junto com a favela, o mito da favela como trincheira dos desvalidos contra a opressão brutal da ordem pública, ensina a antropóloga Lícia Valladares. O livro mal passara da terceira de suas inumeráveis edições, que o levaram a correr mundo até em chinês ou sueco. E seus contemporâneos já tinham perdido, aqui mesmo, a trilha que ele desbravara em português para a descoberta do Brasil, como uma história da luta sem fim de um povo com seu território.

Curso de jornalismo

O Brasil da literatura e do jornalismo estava bem à mão, na capital da República. E o outro ficava longe. E, por conforto, nem o mais devoto dos imitadores seguiu a fórmula que Euclýdes da Cunha deixara pronta, um manual completo e até hoje insuperado não só de jornalismo, como de jornalismo ambiental e investigativo. Como tal, *Os sertões* deveria constar do currículo obrigatório de todo curso de comunicação.

Ensinaria aos brasileiros, antes de mais nada, que jornalismo ambiental não é, como parece, aquilo que se publica uma vez por semana sobre o estado do planeta, geralmente como um cantinho do meio ambiente na seção de ciência. Euclýdes da Cunha praticava jornalismo ambiental até no campo de batalha, por nunca perder de vista, mesmo num lugar como Canudos, “esquecido por 400 anos”, os sinais históricos de conflito entre a civilização brasileira e a natureza.

A primeira notícia do combate, no livro, descreve a luta póstuma de um soldado mumificado, “sem um verme”, com a “secura extrema”. Vitória do clima, visível no “sol poente desatado”. Mas de um clima produzido em grande parte por “um agente geológico notável – o homem”.

Ele foi antes de tudo um jornalista, pelo menos nos termos que definiam em sua época o exercício da profissão. Foi ao sertão da Bahia como correspondente de guerra do jornal *O Estado de São Paulo*. Levou do Rio de Janeiro a versão pré-fabricada de que por trás do beato Antônio Conselheiro havia uma conspiração contra a República, apoiada por monarquias europeias. Mudou de opinião diante dos fatos.

Passou mais tempo atracado no porto de Salvador do que na área do conflito. Mas viu tudo, apurando sua história como manda o figurino dos repórteres que não precisam fazer de conta que são isentos para serem exatos – “sem dar crédito às primeiras testemunhas que encontrei, nem às minhas próprias intenções”.

Entre a pressa e a pressão, o binário universal da leviandade jornalística, passou cinco anos depurando suas anotações do *front* no filtro das teorias científicas, trabalhando na maior parte do tempo como supervisor de obra no interior de São Paulo. Fez a maior reportagem já escrita no Brasil, que pode ser antiquada no estilo – “a prosa hirsuta, grandiosa e solene”, piedosamente criticada pelo sociólogo Gilberto Freyre entre elogios incondicionais – mas está mais viva do que nunca como modelo jornalístico, porque até hoje não fez escola.

No meio do caminho havia uma árvore

19.01.2006

A história da jornalista Karina Miotto seria notícia mesmo se ela não estivesse esta semana na sala de desembarque do aeroporto de Congonhas, em São Paulo, segurando um desses cartazes usados geralmente para motoristas localizarem passageiros e com a garganta entalada pelos assuntos que se candidata a escrever aqui para **O Eco**.

Desfiou os projetos de reportagem ali mesmo, um depois do outro, como se puxasse um fio sem fim. Ela se formou dois anos atrás em Comunicação, passou por duas ou três redações sem descobrir o que iria fazer com o diploma até se convencer de que jornalismo, para ela, é trabalhar pela natureza. Enquanto o mercado não acerta o passo com a sua determinação, faz um blog na internet, sobre meio ambiente, dizendo a que veio.

Karina tem tanta pressa que, antes de encerrar a lista de histórias alheias, a sua já havia conquistado uma vaga aqui nestas páginas. Porque ela está metida numa luta quase corporal para defender da motosserra as árvores que lhe atravessam diariamente o caminho entre a casa e o emprego numa produtora de vídeo. E, numa terra em que nove entre dez pessoas só ligam para os telefones especializados da prefeitura solicitando podas e remoções, ali estava de repente uma brasileira que se importa com arborização urbana.

E nem percebeu que isso, em si, é notícia. Desde que tomou a decisão, ela acha que passou a olhar “o mundo de maneira diferente”. Como aconteceu no dia em que passava na rua do Rocio, na Vila Olímpia, e parou para “observar duas árvores – uma tinha marcas de agressão e ferimentos no tronco até a altura de 8 metros mais ou menos, a outra, sinais de escoriações causadas por blocos de concreto jogados sobre sua base, como se ela fosse depósito de lixo”.

Teria deixado por isso mesmo, se alguns passos adiante não cruzasse, na mesma rua, com o canteiro de obras onde a Cyrela Brazil Realty e a Agra Incorporadora constroem, no terreno do número 423, três edifícios residenciais. Um condomínio feito por uma empresa chamada Cyrela Brazil Realty tem pedigree de sobra para se chamar “Rocio Park” ou coisa que o valha. Mas, por enquanto, ele é representado em São Paulo pelo pedreiro que, segundo Karina, naquela manhã, abria um buraco na calçada, aproveitando para tirar, “com o auxílio de uma pá, pedaços das raízes de uma árvore”. Mais uma árvore na mesma rua.

Karina Miotto vestiu seu uniforme de cidadã e foi tirar satisfações com o operário. “Disse-lhe que estava machucando a raiz e que isso não podia acontecer”, ela conta. Ele cumpria ordens do mestre de obras. E tocou em frente o serviço. Ela também: “Falei com outro pedreiro e pedi para falar com o responsável. Nunca mais vou me esquecer do olhar de deboche que ele me deu”, antes de lhe virar as costas e sumir no tapume, às gargalhadas. “Demorou tanto para voltar”, ela continua, “que não me contive”. Foi atrás dele.

Resultado: “De repente, virei o centro das atenções. Todos me olhavam como se eu fosse a criatura mais estranha do mundo. E eu só queria uma explicação plausível para aquela agressão a uma bela árvore de 20 metros de altura”. Até que aparecesse o mestre de obras, que a levou a sério. “Ele foi até o pedreiro e pediu que tomasse cuidado com as raízes”, ao mesmo tempo em que informava a Karina que o cuidado era inútil, porque a árvore estava num lugar reservado à entrada da garagem. Ou seja, iria “rodar de qualquer jeito”.

Ela admite que perdeu o primeiro round: “Não adiantou argumentar que a garagem pode ser adaptada para evitar o corte, já que existe espaço suficiente para isso. Que a lei diz que uma árvore só deve ser removida em casos extremos, se for impossível desviar dela. Ele me olhou e disse que o corte foi aprovado pela prefeitura. ‘Ela vai rodar e a que está do lado também. Quem é você?’ – perguntou, em tom desafiador”.

Deveria responder que é uma teimosa, pois a conversa não acabou ali. Karina Miotto ligou para a assessoria de imprensa da prefeitura. Deixou recado com a telefonista. Ninguém a chamou de volta. Telefonou duas vezes para a subprefeitura de Pinheiros, porque é em sua jurisdição que ficam as árvores. Nada. Tentou o número 156, de atendimento ao público, e ouviu que teria de fazer uma solicitação de vistoria na subprefeitura de Pinheiros para saber se o corte das árvores é ou não é legal. E, para isso, tem que ir lá pessoalmente.

Quem a conheceu no desembarque de Congonhas sabe que ela é do tipo que vai até o fim neste tipo de história, mesmo se pela tradição brasileira neste tipo de história o fim seja quase sempre o fim da árvore. Mas, com essas providências, acabou fazendo sem querer uma reportagem completa sobre a dificuldade que tem o cidadão para velar pelas árvores de sua cidade.



Em tempo

Karina Miotto tornou-se repórter de O Eco, e nos anos 2000 editora do projeto O Eco Amazônia, coordenando jornalistas de nove países por onde o bioma se espalha. Morou cinco anos na região, passando a atuar pelo Greenpeace e pela Amazon Watch quando começaram a vir à tona os impactos da hidrelétrica de Belo Monte sobre a floresta. Fez mestrado em Ciência Holística e criou o Reconexão Amazônia, um movimento feito para “despertar afeto e conexão cultural” das pessoas com a floresta.

Lição de jornalismo no front da onça parda

30.10.2008

Primeiro, a má notícia: dias atrás, morreu um filhote de onça parda em Paineira, no planalto de Santa Catarina. O bicho teve uma vida breve, mas um vasto currículo. Em julho do ano passado, aos 3 meses de idade, escapou por pouco dos cachorros que o acuraram no terreiro de uma chácara, à beira da estrada para a cidade de Lages.

Derrubado aos solavancos de um galho de guabiroba e laçado no chão, livrou-se dos dentes da matilha para entrar numa jaula de passarinho. Entregue pela polícia ambiental à base de pesquisa avançada do Ibama, acabou não resistindo um ano e meio depois a uma cirurgia na pata traseira, feita no Centro de Ciências Agroveterinárias da universidade estadual. Morto, foi posto na geladeira, à espera da decisão final sobre o passo seguinte – a incineração ou o empalhamento, se for escolhido para prestar serviços póstumos à memória da fauna nativa, representando-a junto aos brasileiros que não tiverem mais chances de encontrar uma suçuarana ao vivo.

Dito isso, aí vai a boa notícia: quase todos os detalhes que constam nos parágrafos acima vêm do livro *Leão baio*, feito por um estudante de jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina – de onde, é bom lembrar, saiu no ano passado o livro *A peleja do eucalipto*, do aluno João Werner Grando, também comentado aqui no site. Alguma coisa muito especial deve estar acontecendo numa escola de jornalismo onde os estudantes produzem dois bons livros em menos de um ano.

Grande reportagem

O autor de *Leão baio* se chama Leo Branco. Pelo nome que tem – Leo – presume-se que traga do berço o pendor para tratar do assunto. Mas, não. Escolheu-o à última hora, quando precisava definir, em outubro de 2007, um projeto viável para seu trabalho de conclusão do curso. Seu ponto de partida era fazer uma reportagem. E ele queria que a reportagem fosse “grande”.

Conseguiu. Escreveu 119 páginas. Ou melhor, 130 mil caracteres, sob a orientação de Daisi Vogel, sua professora de Redação VII, que lhe sugeriu o assunto. Para pesquisá-lo, entrevistou 46 pessoas, inclusive especialistas do calibre de Peter Crawshaw, a maior autoridade

do país em onças. Na bibliografia, citou 20 títulos de livros e monografias. Na ilustração, encaixou 13 fotos coloridas. Ou seja, o que ele fez é um livro de pleno direito.

Para encarar de perto os conflitos entre as onças pardas e os fazendeiros nas bordas das últimas florestas de Santa Catarina, o estado que mais tem e mais derruba mata atlântica, Leo Branco transferiu-se durante um mês de Florianópolis para Urubici. E, viajando pela serra catarinense de ônibus, de carona com o pai ou dirigindo o Ford Fiesta emprestado pela mãe, juntou os capítulos dessa tragédia ambiental com um cuidado que mesmo os jornalistas profissionais raramente têm. Seu relato junta histórias bem narradas, informações relevantes e texto fluente, onde tudo tem começo, meio e fim, além de nexos.

A morte em cativeiro do filhote recolhido ao Ibama de Paineal serviu-lhe de pretexto para me enviar agora o livro. E com isso ele mostrou, de quebra, um certo senso de oportunidade jornalística. O bicho morreu depois que o trabalho estava pronto. Mas sua vida está toda lá, assim como a da suçuarana que apareceu há quatro anos num quintal em Curitiba, uma cidade de 37 mil habitantes, e a da onça que quase virou atração turística num pesque-pague de Urubici.

A última onça pintada de Santa Catarina morreu de tiro em 29 de janeiro de 1972, derrubada por um capataz de fazenda e empalhada por um padre taxidermista, que a eternizou como material didático num colégio de Florianópolis. Menos exigentes em termos de dieta e mais adaptáveis a ambientes antropizados, as suçuaranas – chamadas regionalmente de leão baio, embora sejam parentes mais próximas do gato doméstico – resistem valentemente ao cerco da civilização. Prosperam ultimamente até em florestas comerciais de pinus. Espremidas, bateram de frente com um Brasil que vai rapidamente ficando pequeno demais para elas. Ainda bem que Leo Branco viu-as a tempo.

O bê-á-bá do jornalismo ambiental

05.11.2004

Mesmo para um homem que lutou na Segunda Guerra Mundial e já passou dos 84 anos, como ele, a voz do jornalista Michael Frome parece fraca e cansada. Mas foi ela que levantou, dias atrás, o auditório em Curitiba onde mais de mil pessoas o ouviam naquele momento encerrar, com a promessa de dias melhores, uma semana de palestras um tanto agourentas sobre o futuro do planeta.

Aplaudido de pé, ele desceu do palco com alguma dificuldade – o que serviu para esticar as palmas por mais de cinco minutos – e emendou ao pé da escada numa conversa sobre a dificuldade que têm os jornalistas para transformar em notícias os assuntos do meio ambiente. Shazam! Como se a pergunta o destravasse, quem respondeu foi um Frome instantaneamente mais jovem, parecendo conservado em mais de meio século de indignação: “O problema é que os bons jornalistas estão ficando raros. Há muita gente por aí fazendo mau jornalismo”.

E o que tem isso a ver com o desinteresse dos meios de comunicação e do público pelos problemas ambientais? Tudo, segundo ele. “Os jornalistas se habituaram demais a ouvir as autoridades. Eles acabaram presos no círculo fechado das pessoas poderosas e perderam a coragem de publicar o que veem e ouvem sem passar pelo filtro dos altos cargos. Ora, há muita gente boa fazendo coisas importantes em meio ambiente, mas essas pessoas raramente estão nos gabinetes de primeiro escalão ou nos postos de chefia. Logo, os jornalistas não conseguem encontrá-las, porque estão muito ocupados almoçando com presidentes de empresa ou ministros de Estado. Basta ver como a imprensa americana está cobrindo a invasão do Iraque. Ela publica diariamente o que o governo diz sobre a guerra. Não o que acontece no Iraque. Os jornais lidam com o presidente George Bush como se ele fosse uma pessoa de verdade. Ora, basta olhar Bush uma vez para ver que ele não é propriamente uma pessoa de verdade”.

Frome passou pelo Brasil na reta final da campanha presidencial nos Estados Unidos. E em Curitiba não pôs os pés fora do hotel sem um botão da campanha de John Kerry espetado no peito. Por quê? “Porque fiz questão de mostrar aos brasileiros que nem todo americano apoia o presidente Bush. Há americanos que são contra ele. Eu sou contra ele”. Exibir uma preferência tão ostensiva por um candidato não atentaria contra a isenção jornalística? “Não caio nessa conversa. Pensando bem, nunca fui imparcial. Para mim, o jornalista não pode ser imparcial porque tem que ser um advogado das boas causas. Precisa defender a

liberdade de expressão, o direito à verdade, atacar a corrupção, tirar a roupa do rei diante da opinião pública. Como fazer isso sendo imparcial?”.

A carreira de Frome pode ser descrita por duas curvas que se cruzam em direções opostas. A dos prêmios por sua militância ambiental e política sobe sem parar. E a dos bons empregos em grandes redações veio descambando, à medida que seu prestígio crescia, para jornais e revistas alternativos. Frome estreou em grande estilo. Trabalhando para o *The Washington Post*, ele foi o primeiro repórter a pisar na Polônia depois da retirada alemã, voando com um piloto militar que levava um carregamento de ovos para o país arrasado. Tudo o que ele escreveu naquela viagem deu primeira página no jornal.

A partir da década de 1950, seu currículo passa a alinhar passagens por publicações chamadas *Changing Times*, *Woman's Day*, *American Forests*, *Living Wilderness*, *Western Outdoors* e *Field & Stream*. Sinal da mudança de rota. Frome havia pulado de cabeça no jornalismo ambiental e estava abrindo trilhas alternativas num caminho que mesmo para ele às vezes parece fechado.

Fez carreira típica de encenqueiro. Perdeu a coluna que tinha na *American Forests* porque nela batia regularmente no serviço florestal do governo americano. Caiu do cargo de editor de *Field & Stream*, onde tinha o hábito de denunciar a pilhagem de recursos naturais por mineradoras, madeireiras e empreiteiras de ferrovias, quando bateu de frente num senador de Rhode Island, que acusara de só votar contra a natureza.

Mas Frome foi em frente. Escreveu mais de 20 livros. Um deles, *Green Ink*, é uma introdução ao jornalismo ambiental em que ele destilou suas décadas de prática nas redações e seus anos de aula na universidade de Western Washington. Nele, ensina – como não poderia deixar de ser – o caminho das pedras para quem pretende ganhar a vida na imprensa pelo desvio do ambientalismo. No fundo, o livro se resume a duas lições: “Seja alfabetizado e corra riscos”.

Agora em português, a voz do velho radical

07.11.2008

Acabaram-se as desculpas. Agora, quem quiser mesmo saber o que é jornalismo ambiental pode ler em português *Green Ink*, do americano Michael Frome.

O livro saiu nos Estados Unidos em 1996. Sua imigração levou mais de uma década. Mas, na longa viagem para o Brasil, acabou parcialmente reescrito, para acertar o passo com as mudanças que ocorreram ao redor de Frome nesses 12 anos, numa década em que as notícias saltaram do papel para a internet e os desastres naturais, para as manchetes.

São coisas que aconteceram com uma rapidez que, pela idade, ele não estaria mais obrigado a acompanhar. Quase nonagenário, Frome nem veio aqui para o lançamento. Mas provou, na nova apresentação, que continua a ser o velho radical de sempre, aproveitando para repetir que jornalista ambiental, para ele, é quem trata o assunto como uma causa a defender, e não como um estoque de fatos a divulgar. Ele acha que, nessas questões, os “puros fatos” costumam “não ser tão factuais assim”.

Gafes históricas

Viu-os, mais de uma vez, disfarçados de objetividade, inspirarem aos melhores jornais americanos gafes históricas. Como a do *The New York Times*, que na década de 1960 taxou de “imprecisos”, além de alarmistas, os fatos que a bióloga Rachel Carlson invocou para revelar que os pesticidas estavam matando as florestas americanas, sem derrubá-las. Tratava-se do livro *A primavera silenciosa*, um marco incontroverso da retórica ambientalista, que nunca mais sairia do prelo ou da moda, no mundo inteiro.

A imparcialidade nunca foi seu forte. Em 2007, Frome deu à sua autobiografia um título que o definia como “rebelde de pé na estrada”. Passara, a essa altura, dos 86 anos. E ainda posava na contracapa de mochila nas costas. Trafegando por mais de meio século na contramão, ele não teve propriamente uma carreira de sucesso. Pior, andou para trás. Estreou no *The Washington Post*, logo depois da Segunda Guerra, com reportagens sobre o desembarque de alimentos na Polônia devastada. Dali em diante, virou “advogado da natureza”. E foi se desviando para publicações do gênero *American Forests* ou *Field Stream*.

Passou a maior parte da vida à margem dos grandes jornais e das revistas influentes. Encontrando o caminho fechado, abriu trilhas. Tudo, em seu currículo, visto de trás para diante, parece estar do avesso. Jovem, escreveu um guia da cidade de Washington. Septuagenário, fez um roteiro de picadas nas montanhas Apalaches. Começou a trabalhar na adolescência, durante a recessão dos anos 1930. E se doutorou aos 73 anos. Em 2004, veio ao Brasil para um seminário internacional, trazendo na lapela um botão do senador John Kerry, que acabara de ser derrotado por George W. Bush na disputa pela Casa Branca. A campanha presidencial americana estava morta e enterrada. Mas ele fazia questão de mostrar aos brasileiros que não queria conversa com o tipo de governo que, com a reeleição de Bush, o mundo teria pela frente.

Frome não quer “ser neutro”. E é isso que ele ensina – ou prega – a seus alunos, como professor universitário nos Estados Unidos, ou nas páginas de *Green Ink*, publicado em português pela fundação O Boticário e a Universidade Federal do Paraná. O livro está longe de ser uma cartilha de jornalismo ambiental. O que oferece de prático é um manual de conduta para os interessados em lidar com notícias do meio ambiente.

A receita de Frome cabe em poucas palavras. “Alfabetize-se, e corra riscos”, ele disse anos atrás a um estudante que lhe pedira conselhos. Pôs tudo nessa frase. Sem alfabetizar-se, o aprendiz de jornalista não terá palavras para publicar o que as pessoas, em geral, preferem não ouvir. E sem correr riscos, não deixará o aconchego das fontes oficiais e das versões confortáveis, para recolher as histórias que, por incômodas, não têm porta-voz.

A água anda quente

22.09.2005

Sulapak Ganjanakhundee, repórter do *The Nation*, um jornal de Bangcoc, na Tailândia, reclama dos governos que “não querem repórteres olhando muito de perto” as barragens que erguem a torto e a direito no sudeste da Ásia. Seth Hettena, que trabalha no escritório da Associated Press em San Diego, fala da seca que botou fazendeiros, cidades e “até estados” para brigar uns com os outros no oeste dos Estados Unidos. John Trotter, fotógrafo novaiorquino, conta que o tamarisco, planta trazida do oriente para segurar barrancos no rio Colorado, atravessou a fronteira mexicana como tempestades de sementes semeadas pelo vento, tomando o lugar dos peixes, dos pássaros e até dos pés de algodão no delta salobro da Baixa Califórnia. D’Vera Cohn, do *The Washington Post*, revive a série de reportagens em que acusou as autoridades de esconder da população o teor de chumbo e outros tóxicos injetados nas veias da capital americana.

Etc. Ao todo, 26 jornalistas tratam do mesmo assunto no último número da *Nieman Reports*, a revista trimestral de uma [fundação](#) que há quase setenta anos enxertou na Universidade de Harvard um programa de bolsas para “melhorar o padrão” da imprensa americana e, por tabela, a do mundo. Pelo visto, funciona. Os ex-bolsistas conseguiram encher 60 páginas desta edição da primavera, sem dar a impressão de estar encalhados naquele que a escola nos ensinou a chamar de insípido, inodoro e incolor. Pois é, a água.

De cara, Stuart Leavenworth, do *The Sacramento Bee*, explica por que cada vez mais repórteres terão que aprender a lidar com ela. “É a economia, estúpido”, resume o subtítulo. Ele mesmo cuidou só de água durante quatro anos em seu jornal, antes de virar editor. E, para sua “tristeza”, desfrutou do privilégio de atuar em campo limpo, por falta de concorrência. Um desastre ou outro podia acidentalmente invadir seu território profissional, com as manchetes de praxe sobre poluição ou torneiras ressecadas. Mas na água propriamente dita quase ninguém tocava. Talvez por achá-la chata ou, pior, coisa de ecochato. Mas sobretudo porque, para cobri-la, os jornalistas precisam entender pelo menos um pouco de “engenharia, economia, meteorologia e agricultura”.

Ele caiu na água “como uma rã aprendendo a nadar”. Vinha da editoria de meio ambiente no *The News & Observer*, da Carolina do Norte. Estava numa cidade entalada na confluência de dois grandes rios, onde os índios, pelo sim, pelo não, nunca se arriscaram a fixar uma aldeia que as enchentes pudessem riscar do mapa. E substituía Nancy Vogel, a patrona da vaga de “repórter de água” na redação, cujos talentos, segundo Lea-

venworth, “jamais foram devidamente valorizados pelo jornal”. Mas Leavenworth acabou ganhando prêmios de jornalismo – o Thomas L. Stokes Award, por exemplo – com suas más notícias sobre a falta de água na Califórnia, publicando inclusive as evidências fósseis de que, no passado, a região atravessou estiagens que duravam séculos inteiros. E assim, ele diz, até “os editores começaram a notar” que o assunto era quente.

Aliás, anda fervendo. Multinacionais europeias, lembra Leavenworth, andam comprando fontes de água mineral pelo mundo afora, “levantando temores de que cada vez mais a água se torne um artigo privado”. Mark Grossi, repórter do The Fresno Bee, anuncia na revista uma nova carreira para jornalistas: a de enviado especial às frentes de batalha, onde ocorrem disputas comerciais, políticas, jurídicas e quem sabe até militares em torno desse produto vital, mas parco. “Os processos legais, sozinhos, já seriam uma rica fonte de histórias, para quem for capaz de explicá-las no contexto das manipulações que os engenheiros têm feito com a natureza”, avisa Grossi. Boa sugestão. Pena que chegue meio tarde a um país que aproveitou a crise política para despejar a transposição do rio São Francisco nas últimas páginas dos jornais.

Preservando com prazer

03.04.2008

Leona Johansson tem 25 anos. Tommy Ellisen, 32. Ambos conservam a cara e o físico de quem veio ao mundo a passeio. Mas, somados, formam um casal de veteranos. É seu o maior currículo na internet em militância “eco-erótica sem fins lucrativos”. Desde o inverno de 2003, a dupla trata de provar que há gente disposta a dar tudo, mas tudo mesmo, pela salvação das florestas tropicais, ameaçadas de desaparecer “nos próximos 40 anos” se eles não fizessem alguma coisa.

O que eles fizeram se chama FFF, um site de pornografia ambientalmente correta. Estrelado, evidentemente, por Leona e Tommy, embora eles peçam contribuições, em forma de “vídeos ou fotografias”, a simpatizantes “e artistas”. Desde que surgiu em Berlim, com um empurrãozinho do governo norueguês, responsável por suas despesas de inauguração, a FFF arrecadou mais de 350 mil dólares, pingados por visitantes para ver o que acontece por trás das folhas de parreira, no front mais radical da militância ecológica.

A conservação da natureza, na FFF, fica entregue às segundas intenções. As primeiras intenções são claras até para a motosserra da capa, que aponta para a moça nua e de joelhos, pronta para qualquer sacrifício pelas árvores que, à retaguarda, aguardam passivamente o resultado das negociações entre os verdadeiros protagonistas de seu drama. A FFF não perde tempo com sutilezas. Dos três efes de seu nome, os dois últimos significam, em inglês, “pela floresta”, e o primeiro quer dizer a mesma coisa até em língua portuguesa.

A renda de todo seu esforço é para salvar florestas. Mas nem sempre elas veem a cor desse dinheiro, porque muitas ONGs no meio do caminho consideram a origem da doação meio suspeita. Isso não impediu um programa de reflorestamento na Costa Rica, a Arbofilia, de embolsar 90 mil dólares da FFF. Outros 90 mil foram entregues a norte-americanos, que ensinam índios no Equador a recuperar suas matas ancestrais. Não é à toa que a página tem slogans do tipo “Recicle a Pornografia!”.

“Nós sabíamos que, mais cedo ou mais tarde, encontraríamos um projeto para apoiarmos”, disse Leona à *Grist*, uma revista eletrônica especializada em jornalismo ambiental, que descobriu o casal há quatro anos e acaba de revisita-lo. Com a prática, Leona e Tommy aprenderam que o movimento ambientalista “ficou bastante parecido com uma indústria institucionalizada, trabalhando com os mesmos setores que destroem o meio ambiente”.

Em outras palavras, ela afirma que o dinheiro deles é limpo, perto do que vê por aí, no mercado de patrocínios. E encontrou na *Grist* uma tribuna à altura. O site jornalístico, publicado em Seattle, dedica-se a apimentar o ambientalismo com reportagens capazes de desfazer a má impressão de que notícia verde é sinônimo de legume cozido em água sem sal. Segundo seus editores, o planeta pode sentir falta de quase tudo, menos “de beatos que abraçam árvores”.

A *Grist* proclama que não quer nem saber de “ficção, poesia, narrativas de viagem, meditações sobre a natureza e perfis de organizações ambientais”. Só aceita colaboradores que apurem temas inéditos em lugares inóspitos e escrevam de um jeito que mate de rir um burocrata do departamento de trânsito. Tudo isso, ganhando pouco. Portanto, se seu problema com o meio ambiente era o medo de ecochatos, acabaram-se as desculpas.



Quem barra Barra Grande?

Esta coluna não quer perder a chance de perguntar, a quem chegou até aqui, se o caso de Barra Grande é notícia que os jornais possam se dar ao luxo de ignorar.

De bom a melhor

23.09.2004

Se todo mundo pudesse escolher a vista de sua casa de campo, provavelmente as janelas dariam para um lugar como Atalanta, em Santa Catarina. A sede do município tem pouco mais de 2.500 moradores. E a poucos minutos do centro as portas dormem abertas, os vizinhos se reconhecem pelo ronco dos carros, os bugios descem da serra do Pitoco para ver o trabalho no campo e, no sítio de Anita Schäffer, um dos cinco que se adaptaram no município a hospedar forasteiros, a truta que vem à mesa saiu pouco antes de uma nascente de água azulada nos fundos do terreno.

À primeira vista, não há o que consertar num lugar desses. Atalanta, que a prefeitura deu para chamar de “cidade jardim da mata atlântica”, ganhou há pouco um parque municipal, aninhado nos 54 hectares da mata onde funcionava a fábrica de farinha de mandioca de Erich Gropp. Abriu-se ao público uma Reserva Particular do Patrimônio Natural de 3 hectares numa antiga serraria, com trilha e banho de cachoeira. E, de quebra, há um futuro melhor do que o presente brotando na Apremavi, uma ONG ambientalista que produz por ano 500 mil mudas de árvores nativas e está pronta para provar aos pequenos agricultores da região que paisagem também se planta.

Se depender de Miriam Prochnow, presidente da Apremavi, Atalanta ainda vai melhorar muito. Ela transformou as terras da família numa propriedade modelo, com reserva legal, matas ciliares, horta orgânica, manejo florestal, esgoto filtrado, estrada florida em curva de nível, apicultura, chiqueiro e pasto. Tudo simples e barato, mas cumprindo exemplarmente as leis ambientais. E agora tem pela frente um patrocínio da fundação O Boticário para multiplicar a seu redor a experiência. E, por trás, os 16 anos de teimosia da Apremavi.

A ONG nasceu em 1987, depois que Miriam passou a contar os caminhos de madeiras que saíam sem parar de uma reserva indígena em Ibirama, ao pé da serra catarinense. Ela era então uma pedagoga. Seu marido, Wigold Bertoldo Schäffer, trabalhava no Banco do Brasil. Os dois recrutaram por ali mesmo 17 simpatizantes para fundar a ONG. Um deles, Philipp Stumpe, ex-colega de Wigold no banco, é hoje engenheiro florestal. A Apremavi já passou da casa dos 300 sócios. E tantas fez o casal de militantes, que há cinco anos Miriam e Wigold tiveram que se mudar para Brasília, onde ela é coordenadora da Rede de ONGs da Mata Atlântica e ele dirige o Núcleo de Mata Atlântica do Ministério do Meio Ambiente. Por essas e outras, toda vez que põe os pés em Atalanta, Miriam suspira fundo. Está em casa. Num ramo onde tudo parece que está sempre começando, a Apremavi é uma ONG histórica.

Mas estreou com uma derrota, na briga contra o desmatamento nas terras dos Xoclang. O processo contra as madeireiras virou uma papelada sem fim, que por ironia foi parar anos mais tarde no gabinete de Miriam, quando ela assumiu o comando da rede. Enquanto o caso rolava na Justiça, a maioria dos índios comprou carros e o comércio da região chegou a vender geladeira elétrica para aldeias onde não havia luz.

Se ficasse só nisso, a história teria um final feliz, embora tipicamente brasileiro. A reserva indígena, que tinha na época 14 mil hectares, depois de encolher por desmatamento, cresceu por decreto. Passou a cobrir 50 mil hectares, derramando-se sobre duas unidades de conservação, uma floresta com oito mil araucárias e 600 propriedades agrícolas. Virou, oficialmente, uma “área de relevante interesse ecológico”, nas mãos de sete aldeias onde vivem cerca de 1.500 xoclang, caingangues e guaranis.

Mas a Apremavi foi em frente. Miriam e Wigold, além de tudo, são maratonistas. E estão nisso não é de hoje. Menina, ela fazia greve de fome em casa sempre que o pai, um coletor municipal de impostos, chegava de caçadas trazendo carne fresca. Wigold, aos 5 anos, rebelou-se contra o corte de árvores na propriedade dos Schäffer. “Quando eu crescer, não vai sobrar nada para mim”, dizia. Ganhou do pai cinco mudas de araucária. Plantou-as num canto do terreno. Hoje, quarentonas, as araucárias estão no meio de um bosque de pinheiros, onde a família cultiva palmito.

Miriam se curou, logo na primeira candidatura, de um desvio que quase a levou à política, quando concorreu à prefeitura de Ibirama pelo Partido Verde, apresentando-se ao eleitorado com uma chapa exclusivamente feminina. Sua vice era a fotógrafa Edith Geisler. Elas visitaram, uma a uma, todas as quatro mil famílias do município. Em vez de comício, faziam mutirões para tirar lixo do rio. “E, claro, tivemos muito pouco voto”, ela resume.

Nos primeiros anos, a ONG teve que disputar espaço num Vale do Itajaí ainda infestado por 450 serrarias. O ex-funcionário do Banco do Brasil Philipp Stumpe, depois de aderir incondicionalmente à causa, circulava com um cartão de visitas que o apresentava como “desempregado e criador de caso”. Mas, com o tempo, a turma foi aprendendo que nem só de luta inglória vive o meio ambiente. “Era preciso também propor alternativas”, diz Miriam.

Dáí o viveiro de mudas. E o resto. O que a Apremavi sabe, segundo Miriam, “aprendeu fazendo”. Ela bateu muito mato para fazer laudos, tratando de gravar o que os peritos ensinavam nessas excursões. Hoje a ONG recebe estagiários que vêm de longe, mandados por cursos universitários de engenharia florestal de Viçosa, Blumenau ou Ribeirão Preto, “para ver na prática como se mexe ao mesmo tempo com mudas de 120 espécies diferentes”. O biólogo Carlos Augusto Kriek, por exemplo. Jovem, metido numa camisa onde se lê o

slogan “Não à extinção”, ele está começando na Apremavi um programa de treinamento que, daqui a um ano, pode levá-lo a uma vaga na equipe. Criado em Rio do Sul, ali perto, ele nunca imaginara usar seu diploma em trabalho de campo, sem sair de sua região.

O viveiro, apelidado de Jardim das Florestas, começou com 18 mudas num fundo de quintal, para fazer a primeira recomposição de matas ciliares. “Tínhamos tão pouca informação”, lembra Miriam, “que fomos perguntar a um madeireiro onde encontraríamos sementes de sassafrás. Ele respondeu que sassafrás não tinha semente. Ou seja, passara a vida cortando madeira no mato e não sabia que o sassafrás, quando dá semente, chega a quebrar o galho de tanto peso”.

Se quisesse, a dupla poderia desfiar um rosário de absurdos. Quando a ONG levou a prefeitura a transformar em parque a velha fábrica dos Gropp, enrascada num inventário insofismável, encontrou-se lá embaixo, ao lado da cachoeira, um depósito clandestino de lixo, que era despejado da borda do cânion, 41 metros acima. No museu do parque, há uma velha foto que mostra como era aquilo no começo do século passado. À frente, no chão limpo, posa o time de lenhadores. Ao fundo, no meio de terrenos pelados, está a cascata. Hoje, o Perau do Gropp fica no fim de uma trilha limpa, entre árvores identificadas. É um passeio como raras cidades do Brasil podem oferecer aos visitantes.

A turma da Apremavi souou muito também para desmoralizar um projeto do governo estadual, que convencera os agricultores a criar peixes em açude, alimentando-os com algo que a população local define tecnicamente como merda de porco. Parecia a invenção do moto-contínuo. Os chiqueiros eram armados em palafitas sobre a água. E os peixes comiam diretamente o maná que caía do céu. A Apremavi usou um gato doméstico como cobaia e não houve jeito de convencê-lo a provar o tal do “Peixe-Porco”. Depois dessa campanha, o empresário Valdecir Pamplona acabou fechando a fábrica de pescado que tinha montado na beira da BR-470, em Rio do Sul. Atualmente, o galpão industrial processa hambúrguer de carne bovina. “O dono até hoje não gosta da gente”, diz Miriam.

Em compensação, a Apremavi atualmente está cercada por 250 pequenos proprietários que, em trinta municípios ao redor de Atalanta, tomaram gosto por hortas e pomares orgânicos, matas ciliares e apicultura em pé de floresta. Seus vizinhos, que ainda usam em casa, para conversar entre si, um coquetel regional de alemão com português, deixaram de ver os ambientalistas como tipos excêntricos. E podem até não saber disso, mas estão a um passo do “Planejamento de Paisagens”.

O blefe de Barra Grande

24.09.2004

“Quando penso que tudo isso vai desaparecer”, diz a catarinense Miriam Prochnow, esticando o cinto de segurança para se debruçar pela porta escancarada do helicóptero, “me dá vontade de chorar”. Ela deveria estar acostumada com essas coisas. Quatro anos atrás, passou o réveillon acampada no Passo da Formiga, que uma barragem começava a engolir no rio Uruguai. Naquele ponto, o leito caudaloso, que chega a ter 400 metros de largura, espremia-se num canal tão estreito que os turistas posavam para fotografias saltando entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O Passo da Formiga sumiu. E agora Miriam está avaliando o que a fronteira dos dois estados vai perder no dilúvio, quando fecharem as comportas da Usina Hidrelétrica de Barra Grande, no rio Pelotas.

E o que se vê ali parece um ensaio para o fim do mundo. É cena para filme de catástrofe. Tão chocante que os autores da obra preferiram blefar, quando encaminharam ao Ibama em 2001 o relatório sobre o impacto ambiental do projeto. “A maior parte a ser encoberta é constituída de pequenas culturas, capoeiras ciliares e campos com arvoredos esparsos”, eles disseram ao Ibama na ocasião, em laudo técnico assinado pela firma Engevix. Três anos depois, com os 180 metros do paredão de concreto prontos, a mentira veio à tona, bem na hora de fazer a paisagem afundar.

Mas desse pecado, que exigiu a falsificação de um documento público, crime punido com até cinco anos de cadeia pelas leis brasileiras, eles acabam de ser perdoados pelo governo. Ao descer do voo, em Florianópolis, Miriam ouviria que, na véspera – quinta-feira, 16 de setembro – a Baesa Energética assinara um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público e o Ibama. A fraude da Baesa estava acabando em festa.

“Ibama cobra compensação milionária”, roncava o título de uma notícia sobre a capitulação das autoridades ambientais. Pelo acerto, a Baesa tem que bancar a formação de um banco de germoplasma das plantas que vai arrancar. O nome é bonito, mas na prática significa que o país resolveu trocar florestas naturais por um programa de reflorestamento cobrindo 5.700 hectares. Com sorte, é só esperar alguns séculos, que fica tudo quase a mesma coisa.

A empresa – um consórcio que reúne a Camargo Corrêa, a Votorantim, o Bradesco, a Alcoa e a CPFL – compromete-se também daqui por diante a fazer o que já estava estabelecido em

contrato. Ou seja, destinar a unidades de conservação 2% do que está gastando na usina. São cerca de R\$ 15 milhões. Mas o Ministério do Meio Ambiente, que é o destinatário da tal multa milionária, ficou mudo, como sempre que tem um problema desse porte entalado na goela. Quem cantou vitória foi a ministra das Minas e Energia Dilma Rousseff, a dama-de-ferro do desenvolvimentismo à *la* Lula.

Ela anunciou imediatamente que a usina pode se antecipar ao prazo oficial de inauguração, começando a operar “talvez no fim de 2005”. Disse ainda que o remendo na fraude da Baesa atesta a sintonia entre seu ministério e o de Marina Silva, além de mostrar “respeito à vegetação sem prejuízo econômico”. Viu no desfecho do caso um sinal “muito importante” aos investidores estrangeiros de “que há uma nova postura diante da questão”, capaz de abrir “um caminho de solução para o passivo das hidrelétricas sem licenciamento”. De fato, menos de uma semana depois saiu a licença para a usina da Foz do Uruguai, que estava na fila.

De quebra, a ministra declarou que, alforriada pela burocracia ambiental, cuja implicância com hidrelétricas o presidente Lula critica há mais de um ano, Barra Grande, um investimento de US\$ 1,28 bilhão, gerará até 690 MW – previamente reservados por 35 anos à Camargo Corrêa. Só faltou lembrar que a Baesa ainda precisa se desembaraçar de um processo que entrou dias antes na Justiça, tentando embargar a represa.

O governo deve achar que isso é detalhe. Pior foi descobrir, tarde demais, o que a usina custará em paisagens e florestas. São 2.077 hectares de matas primárias e mais 2.258 hectares de “vegetação secundária em estágio avançado de recuperação”. Ou seja, aquilo que o artigo 225 da Constituição chama de “Patrimônio Nacional” e o decreto federal número 750, de 1993, cerca de todas as cautelas, proibindo que sejam cortadas à revelia do Conselho Nacional do Meio Ambiente. É claro que, na pressa, até agora ninguém se lembrou de ouvir o Conama sobre Barra Grande.

Somem-se a esses 4.335 hectares de mata nativa em bom estado os 1.100 de campos naturais que serão tragados, e o resultado são 5.435 hectares de oportunidades perdidas para preservar uma paisagem típica de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, que está ficando rara na região. Não é à toa que ela consta da “Avaliação e Identificação das Áreas e Ações Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira”, um inventário feito Ibama para identificar 147 lugares onde, querendo, a flora original do país ainda tem salvação.

Ou tinha, pelo menos no caso de Barra Grande. Lá, 70% da área a ser tomada pela água fica nos cenários que o Ibama considera “de extrema importância biológica”. Neles caberiam quase dois parques nacionais como a Floresta da Tijuca. Dito assim, já parece muito. Mas visto do

helicóptero, num dia claro como aquela sexta-feira, com a água faiscando nas corredeiras e o sol destacando na mata, com fachos quase teatrais de luz, a copa escura das araucárias, não há quem confunda o terreno lá embaixo com o tal “mosaico vegetal” onde a empresa, em 1998, enxergou “pastagens limpas” e “florestas ciliares relativamente bem conservadas”.

Voando baixo sobre o rio Vacas Gordas, um afluente do rio Pelotas, a poucos quilômetros da nova barragem, o helicóptero atravessa um corredor de araucárias. Que o Vacas Gordas não se perca pelo nome. Ele é bonito, encachoeirado e consta do roteiro turístico de Urubici, no planalto de Santa Catarina, como adequado à pesca da truta, sinal de que ainda está bastante limpo. “Aquele grupo de araucárias deve ter pelo menos 200 anos”, aponta o botânico João de Deus Medeiros. Do banco de trás, ele guia o piloto pelas bordas ainda secas do futuro lago artificial. Por enquanto, essas marcas só existem no GPS. Mas, transferidas para os instrumentos de bordo como códigos de navegação, parecem traçar nitidamente no terreno verde a orla da devastação.

Até onde a água deve cobrir aquele ponto? “Até ali em cima. Neste trecho o rio vai subir uns 130 metros”, responde João de Deus. Ele é doutor em Botânica. Dá aula na Universidade Federal de Santa Catarina. E preside o Grupo Pau-Campeche, uma ONG ambiental que neste momento ajuda o governo a mapear as últimas manchas de araucárias no Paraná e Santa Catarina, desenhando o corredor de reservas mais ou menos contínuas que Brasília fala em implantar ainda este ano. Mas a Pau-Campeche, assim como a Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí, de Miriam Prochnow, integram a Federação das Entidades Ecologistas Catarinenses. E, por causa de Barra Grande, a federação se aliou à Rede de ONGs da Mata Atlântica para levar aos tribunais o Ibama e a Baesa.

Trata-se da Ação Civil Pública 2004.72.00.013781-9, que chegou à Vara da Justiça Federal de Florianópolis às vésperas do acordo com o Ministério Público. Pode ter um certo cheiro de causa perdida. Mas contém a história didática do que pode rolar por trás do paredão de uma hidrelétrica, quando elas começam a se queixar muito da intransigência dos ambientalistas. Se o presidente Lula tivesse o hábito de ler longos documentos, este seria um texto para dormir em sua cabeça, pelo menos para evitar que ele acordasse com vontade de tocar no assunto.

O texto deixa muito claro que a usina é filha de uma trapaça. Dois anos depois de informar ao governo que só alagaria pastos, roças e capoeiras descartáveis, a empresa entrou no Ibama com o pedido de licença para “limpeza da bacia de acumulação”. É o desmatamento regulamentar, para evitar que as árvores mortas contaminem o reservatório com excesso matéria orgânica em decomposição. Mas dessa vez as autoridades ambientais, sempre tão distraídas, estranharam que o “Projeto de Supressão de Vegetação para o UHE Barra

Grande” quisesse tirar daquela franja de matas ralas nada menos de um milhão de metros cúbicos de madeira. A Beasa passara a falar a verdade. E a verdade era alarmante.

Pela “simples leitura” da proposta, diz o processo, “verifica-se que 25%, ou seja, $\frac{1}{4}$ da área a ser inundada, é composta de vegetação primária, ou seja, de Mata Atlântica – principalmente de florestas de araucárias – em ótimo estado de preservação, de áreas que nunca foram suprimidas ao longo de sua existência e representam mais de 2 mil hectares; 26%, ou seja, outro $\frac{1}{4}$ da área a ser inundada, está composta por vegetação secundária em estágio avançado de regeneração, em ótimo estado de conservação e riquíssima em biodiversidade”. Conclusão: o erro era tão grande que não podia ser produto da incompetência de um consórcio capaz de se meter numa empreitada daquele tamanho. Logo, era fraude. Erguida sobre uma licença nula, a represa deveria ser enquadrada na Lei de Crimes Ambientais e demolida. Mas isso não se faz. Como disseram as autoridades, garantir a qualquer preço o funcionamento da hidrelétrica é questão de interesse público.

Ou se faz? Dias depois de sair no Brasil o acordo que cobriu o escândalo com panos quentes, o jornal *The New York Times* publicou a história da represa de Cuddebackville, no rio Neversink. Foi a primeira a cair por razões estritamente ambientais. Impedia a viagem dos mexilhões correnteza acima. Mas os Estados Unidos têm planos de derrubar este ano 60 represas. Já se livrou de 145 desde 1999.

Coincidência: a ONG americana The Nature Conservancy, que promoveu a demolição em Cuddebackville, é a mesma que, em parceria com o WWF, bancou o voo em Santa Catarina, para fotografar as matas do rio Pelotas antes que elas acabem.

Na volta, a equipe trazia a bordo, em arquivo digital, mais de duas horas de filmagem daquilo que “os órgãos ambientais não conseguiram ver”. Eles devem mesmo ser muito míopes. Porque, no caminho para Florianópolis, o helicóptero pega uma rota que parecia escolhida para provar que nem tudo está perdido. Passa pelo Parque Nacional de São Joaquim e pela serra do Corvo Branco. E lá de cima, entre uma maravilha natural e outra, dá para ver a fumaça saindo dos fornos de carvão vegetal em clareiras cercadas de florestas, queimadas roendo pelas bordas as encostas da serra e as fileiras de pinus avançando sobre a mata nativa. Isso tudo em Santa Catarina, um dos poucos estados do Brasil que ainda guardam mais de 30% de sua paisagem original.

Quarta-feira foi o dia da caça

28.10.2004

Se a imprensa gostasse mesmo de novidades, o caso de Barra Grande teria amanhecido quinta-feira na primeira página de todos os jornais brasileiros. Na quarta, dia 27, uma liminar do juiz Osni Cardoso Filho, da 3ª Vara Federal de Florianópolis, suspendeu a licença para o desmatamento, nas margens do rio Pelotas, da área a ser inundada na fronteira do Rio Grande do Sul com Santa Catarina pela hidrelétrica de Barra Grande. E esse é o tipo da notícia que não se vê todo dia nos meios de comunicação.

Não adianta dizer que nunca ouviu falar de Barra Grande. Ouviu sim. Ela é uma daquelas usinas emperradas por impasses ambientais, que há mais de um ano frequentam manchetes sobre os obstáculos que os fiscais do Ibama vêm criando ao crescimento econômico do país. Se não está ligando o nome ao escândalo, é porque até agora o escândalo foi muito bem escondido, embora tenha pelo menos 180 metros de altura, o tamanho da barreira de concreto armado que se ergueu no rio Pelotas sobre uma papelada fraudada pela Engevix Engenharia Ltda.

Trata-se de um relatório de impacto ambiental. Ele arrancou a autorização da burocracia ambiental para o começo da obra, há cerca de seis anos. Tem cara de laudo técnico, mas se fundamenta em mentiras tão descaradas que chegam a ser pueris. Barateava grosseiramente os estragos do lago artificial a ser criado pela usina, omitindo – segundo um resumo feito dias atrás pelo próprio Ibama – “aproximadamente 2 mil hectares de mata primária e outros 2.250 hectares de mata secundária em estágio avançado de recuperação”. Sem falar em 1.100 hectares de campos naturais, típicos da serra gaúcha, igualmente ameaçados de ir por água abaixo.

Em outras palavras, invadiu-se um patrimônio natural que a Constituição considera inalienável, dizendo em 1998 que aquilo tudo não passava de um “mosaico vegetacional”, composto por “pastagens limpas”, roçados e “florestas ciliares relativamente bem conservadas”. Com essa descrição desdenhosa, pegou a licença. Mas cinco anos depois, quando o paredão estava praticamente pronto, o consórcio que fez a usina precisou de outro endosso do Ibama. Dessa vez, para limpar o terreno antes de fechar as comportas, tirando do caminho das águas as árvores que a Engevix achara tão descartáveis.

Aí, sim. Ficou claro, até nos gabinetes de Brasília, que o volume de madeira a sair de lá era incompatível com as capoeiras mencionadas no inventário original. Pude-

ra. O Ibama autorizara, sem ver, a devastação de um cânion esplendoroso, onde correm rios de água limpa entre florestas de araucárias, uma das composições de mata atlântica mais raras do Brasil. Ali há árvores com mais de duzentos anos. A maior parte da devastação ocorreria em lugares onde, a rigor, o governo deveria implantar unidades de conservação. E, ao bater de frente com a realidade, o processo travou.

Foi o ruído dessa freada súbita que meses atrás chegou ao noticiário, aos discursos cada vez mais impacientes da ministra das Minas e Energia Dilma Rousseff, às lamúrias de empresários em seminários de economia e até aos improvisos do presidente Lula, como evidências da implicância que têm os ambientalistas ao lidar com investimentos em infraestrutura vitais ao desenvolvimento brasileiro. Ou seja: alardeou-se uma segunda mentira, para ofuscar a primeira.

Debaixo desse alarido desenvolvimentista, o Ministério Público fechou em setembro um acordo com a Baesa, o consórcio de pesos pesados que tocou para a frente a hidrelétrica de Barra Grande, a licença do Ibama e a fraude da Engevix, tornando impossível separá-los. Pelo Termo de Ajustamento de Conduta, os donos da usina se comprometeram a cumprir um pacote de compensações ambientais. Aliás, o governo Lula está ficando craque em negociar compensações ambientais. E a falsificação de um documento público, crime que pode dar até cinco anos de cadeia, ficou implicitamente condenada a submergir como os cânions do rio Pelotas, para nunca mais ser vista.

Teria ficado tudo por isso mesmo, se do outro lado não houvesse também um consórcio – o da Rede de ONGs da Mata Atlântica com a Federação das Entidades Ecológicas de Santa Catarina, que levou o problema à Justiça, através da Ação Civil Pública que provocou a liminar de quarta-feira. Nela, o juiz Osni Cardoso Filho não apenas suspendeu a licença de desmatamento, como proibiu o Ibama de emitir qualquer autorização para Barra Grande. E ainda recomendou ao Ministério Público que apure as responsabilidades criminais pela fraude do tal relatório.

Nada mau para um punhado de ONGs que compraram sozinhas a briga desigual com um bloco de grandes empresas, uma autarquia distraída e um governo ansioso. Quem tiver a curiosidade de puxar esse fio, vai encontrar na outra ponta uma afável catarinense de olhos azuis chamada Miriam Prochnow. Essa padroeira das causas perdidas só chegou aonde chegou porque, há 17 anos, resolveu evitar que os madeireiros comprassem todas as árvores de uma reserva indígena próxima à sua casa, em Ibirama. Mas essa é outra história. A história da Apremavi, uma ONG que tem sede numa casa de madeira em Atalanta, na serra de Santa Catarina. É uma história boa, mas comprida. Que fica para depois, porque esta coluna não quer perder a chance de perguntar, a quem chegou até aqui, se o caso de Barra Grande é notícia que os jornais possam se dar ao luxo de ignorar.

O exemplo vem de casa

15.04.2005

Em outras terras, ou aqui mesmo, mas em outros tempos, é provável que documentaristas e telejornais estivessem agora metidos numa disputa pelo direito de mostrar em primeira mão a história que a catarinense Miriam Prochnow tem para contar. Mas, sendo o país o que é neste momento, foi ela mesma que apurou, escreveu, narrou, legendou e musicou pessoalmente os 14 minutos do filme *Barra Grande*.

E assim está mais uma vez em cartaz aquela hidrelétrica que cravou no rio Pelotas uma barragem com 190 metros de altura, com um relatório de impacto ambiental onde se omitia o estrago que a represa faria em florestas de araucária e campos naturais, na fronteira do Rio Grande do Sul. A novela tem saído neste site desde setembro, quando a fraude, levada à Justiça pela própria Miriam e outras ONGs ambientais, veio à tona.

E ainda não tem fim à vista, graças à sua teimosia. Além do filme, Miriam Prochnow lança esta semana oito mil exemplares de um livro de 130 páginas sobre a usina de Barra Grande, com notícias e documentos sobre o processo – inclusive a reprodução de artigos e reportagens publicadas em *O Eco*, modéstia à parte. Vem a tempo de pegar a reunião, marcada para esta semana, em que o Ibama, o Ministério Público Federal, o Ministério do Meio Ambiente e o das Minas e Energia fazem nova rodada de discussões sobre a licença de operação da hidrelétrica.

Com ela, começa de uma vez por todas o alagamento “das últimas e preciosas manchas de mata de araucária na região”, diz o vídeo. E daí? Daí que, quando isso acontecer, se acontecer, ao longo de 100 quilômetros do rio Pelotas irá por água abaixo “um vale verde, muito verde”, encaixado entre os dois estados. Nesse caso, como os meios de comunicação deram pouca trela a essa história toda, serão raridades iconográficas as imagens desse documentário amador, fotografado por um cinegrafista que meses atrás foi apanhado em casa no interior de Santa Catarina, posto com câmera e tudo no banco traseiro de um Corsa cheio de gente e levado às pressas para registrar o voo de helicóptero que avaliou as terras condenadas pela represa. Ali estão provavelmente as únicas lembranças de uma paisagem rara, quase extinta no país, confinada a 2% do território nacional. Os brasileiros estão perdendo a mata de araucária sem exercer sequer o direito de se despedir dela antes do fim.

Só isso bastaria para tornar recomendável, senão obrigatória, a exibição do vídeo de Miriam Prochnow numa grande emissora de TV. Ele não deixa de ser um filme de catástrofe. Mas ninguém espere prodígios técnicos nem efeitos especiais dessa produção da Apremavi, a ONG de Miriam Prochnow, nascida de um pacto ambiental com pequenos agricultores da serra catarinense e instalada numa casa de madeira no canto do terreno da família. Imperdível, nele, é o trabalho que as grandes emissoras de televisão não quiseram fazer. Por exemplo, descer o rio para ver o que existe em suas bordas. Ou filmar a fauna e a flora da região.

Na sua modéstia, são imagens que um dia talvez sirvam para ilustrar cursos de jornalismo, em aulas sobre o que os meios de comunicação não andavam fazendo em 2005. Sem elas, é conversa fiada dizer que cabe à opinião pública decidir, sabe-se lá em que instância, se prefere a energia elétrica a uma floresta nativa de araucárias. Antes, ela precisa ver o que os engenheiros acharam melhor esconder seis anos atrás no relatório de impacto ambiental, quando tiraram do Ibama a licença para começar a obra. Depois, sim, dá para resolver, como diz Miriam, “se o custo do progresso tem que ser tão alto”.

O bê-a-bá do EIA-Rima

02.06.2005

Para os botânicos, ela se chama *Dyckia distachya*. Para os leigos, não chega a ter nome, porque isso brota da convivência de um povo com as plantas de sua terra. É uma bromélia rara, que dificilmente terá tempo daqui para a frente de entrar na intimidade dos brasileiros. Vive exclusivamente nas margens dos rios Uruguai e Pelotas, na fronteira do Rio Grande do Sul com Santa Catarina. Cobre o fundo dos cânions e, quando floresce, lança do chão pedregoso, como fogos de artifício, seus pendões alaranjados. Embora vistosa, parece ter o dom de ser meio invisível, pois só agora, no meio do penúltimo capítulo, virou estrela na longa novela da hidrelétrica de Barra Grande.

Ela é a mais nova protagonista da lista de espécies que estão prestes a desaparecer, tragadas pelo lago artificial que moverá a usina. Consta de um relatório recém lançado pelo Projeto de Conservação de Espécies Reófitas no Sul do Brasil. E, antes de ir adiante, convém não perder de vista que “reófito” é um vegetal que se dá bem com água corrente. Represa, como se sabe, quer dizer água parada.

Os pesquisadores do Departamento de Botânica da Universidade Federal de Santa Catarina que acharam a *Dyckia distachya* avisam que, para lá de endêmica, ela só se encontra atualmente em três lugares do território brasileiro. Os três ficam no caminho das águas de Barra Grande. Mas a bromélia não está no rol das plantas que a empresa se comprometeu a estocar num banco genético, para reconstituir a mata condenada. Nessa arca de Noé embarcaram espécies como a araucária, a imbuia, o xaxim e a cabreúva. Mas a bromélia perdeu a última chamada.

Biólogos catarinenses mandaram, em nome da *Dyckia distachya*, um alerta à ministra Marina Silva. Alegam que, concedendo a licença de operação para a usina, o Ibama estará autorizando oficialmente a extinção da espécie. E isso nunca fez parte de seu serviço. O apelo chega a Brasília escoltado por fortes argumentos. Lembra que o Brasil, como signatário da Convenção da Diversidade Biológica, tem o dever de evitar ataques genocidas à sua natureza. A Constituição, ainda por cima, obriga o poder público a proteger a fauna e a flora. Enfim, o decreto 750/93 recomenda especial cautela com projetos que ponham em risco o pouco que sobrou da mata atlântica, como é o caso dessa bromélia. Mas tem poucas chances de mudar o rumo do rio Pelotas.

Pobre *Dyckia distachya*. Logo com quem ela foi se meter. Do alto de seus 690 megawatts de prioridades energéticas, Barra Grande engole esse tipo de contratempo como borbulhas nas turbinas. Já passou por cima de coisas piores, como o relatório de impacto ambiental falsificado sobre o qual repousa há quase um ano, como fato consumado, seu paredão de concreto. A fraude é incontroversa. Isso nem a ministra Dilma Rousseff, que defende as hidrelétricas custem o que custarem, se dispõe a negar. Mas o escândalo só veio à tona quando a obra ficou pronta. Logo, quando era tarde para a Justiça brasileira, que nessas histórias costuma ter pressa.

Por conta da fraude de Barra Grande, a Engevix, empresa de engenharia responsável pelo relatório, foi multada pelo Ibama em R\$ 10 milhões. Mas a Baesa, consórcio formado pela Camargo Corrêa, Votorantim, Bradesco, Alcoa e CPFL que construiu a barragem, vai ganhando passo a passo na Justiça, no Governo Federal e no Ministério Público seu atestado de inocência. Tapeada pela Engevix, ela teria percebido tarde demais que seu lago artificial inundaria 4,3 mil hectares de florestas de araucárias, legalmente intangíveis.

O problema é que a presunção de boa fé só trafega em Barra Grande de cima para baixo. E os ambientalistas, nesses casos, sempre estão a jusante. Para eles, vale o princípio de que não se mexeram contra a represa enquanto ainda era tempo de evitá-la. Foram enganados pela Engevix, como a Baesa. Mas, ao contrário da Baesa, não tinham o direito de fazer nesta história o papel de bobos. Foi isso que resolveu outro dia o desembargador Vladimir Passos de Freitas, ao derrubar no Tribunal Regional Federal da 4ª Região a liminar que impedia o Ibama de autorizar o fechamento das comportas. Sem ela, a licença de operação pode sair de uma hora para outra. E a *Dyckia distachya* sairá de cena tão depressa que talvez os brasileiros nem se lembrem dela, quando tiverem de refazer um dia a conta de quanto custa mesmo uma hidrelétrica.

O troco de Barra Grande

25.11.2005

A catarinense Miriam Prochnow ganhou o Prêmio Ford Motor Company de Conservação Ambiental. Fez do limão limonada. Ou, nas palavras que o júri usou ao escolhê-la, transformou num ano de “conquista individual” este 2005 que tinha tudo para acabar em frustração. Há meses, ela perdeu a campanha contra a usina de Barra Grande. Mas, ganhando o prêmio, deu aos brasileiros outra chance de enxergar o que está acontecendo com seu patrimônio inalienável em nome da pressa de fazer hidrelétricas.

Por descuido continuado da opinião pública, no caso de Barra Grande, o consórcio Baesa acabou levando a melhor na grilagem das matas de araucária que afogou no rio Pelotas, entre Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. Ali, como todo mundo ficou sabendo quando era tarde demais, ergueu-se uma parede com 180 metros de altura sobre o atestado falso de que a barragem só inundaria “pequenas culturas, capoeiras ciliares e campos com arvoredos esparsos”.

Era trapaça. Mas a mentira só apareceu depois que a barragem estava pronta. E, à falta de autoridades aptas a enfrentar um fato consumado em concreto, Barra Grande foi liberada. Miriam Prochnow perdeu ali sua campanha. Mas o país perdeu muito mais. Foi-se uma floresta rara, coroada por uma espécie de árvore nativa que brotou nos campos sulinos há mais ou menos 350 milhões de anos, num mundo ainda povoado por dinossauros. E, no século XX, resistiu aos dentes das serrarias.

Quase o mesmo

Contra tamanho prejuízo, as compensações de praxe só serviram para provar que, no Brasil, o crime ambiental compensa. Os “termos de ajustamento de conduta” que “legalizam” Barra Grande incluem a promessa de plantar uma floresta igualzinha à que a represa vai tragar agora. Com muito boa vontade, dá quase no mesmo, para os brasileiros que olham hoje para o futuro com a certeza de que viverão 200 anos. Os outros, menos longevos ou otimistas, perderam mais uma floresta para sempre.

Mas, além do Prêmio Ford, houve em Barra Grande uma chance desperdiçada de pensar a trabalhadeira que Miriam Prochnow teve com a campanha. No episódio, aflorou a ponta de uma indústria cada vez mais próspera, que fabrica relatórios técnicos de impacto

ambiental feitos sob medida para atestar que qualquer bom negócio é bom negócio para todo mundo, e não só para quem vai lucrar com ele.

Basta, para tanto, minimizar as perdas e superfaturar os ganhos. Produz-se assim, em verdadeiras linhas de montagem, muitas vezes usando aquele recurso dos processadores de texto que copia pedaços de um documento e cola em outro, um tipo de relatório que serve para tudo, menos para evitar, como deveria, a privatização irregular de um patrimônio público chamado natureza. Essa grilagem está cada vez mais em voga, bafejada de cima pelo anarcodesenvolvimentismo do governo Lula.

Grilagem ambiental

Se, ao tomar as margens do rio Pelotas, Barra Grande jogasse pelo menos um pouco de luz sobre essa indústria de grilagem ambiental, talvez pudesse valer a pena afundar num lago artificial 4.335 hectares de matas primárias ou em estágio avançado de regeneração. Mas nem isso a hidrelétrica fez. À sombra do caso Barra Grande, as fabriquetas de EIA-Rima falso continuam operando no escuro. Mais dia menos dia, acabarão vendendo relatório em camelo.

Por enquanto, produziram uma obra-prima literária. Ela brilha como mil sóis no boletim da Rede de ONGs da Mata Atlântica, que não por acaso tem Miriam Prochnow no comando. Inspirou-se na Usina Tijuco Alto, que ainda nem passou pelo Ibama, mas já “está dando o que falar”, por se tratar de ficção.

“O Rima usa as informações de forma inovadora e procura seduzir o leitor para os benefícios da obra da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) no Vale do Ribeira, localizada nos Estados de Paraná e São Paulo”, diz o boletim. Ali, “de um total de 5.180 hectares do futuro lago”, em terreno que pertence à empresa, “3.721 hectares serão desmatados”. Mas com que lábia!

Contada pelos autores da hidrelétrica, a história do Tijuco Alto, projeto que tem por trás uma briga de quase 20 anos, parece um conto de fadas, vivido por “Adriana” e “Ribeirinho”, duas crianças que encarnam Adrianópolis e Ribeira, municípios na mira da represa. Um belo dia a dupla é perturbada no banho de rio por um estrondo. Literalmente, “Bbrrrr-roooooooooommmmm”. E daí para a frente convém passar à narrativa original:

— *Quem será que está chegando?*, indaga a menina.

— *Olha, Adriana! Quem são aquelas pessoas? O que será que elas vieram fazer aqui?*, de repente, surge num passe de mágica:

— Tio Juco, ao seu dispor.

O Tio Juco então conta para a meninada e mais um amigo da espécie canina o que veio fazer ali:

— Olá amiguinhos! Vejo que vocês têm muitas perguntas e vim aqui para ajudá-los a entender o que está acontecendo! Esse pessoal está aqui para estudar a região, para saber se é possível a construção de uma Usina Hidrelétrica. Cada um estuda um tema diferente, como os bichos, a mata, o solo, a água, as pessoas, e muito mais.

— Nossa!!, dizem os meninos. Até que o “super” Tio Juco pega pela mão as crianças e sai voando para uma “super-aventura”.

Bom, deu para pegar o espírito da coisa. Segundo a Rede de ONGs da Mata Atlântica, o Rima foi entregue no dia 10 de outubro e o Ibama tem 120 dias para fazer sua leitura crítica. Mas já foi classificado pelos ambientalistas como pioneiro da propaganda num documento que deveria ser técnico e isento. Como está, “passa uma ideia de que os bichos, as plantas e a comunidade estão felizes nos momentos onde são apontados os possíveis impactos”, diz o advogado Raul Silva Telles do Valle, do Instituto Sócio-Ambiental.

Mas também se pode encarar a mudança de estilo com olhos mais benevolentes. Afinal, o brasileiro sempre teve fama de conciliador. Peças de ficção esses relatórios já eram, há muito tempo. No Tijuco Alto, ajustando a forma ao conteúdo, armaram o grande passo para a plena maturidade. Estão prontos para virar de vez o que já eram: literatura infantil.

Em tempo



A hidrelétrica de Barra Grande alagou 4 mil hectares de floresta com Araucárias, e a espécie de bromélia Dyckia distachia foi extinta da natureza. As compensações ambientais não saíram do papel: apesar de um estudo multidisciplinar recomendar a criação do Refúgio de Vida Silvestre do Rio Pelotas, a proposta segue engavetada, assim como os R\$ 22 milhões que deveriam ter sido investidos em ações de conservação. A luta contra a barragem, porém, mudou a lei de crimes ambientais, que passou a incluir o “artigo Barra Grande”, responsabilizando criminalmente técnicos que assinarem laudos falsos: pelo artigo 69-A da lei 9.605/1998, quem “elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão” está sujeito a pena de 3 a 6 anos de reclusão, além de multa. A repercussão do caso também foi decisiva

para que, até agora, permaneça arquivado o projeto da hidrelétrica Pai Querê, que inundaria mais de 100 km ao longo das margens do rio Pelotas. Miriam Prochnow e a Apremavi continuam denunciando agressões ao meio ambiente e promovendo ações de educação ambiental, conservação da biodiversidade e restauração florestal. Em 2023, a Apremavi completa 35 anos.



Foco na última chance

A câmera é um instrumento que ensina a ver sem a câmera.

No meio do caminho tinha uma parede

17.10.2004

Poucas mortes devem ser tão parecidas com o fim do mundo quanto a de um beija-flor que colide com uma parede branca a mais de 50 quilômetros por hora. E, para esse tipo de efeito especial, as paredes andaram especialmente brancas nesta primavera. Antes de se dissolver na umidade pegajosa do verão antecipado, a estação pegou desprevenido o Rio de Janeiro com dias de ar frio e sol ofuscante, como se maio estivesse chegando com cinco meses de atraso.

Numa dessas manhãs lavadas, uma fêmea de papo-branco se estatelou na fachada de uma casa em Muri, na serra fluminense. Chocou-se no voo com uma súbita barreira de luz solidificada. Para ela, aquilo foi um 11 de setembro em outubro. Mas, até aí, nada demais. “Os beija-flores, às vezes, voam de encontro a paredes brancas ou vidraças, e com frequência nestes acidentes escapam à morte, ao contrário de outras aves, como pombas”, promete o verbete dos *Trochilidae* em *Ornitologia brasileira*, de Helmut Sick.

Mas aquela fêmea morreu. E em tragédias dessa escala, envolvendo um corpo que mal chega a 5 gramas em 10 centímetros de tamanho do bico à cauda, desastre não faz barulho. Quando ela foi achada no chão, muito tempo depois, seus dois filhotes também estavam mortos no ninho, ainda implumes, duas semanas depois de quebrarem os ovos a três metros de uma janela no segundo andar da casa. Muri tinha perdido de uma vez três exemplares e duas gerações de *Leucochloris albicollis*, só porque o tempo estava bom.

Somando a expectativa de vida da mãe e dos filhos, são pelo menos dez anos de beija-flor a menos. Quer dizer, pouca coisa. A espécie, em si, nada tem de rara. O próprio Sick avisa que, mesmo sem a vizinhança de paredes brancas, “nos anos chuvosos morrem muitos filhotes” e que até o excesso de calor pode levar uma fêmea a desertar o ninho. E certamente há um preço a pagar para viver com uma febre crônica de 42 graus e um coração que bate 1.240 vezes por minuto. Não foi à toa que Guimarães Rosa chamou o beija-flor de “cintilante instantâneo, sem futuro nem passado”.

Aquela família de *Leucochloris albicollis*, pelo menos, foi exatamente isso. Apareceu de repente embaixo da janela, balançando na ponta de um galho de quaresmeira. O ninho dava

a impressão de que não iria resistir ao primeiro pé-de-vento. Mas aguentou firme e ainda está lá, vazio, mas intacto. É de boa construção, feito com musgo, paina e teia de aranha. E deve ter custado à mãe uns dez dias de trabalho. Ela passou em seguida duas semanas chocando os ovos. Depois, vieram os quinze ou dezesseis dias em que alimentou as duas bocas de bicos curtos, que comiam e cresciam sem parar. No fim, o ninho parecia pequeno demais para os três. Cada vez que lá embaixo os filhotes se mexiam, ela balançava em cima deles, como um barco nas ondas.

Tudo isso para dar em nada. Ou seja, para dar numa coleção de fotografias que parou de repente, no meio do caminho. Ou numa parede branca. Mas esse também não é o problema, porque já fomos mais perdulários em matéria de beija-flor. No século XIX, fez fama e fortuna em Paris uma certa Mme. Finot, confeccionando chapéus iridescentes com penas de beija-flor. Londres teve um leilão em que saíram, de uma martelada só, nada menos de 37.603 peles de beija-flor, importadas do Brasil e da Colômbia. E em 1905 os livros de moda registram o recorde de 8 mil peles num único manto de plumas.

À sombra desses números, as três baixas da semana em Muri talvez não tenham a menor importância. Elas só vieram parar aqui, nesta página, para aproveitar algumas fotografias, que ninguém é de ferro, antes que elas baixem ao arquivo morto. E para lembrar que somos mesmo uma espécie muito desastrada no trato com o planeta. Não sabemos nem pintar uma casa sem fazer uma armadilha.

O retratista de gigantes

29.10.2004

Ambicioso mesmo é o programa ambiental do fotógrafo catarinense Gernot Berger. Ele tem 68 anos de idade. E a intenção de fazer sozinho a enciclopédia da araucária. Quando fala em enciclopédia, refere-se a uma coleção de livros sobre essas árvores, em 27 volumes “e três idiomas”. Ou seja: tudo sobre o personagem que ele começou a perseguir em 1958. De lá para cá, à medida que as florestas de araucária iam desaparecendo rapidamente no sul do Brasil, cresceu sem parar sua coleção de relíquias. É uma corrida contra o tempo. Mas, quase meio século depois, ele ainda não sabe até onde o projeto vai levá-lo.

Só sabe que vai em frente. Berger passa a vida entre Florianópolis, onde mora, Joinville, onde tem um laboratório fotográfico, e o mato, onde visita araucárias. Varre o interior com o tripé de carbono, a câmera panorâmica, muita paciência para aturar mosquitos e a obstinação dos viajantes que no século XIX fotografaram pela primeira vez o interior do Brasil. Procura os patriarcas e as matriarcas dessa família ilustre, que começou a povoar o continente quando os dinossauros ainda caminhavam pelo planeta. Fotografa de preferência pinheiros centenários. Melhor ainda quando eles são muitas vezes centenários. E os retrata como criaturas singulares que, desterradas de suas florestas originais pelas madeireiras, sobrevivem em beiras de cerca, fundos de pasto e grotas inacessíveis na Serra do Mar.

A maioria dessas árvores hoje tem dono. Muitas posam, com seus troncos enormes e suas rugas monumentais, junto aos atuais proprietários. São frequentemente protagonistas solitários ao lado de famílias numerosas. Em certos grupos rurais, entram até os cavalos e os cachorros. Suas raízes dividem com os figurantes o primeiro plano. Mas, para não deixar dúvidas sobre quem é quem naquelas fotos, feitas com uma câmera panorâmica, as imagens se desdobram para cima, enquadrando lá no alto os galhos das araucárias contra o céu.

Berger descobriu por conta própria, no sul do Brasil, o desvio que na Inglaterra levou o historiador irlandês Thomas Pakenham a fazer dois livros que não se parecem com nenhum outro. São álbuns fotográficos de árvores notáveis. E já na primeira linha do primeiro livro – *Meetings with remarkable trees* – Pakenham declara que sua obra não é convencional. A fórmula que usou para falar de árvores “deve pouco à botânica”, para começo de conversa. Nomes científicos, no livro de Pakenham, vêm atrás, muito atrás de critérios como a “forte

personalidade” de cada uma das 60 árvores que posaram para ele. Preferiu arrumá-las num panteão vegetal, onde cabem, por exemplo, categorias como “Sagradas” ou “Fantasias”.

Mas Pakenham descende de um barão que já andava plantando carvalhos na Irlanda em 1745. Carvalhos que, por sinal, aparecem ainda de pé no livro. Para um aristocrata inglês como ele, a excentricidade é um dom natural, se não for um privilégio hereditário. E Berger, que até a semana passada nunca tinha ouvido sequer falar de Pakenham, só se meteu nessa empreitada, numa idade em que a maioria das pessoas não faz planos nem de aposentadoria, porque ainda não está convencido de que é velho. “Sou jovem há muito tempo”, diz ele.

Ele tem duplo título de pioneiro. Há 28 anos, fundou com o pai a cidade de Tunápolis, em Santa Catarina. E há 46 anos, “precisamente no dia 6 de setembro de 1958, às nove da noite”, tirou do tanque o primeiro filme Ektachrome “revelado no sul do Brasil”. No fim dos anos 1960, foi contratado pelo governo de Santa Catarina para levantar, com a máquina fotográfica, o potencial turístico do estado. “Cheguei a ter 10 mil imagens de homens do campo naquela época”, ele conta. Acabou convencido de que não dava para separar a história daquelas populações tradicionais da história das araucárias.

Berger selecionou pelo menos 2.500 fotografias de araucárias. Mas são as árvores velhas e raras, algumas “com cerca 350 anos e troncos de um metro e meio de diâmetro na altura do peito”, o filé da coleção. Achá-las é um problema. Fotografá-las, uma odisséia. Elas se espalham por três estados. Não constam de guias. Nem sempre estão em áreas públicas ou são fáceis de visitar “atrás das pirambeiras”. Uma ou outra já foi exposta nas Feiras do Vinho em Lajes e na sede do Ibama em Curitiba. Mas há um estoque de imagens inéditas, guardado para a enciclopédia.

Por que começar logo com uma enciclopédia? “Porque com o tempo fui descobrindo que a araucária é assunto que não acaba mais”, Berger responde. Mas tinha que ser em três idiomas? “Sem uma tradução em espanhol, ficariam de fora os argentinos, uruguaios e outros vizinhos, que também têm araucárias. E, sem versão em inglês, é muito difícil vender um livro caro como este”. E quando ele sai? “Nisso ainda não pensei. Tenho mais o que fazer”, ele diz. Por exemplo, procurar araucárias em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, onde ele e sua Noblex ainda nem começaram a estudar as poses dos últimos gigantes.

O retratista de árvores milenares

14.07.2006

Thomas Pakenham fotografa árvores. Ou melhor, retrata-as, com as rugas, expressões e gestos que contam, num clique, a história de uma vida. Apresenta-se como amador. Mas é dos bons, da linhagem de amadores que devolve à palavra a menção original às pessoas que trabalham por gosto, para não dizer por amor. Leva o encargo tão a sério que há mais de uma década carrega mundo afora uma Linhof Technika, câmera de fole grande, complexa e pesada, dotada de um corpo capaz de qualquer contorcionismo para achar a perspectiva certa até nos ângulos errados. É o instrumento ideal para retratados que só se deixam enquadrar de baixo para cima e se espalham por vastos espaços mesmo quando crescem em lugares apertados. Mas, como um puro-sangue arisco, ela só funciona nas mãos de quem sabe controlá-la. Pakeham adotou-a porque um fotógrafo profissional lhe disse que ele não estava à altura da Linhof. “Evidentemente, achei o desafio irresistível”, ele explica.

Com ela, fez *Meetings with Remarkable Trees*, contando seus encontros com árvores notáveis. O livro virou seriado na televisão inglesa e acabou puxando outro, colhido em viagens por todos os continentes. Mas, com a desenvoltura de legítimo aristocrata inglês, nascido com salvo-conduto para exercer em paz sua excentricidade, Pakenham avisa logo na primeira linha do primeiro volume que não se trata de livros convencionais. Ele não é dado a abraçar árvores, informa. Não promete um guia de Botânica nem ajudar o leitor a identificar plantas, “muito menos cultivá-las”. Tudo o que oferece, em bons textos e imagens caprichadas, é um antídoto contra a indiferença humana por velhas árvores, atitude que a seu ver não combina com a moda dos pruridos ambientais.

Grande personalidade

Na Inglaterra ele já viu carneiros roendo a casca de teixos milenares. Na China, fotografou o último pinheiro secular numa floresta que deveria estar cheia deles. Pelo resto, os lenhadores acabavam de passar sem a menor cerimônia, como se não estivessem lidando com criaturas “mais pesadas do que qualquer animal terrestre, mais altas que a maioria dos edifícios e mais velhas do que muitos monumentos antigos”. No entanto, “mesmo se não fosse um organismo vivo, uma árvore já seria um objeto extraordinário”, diz Pakenham. Há copas que cobrem, sozinhas, 1.500 metros quadrados de chão, espalhando para todos os lados galhos e ramos que, emendados, alcançariam quase 20 quilômetros de comprimento.

Convencido de que árvore “não se produz em massa”, Pakenham vai atrás das que têm “grande personalidade”, escolhendo-as pela idade, tamanho, forma, viço e importância histórica. Ou seja, pela aparência e pelo currículo. Na Europa, quase todas as árvores históricas têm dono. E, nesse caso, o proprietário posa a seu lado como modesto coadjuvante, espremido num canto da fotografia pela presença descomunal da madeira, como se estivesse ali só para lembrar que o protagonista é o carvalho, a faia, o freixo ou o abeto. A coleção tem de tudo. Gigantes emparelhados em cemitérios, capelas, quintais e minúsculos terrenos urbanos.

Sobre uma tília em Shewsbury empoleira-se uma casa de chá. No tronco oco de um baobá em Klaserie instalou-se um bar onde podiam se aboletar até 15 garimpeiros durante a corrida do ouro que varreu a África do Sul no fim do século XIX. Na Grécia, no Japão, na Índia ou mesmo na Normandia resistem de pé árvores usadas através das gerações como santuários e capelas. Nas bordas do deserto do Kalahari, Pakenham fotografou cascas que conservam os grafites de exploradores europeus, atravessando o Botsuana 150 anos atrás. Nos vales alpinos de Santa Gertruda, no Tirol italiano, encontrou um lariço que viu passar as tropas de Júlio César. Num subúrbio da Westfalia, na Alemanha, conheceu um carvalho “que daria uma excelente casa para unicórnios” e, ao longo de sua existência, serviu de altar pagão e corte marcial.

Ele foi longe. Começando pelos carvalhos plantados por seu bisavô em Westmeath, armou sua Linhof diante de ciprestes no México, sequóias nos Estados Unidos, eucaliptos na Austrália, figueiras em Madagascar. Mas não passou pelo Brasil. Deve achar que aqui não existem árvores “culturalmente significativas”, o que não deixa de ser um tributo aos costumes locais.

O lixo, modéstia à parte

10.04.2005

Jardim Gramacho, do documentarista Marcos Prado, é um prodígio da reciclagem: um livro de arte feito com material que ele catou no lixo, em dez anos de visitas ao avesso de todos os cartões postais do Rio de Janeiro. Ou seja, o vazadouro municipal onde a cidade despeja diariamente 7 mil toneladas de imundície, na beira da Baía de Guanabara.

Ali, o autor fez mais de mil fotografias, das quais 87 vieram parar no livro. São flagrantes da vida cotidiana entre urubus, garças, enxames de moscas, ferros-velhos, bichos mortos, comida putrefata, plástico imputrescível, folhas de manguezal despontando no chorume negro e gente – quer dizer, catadores de lixo que trabalham e acampam no monturo-mor da cidade.

As fotos têm força de sobra para virar pelo avesso as noções sobre meio ambiente até de quem folheia suas 132 páginas sem sequer reparar que nelas não há legendas. “É difícil descrever a sensação que se tem quando se adentra pela primeira vez um lixão como Gramacho”, ele conta na introdução do livro. “Além do mar de lixo, do cheiro fétido e putrefato do ar, do fogo e da fumaça que brotavam espontaneamente do chão, do mangue morto asfixiado pelo chorume e dos urubus e garças sorvendo o que viam pela frente, o que mais me chocou em Jardim Gramacho foram as dezenas de homens, mulheres e crianças que ali se encontravam, misturados ao caos daquele cenário de abandono e desolação”.

Ele dirigiu filmes premiados – como *Os Carvoeiros* e *Os Boiadeiros* –, mas é antes de tudo fotógrafo. Aliás, um fotógrafo que em 2002 entrou para o panteão dos “Mestres” que ilustram o calendário da Hasselblad. A cada ano, só há vagas nessa galeria para 12 fotógrafos do mundo inteiro.

Em troca, suas fotografias em Jardim Gramacho têm a marca inconfundível da câmera Hasselblad em sua configuração clássica: com o visor sem prisma, que induz o fotógrafo a mirar o mundo de cima para baixo, refletido numa placa de vidro despolido, o que é uma maneira de enquadrá-lo de baixo para cima, como se estivesse encarando seu assunto ao mesmo tempo com a cabeça e o umbigo.

A câmera tem seu próprio ponto de vista. E não há ângulo melhor do que o dela para fotografar quem é pobre, sujo e maltrapilho. Através da Hasselblad, o fotografado se eleva diante do fotógrafo como um busto no pedestal. E o resultado, quando ambos sabem o que

estão fazendo um na frente do outro, é uma escola de retratos que subvertem a perspectiva convencional com que a sociedade olha seus humildes.

Como os jangadeiros de Marcel Gautherot e os estivadores de Pierre Verger, os catadores de lixo fotografados por Marcos Prado parecem altivos. Têm os pés na lama repugnante, mas a cabeça no céu. Enfrentam as lentes de um ângulo que apaga de seus olhares qualquer traço de timidez. E dão até a impressão de que podem fotografar o fotógrafo, como o negro sem rosto que posou por trás de uma câmera Minolta toda amassada, tirada do chão de Gramacho.

Se fosse só isso, o livro bastava. Mas as imagens estão a serviço de um debate sobre o que fazer com o lixo dos 8 milhões de cariocas e o que fazer com as pessoas que vivem do que os outros põem fora. E isso é uma novidade e tanto em obras do gênero.

Há opiniões para vários gostos. O engenheiro José Henrique Penido, ex-presidente da Comlurb, desanca a reciclagem, alegando que, em vez de ser a pedra filosofal do consumo sustentável, ela queima recursos caros que também agredem o meio ambiente. “A coleta seletiva de recicláveis”, diz ele, “custa em torno de 5 a 10 vezes mais do que a coleta convencional, e o valor do produto coletado é de 10 a 5 vezes menor do que esse custo. Quem paga a diferença?”.

Resposta: o pé-rapado, que parece estar aí para isso mesmo: revolver a podridão em busca de latas de alumínio, garrafas de plástico, papel e vidro. “Na maioria das cidades brasileiras e sul-americanas observa-se um aumento extraordinário da catação de produtos recicláveis nas ruas e nos aterros, fruto da crise econômica que se agravou na virada do século. Este fato é consequência do enorme contingente de desempregados que vagam pelas cidades, buscando sobreviver com a recuperação de recicláveis do lixo, que tem se mostrado, aí sim, uma fonte de recursos importantíssima para essas pessoas”.

Não está convencido? Vire algumas páginas e lá está o professor Sabetai Calderoni, diretor do Instituto de Ciência e Tecnologia em Resíduos e Desenvolvimento Sustentável, garantindo exatamente o contrário. A reciclagem, para ele, não é um “sonho romântico de ambientalistas”, mas a saída que ao mesmo tempo poupa dinheiro, evita o desperdício de matérias-primas, aumenta a oferta de emprego, economiza energia, “oferece ganhos bilionários à indústria” e “ajuda o planeta”.

Penido e Calderoni conseguem desfraldar suas divergências na ponta do lápis, com equações de perdas e lucros à primeira vista irrespondíveis. O que pode não ser o melhor atalho para quem tem pressa de chegar a uma conclusão sobre o assunto. Mas sem dúvida torna o livro mais divertido. E, se o caso é evitar polêmica, a página 83 oferece um refúgio seguro contra a perplexidade. Lá, o biólogo Mario Moscatelli mostra o que dá para fazer – e o que

ele mesmo já está fazendo – para recuperar, pelo menos em parte, os 1,3 milhão de metros quadrados de manguezal que Gramacho afogou em chorume, substituindo “um berçário de vida” por um “paliteiro de árvores mortas”.

Desde 1997, Moscatelli toca em Gramacho um projeto de regeneração desses filtros naturais que a baía de Guanabara perdeu para aterros e vazamentos tóxicos. O processo é complicado e lento. Mas, de lá para cá, em 130 hectares de manguezal gerenciados nas bordas do aterro sanitário “onde havia lixo, hoje há propágulos, plântulas, arbustos, árvores e muitos, muitos caranguejos”.

Claro que, através dos caranguejos, vieram os caranguejeiros, prontos para caçá-los até acabar com eles. Sinal de que o problema tem muitas pontas. Mas Moscatelli acredita que, pelo menos, ficou demonstrada nas piores condições possíveis a fórmula capaz de devolver ao Rio de Janeiro a baía de Guanabara como “área de lazer, local para o ecoturismo e o extrativismo animal”. Como se vê na página 130, onde uma fotografia de Marcos Prado flagrou novas plantas rompendo o lodo negro, como flores na neve.

Em tempo



O maior lixão a céu aberto da América Latina foi oficialmente fechado em junho de 2012, na esteira da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Em seu lugar, foi instalada uma usina de produção de gás metano. Mas, dez anos depois, novos lixões haviam brotado nos arredores. Há 25 anos atuando na região, o biólogo Mário Moscatelli e sua equipe já recolheram milhares de toneladas de lixo das margens da baía, e somente no ano de 2021 replantaram mais de 40 mil metros quadrados de vegetação nativa.

No meio da semana passou o Tietê

11.11.2009

Quando o governo brasileiro senta tantos ministros para negociar entre si propostas para levar à Dinamarca como se já estivessem lá, discutindo com diplomatas estrangeiros na COP-15, é hora de procurar notícias mais concretas por aqui mesmo. No caso, notícias que chegaram providencialmente em forma de livro. Um livro leve, bonito e otimista sobre um assunto que é quase nome feio: o Tietê.

Quem passa de má vontade por ele nos engarrafamentos de São Paulo, fazendo o possível para não vê-lo e, sobretudo, não aspirá-lo, deve achar que rio urbano só é tema ambiental que se preze nas pontes do Sena, nos parques novaiorquinos da beira do Hudson ou, para não ficar muito longe das atenções mundiais, nos canais de Copenhague.

Mas em *Tietê, um rio de várias faces* o jornalista Thiago Medaglia e o fotógrafo Valdemar da Cunha fizeram o contrário. Olharam o Tietê como se ele fosse um caso interessante. E até um rio fotogênico. Todos os seus problemas estão lá – a poluição tóxica, o esgoto doméstico, a canalização sepulcral e o medonho lixo que lhe entope a calha imunda. Mas nada disso impede que se encontrem em suas páginas famílias de capivaras fitando a alva cordilheira de edifícios cada vez mais altos nas avenidas marginais. Ou que, no caminho de Pirapora, o rio passe por uma serra povoada por 652 espécies de borboletas. E que em Barra Bonita atravesse eclusas que são, literalmente, o ponto alto de cruzeiros fluviais em barcos lotados de turistas.

Tudo isso para botar na perspectiva do próprio rio – ou seja, a de longo curso – a frase de um diretor do Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo, que deve ter incomodado particularmente o repórter, porque figura entre aspas na primeira linha do livro: “O Tietê não é mais um rio. É um canal de engenharia”.

Ele é mesmo uma escadaria de barragens, descendo da Serra do Mar e correndo para longe do Atlântico, rumo ao interior paulista, até desaguar no rio Paraná, mil e tantos quilômetros a oeste. É por causa desse curso que ele foi, em priscas eras, o rio das entradas e bandeiras. E hoje é uma hidrovia onde barças levam quase 5 milhões de toneladas de soja, cana-de-açúcar ou material pesado de construção Brasil adentro.

Em outras palavras, do ponto de vista estritamente utilitário, o Tietê está vivo e irrigando negócios. Isso em séculos de exploração predatória e mínimo investimento em conservação. Suas nascentes em Salesópolis só foram oficialmente localizadas na década de 1950 e só viraram parque estadual há 13 anos. Na capital, seu trecho mais vistoso é um antigo lixão, promovido a “parque ecológico” para 50 mil visitantes, em média, nos fins de semana.

Ao longo do rio, cada população ribeirinha tem o Tietê que pode ou que merece. Em Pirapora do Bom Jesus, onde a correnteza transforma numa nata mal-cheirosa as toneladas de detergente diluídas em suas águas, Medaglia encontrou um menino de 9 anos que compara essa espuma a “algodão doce com canela”. Rio abaixo, surge impávido em sua cabine de comando o tarimbado barqueiro Hélio Palmesan. De tanto transportar pessoas em viagens de recreio pelo médio Tietê, ele acabou no timão do San Marino, um barco próprio, com poltronas para 700 turistas. Em Buritama, a 535 quilômetros da capital, há casas de veraneio e clubes náuticos nas barrancas do rio. Oitocentos pescadores profissionais vivem dos bagres, pacus e tainhas que, sabe lá Deus como, o rio ainda sustenta. Ao redor das hidrelétricas, as barragens formam praias e as várzeas inundadas, reservas de fauna nativa.

Se as autoridades brasileiras têm tantas dúvidas sobre o que o progresso é capaz de fazer nas suas inevitáveis percentagens de vantagens e estragos, melhor do que ensaiar vagos índices de CO₂ para Copenhague é provar as amargas doses do Tietê.

O olho clínico

02.09.2005

Alto, corpulento, louro, o fotógrafo Pedro Martinelli parece um viking, como disse Dorrit Harazim na apresentação de seu livro sobre as mulheres da Amazônia. Mas lá vão muitos anos desde que ele largou três décadas de carreira nas melhores redações do país e nas grandes agências de publicidade para se mimetizar entre os caboclos miúdos e morenos como se fosse um deles.

O que faz para não ser o incurável forasteiro, que deforma todas as cenas à sua volta com o peso de sua presença? Meses atrás, Martinelli contou o segredo no café da manhã de um hotel em São Paulo. Estava cercado na mesa, como um guru barbudo e desgrenhado, por jornalistas que não o viam desde que ele passou a viver, de preferência, num barco cercado de selva por todos os lados. Mas nem assim exagerou nas cores.

“É simples”, ele respondeu. Vivendo lá, descobre-se que na Amazônia só há, no fundo, dois tipos de gente. A que usa sapatos, e por isso nunca deixará de ser exótica. E a que calça sandálias Havaianas, se possível bem surradas, com a sola varada por espinhos e tiras de cores diferentes, vindas de pares desconstruídos. Essa, venha de onde vier, é da terra.

Claro que o segredo não é esse, e sim o fato de achar que é tão fácil olhar o mundo não pelas lentes da câmera, mas pelos olhos de um caboclo. Como ele faz com nitidez espantosa na edição de agosto da *Argumento*, revista publicada por uma livraria do Leblon, no Rio de Janeiro. Lá está, na página 39, uma entrevista de Pedro Martinelli a Flávia Lins e Silva sobre o estado da Amazônia. Ilustrada por grandes fotos de homens espremidos entre o rio e a floresta. Mas, principalmente, retratada a olho nu pelo fotógrafo.

“A câmera é um instrumento que ensina a ver sem a câmera”, segundo a fotógrafa americana Dorothea Lange. Eis a prova, nas palavras de Martinelli: “Vejo lata de óleo passar boiando no rio, porque o cara ainda não tem consciência e joga a lata pela janela e cai no rio. No Iauaretê, que é terra indígena, tem montanhas de lixo em frente à casa do indivíduo”. Às vezes as palavras valem por mil imagens de devastação da Amazônia em gráficos e discursos.

Ele vê diretamente através das estatísticas do desflorestamento. Diz que “ultimamente tem odiado mais do que amado” a Amazônia, por não ser “cara de enxergar a beleza natural, de chegar lá e ficar deslumbrado com a fauna e a flora. Óbvio que admiro, mas o que mais me toca é a sensação de inusitado, do único e do momento único. A sensação agora é de perda”.

E, pelo que conta, a coisa na Amazônia anda feia. “Nessa última viagem que fiz agora [passou 45 dias descendo o Juruá], foram raríssimos os momentos de prazer, de sensação de plenitude da natureza intocada”. Isso a região oferece cada vez menos. “Você navega 40 horas, chega lá dentro do Acará, acha que não tem ninguém e, de repente, tem o barracão com o comprador de castanha acampando ali”.

Para a frente, ele topou com “o pessoal fazendo prospecção pra passar a linha do gás, que vai de Coari até Manaus. Você vai ver o traçado da linha e percebe que eles não cedem, não estão preocupados, não querem saber de coisa nenhuma. Só querem fazer o gasoduto da forma mais rápida e menos custosa possível. Devia ser o contrário. Deviam pagar qualquer preço para manter intacta a natureza”.

Nada disso tem a ver “com o discurso que vem do governo”. As autoridades que falam de Amazônia vivem dentro de gabinetes, “não vão lá para ver” um mundo que está acabando a olhos vistos, sem que seu desaparecimento seja sequer notícia, quanto mais caso de alarme na imprensa. De longe, a tubulação de gás da Petrobras é meio abstrata. De perto, é concreta.

“Eles podiam passar pelo Solimões, que é um rio imenso”, diz Pedro Martinelli. “Mas não, vão atalhar, pelo meio dos lagos, pra cortar caminho, pra economizar 100 quilômetros, o que não é nada”. Com isso, a linha passará “pelo meio de lugares mágicos” para “economizar canos”. Isso só parece absurdo a quem está “lá no meio do Acará” e de repente vê “passar um barco com um quilômetro de cano”.

Se é assim agora, o que será daqui para a frente? “Vamos ficar com alguns parques”, ele responde, como a cidade de São Paulo tem o Ibirapuera. “Você vai voar de avião sobre a Amazônia e vai ver campos intermináveis de soja e no meio disso uma bolota de mata nativa, como se fosse um museu. Olha um porquinho aí pra ver. Uns bichinhos ali na gaiola”. Por quê? “Parece a vocação de um povo”, ele conclui.

O fim da Amazônia no olhar do caboclo

14.11.2008

Para mostrar o que a Amazônia está perdendo, o fotógrafo Pedro Martinelli nem precisa da fauna ou da flora. Ele não trabalha com índices de desmatamento, listas de espécies em extinção ou “araras coloridas”. Seu assunto é gente. E gente, para suas Leicas, é antes de mais nada o caboclo amazônico, esse brasileiro inimitável que as ONGs e os programas do governo preferem chamar pelo codinome genérico de populações tradicionais.

Caboclo, preto no branco, é outra conversa. Desde que, há uma década e meia, Martinelli trocou o emprego em São Paulo por um barco na Amazônia, o rio e a selva nunca ocuparam o primeiro plano de suas fotografias. São indispensáveis só como cenário.

Epidemias fatais

O chato é que o Brasil está estragando seu pano de fundo muito depressa. Martinelli o conhece de perto há 35 anos. No começo da década de 1970, ele cobriu passo a passo, em início de carreira, os trinta e tantos meses da expedição que tirou os krenhakarore da idade da pedra para a era das epidemias fatais, para abrir caminho à Cuiabá-Santarém, a rodovia da desintegração nacional.

De lá para cá, a cada surto desenvolvimentista na Amazônia, Martinelli estava no front, de máquina fotográfica em punho. Viu a floresta povoar-se rapidamente de chaminés fumegantes, tratores de esteira e meninas ribeirinhas que se vestem na adolescência como vedetes decaídas da televisão. Tudo o que era inimitável ficou mais escasso e difícil, até para ele, que raramente fotografa animais selvagens – pelo menos, vivos.

Nem por isso deixou de flagrar a destruição da Amazônia. Ao contrário, tornou-a mais eloquente, fotografando-a em escala humana. E os estragos estão mais nítidos do que nunca em *Gente x Mata*, o terceiro livro de fotografias que, além de ilustrar, ele mesmo edita, publica e até distribui pessoalmente.

Bahia e Amazônia

Martinelli nunca faz pose de ambientalista. Sabe, desde menino, o que é caçar e pescar para comer. E sua editora se chama Jaraqui, nome ambíguo, tirado de um peixe que, frito,

batiza um dos pratos mais típicos da cozinha regional. Sem a figura humana, a selva em suas fotografias não vira sequer paisagem.

É com gente que ele vem medindo em seus livros a degradação vertiginosa da Amazônia. E o sintoma definitivo ele encontra na cara dos caboclos que, nas páginas, fitam a posteridade, o leitor ou o fotógrafo com uma expressão que ultrapassa a altivez, porque dispensa o menor travo de vaidade ou soberba. O olhar dos caboclos de Martinelli é o mesmo que Marcel Gautherot fotografava há meio século nas jangadas e saveiros dos cais de Salvador.

Na Bahia como na Amazônia, esse olhar perdeu até os acessórios, como o chapéu de palha e a roupa branca de algodão grosseiro, em que só agora, em retrospectiva, dá para reconhecer um modelo de elegância na pobreza. De boné e bermuda, todo mundo parece que veio de um morro no Rio de Janeiro. Os caboclos de Martinelli são troféus de um Brasil quase atual, mas já perdido.

Eles nos encaram do fundo das páginas com a confiança de quem cercou sua identidade com uma sólida barreira territorial. E a barreira está ruindo. Parecem à vontade diante do fotógrafo peso-pesado, loiro, à primeira vista mais exótico num igarapé da Amazônia do que um viking nas praias da Normandia.

São “olhares de anjo da guarda” que, em *Gente x Mata*, falam da Amazônia que vai ficando para trás rapidamente. Com eles, sem uma linha de retórica ambiental, Martinelli crava um argumento inédito no debate da conservação com o desenvolvimento. Se é em favor desses brasileiros que estamos acabando com a floresta, está na hora de lhes dizer isso olho no olho.

Ao vivo e em cores

21.10.2005

Prepare-se para perder muito tempo na internet. Nas próximas linhas, entrará em contato com o fotógrafo alemão Theo Allofs. E largá-lo é difícil. Ele acaba de lançar um livro sobre o Pantanal matogrossense. Em quatro anos e seis viagens, viu um Brasil que poucos brasileiros tiveram a chance – ou a técnica, a sorte e a persistência – de ver a olho nu. Fotografou-o em formas espetaculares e cores quase irreais. O resultado é de uma beleza tão inverossímil que ele se deu ao trabalho de garantir, por escrito, a autenticidade de suas imagens.

“Meu propósito na fotografia é a documentação verídica e honesta da natureza”, avisa Allofs de cara, na página 6, providencialmente encaixado sob a foto de uma ema contra um céu dividido ao meio pelas cores do amanhecer. Allofs informa que, apesar das aparências, nenhuma de suas “imagens foi alterada digitalmente ou manipulada de qualquer outro modo”. E que, “com raríssimas exceções” – ou seja, duas: a de um tucano e de uma ararauna, salvos do tráfico de animais silvestres e soltos em fazendas da região – todos os bichos que figuram nas páginas seguintes “foram fotografados em seu habitat natural”.

E é bom mesmo saber disso antes de encontrá-los inadvertidamente, olho no olho. Vistos pelas lentes de Allofs, eles parecem bons demais para serem de verdade. Como é o caso da onça-pintada da página 12. Banhada em plena caça às capivaras pela mesma luz difusa que nos estúdios embelezam artificialmente modelos e tecidos, ela encara o fotógrafo com o fundo das pupilas amareladas, dando a impressão de não ser só uma onça, mas um modelo idealizado de onça, na mesma medida que Gisele Bündchen é modelo de mulher.

Muito mais

E tem mais, muito mais. Aliás, quase só tem isso. Jacarés banhados pelos respingos de ouro de uma corredeira ao pôr-do-sol. Garça empoleirada no centro de um grande sol vermelho. Socó-boi, de corpo desenhado como vaso marajoara, posando contra o fundo neutro de um céu impecavelmente azul. Jaburu em contra-luz, abocanhando a silhueta da piranha que está prestes a engolir. Solto no ar, o peixe se enquadra entre a sombra negra de seu bico com uma exatidão que, na prática, só as montagens fotográficas costumam permitir.

Em outras palavras – ou seja, sem palavras – as fotografias de Allofs em *Pantanal, South America's Wetland Jewel* falam muito alto pela conservação da natureza. Elas não têm a menor inibição de serem enfáticas. São tiradas de manhã muito cedo ou no cair da noite,

quando o vermelho do sol doura animais e pessoas. Nelas, todos os olhos brilham, nos flagrantos da fauna selvagem e nos retratos do homem pantaneiro.

Até o quati, animal acostumado a fuçar lixeira em quintal, escapa da banalidade, ao emergir da relva molhada com a imponência de um urso na tundra. Da ariranha ao vaqueiro, tudo ali poderia ter a mesma legenda: “Não acabe comigo”.

Allofs não brinca em serviço, como se vê no retrato onde aparece, na orelha do livro, de máquina na mão, sem camisa, afundado até o peito nas gigogas, com peito de remador que já atravessou as corredeiras do Yukon em canoa e braços de quem levanta halteres nas horas vagas.

Criou-se na beira do Reno, na Alemanha. Mas ainda era adolescente quando tirou férias na África com colegas de turma.

Leões e tigres

Foi marinheiro, “para correr mundo”, antes de fazer a faculdade de Geologia. No fim do curso, pesquisando minerais nas montanhas da Espanha para a tese de pós-graduação, descobriu que gostava mesmo é de fotografia. Passou dez anos fotografando lugares remotos para cadernos e revistas de turismo, até se especializar de uma vez por todas em “espécies, lugares e modos de vida ameaçados”. Quer dizer, em fotos de natureza.

Desde então, se não está viajando, mora com a mulher numa cabana no Norte do Canadá. Fabrica seus próprios móveis. Explora, no fundo de casa, um dos lugares mais intactos do planeta. E mantém na internet um site lastreado num arquivo pessoal de 300 mil fotos. A quem se dispuser a abri-lo daqui para a frente, recomenda-se cuidado. Há o risco de não sair tão cedo, perdido num labirinto de leões e tigres espetaculares, desertos da Namíbia transformados em paisagens meio abstratas e lânguidos cangurus.

O livro do Pantanal e as viagens de Allofs ao Brasil foram patrocinados pela Conservation International, cujo presidente, Russell Mittermeier, assina o texto, em parceria com outros pesquisadores da ONG. Em letra de forma, a realidade tem cores mais escuras que as das fotos.

A região está cada vez mais sitiada por hidrelétricas, projetos de hidrovias, indústrias, mineradoras, gasodutos, plantações de soja, capins africanos, desmatamento e pesca predatória – em resumo, por equívocos desenvolvimentistas, cada um trazendo para seu regime de águas um novo pote de venenos. Por isso mesmo, todo mundo que assina papéis capazes de decidir o futuro do Pantanal deveria ser obrigado a pôr o álbum de Allofs sobre a mesa de despacho.

De olho na última chance

10.02.2006

Piotr Naskrecki tem um olho infalível para os espetáculos da natureza onde atuem personagens que, ao senso comum, passam por insignificantes – como insetos, pererecas, lagartixas e aranhas. De preferência, se tiverem no máximo o tamanho de seu polegar. Ele é pesquisador do Museu de Zoologia Comparada da Universidade de Harvard e diretor de um programa da ONG Conservation International para garantir enquanto é tempo no planeta a vaga dos invertebrados. Mas não é bem isso o que aqui vem ao caso. Tomemos, com Naskrecki, o caminho que ele encontrou para fundir, no currículo de biólogo, a carreira de fotógrafo especializado em alargar os horizontes de assuntos miúdos, tornando-se capaz de preencher duas páginas espelhadas numa edição de arte com o gesto de uma formiga ou o abraço de escorpiões, em close. Seus grilos só faltam falar. Suas moscas reluzem. Suas libélulas parecem fundidas por joalheiros em metais cintilantes.

A máquina fotográfica entrou na bagagem de suas expedições científicas por acaso. Mais ou menos como aconteceu com o economista Sebastião Salgado, ele ganhou a primeira câmera da mulher, como presente de Natal. Mas o empurrão que levou Salgado a largar o emprego no Banco Mundial para ser mundialmente conhecido como fotógrafo fez Naskrecki ir mais fundo como entomólogo, armando-o com um instrumento de persuasão que a linguagem acadêmica não tem. Ele passou os últimos dez anos apurando a técnica, enquanto batia como naturalista os continentes e neles, de preferência, as florestas tropicais, numa corrida contra o tempo para conhecê-las antes que acabem.

Elas entraram de uma vez por todas em seu programa de viagens quando ainda era estudante, na Polônia. Naskrecki gramou em 1988 um ano “lavando pratos, colhendo morangos e pintando paredes”, para juntar o dinheiro que o levaria pela primeira vez à Tailândia. E ali, ao desembarcar no aeroporto de Bangkok, farejando o ar carregado de umidade, calor e perfumes desconhecidos, ele estreou a sensação de “criança em loja de doce” que nunca mais o deixaria ficar muito tempo longe da selva. Na mata, ele conta, “sem me mexer, eu posso sentir o rio da vida correndo a minha volta, cada polegada quadrada dos arredores vibrando de movimento”.

Dito e feito. Ele desenvolveu um estilo inconfundível na macro-fotografia, que consegue juntar com precisão na mesma imagem os intrincados detalhes anatômicos do primeiro plano, a poucos centímetros da objetiva, com o cenário desmesurado da mata que eles têm

ao fundo. Combina, para isso, grande-angular com anel de aproximação. E o retratado, por menor que seja, em vez de flutuar numa névoa de folhas desfocadas, ocupa nitidamente um lugar no mundo, como se ele fosse seu. Quem mexe com lentes de aproximação sabe como é difícil juntar na mesma imagem os olhos de um louva-deus e o pôr-do-sol, ou os palpos de gafanhoto e as nuvens que passam no céu sobre sua cabeça.

Menor maioria

No ano passado, ele reuniu seus “instantâneos de viagem” num livro espantoso, chamado *The Smaller Majority*, que ele dedicou a essa “menor maioria” formada por tudo o que é “minúsculo e incompreendido”. Menino, e por sinal o menor aluno de sua turma na escola, ele não entendia por que tantos adultos fugiam de sua bela coleção de rãs e sapos. Como biólogo, ele acabaria se convencendo de que o problema está em nosso ponto de vista. “Ao contrário da maioria dos mamíferos, que vive num mundo sensorio dominado por cheiros, a nossa é uma espécie que se guia pela visão”.

Tendemos a preferir “animais que podem devolver nosso olhar”. E evitamos o contato com criaturas que às vezes têm “olhos demais” ou “olhos de menos”.

Naskrecki cresceu com a suspeita de que “quanto menor o bicho, mais fascinante ele deve ser”. E provou no livro que estava certo. Não há pássaros coloridos nem feras carismáticas em *The Smaller Majority*, exceto pelo elefante que entra como figurante em fotografias cujos protagonistas são formigas e cupins. Mas não fica nisso a originalidade do livro. Coisa rara no gênero, em suas 277 páginas as fotografias e o texto brigam o tempo todo pela atenção do leitor. Frequentemente em igualdade de condições, disputando lado a lado quem tem mais o que dizer sobre um assunto.

De quebra, e as legendas são aulas concisas de História Natural, quando não basta olhar duas formigas atacadadas uma à outra para ver, por exemplo, uma operária velha e experiente carregando nas costas uma jovem bisonha, que atravancava a marcha da colônia de *Oecophylla longinoda* na mudança do formigueiro. Mas, com tudo isso, seu melhor flagrante não é uma fotografia, e sim um relato publicado sem ilustração. Coube num parágrafo, como um instantâneo inspirado. E conta uma grande história sobre um “pequeno animal misterioso” que ele, por sinal, não conseguiu fotografar.

Primeiro e último

Encontrou-o nas Ilhas Salomão, um arquipélago da Melanésia, no sul do Pacífico. Era um gafanhoto. E estava diante de um especialista em gafanhotos. Mas lhe pareceu diferente

de tudo o que conhecia. “Depois de alguns segundos de intensas buscas em meus arquivos mentais sobre a taxonomia dos gafanhotos, eu me dei conta de que estava olhando para uma espécie inteiramente nova, muito provavelmente do gênero *Ocica*”, ele escreve. Naskrecki acredita que os insetos, os artrópodes e os répteis, mais do que as aves, os mamíferos e até mesmo os predadores firmemente entronizados no topo da cadeia alimentar, são os indicadores mais precisos do estado de saúde do meio onde vivem. Entre outros motivos, porque suas relações com as plantas são mais íntimas.

Com a respiração suspensa, tentou capturar o gafanhoto desconhecido para estudo e classificação. Mas o inseto pressentiu o movimento de suas mãos, saltou da folha onde estava, enfiou-se entre as samambaias do chão e sumiu. Desapareceu, diga-se de passagem, para sempre. Porque, ao sair da trilha, Naskrecki cruzou na aldeia mais próxima com pilhas de toras. Os dias daquela floresta estavam contados. E ele entendeu na mesma hora que provavelmente seria o primeiro e único ser humano a olhar com interesse aquela forma de vida que a madeireira estava prestes a extinguir sem que o mundo tivesse chegado sequer a lhe dar um nome.

O leopardo, o babuíno e o flagrante induzido

05.03.2008

Sem uma gota de sangue à vista, ali está uma fotografia que tem a vantagem – e o defeito – de deixar para sempre impresso na memória o drama de uma caçada.

Predador e presa se encaram, olhos nos olhos, a meio metro de distância. Eles dividem a cena em metades perfeitamente simétricas e dramaticamente desiguais. O leopardo parece retesado como um arco, pronto para disparar a carga mortal dos músculos que ondulam o flanco dourado. O babuíno está no ar, e sem chão, enroscado em si mesmo pela implosão de uma energia vital que já não pode levá-lo a lugar nenhum. No dorso eriçado pelo pavor, seus pêlos se espicham como pontos de exclamação. Mais vivo do que nunca, naquela fração de segundo antes da morte, ele começa a ser engolido pela poeira que sua fuga levantou na savana ressecada.

Tempo é tudo

É uma cena inesquecível. E por isso suscitou lembranças desagradáveis no lançamento da Alpha-700, nova câmera digital da Sony. A máquina vem com lentes Carl Zeiss e sensor de 12,2 megapixels. Mas os detalhes técnicos fizeram menos barulho na internet do que a fotografia usada no anúncio. Ilustrado pelo leopardo e o babuíno, sem legenda nem crédito de autoria, o texto dizia que, “em fotografia, o tempo é tudo”. E o tempo, no caso, saiu pela culatra.

Tratava-se de um flagrante feito na África, em 1965, pelo americano John Dominis, quando ainda corria o mundo pela falecida revista *Life*. Ele estudou cinema em Los Angeles, voou pela Ásia na Segunda Guerra Mundial e, quando ambos estavam no auge de suas carreiras, passou três meses colado aos calcanhares de Frank Sinatra, para fotografá-lo, aos 50 anos, na luz ambiente de palcos esfumados, com uma intimidade que o público desconhecia. Em resumo, a fotografia que apareceu no anúncio da Sony tem cerca de 43 anos.

Dominis, o leopardo e o babuíno se encontraram quando a Sony ainda debutava nas rodas alternativas de captura da imagem. As câmeras digitais não existiam nem em histórias de ficção científica. O embate foi registrado com uma Nikon F. Pelo menos, é com uma

Nikon F a tiracolo que ele posou para a posteridade, no livro *The Great Life Photographers*. Esse modelo clássico da indústria japonesa era então a última palavra em equipamento para o fotojornalismo. Mas usava filme de 35 milímetros, e suas lentes funcionavam com foco manual. O máximo de artifício tecnológico que oferecia à presteza do dedo no botão do obturador era o motor elétrico, para avanço rápido do filme.

Graças ao trunfo do motor elétrico, Dominis pegou a sequência completa da briga da vida com a morte na Namíbia. O melhor fotograma da série pertence atualmente ao acervo da Getty Image. E a agência só admite licenciá-la “para fins editoriais”. Publicidade, portanto, neca. À Sony coube, como prêmio de consolação, uma fotografia quase idêntica, exceto por uma notável diferença: falta-lhe a boca escancarada do babuíno, no berro decisivo.

Tantas coisas, além da tecnologia digital, melhoraram de 1965 para cá, que – ao contrário do que o anúncio, sem dizer, insinua – Dominis dificilmente faria hoje o mesmo flagrante, por mais moderna que fosse a parafernália digital em suas mãos. Se o fizesse, provocaria um escândalo maior do que o provocado pela mera gafe publicitária. Na década de 1960, a fotografia já tinha pelo menos um século de serviços prestados a causas ambientais, como fornecer argumentos visíveis à criação de parques nacionais nos Estados Unidos. Mas não tinha firmado o pacto de não-agressão com bichos, plantas e paisagens que se tornou inseparável de trabalhos do gênero.

Hoje, o instantâneo do leopardo e do babuíno é um exemplo do tipo de coisa que os fotógrafos de vida selvagem não fazem mais. Dominis mandou vir o leopardo para soltá-lo entre os babuínos. E acertou na mosca. A foto, parte de uma reportagem intitulada *The Great Cats of Africa*, foi premiada antes mesmo que ele chegasse de volta aos Estados Unidos. Dominis nunca escondeu os bastidores da cena. Descreveu-o, com todas as letras, num depoimento para o livro sobre as imagens famosas da Life. “Francamente, foi encenado”, ele disse.

Ele não era um especialista em fotografia de natureza. Cobrira a guerra do Vietnã e várias Olimpíadas. Criara fama com instantâneos de celebridades, como a do ator Steve McQueen, de calção e peito nu, abraçado à mulher como se os dois estivessem sozinhos em casa. Com gente, sua técnica consistia em se comportar como “uma mosca na parede”. Metia-se o mínimo possível na vida dos retratados, para que se esquecessem de sua presença.

Com o leopardo, a psicologia pura não bastava e ele não podia esperar indefinidamente pela iniciativa da fera. “Naquela época, essas coisas aconteciam”, explicou. Dominis, ao contrário do que sugere a publicidade da Alpha-700, no fundo é a melhor prova de que a fotografia não evolui só com câmeras.

O desmatamento não escapa nem das revistas de bordo

10.10.2007

“Olha o Rio Amazonas!”, diz, em voz alta, a passageira da poltrona 16F, mal o Airbus decola de Milão, rumo aos Alpes italianos, envoltos em nuvens de tempestade. Não, ela não vira miragem. Estava, simplesmente, de olho pregado na revista de bordo. E, de fato, a *Air France Magazine*, número 126, dedica nove páginas ao Brasil – espaço de sobra para reabastecer instantaneamente o ufanismo daquela brasileira que, tudo indica, trazia para casa as saudades adquiridas durante as férias na Europa.

Melhor assim. Sem prestar maior atenção ao texto da jornalista Elisabeth Leclerc, publicado em francês e inglês, ou mesmo às fotografias de Yann Arthus-Bertrand, escancaradas em páginas duplas, ela nem notou que, por baixo do título “Brasil, terra de água”, havia um libelo contra nossa imprudência ambiental. E libelo é coisa rara de se encontrar entre anúncios de relógios Vaucheron Constantin, guias dos “melhores pequenos hotéis do mundo” ou reportagens do gênero “Dez bons motivos para visitar Kiev”.

Arthus-Bertrand é mais conhecido como paisagista. Fotografa, sempre, a terra vista do alto. A quem o nome não diz nada, talvez lhe sirva de apresentação a capa, exposta há anos em vitrines de livrarias, em que uma clareira forma um coração no meio de uma floresta da Nova Caledônia. Até no Saara ele conseguiu flagrar, da cesta de um balão, a presença da vida no deserto, pela sombra de uma caravana que o sol baixo projeta nas dunas vermelhas.

Mas a Amazônia ele pegou pelo avesso. Fora a clássica fotografia aérea de abertura, com o labirinto fluvial serpenteando na selva até onde o horizonte se dissolve em calor e umidade, o resto é uma paisagem onde a natureza está faltando. Há o rio, “perto de Manaus”, atravancado por troncos que boiam a caminho das serrarias. O Pantanal, resumido ao arábescos que as patas dos bois desenharam no chão. E a desolação de um garimpo em Poconó, onde o solo não passa de barro gretado.

Revista de bordo, como se sabe, não é feita para incomodar ninguém. Isso, os aviões cada vez maiores e as poltronas cada vez menores fazem melhor do que qualquer jornalista. Na mesma edição, a Escócia e até o Yunnan, o ermo da China “mais próximo do paraíso”, oferecem

um doce consolo à imagem lúgubre da Amazônia, descrita por Elisabeth Leclercq como lugar condenado pela conspiração de avarezas que é o atual modelo de desenvolvimento regional. “A indústria florestal”, diz ela, “penetra o coração da selva e ameaça os ecossistemas”.

Ela conta que, em 40 anos, 17% da floresta já caiu. E que, “nesse ritmo”, pelo menos 40% terão sumido até 2050. “O desflorestamento pouco beneficia a população local”, segundo Leclercq. “Serve principalmente para abrir terras para a o cultivo agrícola a baixo custo”. No Pantanal, a exuberância das 650 espécies de aves e 250 de peixes “está ameaçada pela superpopulação dos pastos, a introdução de gramíneas exóticas e a derrubada das florestas periféricas”. O garimpo contaminou os rios “com 5 mil toneladas de mercúrio”. E por aí vai. Como diria a passageira da 16F, chegamos lá.



Moradas do Iguaçu

*As quedas d'água às vezes servem para
iluminar cabeças.*

Cataratas para desavisados

07.04.2010

Com 20 mil pessoas marchando para os portões do parque neste feriadão, nada mais refrescante do que um mergulho nas cataratas que o americano Burton Holmes visitou em 1918 no rio Iguaçu. A história está num de seus *Travelogues*, o 13º volume da série de relatos de viagem que ele manteve por 60 anos, de fins do século XIX a meados do século XX.

Holmes foi um legítimo blogueiro. Isso uns 100 anos antes que a moda pegasse na internet. Ou mesmo que a internet existisse. Mas nunca teve nada a ver com a atual voga dos guias turísticos, feitos para quem planeja botar o pé no mundo. Ele zanzava de continente em continente para que as pessoas conhecessem lugares remotos sem sair de casa – ou saindo para ir, no máximo, ao cinema mais próximo.

Porque Holmes também fez cinema falado antes do cinema falado. Ou seja, ele em pessoa falava durante a projeção de seus filmes. Adotou o neologismo *Travelogues* – soando a “papo de viagem” – para evitar que a plateia debandasse diante da ameaça de ouvir uma palestra em sala de cinema. E seus livros são imitações propositas de velhos diários de bordo, colando impressões a imagens.

Até aí, nada demais. Difícil era ir às cataratas naquela época, quando a primeira Guerra Mundial mal havia terminado e só o périplo de Buenos Aires a Puerto Aguirre, onde começa a visita aos saltos do Iguaçu, vai da página 301 à 315. As 300 páginas anteriores, diga-se de passagem, percorrem Recife, Salvador, Rio de Janeiro e outros portos da rota para a Argentina. E cada cidade tem seu capítulo próprio.

“Nunca um destino nos havia parecido tão fugidio”, ele confessa. “Alguns nos diziam que os mosquitos nos comeriam vivos ou que o calor dos trópicos se revelaria mortal”. Na reta final da viagem, ele encarou hotéis “*en liquidación*”, atendidos por “misanthropos enigmáticos”, antes de percorrer a cavalo os 20 quilômetros “encantadores” de uma “soberba avenida” na selva, sob “espantosas borboletas” que lhe coroavam a cabeça com “auréolas coloridas”.

Ia a caminho das cataratas que desbancaram as do Niágara. Mas, “Oh! Leitor!”, que ninguém esperasse encontrar por lá, como no Niagara, trilhas pavimentadas, pontes e esca-

das. O Iguaçu tinha que ser conquistado a facção de mato. Em compensação, suas rochas tinham cor de “chocolate”, emolduradas pelo “verde de uma floresta quase equatorial”.

O grupo passou “oito dias que jamais serão esquecidos fotografando as cataratas de muitos pontos de vista difíceis de atingir, para os quais tivemos que abrir caminho à força”. No fim, com “a ajuda de dois guias índios”, Holmes atracou no último dia uma “canoa de tronco” sobre a Garganta do Diabo, onde o rio parece-lhe “literalmente despencar num buraco redondo no meio da correnteza”. Ali, descobriu que os índios nunca tinham feito aquilo antes.

Mas não perdeu a chance de se debruçar numa ilhota pendurada sobre o abismo, sentindo a “pedra tremer com o impacto incessante do rio”, para fotografar a cena indescritível de “suprema grandeza”. No fim, as cataratas renderam 19 páginas de seu *Travelogue*.

Holmes não deixou de notar que, embora raramente visitadas, a não ser “por índios pouco impressionáveis”, as cataratas do Iguaçu já tinham naquela ocasião inspirado projetos hidrelétricos a uma civilização incapaz de ver água caindo sem pensar em quilowatts. Fez votos de que, pelo menos, o essencial daquela paisagem escapasse do progresso “para a elevação do espírito humano”.

Ela escapou, como atestam hoje os sucessivos recordes de visitação às cataratas. Mas o livro de Holmes, que aos 90 anos chegou intacto a um sebo de Foz do Iguaçu e foi parar na administração do parque, bem que poderia ficar exposto na fila de ingresso. Para ninguém pensar que às cataratas se vai assim, sem mais nem menos.

O melhor projeto do Oeste Paranaense

14.08.2008

O Parque Nacional do Iguaçu prepara a festa de seus 70 anos. Ele merece. Mas, como toda data redonda na história das unidades de conservação no Brasil, seu aniversário é também a medida de nosso atraso na conservação da natureza. O parque teria 132 anos, se o país levasse a sério, no Segundo Reinado, a sugestão do engenheiro André Rebouças para criá-lo, quando ainda havia tempo para juntá-lo às Sete Quedas no rio Paraná, cobrindo de ponta a ponta o que era então a fronteira selvagem do oeste paranaense.

É difícil contabilizar tudo o que se perdeu, naqueles 62 anos de corpo mole. O certo é que, remanchando, ficou impossível criá-lo como Rebouças queria, “com todas as gradações do belo ao sublime, do pitoresco ao assombroso”, antes que as Sete Quedas afundassem no reservatório de Itaipu e a soja inundasse o estado. E não foi por falta de avisos insistentes. Em 1890, o capitão Edmundo de Barros percorreu de ponta a ponta, com um destacamento militar, o “parque nacional do Guairá” – ou seja, o de Rebouças – como se ele existisse. Voltou convencido “de haver realizado a mais bela viagem circular que se pode fazer neste mundo”.

Santos Dumont

Vinte e seis anos depois, Alberto Santos Dumont, levado às cataratas como celebridade internacional por Frederico Engel Rios, um pioneiro da hotelaria local, encontrou as cachoeiras nas mãos do latifundiário espanhol Jesus de Val. Escandalizou-se a ponto de convencer o presidente da província, Affonso de Alves Camargo, a comprar aquelas terras. Daí à decretação do parque, em janeiro de 1939, foi um pulo de 23 anos. Àquela altura, do outro lado do rio Iguaçu, os argentinos já tinham o seu parque, o del Iguazu, desde 1934. E os brasileiros, como sempre, não quiseram ficar muito atrás deles.

Foi durante essa interminável gestação que passou por ali o paranaense Manuel Azevedo de Silveira Neto, um funcionário do Ministério da Fazenda com vocação literária. Em 1905, ele viajou à cidade de Foz do Iguaçu para implantar um escritório do fisco na cidade, que tinha 2 mil habitantes, “cinco prédios federais e dois estaduais”. De Foz, ele visitou as cataratas, em lombo de cavalo.

Silveira Neto não deixou de registrar, com circunlóquios poéticos, suas impressões dos “luares límpidos e ermos como aquarelas de um sonho” ou das borboletas “em nuvem multicolor”. Mas era um funcionário público, de olho clínico para as sangrias da colonização perdulária na renda nacional. Na viagem rio acima, ele viu que as clareiras abertas à margem do Paraná atestavam, já naquela época, “a larga e anárquica devastação que tem lavrado na floresta pelos exportadores de madeira”.

Selva intangível

Não que passasse por sua cabeça a fantasia de “conservar a selva intangível”, para “o gozo platônico do viandante”. Queria apenas o “aproveitamento metódico dessa riqueza”, com exploração comercial de resinas ou essências medicinais, a regularização do clima e a “distribuição das águas”. Em outras palavras – ou pior, nas mesmas palavras – Silveira Netto disse, há 103 anos, tudo o que se diz hoje da Amazônia. Com os mesmos resultados.

Da mata que ele conheceu, sobrou estritamente a que fica dentro do parque nacional, confinada em seus 185 mil hectares pelos campos arados até à beira de suas cercas em 14 municípios. Seu contorno, traçado em linhas retas, é a prova tardia de que Rebouças tinha razão. Onde há floresta, é parque. Onde não há, Rebouças perdeu. O que é mais um motivo para festejar o parque nacional, como em Foz do Iguaçu a pesquisadora Mônica Ferreira Laurito anda fazendo.

Ela juntou, até agora, 120 entrevistas com antigos moradores e 2 mil fotografias de álbuns familiares, num projeto chamado Memórias das Cataratas. Sua coleção de depoimentos esboça uma outra versão sobre a gênese do parque nacional. Ele existe não só porque, um belo dia, o governo brasileiro finalmente se dispôs a decretá-lo. Salvou-se, também, porque gerações de pioneiros, cada uma à sua maneira, entenderam que ali havia algo maior do que seus projetos de conquista e desenvolvimento.

E esta já é a melhor notícia do aniversário. Com seis meses de antecedência, ela anuncia que a festa não é só da unidade de conservação mas de todo mundo que, nos últimos 70 anos, descobriu outras maneiras, incomparavelmente melhores, de explorá-la. Se a relação da natureza com a ocupação humana é sempre delicada, nada como aprender a história do pouco que deu certo.

Enfim, em paz com o parque do Iguaçu

15.01.2009

No dia em que ficou setentão, o Parque Nacional do Iguaçu nem parecia o mesmo que, aos sessenta e tantos anos, continuava sob o ataque de prefeitos paranaenses, em campanha para trespassá-lo com a Estrada do Colono, de guaranis, que vinham do Paraguai para invadi-lo, e de caçadores clandestinos, que nunca deixaram de vê-lo como reserva privativa para obter carnes exóticas.

Seu aniversário foi uma dessas festas que o país raramente faz, e deveria fazer sempre, para selar o armistício dos brasileiros com o que ainda lhes resta de original em seu território. Pelo menos na manhã do sábado passado, em Foz do Iguaçu, políticos e empresários se revezaram ao microfone para homenageá-lo, tratando-o como um parceiro comercial que, em vez de atravancar negócios, como se espera que façam os parques nacionais, engorda a economia local.

Fator de progresso

Pudera. A cidade só começou a virar o que é – ou seja, grande, com mais de 300 mil habitantes, talvez até demais para seu próprio conforto – depois que ele se instalou a seu lado, em 1939, como lembrou de passagem o chefe Jorge Pegoraro. Conservar as cataratas foi o maior negócio que já se consumou no Oeste Paranaense. E o único que partiu do projeto de deixar as coisas por lá mais ou menos como estavam, quando, em meados do século passado, empresas colonizadoras e madeireiras apertaram o cerco sobre as florestas do sertão paranaense. Antes do parque, o futuro de Foz do Iguaçu parecia entregue às serrarias e às hidrelétricas.

Ele saiu do papel na segunda leva de parques nacionais decretados no governo Getúlio Vargas. Mas foi o primeiro em aspectos cruciais. Constou de uma proposta visionária, feita pelo engenheiro André Rebouças em 1876, quando o mundo mal começava a se perguntar o que vinha a ser essa invenção do governo norte-americano, inaugurada no Yellowstone, quatro anos antes.

Foi também o primeiro no Brasil a se livrar de seus entraves fundiários, reassentando pacificamente, mas sem os salamaleques instituídos de 21 anos para cá, as 700 famílias que viviam lá dentro. Enfim, a se tornar lucrativo, privatizando os serviços turísticos.

Festa cívica

Ele acaba agora de estreitar outra novidade. Transformou em festa coletiva, até cívica, o que seria uma solenidade oficial, tradicionalmente celebrada em ambiente fechado, graças à campanha que, desde 2007, recolhe fotografias e histórias de moradores da região. Saídos dos álbuns e armários, onde amareleciam há gerações, mais de 4 mil instantâneos antigos voltaram à luz, revelando, sem qualquer truque retórico, que o parque está entranhado nas melhores lembranças de famílias inteiras de pioneiros em Foz do Iguaçu.

Faltava, mesmo, essa reconciliação. Sem a Mata Atlântica, conservada como relíquia em suas bordas, depois de desertar todo o oeste de Paraná, aquelas cachoeiras não seriam o que são, e sim o avesso o avesso do parque nacional. Essa ideia revolucionária só ocorreu aos Estados Unidos em meados do século XIX, porque o país precisava reagir às críticas do francês Alexis de Tocqueville – o mesmo que consagrou internacionalmente a jovem democracia americana – ao fiasco das cataratas do Niagara, reduzidas em 1831 a um mafuá da livre iniciativa. Pode soar estranho que os parques nacionais existam para provar que, ao contrário do que diziam os europeus, a América era o berço de uma civilização. Mas as quedas d'água às vezes servem para iluminar cabeças.

Não parece que foi ontem. Mas foi.

14.07.2010

Na escola estadual Parigot de Souza, a professora Adriana Marshall Tavares abre os envelopes vindos dos baús de parentes nos cafundós de Goiás e, em São Miguel do Iguaçu, a mesa da diretoria logo fica pequena para tanta fotografia despejada no tampo de fórmica.

As fotos têm legendas, que a própria Adriana colou em suas bordas seis anos atrás. São tiras supérfluas de papel amarfanhado, porque ela e seu tio, o diretor Jaime Emir Bogorni, sabem tudo de cor. Reconhecem de cara, por exemplo, o motorista Elmo Buche, que dirigia, uniformizado e de gravata, o único ônibus da linha intermunicipal a trafegar diante de sua casa na infância. Dão nomes aos jovens que empunham canecos de chope no Clube Aliança Três Fronteiras, “a nossa Oktoberfest”. E ao time de futebol.

Nas imagens meio desfocadas e de cores esmaecidas está o dia-a-dia de quatro núcleos coloniais no Oeste Paranaense. Há, por exemplo, o flagrante noturno de caçadores prestes a tirar o couro de uma onça pintada, morta nos fundos de casa. Um grupo de crianças posando em torno do veado mateiro pronto para virar carne. E um velho caminhão quase esmagado pelo tronco descomunal que carrega para “a serraria do Alberto Matte”.

Tudo isso aconteceu entre as décadas de 1960 e 1970 no Parque Nacional do Iguaçu. Atenção ao detalhe: dentro do Parque Nacional do Iguaçu. Vinte e um anos depois de sua criação, ele foi loteado por um advogado de Foz do Iguaçu, chamado Gaspar Coutinho. Seus agentes imobiliários andaram vendendo terras até no Rio Grande do Sul.

Os novos proprietários chegaram com os títulos na mão e uma desconfiança na cabeça. Seriam regulares aqueles lotes comprados num parque nacional? O cartório de São Miguel garantiu que sim. E registrou-os. O vigário José Gaertner sugeriu que o primeiro núcleo se denominasse São José do Iguaçu, batizado à “sombra de uma enorme figueira na mata”. Rapidamente se juntaram ao povoamento os vilarejos de Dois Irmãos, Santo Alberto e São Luiz.

E o loteamento prosperou. Em 1969, a prefeitura dotou Santo Alberto de uma escola com quatro salas de aula, num grande prédio de madeira, com espaço “para mais de 100 alunos”. No ano seguinte, oficializou a colonização como Núcleo Administrativo. E a câmara

de vereadores providenciou-lhe a rede elétrica e o posto de saúde. Eram, em pouco tempo, cidades pioneiras em acelerado processo de consolidação.

Já funcionavam nos arruados de terra farmácia, açougue e dentista, quando do céu caiu sobre os colonos a sombra de um monomotor, voando baixo, para a tomada de fotos aéreas. Com ele chegou a notícia de que o governo federal queria de volta aquele pedaço do parque, que os moradores haviam adquirido, com a papelada aparentemente em ordem. Naquele momento, o Iguaçu passava, sob a coordenação da engenheira agrônoma Maria Tereza Pádua, por um processo tardio de regularização fundiária, feito com todos os cuidados para livrá-lo, de uma vez por todas, de contestações e disputas judiciais.

Indenizados, os proprietários foram transferidos, a contragosto, para três novos povoaamentos, do outro lado de São Miguel do Iguaçu, nas margens do rio Ocoí. Ali, seus lotes teriam, em princípio, o dobro do tamanho. Mas, em média, 60% de sua área estava previamente destinada à inundação iminente pelo reservatório de Itaipu. O novo endereço era ainda um lugar de matas virgens. Mas a mata que sobrou já não estava tão disponível quanto antes à serra e ao fogo, tradicionais instrumentos desbravadores da fronteira agrícola. Pelo menos um dos reassentados foi parar na cadeia por queimar seu naco de floresta. Os núcleos do Ocoí vingaram como bairros. Sua vocação agrícola ficou pelo caminho.

Adriana nasceu em Santo Alberto há 36 anos. Saiu aos 10 meses de idade da casa de madeira e chão de cimento que a família Bogorni construiu. Da construção resta hoje a escada da varanda, que Adriana só voltou a pisar três décadas depois, cercada de mato por todos os lados. Posou para uma fotografia no mesmo ponto onde aparece num retrato antigo, ainda aprendendo a andar, sobre o piso de vermelhão. Santo Alberto virou precocemente um sítio arqueológico, com poços, túmulos azulejados e vasos de samambaia tragados pela selva, no melhor estilo das imemoriais ruínas maias. Em 2004, a professora restaurou o que sobrava das quatro cidades mortas nas lembranças e nos guardados de seus antigos moradores. O trabalho, com entrevistas gravadas em vídeo e pesquisas de campo, exigiu um mutirão de várias escolas. Três delas racharam as despesas, orçadas ao todo em 120 reais. O resultado foi exposto e visitado em 2004. Depois, engavetou-se novamente. Adriana passou todos esses anos sem revê-lo. Todo esse trabalho brotou, por iniciativa própria, de uma pesquisa que ela precisava fazer sobre a região, como formalidade para a conclusão de um curso de educação ambiental que fez na escola do Parque Nacional do Iguaçu. A descrever impessoalmente um lugar qualquer, ela preferiu ir atrás de sua própria história. E constatou, com olhos de adulta, que mesmo as piores recordações de uma crise familiar tem dois lados.

Ao rever as fotografias, ela lamenta ambas as perdas – as próprias e as do parque. Tudo isso por 120 reais deve ser o melhor investimento ambiental que já se fez no Oeste Parana-

ense com orçamento esquelético. Se os municípios da região fizessem apostas semelhantes, na certa se livrariam de seus mais renitentes fantasmas, como a Estrada do Colono. Neste ano eleitoral, ela ensaia mais uma vez um movimento político de ressurreição, para abocanhar um naco do Iguaçu, um parque nacional que, caso raro no Brasil, enterrou há mais de duas décadas todas as suas encrencas legais ou fundiárias. Debates intermináveis como esse só podem ser resolvidos à luz da história, e não à sombra de velhas lendas.

Wanderley, filho do Brasil

27.01.2010

Ao tirar os olhos do visor, quase esbarrei em Wanderlei Vargas. Ele estava a dois passos do tripé, calado e imóvel. Chegara sem o menor ruído, embora pisasse em folhas secas. Ficou em silêncio até ver que não iria atrapalhar o trabalho alheio. Aí, sim, era hora de perguntar: “O senhor tem licença para sair por aí fotografando sozinho?”.

A autorização custou a sair do bolso e estava meio desfeita pelo suor. Ele conferiu o timbre sem desdobrá-la. E se deu por satisfeito. Usava crachá no peito, enganchado na camiseta, mas não posava de autoridade. Falava baixo, num tom que só o mato pode dar à educação de quem passa a vida fazendo o menor barulho possível, porque vive entre vizinhos desconfiados e de ouvidos atentos.

Dali para a frente, passamos a nos esbarrar quase diariamente, um indo, outro vindo, no mesmo caminho, em pontos diferentes. Ele tinha sempre, nessas ocasiões, uma novidade a apontar. O caminho de uma peroba centenária. Um pássaro escondido na folhagem. A cobra caninana tomando sol no meio da estrada.

Às vezes, seu desembaraço como mateiro fica embaraçoso a quem também acha que anda sempre por ali de olhos abertos. “Está vendo aquele poste?”. Não. Era de concreto, hexagonal, mas espetado como estava na orla da trilha, como relíquia de uma antiga fundição, acabara tão embrulhado por epífitas e pelos cipós que se camuflara com as árvores. “É ôco. Tem ninho de cutia. Todos os postes daqui até a sanga pode ver que têm cutia morando dentro”.

Uma vez, comentou que naquele mato devia ter morado muita gente, porque às vezes encontrava “lá dentro” restos de tijolos e de alvenaria. Isso não parecia possível. Pelos relatórios técnicos que serviram de base aos projetos de administração, aquilo sempre foi “área de pequena ou mínima intervenção humana”. Ele não retrucou. Dias depois, num fim de tarde, encerrado seu expediente no Macuco Safari, embrenhou-se pela trilha para “mostrar uma coisa”. No meio da vegetação cerrada, havia mesmo restos de um forno a lenha e um poço cercado de tijolos maciços, verdes de líquen. Encerrou o assunto sem dizer palavra.

Está no atual emprego há dois anos e meio. Antes, fez de tudo muito. Domou cavalos, abriu pastos, derrubou matos, colheu algodão em Palatina, vendeu produtos eletrônicos em loja

no Paraguai. Correu muito sem nunca ir muito longe de Cascavel, onde nasceu, zanzando de emprego em emprego pela fronteira escancarada da região. Aos 9 anos, abordava os turistas argentinos que desciam do ônibus em Foz do Iguaçu, vendendo panos de prato e quadros feitos com asas de borboleta. Para isso, o irmão mais velho ensinou-lhe o essencial do ofício de camelô: “*Dibujo de mariposas*”, “*Cien pesos*”.

Criou-se em Matelândia, do lado de lá do parque. É uma das cidades que encostam em seus limites pelo eixo da BR-277. E muitas vezes andaram às turras com ele. Os Vargas viviam num sítio rústico, onde a luz era de lamparina e o banho, de rio barrento. Hoje a propriedade, de sete alqueires, além de água corrente e eletricidade, tem um alqueire e meio de mata restaurada, e por isso o rio é limpo. “Ainda bem que estão obrigando as pessoas a recuperarem a mata, senão cortavam tudo”, ele admite.

Para saldar a hipoteca do sítio, trabalhou com o irmão dois anos e tanto para um fazendeiro libanês no Paraguai, que remetia todo ganho no mês à família em Matelândia. “Eu comia inhame, sal de gado, que é mais barato, e teiú, que é fácil de pegar”, ele conta, para retificar a afirmação de que nunca havia posto carne de caça na boca. “De lagarto, botei sim”.

Saiu de casa aos 12 anos, despachado pela mãe, “que só queria saber do filho mais velho”. Levou “duas camisas e o dinheiro do ônibus”. Foi parar em Palotina, para os lados de Guaíra, onde dormiu duas semanas no cemitério, porque “era mais seguro e não chovia debaixo das casinhas”, até pegar o primeiro contrato num caminhão de boia-fria. De colheita em colheita, acabou se arrumando na vida. Tirou o diploma da sexta série depois dos 18 anos. Só foi provar a primeira cerveja aos 22. E agora, aos 37, quando acha filhos de animais silvestres extraviados, leva para os biólogos criarem e devolve à natureza.

Descende de lavradores que ajudaram a desmatar o sertão do Paraná. E está cuidando de um parque nacional. Nessas horas, até parece que o mundo tem jeito.

A nova geração gosta de onças

04.02.2010

O Parque Nacional do Iguaçu abriu o ano com dois recordes populacionais. Passaram por suas portas em janeiro mais de 167 mil visitantes. E ao mesmo tempo caiu a ficha de que suas onças pintadas, recenseadas por armadilhas fotográficas e farta pesquisa de campo, até segunda ordem estão reduzidas a seis indivíduos. É mais ou menos a metade do que havia uma década atrás, quando o biólogo Peter Crawshaw concluiu sua última avaliação metódica. O resto morreu atropelado ou a tiro.

Em outras palavras, o inegável sucesso do Iguaçu como parque veio junto com uma estatística que põe em causa seu êxito como unidade de conservação. E por isso é um alívio a chegada ao parque da turma que veio fazer, no Iguaçu, o primeiro Curso de Biologia e Manejo de Carnívoros.

São 27 alunos de fora, além dos nove que aderiram ao programa entre o pessoal do parque e da guarda florestal. Muitos vieram de bem longe, de outros estados e até do Peru e da Argentina. Pagaram, fora os custos da viagem, 900 reais pela taxa de inscrição. Acomodaram-se num dormitório preparado a toque de caixa para recebê-los, na beira de um caminho de terra que leva ao rio Iguaçu, sob a copa de árvores centenárias. Ou seja, a trilha do Poço Preto.

São, em geral, biólogos ou veterinários. Na média, gente muito jovem. Da turma, 14 alunos nasceram na década de 1980 e quatro nos anos 90. Eles povoaram da noite para o dia estradas e auditórios com rapazes de brinco na orelha e sacola de pano a tiracolo, transitando pelo acostamento da BR-469 ou pegando carona em caçamba de picape. E, sobretudo, com moças de short e camiseta que, apesar do uniforme de férias, até à distância se distinguem das turistas, por andarem de lá para cá em trajetos que as visitantes ocasionais nunca percorrem, além de cumprir horários que precedem e ultrapassam com larga folga o funcionamento das bilheterias.

Todos eles estão passando a semana em contato direto, de manhã à noite, com desbravadores da conservação de grandes felinos no Brasil, como Laury Cullen, do Ipê, Ronaldo Gonçalves Morato, do Cenap, e Dênis Sana, da fundação Pró-Carnívoros. E foram recepcionados com a exuberância de praxe pelo diretor de conservação e manejo Apolônio Rodrigues, um dos funcionários públicos menos convencionais que existem.

Ele entrou para o Ministério do Meio Ambiente como contínuo em Brasília. Efetivado na burocracia ambiental, à medida que ia subindo na carreira passou a organizar por conta própria mutirões que limpavam parques do Cerrado no fim de semana, para “não enlouquecer” no confinamento do escritório. Apolônio agarrou à unha a primeira chance de uma transferência para a linha de frente. Mudou-se para o Iguaçu sem escolher o lugar. E nunca mais saiu do parque. Hoje, dá a impressão de conhecer cada palmo de seus 185 mil hectares, incluindo os meandros mais ermos das áreas intangíveis. Mora numa curva de rio que só falta abraçar sua casa de madeira.

Tarimbado como é, Apolônio continua a cair no mato com o entusiasmo de quem está vendo cada coisa pela primeira vez. E há muito o que ver em cada passo no Iguaçu. Já fez papel de jagunço numa produção nacional sobre a colonização do Oeste Paranaense e lamenta que o filme nunca tenha passado da ilha de edição. Neste momento sente-se obviamente muito à vontade no meio da estudantada, mimetizado entre os recém-chegados pela barba e o cabelo longo, fora a indumentária de quem está sempre prestes a sumir numa trilha ao primeiro pretexto e o fôlego que lhe permite emendar longos expedientes na administração com papos intermináveis noite adentro.

O curso anda bombardeando os alunos com saraivadas de informações frescas, de primeira mão. Laury Cullen contou-lhes durante uma manhã inteira como aprendeu a trabalhar entre fazendeiros e assentamentos dos sem-terra no Pontal do Paranapanema, salvando com isso onças que, enxotadas por barragens e desmatamentos, sobrevivem contra todos os prognósticos mais razoáveis na reserva estadual do Morro do Diabo.

Ensinou-lhes como fez do diploma de Biologia um passaporte para a pesquisa aplicada em conservação da natureza. Seu trabalho de campo, monitorando por satélite as andanças das onças que, entrincheiradas no Morro do Diabo, ignoram fronteiras municipais, estaduais e internacionais, além de cercas, beiras de cidade, rodovias e rios cuja travessia que as represas estenderam a 1.800 metros de nado livre.

Os sinais que seus colares emitem durante essas andanças acumularam com o tempo dados precisos para traçar um novo mapa da região – o mapa que sem dúvida as onças fariam se pudessem ver seu pedaço da América do Sul de sensores situados na órbita terrestre. Aos olhos das feras andarilhas, a paisagem picotada por limites artificiais se reintegra num emaranhado de rios, fragmentos de florestas e várzeas que liga o Mato Grosso do Sul ao extremo Oeste do Paraná, varando São Paulo e o Paraguai.

A cartografia feita pela onça, se for conhecida e reconhecida, é o caminho mais curto para garantir que os cem derradeiros exemplares de sua espécie, na vasta bacia do rio Paraná,

vençam a única barreira que elas não podem transpor sozinhas: a do tempo, que lhes acesa, daqui a meio século, com uma alta probabilidade de extinção.

A tarde de terça-feira Ronaldo Morato conseguiu ocupar sozinho, literalmente entupindo a turma de informações sobre as últimas receitas dos laboratórios de genética para, entre outras proezas de ficção científica, reproduzir jaguatiricas genuínas através de gatos domésticos, ou guardar em bancos de germoplasma a fórmula para trazer de volta espécies silvestres que o mundo vai perdendo inapelavelmente, cada vez mais depressa.

No fim da aula teórica, ao ver que os alunos cabeceavam sob o peso de tanta novidade extra-curricular, levou-os em bando para uma aula prática de tiro-ao-alvo com zarabatanas, revólveres a gás e carabinas. As armas são heranças da tecnologia de caçadas que, com dardos de anestésicos, transformaram-se em ferramentas da conservação. O assunto era sério, mas, com a mudança de ares e de metodologia didática, o grupo aguentou firme – e às gargalhadas – até o cair da noite.

O curso promete ser o primeiro de uma série. Reabre com ele a temporada de pesquisas com carnívoros de grande porte no Iguaçu, num momento crítico para discutir sua viabilidade a longo prazo. Porque, ao contrário do que faz crer o senso comum e nossa vã simpatia pelas vítimas, elas são os guarda-parques primordiais. Ninguém toma conta melhor de sua fauna do que uma onça. Em seu território, o resto costuma estar sob controle, inclusive a pequena vanguarda dos polinizadores, que dependem da variedade da flora para existir – e vice-versa.

O curso não poderia começar em melhor hora. Nas circunstâncias que juntaram, na semana de estreia, para cada onça recenseada no parque, quase cinco jovens querendo aprender a conhecê-las, para salvá-las. Se, para a *Panthera onca*, isso não for um sinal de sobrevivência garantida, há de ser pelo menos um alegre consolo.

A safra de onças promete

26.02.2010

Na manhã desta terça-feira, dia 23, Clodoaldo da Silva viu uma onça com dois filhotes pequenos na beira da BR-469. É um caminho que ele faz regularmente, como funcionário da área de manutenção do parque nacional e, sobretudo, como encarregado de recolher para a Itaipu Binacional, três vezes por dia, os dados da estação pluviométrica e dos marcos de altura do rio na beira do Iguaçu.

Mas um encontro como aquele era a primeira vez que acontecia. Os bichos estavam a cerca de 3 metros de seu carro. Aparentemente, ignorando sua presença. A calma dos filhotes o impressionou. Ele, ao contrário, ficou “tão perturbado” que nem se lembrou de gravar a cena com o telefone celular. “Numa hora dessas, nada funciona”, explicou.

Nesse ponto, podia se considerar na mais fina companhia. Quatro dias antes, mais ou menos na mesma hora, o jornalista Adilson Borges cruzou com uma onça no quilômetro 7,2 da estrada federal, a das cataratas. Ele trabalha na Assessoria de Comunicação do parque há seis anos. Mas aquela foi também a primeira onça de seu currículo.

“Já topei com muito caititu, veado, jacaré. Mas com pintada, nunca. Aliás, nem sussuarana”, ele conta. Borges ia na ocasião fotografar uma solenidade na borda das cataratas. A bolsa com o equipamento fotográfico estava no banco de trás. E lá ficou. “Acho que era um filhote quase adulto. Estava sozinho. Quando saltou do barranco, do outro lado da pista, pensei que fosse um puma. Mas ele passou bem na minha frente, e aí vi as manchas. Ele vinha correndo, mas sem dar a impressão de que estava fugindo ou perseguindo uma presa. Simplesmente atravessou a estrada depressa e entrou no mato à direita, como se meu carro não existisse”.

Era uma grande história para contar, na segunda-feira de manhã, a seu chefe, o diretor do parque Jorge Pegoraro. A primeira onça, depois de seis anos... Mas seu relato não foi longe, porque Pegoraro também tinha muito o que dizer a esse respeito. No cargo desde 2003, ele acabava de ver, na madrugada de sábado, a 200 metros de sua casa, um par de pintadas.

Voltava, na ocasião, de um jantar na Argentina. Sua mulher, Iáscara, assumira o volante. Ele cabeceava no banco do carona. Os dois filhos dormiam a sono solto atrás. De repente, Iáscara exclamou: “Pegoraro, olha lá dois bichos grandes no acostamento”. Veados certa-

mente não eram. O casal está habituado a flagrá-los com os faróis do carro, quando chega em casa em horas mortas. Antes mesmo que os fachoos iluminassem os dois animais em cheio, eles sabiam que estavam diante de alguma coisa nova, maior, diferente.

“Pensei que fossem pumas”, lembra Pegoraro. Mas seu batismo de onça dispensaria qualquer abatimento. Eram pintadas legítimas. Aparentemente, uma fêmea com um filhote quase de seu tamanho, mas ainda no pé, costeando o mato que, logo adiante, desemboca em seu jardim. Portanto, duas onças entregues quase a domicílio.

E não se fala mais de outro assunto esta semana. Há uma safra de onça nesta temporada que Iguaçu há muito tempo não colhia. Há duas semanas, uma pintada passeava pela trilha das Bananeiras, roteiro que em geral oferece aos turistas um cardápio rico, mas baseado em pássaros e borboletas. Caminhava pela estrada de terra, como se fizesse parte do programa. Depois, no carnaval, uma guia viu duas onças que pareciam se distrair uma com a outra, como se estivessem brincando.

Seja lá qual for o motivo para tamanha visibilidade, elas vêm em boa hora. Quanto mais aparecerem, menos se pode adiar as medidas de controle da velocidade e do excesso de trânsito na BR-469, onde carros, ônibus e caminhões trafegam no ritmo decrescente de uma arrancada turística que este ano levou 10.400 pessoas ao parque só no domingo de carnaval. É um assunto que a administração começou a discutir há um ano, quando uma pintada foi atropelada em plena juventude mais ou menos no mesmo ponto da estrada onde as sobreviventes agora estão circulando. Ou melhor, dando o ar de sua imensa graça.

E quantas onças sobrevivem no Iguaçu? Este é outro mistério. Oficialmente, contadas pelas armadilhas fotográficas da ONG Pró-Carnívoros, elas não passam neste momento de seis exemplares. Apesar de raras, tornaram-se mais visíveis do que nunca – seja para corroborar ou para desmentir o prognóstico sombrio de que, reduzidas a essa população, elas estão a caminho do sumiço definitivo no Iguaçu.

“Uma coisa é certa”, diz Pegoraro. “Foi só retomarmos o estudo das onças para elas aparecerem”. O que querem dizer com isso, os especialistas ainda não foram capazes de traduzir para os programas de manejo do parque nacional. Mas ninguém pode duvidar de que elas andam fazendo o possível para receber mais atenção.

Uma casa com duas onças no fundo

19.03.2010

Fazia um calor emoliente, cozinhando em fogo lento o temporal que desabaria no fim de semana, quando um chamado urgente despertou na sexta-feira o telefone do biólogo Apolônio Rodrigues. Vinha da base do Poço Preto, uma residência funcional desabitada que se repovoou este ano, mais movimentada do que nunca, como alojamento para os estudantes, alunos e pesquisadores que o Parque Nacional do Iguaçu atualmente hospeda para seus cursos.

No caso, encerrava-se naquela tarde a árdua semana de trabalhos de campo para uma turma vinda Alemanha, do Campus Ambiental Birkenfeld, da Universidade de Trier, para aprender e ensinar o que a cidade de Foz do Iguaçu, o parque e seus vizinhos do sudoeste paranaense podem fazer em favor de uma vida mais próspera e mais limpa, usando o que botam fora como lixo e esgoto.

Eram estudantes universitários. E cumpriram em poucos dias uma tarefa que as administrações públicas no Brasil adiam indefinidamente. À noite, apresentariam suas conclusões no auditório do parque. Estavam, àquela altura, aquartelados na base, batucando em notebooks seus projetos. E acostumados, depois de seis dias, a consultar Apolônio Rodrigues sobre todas as dúvidas que lhes surgiam pelo caminho.

Mas aquele telefonema pegou de surpresa o diretor de Conservação e Manejo. Estava na linha um coordenador da universidade, contando que havia nos fundos da casa dois bichos que, se não eram, tinham tudo para ser onças pintadas. E pareciam dispostos a ficar por ali.

Apolônio pegou a máquina fotográfica, pulou no carro e correu para o alojamento. Ele dá a impressão de que está sempre com pressa. Mas o calor daquele princípio de tarde havia imobilizado até as folhas na floresta. E a cena que encontraria na base de pesquisas do Poço Preto não dava o menor sinal de que estivesse disposta a se desmanchar espontaneamente, de uma hora para a outra. O que tornava o espetáculo ainda mais inverossímil.

Eram onças mesmo, constatou Apolônio. Dois filhotes encorpados, beirando o ponto de largar a mãe e cuidar sozinhos das próprias vidas. Provavelmente representavam uma das famílias que, há semanas, têm aparecido nas encruzilhadas da floresta com o asfalto, na área mais

frequentada do parque. Talvez a mesma que posou para a posteridade numa armadilha fotográfica armada na estrada de terra das Bananeiras, em pleno circuito turístico do Macuco Safari.

Na sexta-feira, a dupla repousava languidamente nas ruínas de um canil onde, no começo da década de 1990, a “onça do Peter” entrou à noite para matar seu cachorro. O que é outra história. Naquela madrugada, encontraram-se frente a frente no terreiro limpo, a poucos passos de distância, uma fera especialmente intratável e o biólogo Peter Crawshaw, dono do maior currículo brasileiro em *Pantera onca* e professor de etiqueta quando se trata de lidar com ela em pé de igualdade.

O espetáculo que Apolônio flagrou dessa vez era estranhamente plácido. Lembrava um idílio pastoral nas melhores tradições do teatro germânico. Ex-assistente de Crawshaw, ele não estava preparado para encontrar, de um lado, moças e rapazes espalhados pelo chão de uma minúscula varanda, retocando seus relatórios sem tirar os olhos do canil meio demolido, sem porta nem tela, separado do mato por 20 centímetros de tijolos. Ali, a 8 metros de distância, as duas onças ocupavam as ruínas sem se importar com a plateia.

Apolônio foi direto ao último ato. Tocou os alunos porta adentro. Numa das salas, encontrou um aluno de engenharia às voltas com os gráficos de seu computador, de costas para a janela aberta. Atrás dele, a um pulo do estudante, as onças. Explicou aos visitantes que onça não é brinquedo. Pode matar uma pessoa com um tapa. Sem contar que a mãe daqueles filhotes provavelmente poderia andar por perto, e reprovar a seu modo tamanha promiscuidade.

Fez tudo como manda o figurino de seu cargo. Sem deixar de ser Apolônio. O diretor de Conservação e Manejo fotografou e filmou os bichos no canil. E em seguida despachou-os de volta à floresta. Mas só à custa de muito berro. No dia seguinte, o guia Wanderlei Vargas encontrou a dupla a 500 metros da casa, junto ao asfalto que atravessa a área visitável do parque. Tinham matado um tapiti. Um deles devorava o coelho silvestre. O outro simplesmente balançava a cauda, “como gato, sabe?”. Eram seis e pouco da manhã. O tempo tinha virado. Começava a se armar sobre o parque o temporal que cairia de tarde. Ninguém, fora Wanderlei, estava ali naquela hora para aproveitar as onças.

Onça na era do foguete

12.05.2010

Visita de onça-pintada, em parque nacional, é coisa de se receber com foguete. Mas a circular número 125, disparada esta semana no Iguaçu, dá nova interpretação ao estrondo de festa junina.

Seu texto ensina os moradores e funcionários da unidade de conservação a lidar com o bicho, se ele vier com excessos de intimidade para junto das pessoas. Lembra que as crianças não devem zanzar lá dentro sozinhas. Recomenda acompanhá-las “aos pontos de embarque do transporte escolar”. Andar sempre em grupo, mesmo de dia. Manter as luzes acesas fora de casa à noite. E dormir sob o mesmo teto com os animais domésticos, para evitar que eles sirvam de isca à onçada. Tudo isso sem esquecer “que o parque é o ambiente natural das onças e nós devemos buscar uma convivência pacífica com elas”, como já avisava, em ofício do ano passado, o chefe de conservação e manejo Apolônio Rodrigues.

As novas instruções, assinadas pelo diretor Jorge Pegoraro, vão mais longe. Elas acompanham a distribuição, “a cada família”, de quatro rojões, desses de três bombas. Ensinam a usá-los num regulamento que cobre desde os cuidados com explosões acidentais e incêndios até as condições para detoná-los. Isto é, “só quando tiver certeza” de que as onças estão rondando. De preferência, se “estiver efetivamente vendo os animais, para que eles saibam exatamente de onde vieram as explosões e passem a evitá-las”.

Manda não apontar “os foguetes diretamente sobre os animais”, para “afugentá-los sem provocar ferimentos”. E, se possível, gritar ou bater panelas, “para reforçar o efeito negativo dos fogos”. Cada peça disparada terá que ser devolvida com as devidas explicações. Em outras palavras, não se trata de uma declaração de guerra às onças, que são poucas no parque e extintas na vizinhança. É o começo de um programa para “assegurar uma convivência pacífica dos moradores e usuários” com esses e outros carnívoros, porque o Iguaçu existe para “conservar a fauna e a flora locais”.

A circular fecha a inesquecível temporada do verão de 2010 em que todo mundo parecia ter direito a ver a “sua” onça-pintada nos arredores das cataratas, inclusive a gerente de uma joalheria da H. Stern que funciona no Porto Canoas, logo acima dos saltos. Um guia de turismo filmou a onça passando por ele à luz do dia, por mais de três minutos, com seu telefone celular. Um empregado do Hotel das Cataratas, carregado de colchonetes, esbarrou com ela

atrás da piscina. Um guarda encontrou-a na escadaria da sede administrativa. Um funcionário do parque flagrou-a na varanda de casa, aparentemente de olho em seu cachorro.

Onça demais? Quem dera. Até prova em contrário, elas estão em retirada, com população em rápido declínio. Se tanta gente de repente deu para ver tão pouca onça foi miragem criada por uma dupla de *Panthera onca*. “Dois jovens machos”, separados há pouco da mãe e ainda “aprendendo a viver por conta própria”, estariam explorando o território. E, como as cotias, os quatis e os veados mateiros, parecem apreciar o movimento na área de uso intensivo do parque. Criados por ali, cresceram mais ou menos “indiferentes à presença humana”, e até atraídos pelas edificações por “sua enorme curiosidade natural”.

O foguetório é sua ordem de dispersar. Mas também serve para comemorar o progresso do parque. Não vai tão longe assim o tempo em que a administração recebia a bala as onças que davam o ar de sua graça nas Cataratas. O Iguaçu estava reservado ao turismo e à recreação humana.

A recepção pelos donos da casa

14.01.2010

O aniversário do parque não estava no programa. Entrou no roteiro por conta dos atrasos que se foram acumulando na estrada, do Rio de Janeiro a Foz do Iguaçu – desde uma ponte corroída por temporais que interrompeu a rodovia Régis Bittencourt a 150 quilômetros de Curitiba até o engarrafamento inesperado provocado por um acidente grave, quase no portão de acesso às cataratas, cerca de mil quilômetros mais tarde.

Tudo isso também quer dizer que, apesar da chuva, o movimento aqui anda intenso neste verão. E ele se torna particularmente estranho na BR-469, dentro do Parque Nacional do Iguaçu. Nas cataratas, mau tempo é sinônimo de água farta para os turistas, que vêm ver a Garganta do Diabo e querem todas as cachoeiras a que o ingresso lhes dá direito. Com isso o amanhecer na vizinhança da estrada ganhou nesta temporada de férias uma espécie de trilha sonora composta em movimentos, como uma peça sinfônica. Ela abre triunfalmente, com o dia ainda escuro, pelas vozes de boa parte das 330 espécies de aves que os ornitólogos andaram contando na região.

Com o dia claro, lá pelas sete e meia da manhã, os sons da mata se misturam ao ronco constante de motores e ao chiado de pneus rodando no asfalto meio áspero da BR-469. Iguaçu é, descontado o da Tijuca, que a rigor é um bairro meio rural do Rio de Janeiro, o parque mais visitado do país. E a BR-469 a passagem obrigatória desse tráfego, em seu interior. Isso tem preço, na forma de pelo menos 300 táxis, vans, carros oficiais, ônibus e caminhões que mantêm o lugar ao mesmo tempo visitado, abastecido e sob o olho das autoridades. Isso sem contar os ônibus de dois andares do próprio parque, que passam de 15 em 15 minutos.

Resultado: morrem em média 20 animais por mês, atropelados no que é oficialmente uma unidade devotada à conservação. Isso só vira notícia raramente. Por exemplo, no ano passado, quando às estatísticas de baixas na fauna local juntou-se uma raridade, em forma de onça pintada. Tratava-se ainda por cima de um verdadeiro troféu vivo, um macho de cinco anos, em plena forma, verdadeira relíquia da inumerável população de “tigres” que povoa até hoje a memória dos colonos catarinenses e gaúchos, que chegaram em caravanas à fronteira selvagem do Oeste Paranaense há cerca de meio século, para derrubar a floresta em velocidade espantosa. Mais de 60% da cobertura florestal do estado desapareceram naquela fase épica.

A tal onça morreu de hemorragia interna generalizada, ao saltar do barranco escuro para a luz incandescente dos faróis de um veículo que devia ser pesado, talvez um ônibus ma-
drugador, levando ao Hotel das Cataratas hóspedes ou funcionários. Não é fácil, de longe,
entender como uma coisa dessas acontece, enquanto não chega a nossa vez de estar ao
volante diante de pedestres que têm suas próprias noções sobre o código de trânsito num
parque nacional. Sem dúvida, as noções certas.

Em outras palavras, eles têm o hábito de surgir sem aviso, materializando-se diante dos
carros como se viessem do nada. Foi o que aconteceu no sábado passado, no anoitecer de
um dia duplamente agitado, pelas férias e pela festa de aniversário do Iguazu. Mas era tar-
de. A BR-469 estava a essa altura quase deserta de gente. Portanto, engarrafada de bichos.

Nada a ver, no caso, com os quatis diurnos que encantam visitantes, esmolando comida
de qualquer tipo na trilha das cachoeiras, embora sejam um sinal inconfundível de que
alguma coisa anda errada na população do parque, ou eles não seriam tantos, nem tão
atrevidos. O que trafegava naquele momento pela BR-469 era a bicharada furtiva, a que
passa o dia esperando o embarque dos últimos turistas para ir à luta. Havia cotias, lebres e
cuícas quase sem conta na beira do asfalto. E uma vara de caititus fuçando o acostamento.
Além de sapos cruzando a estrada. Pareciam pequenas pedras soltas no asfalto irregular,
até que saltavam de repente na mesma direção, rumo ao acasalamento – o que entre eles
geralmente implica a organização de noites ruidosas e promíscuas.

O biólogo americano Bernd Heinrich, autor de um belo livro científico sobre os efeitos do
verão ao redor de sua casa no Maine, debruçou-se longamente sobre a trepidante vida
amorosa desses machos que hibernam no inverno, aproveitam o papo vazio como caixa de
percussão para coaxar no máximo volume e arriscam tudo na aposta de que saltarão no
dorso da primeira fêmea disponível antes que outro sapo o faça ou que, às centenas, um
pneu de carro lhes passe por cima, na rota do banhado.

Depois de ler *Summer World*, dirigir numa estrada cheia de sapos tornou-se uma respon-
sabilidade tão grande quanto controlar a travessia de alunos na frente de uma escola. As
placas da rodovia marcam em 60 quilômetros por hora o limite de velocidade. Mas, com
tanta coisa a ver e sobretudo a evitar, passar de 30 quilômetros por hora me parecia, nas
circunstâncias, impraticável.

Ainda bem, porque lá pelas tantas, sem mais nem menos, brotou na beira da estrada um vea-
do mateiro. E estava decidido a ir para o outro lado. À vista do carro que freava, ele não fugiu.
Parou, de orelhas estendidas para a frente, a poucos metros de distância, como se conferisse
a perícia da manobra. E só seguiu viagem depois de verificar que estava tudo nos conformes.

Mais do que um belo espetáculo, aquela *Mazama americana* deu uma aula inaugural que deveria fazer parte do programa oficial de aniversário do Iguaçu. Só os 71 anos de um parque nacional podem dar tamanha confiança a uma criatura de sua espécie. Como os outros bichos do acostamento, ele parecia saber que, esgotado o expediente dos intrusos na unidade de conservação, era novamente o dono da casa... e, por falar nisso, essa história fica por aqui. O sol saiu depois de dois dias e as borboletas estão indóceis lá fora, chamando a máquina fotográfica. Amanhã elas provavelmente estarão nesta página.





Referências bibliográficas

ALLOFS, Theo. *Pantanal, South America's wetland jewel*. Richmond Hill/CA: Firefly Books, 2005.

AMADOR, Elmo da Silva. *Baía de Guanabara e ecossistemas periféricos: homem e natureza*. Rio de Janeiro: Interciência, 1969.

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. “Memória sobre a pesca das baleas e extracção do seu azeite; com algumas reflexões a respeito das nossas pescarias”. In: *Memórias econômicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal, e suas conquistas*; tomo II. Na officina da mesma academia, Lisboa, M.DCCXC, e, novamente publicada nas *Obras científicas, políticas e sociais* de José Bonifácio de Andrade e Silva, Coligidas e reproduzidas por Edgar de Cerqueira Falcão. Edição Monumental comemorativa do bicentenário do nascimento de José Bonifácio de Andrada e Silva, transcorrido a 13 de junho de 1963, vol. I (1965).

BRANCO, Leo. *Leão Baio*. Florianópolis: UFSC, 2008.

BRANDÃO, Reuber et all. *Guia de identificação das espécies de anfíbios (Anura e Gymnophiona) do estado de Goiás e do Distrito Federal, Brasil Central*. SciELO - Sociedade Brasileira de Zoologia, 2020. E-book.

CARLSON, Rachel. *Primavera silenciosa*. São Paulo: Gaia, 2010.

DAFLON, Flávio; Queiroz, Delson. *Guia de escaladas da Floresta da Tijuca*. Rio de Janeiro: Companhia da Escalada, 2012.

DE VILLIERS, Marq. *Water: the fate of our most precious resource*. Boston: Houghton Mifflin, 2000.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: Eduff, 1977.

FAGAN, Brian. *Uma breve história da arqueologia*. Porto Alegre: L&PM, 2019.

FAGAN, Brian. [O aquecimento global](#). São Paulo: Lafonte, 2013.

FAGAN, Brian. *O longo verão: como o clima mudou a civilização*. Lisboa: Edições 70, 2007.

FLANNERY, Tim. *The weather makers: how man is changing the climate and what it means for life on Earth*. Grove ; Atlantic, 2006. Ilustrado.

FROME, Michael. *Green Ink: an introduction to Environmental Journalism*. Salt Lake City: University of Utah Press, 1998.

- Fundação Mata Atlântica; INPE. *Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica*. 2022, 17ª edição.
- GOLLNER, Adam Leith. *Os caçadores de frutas*. São Paulo: Lafonte, 2013.
- GUIMARÃES ROSA, João. *Grande sertão: veredas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 22ª edição.
- HANSELL, Mike. *Built by animals: The natural history of animal architecture*. Oxford: OUP Oxford, 2007.
- HEINRICH, Bernd. *Summer world: a season of bounty*. Nova York: Ecco Press, 2010. Ilustrado.
- HEINRICH, Bernd. *The trees in my forest*. Nova York: Ecco Press, 1997.
- HOLMES, Burton. *Travelogues*. Várias edições.
- LORENZI, Harri et al. *Frutas brasileiras e exóticas cultivadas*. Rio de Janeiro: Plantarum, 2006.
- MARTINELLI, Pedro. *Gente x Mata*. São Paulo: Editora Jaraqui, 2008.
- MEDAGLIA, Thiago; Cunha, Valdemar da. *Tietê, um rio de várias faces*. s.l.: Editora Horizonte, 2013.
- NASKRECKI, Piotr. *The smaller majority*. Cambridge: Harvard University Press, 2005.
- PAKENHAM, Thomas. *Meetings with remarkable trees*. Nova York: Random House, 1998. Ilustrado.
- PRADO, Marcos. *Jardim Gramacho*. Rio de Janeiro: Argumento, 2004.
- RUNTE, Alfred. *National parks: the American experience*. Dallas: Taylor Trade Publishing, 2010. 4ª edição.
- SICK, Helmut. *Ornitologia brasileira*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1984. 2 volumes.
- SILVA, Silvestre. *Árvores da Amazônia – Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 2006.
- STRIER, Karen. *Faces na floresta*. Sociedade para a Preservação do Muriqui, 2007.
- TUDGE, Colin. *The Tree: a natural history of what trees are, how they live, and why they matter*. Califórnia: Three Rivers Press, 2007.

Realização



Apoio

